

CAPÍTULOS DE

HISTÓRIA INTELECTUAL

DO RIO GRANDE DO NORTE

BRUNO BALBINO AIRES DA COSTA
SAUL ESTEVAM FERNANDES

(ORGANIZADORES)

BRUNO BALBINO AIRES DA COSTA
SAUL ESTEVAM FERNANDES
(organizadores)

CAPÍTULOS
DE HISTÓRIA
INTELECTUAL DO
RIO GRANDE DO
NORTE



editora**ifrn**

Natal, 2018

Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Educação
Rossieli Soares da Silva

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Romero Portella Raposo Filho



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Reitor
Wyllys Abel Farkatt Tabosa
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
Márcio Adriano de Azevedo
Coordenadora da Editora IFRN
Darlyne Fontes Virginio

Conselho Editorial

Albino Oliveira Nunes
Alexandre da Costa Pereira
Anderson Luiz Pinheiro de Oliveira
Anisia Karla de Lima Galvão
Auridan Dantas de Araújo
Carla Katarina de Monteiro Marques
Cláudia Battestin
Darlyne Fontes Virginio
Emiliana Souza Soares Fernandes
Fabrícia Abrantes Figueredo da Rocha
Francinaide de Lima Silva Nascimento
Francisco das Chagas Silva Souza
Fábio Alexandre Araújo dos Santos
Geneveva Vargas Solar
Jeronimo Mailson Cipriano Carlos Leite
Jose Geraldo Bezerra Galvão Junior

José Augusto Pacheco
José Everaldo Pereira
Jozilene de Souza
Jussara Benvindo Neri
Lenina Lopes Soares Silva
Luciana Maria Araújo Rabelo
Maria da Conceição de Almeida
Márcio Adriano de Azevedo
Nadir Arruda Skeete
Paulo de Macedo Caldas Neto
Regia Lúcia Lopes
Rejane Bezerra Barros
Rodrigo Siqueira Martins
Sílvia Regina Pereira de Mendonça
Valcinete Pepino de Macedo
Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa
Bruno Andrade Pinto

Coordenação de Design
Charles Bamam Medeiros de Souza

Revisão Linguística
Rodrigo Luiz Silva Pessoa

Ilustração da capa: Bruno Andrade Pinto
Capítulos: Andrej Lisakov (Unsplash)

Prefixo editorial: Nº 03/2018–PROPI/IFRN
Linha Editorial: Acadêmica
Disponível para *download* em:
<http://memoria.ifrn.edu.br>



Contato
Endereço: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol.
CEP: 59015-300, Natal-RN.
Fone: (84) 4005-0763 | E-mail: editora@ifrn.edu.br



Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores. É permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

Costa, Bruno Balbino Aires da.
C837c Capítulos de história intelectual do Rio Grande do Norte / Organizadores Bruno Balbino Aires da Costa, Saul Estevam Fernandes; projeto gráfico e diagramação Bruno Andrade Pinto; Coordenação de Design Charles Bamam Medeiros de Souza; ilustração e capa Bruno Andrade Pinto; revisão linguística Rodrigo Luiz Silva Pessoa. – Natal: IFRN, 2018.
344 p : il.

ISBN: 978-85-94137-39-5

1. História – História do Rio Grande do Norte. 2. História do Rio Grande do Norte – Política. 3. História do Rio Grande do Norte – Cultura. I. Costa, Bruno Balbino Aires da; Fernandes, Saul Estevam. II. Título.

CDU 94(813.2)

Catálogo da publicação na fonte elaborada pela Bibliotecária
Patrícia da Silva Souza Martins – CRB: 15/502

Esta obra foi submetida e selecionada por meio de edital específico para publicação pela Editora IFRN, tendo sido analisada por pares no processo de editoração científica.

APRESENTAÇÃO

O presente livro é produto de uma ideia de continuidade. Em 2014, publicamos uma coletânea de textos sobre História do Rio Grande do Norte (COSTA; ESTEVAM, 2014). Ao projetarmos a publicação da referida obra, já havíamos acordado a organização de um outro livro, em formato semelhante. Nossa intenção era dar continuidade ao projeto de publicar diversas obras sobre a História do Rio Grande do Norte, reunindo autores que tomam o estado como objeto de pesquisa historiográfica.

Assim como na coletânea de 2014, o presente livro é fruto também das *novas* pesquisas que estão sendo desenvolvidas por vários estudiosos em diversos Programas de Pós-graduação em História espalhados pelo país. Contudo, diferente da proposta de 2014, o livro *Capítulos de História Intelectual do Rio Grande do Norte* tem como objetivo não a dispersão de temas e abordagens sobre a história do estado, mas sim um eixo de reflexão comum: a *História Intelectual*. O objeto de pesquisa permanece o mesmo da coletânea de 2014, qual seja, o Rio Grande do Norte, no entanto, com um único foco: a preocupação com o universo intelectual.

Decerto, os estudos historiográficos na área de *História Intelectual*, pelo menos como nós a entendemos hoje, são relativamente recentes na história da historiografia ocidental. Consoante o historiador francês, Jean-François Sirinelli, a *História dos Intelectuais* “tornou-se assim, em poucos anos, um

campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (2003, p.232). Por ser um *campo aberto* e possuir uma heterogeneidade de entendimento quanto ao seu domínio, a *História Intelectual* é compreendida de maneira distinta em vários países, o que demonstra a irredutível especificidade de uma maneira nacional de pensar as questões em torno do universo intelectual (CHARTIER, 1988, p.29). Como corolário dessa diversidade, o mencionado campo da pesquisa não é tão preciso. Nesse sentido, não se pode ignorar a pluralidade de enfoques teóricos, de recortes temáticos e estratégias de investigação que tomam a *História Intelectual* como domínio da investigação historiográfica. (ALTAMIRANO, 2007, p.10) De acordo com a historiadora Cláudia Wasserman (2015, p.63), a *História dos Intelectuais* ou *História Intelectual* “diz respeito às diversas interpretações sobre os agentes, as práticas, os processos e os produtos classificáveis como intelectuais.” É apostando na diversidade temática, teórica e metodológica da *História Intelectual* que organizamos a presente coletânea.

O livro divide-se em cinco eixos: *Intelectuais e engajamento político no Rio Grande do Norte*, *Intelectuais e formação de saberes*, *Intelectuais e imprensa*, *Intelectuais e a construção de identidades históricas* e *Intelectuais e atividades literárias no Rio Grande do Norte*. Obviamente, cada eixo possui sua especificidade em termos temáticos, mas isso não significa dizer que as fronteiras são intransponíveis entre os textos e

os próprios eixos. Nossa proposta foi organizar uma coletânea que ao mesmo tempo evidenciasse os lugares comuns entre os estudos e as heterogeneidades entre eles, sobretudo, quanto à abordagem, à metodologia, à fundamentação teórica, aos sujeitos históricos e aos recortes temporais.

No eixo *Intelectuais e engajamento político no Rio Grande do Norte* reunimos textos que dissertassem acerca da acepção do intelectual, enquanto um sujeito histórico que está à serviço do Estado e das ideias que defendem. O texto de Arthur Torquato aborda a aproximação de Luís da Câmara Cascudo com as concepções políticas e ideológicas do movimento integralista, ao qual aderiu prontamente. O capítulo de Francisco Fabiano Mendes, analisa a atuação e o engajamento de Vingt-un Rosado nas principais ações desenvolvidos pela família Rosado no campo da educação, da cultura letrada e da edificação da memória da cidade de Mossoró. O trabalho de Saul Estevam faz um balanço historiográfico e de textos jurídicos sobre a *Questão de Grossos*, demonstrando como essas produções construíram determinadas leituras sobre a problemática em torno dos limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. Ademais, o texto de Saul Estevam evidencia o engajamento político de alguns intelectuais, como Rui Barbosa, nas questões referentes aos limítrofes entre os mencionados estados.

O eixo *Intelectuais e formação de saberes* tem como escopo central abordar o papel dos intelectuais na construção da cultura educacional e da cultura

popular. Se no eixo anterior o enfoque se dava no engajamento político, cultural e ideológico dos intelectuais, nesse destaca-se o intelectual enquanto um mediador cultural. Os textos de Anna Gabriella de Souza Cordeiro e Maria Inês Sucupira Stamatto e de Paula Rejane examinam a atuação de dois intelectuais norte-rio-grandenses, Amphilóquio Camara e Vingt-un Rosado, na promoção da cultura educacional no Rio Grande do Norte em dois momentos distintos da História do Brasil República.

O trabalho de Sales Neto e de Ewerton Wirley Silva Barros problematiza a emergência e a mobilização intelectual do *Movimento Folclórico Brasileiro*, especialmente da *Sociedade Brasileira de Folclore*, instituição fundada e presidida por Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), em 1941, no Rio Grande do Norte, examinando a produção de discursos e práticas em torno dos saberes do povo, mais especificamente, o folclore, a partir da década de 1940.

No eixo *Intelectuais e imprensa* analisa-se a imprensa como um *locus* de disseminação das ideias produzidas pelos intelectuais. O texto de Cosme Marques Neto investiga a ascensão de Henrique Castriciano de Souza à condição de publicista, no Rio Grande do Norte, analisando a relação política entre ele e a oligarquia Albuquerque Maranhão, detentora do jornal oficial do estado, bem como o interesse do referido intelectual na educação feminina. O capítulo escrito por Mícarla Rebouças examina o papel dos intelectuais do jornal *A Ordem*, um dos principais canais de atuação da intelectualidade católica potiguar, na produção de um discurso anticomunista.

A seção *Intelectuais e a construção de identidades históricas* tem como preocupação mostrar de que maneira os intelectuais instituíram determinadas memórias históricas sobre a região do Seridó e a cidade de Mossoró. O texto de Evandro Santos e de Alex Batista toma como recorte espacial o Seridó Potiguar. Os autores analisam como a referida espacialidade foi construída por dois importantes intelectuais da região: Oswaldo Lamartine de Faria e Paulo Bezerra, evidenciando como os discursos dos regionalistas contribuíram para a formulação da própria identidade histórica seridoense. O texto de Marcílio Falcão faz um percurso semelhante. O mencionado autor mostra como o escrito de Raimundo Nonato, especificamente, a obra *História Social da Abolição em Mossoró* (1983), produz uma leitura da história-memória da cidade. Marcílio Falcão investiga as condições de possibilidade da obra de 1983 e como esta *inventou* e contribuiu para a sedimentação de uma determinada forma de ler o passado de Mossoró.

Por fim, o último eixo, intitulado *Intelectuais e atividades literárias no Rio Grande do Norte* é composto por dois trabalhos cujo objetivo comum é: analisar o movimento literário no Rio Grande do Norte em diferentes recortes temporais. Os dois trabalhos tomam como ponto de partida as atividades literárias na capital do estado. O texto de Maiara Juliana Gonçalves problematiza as atividades literárias em Natal, no período anterior à emergência da República. Já o trabalho de Bruno Costa debruça-se sobre o período republicano, investigando, especialmente, a criação do *Grêmio Polymathico* e de sua revista. Nos dois textos são discutidos, ainda, quem são os intelectuais engajados nas

atividades literárias da capital, além de problematizar a própria produção literária local.

Assim como na coletânea de 2014, a finalidade última do presente livro é contribuir, mais uma vez, para a reflexão sobre a História do Rio Grande do Norte. Uma boa leitura!

Os organizadores

Referências

ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História Intelectual. *Tempo social*. V.19, n.1, 2017, p.9-17

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988

COSTA, Bruno Balbino Aires da; FERNANDES, Saul Estevam (orgs.) *História do Rio Grande do Norte: novos temas*. Natal: EDUFRN, 2014

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

WASSERMAN, Claudia. História intelectual: origem e desafios. *Tempos Históricos*. Volume 19. 1º Semestre de 2015. p. 63-79

INTELECTUAIS E ENGAJAMENTO POLÍTICO

Capítulo 1 - CULTURA, POLÍTICA E LETRAS: CÂMARA CASCU DO E SUA PARTICIPAÇÃO NA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA 14

Arthur Luís de Oliveira Torquato

Capítulo 2 - O CAOS COM CAUSA: VINGT-UN ROSADO E O VEIO POLÍTICO DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NA COLEÇÃO MOSSOROENSE 47

Fabiano Mendes

Capítulo 3 - O CASO GROSSOS E SEUS MITOS: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E JURÍDICA DA QUESTÃO DE LIMITES ENTRE O CEARÁ E O RIO GRANDE DO NORTE (1902-1920) 69

Saul Estevam Fernandes

INTELECTUAIS E FORMAÇÃO DE SABERES

Capítulo 4 - O INTELECTUAL AMPHILÓQUIO CAMARA E A EDUCAÇÃO POTIGUAR DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA 90

Anna Gabriella de Souza Cordeiro

Maria Inês Sucupira Stamatto

Capítulo 5 - JERÔNIMO VINGT-UN ROSADO MAIA, O SOLDADO A SERVIÇO DA ESAM 113

Paula Rejane Fernandes

Capítulo 6 - QUAL SERÁ NOSSA TAREFA NO BRASIL? INSTITUIÇÕES, INTELECTUAIS E ESTUDOS FOLCLÓRICOS NOS ANOS 1940 127

Francisco Firmino Sales Neto

Ewerton Wirlley Silva Barros

INTELECTUAIS E IMPRENSA

Capítulo 7 - HENRIQUE CASTRICIANO DE SOUZA: O DESPONTAR DE UM MERENCÓRIO POETA NO MEIO JORNALÍSTICO (A EDUCAÇÃO FEMININA EM PAUTA) 163

Cosme Ferreira Marques Neto

Capítulo 8 - “UMA AURORA QUE GOTEJA SANGUE”: INTELECTUAIS CATÓLICOS E A PRODUÇÃO DO DISCURSO ANTICOMUNISTA NO JORNAL A ORDEM (1935) 191

Mícarla Natana Lopes Rebouças

INTELECTUAIS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES HISTÓRICAS

Capítulo 9 - O SERTÃO POTIGUAR SOB UM OLHAR MEMORIALÍSTICO 227

Evandro Santos
Alex de Assis Batista

Capítulo 10 - RAIMUNDO NONATO E OS “RETALHOS DO PASSADO MOSSOROENSE”: HISTÓRIA E MEMÓRIA NA REAFIRMAÇÃO DO PIONEIRISMO ABOLICIONISTA MOSSOROENSE (1983) 250

Marçílio Lima Falcão

INTELECTUAIS E ATIVIDADES LITERÁRIAS

Capítulo 11 - LITERATURA NA PROVÍNCIA: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO LITERÁRIO NATALENSE EM TEMPOS PRÉ-REPUBLICANO (1861 – 1889) 284

Maiara Juliana Gonçalves da Silva

Capítulo 12 - “AFFIRMAR A EXISTÊNCIA INTELLECTUAL DO RIO GRANDE DO NORTE NO CAMPO DA LITTERATURA NACIONAL”: UM ENSAIO SOBRE A CRIAÇÃO DO GRÊMIO POLYMATHICO E DA REVISTA DO RIO GRANDE DO NORTE 313

Bruno Balbino Aires da Costa

REFERÊNCIAS 341

The background of the image is a dark, monochromatic photograph of vertical wooden planks. The wood grain is clearly visible, showing various textures, knots, and imperfections. The lighting is somewhat uneven, creating subtle gradients of dark grey and black across the surface.

**INTELECTUAIS
E ENGAJAMENTO
POLÍTICO**

CULTURA, POLÍTICA E LETRAS: CÂMARA CASCU DO E SUA PARTICIPAÇÃO NA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA ¹

Arthur Luís de Oliveira Torquato ²

*Em suma, nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento (...) o provérbio árabe disse antes de nós: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”. Por não ter meditado essa sabedoria oriental, o estudo do passado às vezes caiu em descrédito.*³

Em 1898, nascia na capital do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, aquele que viria a ser considerado, até nesses primeiros anos do século XXI, o mais respeitado erudito norte-rio-grandense: Luís da Câmara Cascudo. Filho do mais influente comerciante da cidade do Natal, o senhor Francisco Justino de Oliveira Cascudo – também Coronel da

1 Esse texto é parte de um trabalho desenvolvido entre os anos de 2006 e 2008, fruto do projeto de pesquisa: Luís da Câmara Cascudo em “As batalhas contra o Tempo”: a biografia de um erudito brasileiro (1898 - 1986), coordenado pelo professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior com financiamento do CNPq.

2 Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor do Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

3 BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

Guarda Nacional e famoso perseguidor de cangaceiros –, Câmara Cascudo foi cercado pelos mais variados cuidados que uma criança possa ter por seus pais, que vinham sofrendo por sucessivas perdas de filhos até a chegada de “Cascudinho”⁴.

Logo cedo, o príncipe do Tirol foi entregue aos cômodos de sua imponente casa (conhecida como Principado do Tirol por se tratar de uma grande propriedade, em formato de sítio, contendo um imenso sobrado e que se tornou o símbolo do poderio econômico da família Cascudo por muitos anos) e mantido longe das brincadeiras de rua, de bola, da terra e das subidas em árvores. Uma criança solitária, de poucos amigos, aquartelada entre os burgos do principado, o que propiciou a Cascudinho desenvolver um olhar apurado na descrição dos corpos que visitavam sua casa.

Talvez uma espécie de brincadeira com as fisionomias que acompanharia seus escritos durante toda sua vida.⁵ Com a excessiva preocupação paternal, Cascudo refugiou-se desde cedo nos livros,

4 O nome Cascudo não é de caráter hereditário. Tal designação foi dada ao avô do erudito potiguar por se tratar de um homem extremamente conservador e defensor ferrenho da monarquia. Consequentemente, o termo Cascudo (que se refere a uma alcunha dada aos conservadores defensores da monarquia brasileira) foi incorporado ao nome do Coronel, que seguiu a tradição repassando a Luís da Câmara Cascudo. O sobrenome continua a ser utilizado contemporaneamente por seus familiares.

5 Sobre a relação de Câmara Cascudo e os corpos em sua obra ver: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Ágeis, irrequietos e buliçosos: o corpo do povo e outros corpos na obra de Luís da Câmara Cascudo*. Digitado. Disponível em: < <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2008.

procurando conhecer o mundo que quase sempre era privado de sentir, substituindo o cheiro da terra e da infância pelo aroma exalado pelos papéis de suas árvores encadernadas, recheadas por tinta em formato de letras em vez de flores. Ele começou seus estudos fundamentais com o auxílio de professores particulares, que vinham ao *Principado* ensinar-lhe a ler e interpretar seus primeiros autores.

Para isso, teve alguns dos mais expressivos nomes das letras do Rio Grande do Norte, como Pedro Alexandrino (professor de literatura clássica) e Francisco Ivo Cavalcanti (professor de conhecimentos gerais), que possuíam uma grande amizade com o Coronel Francisco Cascudo. Aliás, as amizades do Coronel e de seu filho Cascudinho viriam desde cedo a confundir-se e, com a morte do Coronel, esses velhos conhecidos tornaram-se grandes amigos do já erudito Câmara Cascudo.

Vivendo dentro desse ciclo, cercado por um intenso sentimento saudosista e imerso em um reduto tradicionalista, ainda criança, Cascudo respirou e incorporou por toda vida o pensamento conservador de sua época, herdado do seu pai. Mais tarde, ao iniciar seus escritos, poria em prática sua formação educacional conservadora e suas ações tradicionais e cristãs, que lhe rodeou por toda a vida, desde sua infância até na escolha de suas amizades e de sua posição frente a assuntos acadêmicos e políticos.

Cascudo iniciou seus escritos em fins dos anos de 1910, com a publicação de artigos, críticas literárias e

pequenas biografias no periódico potiguar *A Imprensa*. Esse jornal foi fundado por Francisco Cascudo, com a função de dar um espaço para que seu filho pusesse em prática suas habilidades jornalísticas. Em pouco tempo seria lançado nos primeiros anos da década de 20, o livro *Alma Patrícia*,⁶ que reuniria algumas críticas literárias publicadas anteriormente em *A Imprensa*.

Durante a década de 1920, a família Cascudo parece vivenciar um processo de crescentes dificuldades financeiras, que culminam com a falência no início dos anos trinta. O Coronel Francisco Cascudo foi um dos mais importantes e influentes comerciantes na cidade do Natal, sendo proprietário da maior *Casa de Comércio de Importação e Exportação do Estado*, mas que vinha acumulando contas não pagas e dívidas por toda a segunda década do século XX. Uma questão a ser considerada na busca da origem desse processo de falência, refere-se ao fato do Coronel Cascudo ser um comerciante que dependia primordialmente do cenário econômico externo.

Com a crise da Bolsa de Valores de Nova York, o *crack* de 1929, acelerou-se o processo de falência do pai de Câmara Cascudo, levando-o a uma complicada situação financeira no início dos anos de 1930. O Coronel Francisco Cascudo usou seus bens para pagar as hipotecas e as dívidas acumuladas. Dentre eles, o *Principado do Tirol* foi a perda mais significativa para a família. Mais tarde, em um artigo publicado na *Revista*

6 CASCUDO, Luís da Câmara. **Alma Patrícia, crítica literária**. Natal: Atelier Typ. M. Vitorino, 1921.

Panorama, intitulado “Conversa Sobre a Hypotheca”, Cascudo teceria duras críticas ao sistema hipotecário de que seu pai foi vítima nas décadas de 1920 e 1930, (Revista Panorama, 1937, 45) demonstrando o quão Cascudo sentia-se incomodado com o sistema econômico moderno.

Outro fator que contribuiu ou acelerou o processo de decadência da família se refere a um fator político. O ambiente político não favorecia a ajuda do Governo Local na resolução da crise do Coronel, dado que, em 1930, Getúlio Vargas toma e assume o Poder, iniciando uma política autoritária e centralizadora, promovendo uma perseguição intensa às oligarquias tradicionais, principalmente às nordestinas que há muito já não conseguiam sustentar-se economicamente e dependiam de verba Federal.

Durante anos a fio, a *Casa de Importação e Exportação do Coronel Cascudo* teve o governo local como seu maior cliente, ao qual fornecia produtos e serviços estabelecendo uma prática mútua de clientelismo e de favores. Com a limitação política promovida por Vargas, instituindo a política interventorial nas capitais brasileiras, o Coronel perdeu o apoio político que era a última forma de manter o privilégio e o prestígio de sua família. O marco de decadência da família Cascudo deu-se com a saída da mesma do *Principado do Tirol* para a casa da Rua Junqueira Ayres, pertencente ao pai de Dália Freire, esposa de Câmara Cascudo.

Com as crescentes dificuldades financeiras do pai, iniciadas na década de 20, Cascudo foi obrigado por

duas vezes a abandonar a *Faculdade de Medicina*. Iniciou sua graduação na *Faculdade de Medicina da Bahia*, em seguida, com o início do controle de gastos, foi obrigado a transferir o curso para a *Faculdade do Rio de Janeiro*, logo tendo que abandonar de vez o sonho de tornar-se cientista, como ele mesmo afirmava em algumas de suas autobiografias.

Em 1924, continuou sua vida acadêmica, mas o curso de medicina não pôde ser concluído por motivos financeiros. Coube a Cascudo enveredar pelo ramo do direito, ingressando na *Faculdade de Direito do Recife*, tornando-se bacharel em 1928. Formando-se em direito, ao mesmo tempo em que sepultava suas ambições científicas, Cascudo preparava uma avenida rumo às letras, as mesmas que o acompanharam em todas as fases da sua vida. Mas agora as letras tornar-se-iam não mais uma ocupação, e sim uma profissão. Ainda cedo Cascudo esteve envolvido com importantes figuras do cotidiano político e das letras. Seu pai foi homem influente e possuía força nas decisões políticas, principalmente na capital, Natal.

Em 1928 (já com o andamento do processo de falência do pai e o fechamento do jornal *A Imprensa* em 1927), Cascudo passou a escrever no periódico *A República*, órgão da imprensa oficial do Estado, fundado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, figura mais importante da política norte-rio-grandense no final do século XIX e começo do século XX, além de ser líder da maior oligarquia litorânea do Rio Grande do Norte. O ingresso de Cascudo no periódico estreita,

mais ainda, suas relações pessoais e profissionais com os “caciques” da política local. Algumas de suas publicações, em fins da década de 20 e durante os anos 30, foram financiadas ou encomendadas pelo governo local, estreitando o vínculo entre o erudito em formação e um Estado que buscava homens com a função de legitimar e resgatar o prestígio das oligarquias que estavam sendo devoradas pela política centralizadora de Vargas.

De como se processou a ligação entre a AIB e Câmara Cascudo

Em julho de 1933, Cascudo envia uma carta ao já consagrado escritor Mario de Andrade, pedindo que lhe enviasse o endereço de correspondência do também escritor paulista Plínio Salgado.⁷ Uma hipótese plausível para tal pedido pode se referir a uma primeira aproximação política entre Cascudo e Plínio,⁸ tal carta pode ser reveladora e indica o início do maior engajamento político da biografia de Cascudo.

7 Esse pedido aparece nas correspondências da seguinte forma: “o que espero receber na volta do correio aéreo é o endereço de Plínio Salgado. Ele mandou, mas perdi e preciso escrever ao homem. Não esqueça, mano, desse pedido e mande logo que possa. Quanto mais rápido melhor”. Na mesma carta, à mão, Mario de Andrade escreveu o endereço que enviaria a Cascudo: “Plínio Salgado. Av. Brig. Luís Antonio, 12”. (GOMES, 1999, p.316).

8 Em um artigo intitulado “O Caso Plínio salgado”, Cascudo afirma ter conhecido Plínio Salgado durante uma viagem que fez a São Paulo em 1921. Por comparação de datas acredito que o encontro entre os dois na década de 20 nada tinha a ver com política. Já os encontros e as correspondências trocadas após 1932 podem ter sido recheadas simplesmente de caráter político. (A REPÚBLICA, 1934)

Algum tempo antes, em outubro de 1932, em uma seção solene no *Teatro Municipal de São Paulo*, Plínio Salgado dava início ao projeto daquele que viria a se tornar o maior e mais importante movimento de extrema direita do Brasil no século XX: a Ação Integralista Brasileira (AIB).⁹ Sabe-se que Cascudo tomou conhecimento do movimento integralista através do seu amigo pessoal Otto de Brito Guerra, membro de uma tradicional família norte-rio-grandense e que foi contemporâneo de Cascudo na *Faculdade de Direito do Recife*. Além de Otto de Brito Guerra, o escritor cearense Gustavo Barroso (que mais tarde viria a formar o mais alto patamar das fileiras integralistas, tornando-se membro do conselho dos quatro) e importantes lideranças católicas do Estado, responsáveis pelo periódico *A Ordem*,¹⁰ teriam sido alguns dos que influenciaram Cascudo em seu ingresso nas fileiras verdes do integralismo.

9 A Ação Integralista Brasileira foi fruto de um grupo paulista de estudos políticos denominado SEP (Sociedade de Estudos Políticos). Essa sociedade era formada por influentes membros da política oligárquica brasileira e alguns dos principais nomes do alto-clero brasileiro. Seu pensamento era caracteristicamente conservador, autoritário e católico, o que lhe dava um status de representantes da emergente classe média brasileira.

10 *A Ordem* foi um importante e difundido periódico católico, fundado em 1935, que circula no Rio Grande do Norte até hoje. Na década de 1930 foi um importante instrumento de combate à ideologia comunista, além de cumprir seu papel como difusor do catolicismo. Nomes importantes como Câmara Cascudo, Dom Hélder Câmara e Monsenhor Walfredo Gurgel escreveram por anos colunas nesse jornal, que funcionou também como propagador dos ideais integralistas, dado que não existe registro de nenhum periódico integralista na capital do Rio Grande do Norte que tivesse uma grande tiragem. *A Ordem* foi diretamente influenciada pelo pensamento conservador, baseado na ideologia defendida por Tristão de Athayde e Jackson de Figueiredo.

A aproximação de Câmara Cascudo com a AIB ocorreu por motivos bastante compreensíveis. Às fileiras integralistas acorreram importantes letrados conservadores e cristãos do cenário nacional. Dentre outras figuras de expressão do cenário nacional, pertenceram ao movimento integralista homens como: Dom Hélder Câmara (Padre de Fortaleza que, mais tarde, em 1964, veio a se tornar Arcebispo de Olinda e influente membro da Igreja Católica no Brasil); Miguel Reale (filósofo, poeta, escritor e jurista formulador da “Teoria Tridimensional do Direito” e membro da Academia Brasileira de Letras); e o já citado escritor cearense Gustavo Barroso (que dentre outras ocupações foi presidente da ABL).

Fundado sob o lema “Deus, Pátria e Família”, desde cedo a AIB caracterizou-se por possuir um pensamento tradicionalista, conservador e cristão, além de ser caracteristicamente um movimento com uma organização hierárquica, patriarcal e autoritária. Essa estrutura organizacional aliava-se a um ambicioso projeto que visava dar aos letrados brasileiros importante posição e função nos quadros da política nacional. O projeto buscava um tipo de Revolução diferente daquela que aparecia no discurso comunista.

A AIB, diferentemente, não desejava uma tomada do poder através da revolução armada e sim uma radical mudança de comportamento da sociedade brasileira através de uma revolução cultural que mudasse a forma de pensar e agir do indivíduo. Esse indivíduo deveria passar por um processo

de reeducação cultural e de uma nova tomada de consciência, para em uma etapa seguinte promover uma tomada do poder central, utilizando a reeducação ideológica como ferramenta e não o uso da força. E embora a AIB possuísse forças paramilitares em alguns núcleos provinciais, treinados para situações conflituosas, nem de perto a pretensão integralista foi à tomada bélica do poder.

Inseridos no projeto idealizado pela AIB, os letrados teriam a primordial função de promover tal revolução cultural. Caberia aos homens das letras trabalharem em diversas frentes de combate integralista, desde estabelecer um combate intenso às práticas comunistas; promover uma forte disseminação da ideologia integralista; angariar novos adeptos (letrados, militares e civis) para as fileiras verdes; desenvolver uma propaganda engajada e de caráter persuasivo nos periódicos, integralistas ou não; além de resgatar conceitos e práticas conservadoras que conteriam a essência do nacionalismo brasileiro, nacionalismo que estaria ameaçado de ser massacrado pelo internacionalismo bolchevique. Agregando-se a esses fatores estava o fato da AIB se declarar um movimento apartidário, preocupado em solucionar o problema da crise e da desordem que imperava no Brasil, tendo como solução restabelecer a antiga organização patriarcal, conservadora e autoritária existente no país até os anos de 1930.

Dentro do clima de insegurança, incerteza e medo presente no Brasil dos anos 30, o discurso da *Ação*

Integralista vinha amparar a desamparada alma de Cascudo. Nos primeiros anos da década de 1930 Cascudo perdeu o seu maior referencial de homem: seu pai. Em 20 de 26 maio de 1935, o Coronel Francisco Cascudo foi vítima de um enfarto que o levou a morte.

Com isso, Cascudo passou a acumular as funções de chefe da casa e de pai (pois, desde 1929, já se encontrava casado com Dália Freire, com quem teve no início dos anos 30 o primeiro de seus dois filhos com ela, Fernando Luís Cascudo). Segundo nota publicada em *A República*, a 21 de maio de 1935, Francisco Cascudo ocupava o cargo de presidente da Junta Comercial do Rio Grande do Norte, cargo que presidia desde a década de 1910.

Rodeado por problemas pessoais e mergulhado na crise ideológica do período, Cascudo encontrou no programa da AIB o lugar ideal para situar seu pensamento conservador, além de poder traçar importantes relações com homens influentes das letras e da política nacional. O movimento de Plínio Salgado apresentava um plano revolucionário, aos moldes integralistas, no qual Cascudo poderia participar ativamente, desejoso que sempre fora de angariar projeção nacional para seu trabalho intelectual, cujo lugar nas primeiras fileiras da AIB lhe proporcionaria.

Nesse momento, o integralismo promovia um discurso autoritário que soava no mesmo tom do autoritarismo difundido por Vargas, o que dava uma segurança quanto a não ser vítima das perseguições do Estado, diferentemente do oposicionismo comunista.

O discurso integralista era autoritário e, de forma geral, defendia os interesses da classe média urbana conservadora, a mesma da qual Vargas buscava conquistar a simpatia.

Como essa classe média em ascensão tinha acesso às ideias comunistas, para Vargas, antes ter a AIB como aliada e aceitar o seu discurso de combate ao bolchevismo, do que ficar a mercê de uma tomada das “embaraçadas” consciências da classe média pelo afinado discurso comunista. Antes um modelo de Estado autoritário alemão do que um Soviético. Mesmo que Vargas tenha sido um dos responsáveis indiretos pela crise que levou à falência seu pai, seria impossível a Cascudo inserir-se num plano superior da política nacional sem traçar um discurso semelhante ao promovido pelo Estado Interventor.

Nessa primeira metade dos anos 30, Cascudo se encontrava em situação difícil. A vida financeira da família estava complicada, tanto que em carta a Mario de Andrade, Cascudo fala da perda do Principado para os credores:

A minha situação pessoal é esta. Moramos os velhos e nós, na Avenida Junqueira Aires 393 porque os credores nos tomaram a 596 na Jundiá [...] continuo como professor interino de história, ganhando 500\$. À disposição da pena do interventor que demite catedráticos quanto mais interinos. Posto

à margem dos ganhos por ser pôlista e perrepista (em Natal porque em São Paulo era democrata) faço milagres para viver porque a vida se encarece e eu não tenho aumento financeiro para acompanhar os preços. Cada dia devo diminuir os gastos, privando-me de hábitos velhos, inclusive de comprar livros. (GOMES, 1999, p.310)

Percebe-se a crítica situação de Cascudo nesse escrito. O desespero financeiro e pessoal de Cascudo em encontrar uma pessoa que lhe desse apoio para suas produções pode ter sido um fator relevante na sua aliança com a AIB. Nesse momento, o integralismo significava a esperança de encontrar um lugar de destaque na cultura nacional, de ocupar cargos e oferecia a segurança existencial.

A organização hierárquica e patriarcal da AIB dava a Cascudo um conforto espiritual, a figura do chefe, daquele que tem o controle nas mãos, representado na figura de Plínio Salgado, substituía a figura do seu pai, que perdera as forças financeiras e o prestígio político, inclusive vindo a falecer em 1935. Cascudo vivia um período de insegurança existencial, perdendo aos poucos os alicerces que sempre o sustentara, impondo-lhe uma responsabilidade que não tivera até então, logo, o discurso integralista surgia como um patamar que lhe garantiria segurança e uma forma de se erguer social e financeiramente.

O projeto integralista de uma revolução cultural atraiu a atenção de Câmara Cascudo por outro motivo peculiar ao caso: a forma de pensar a cultura na obra de Cascudo era semelhante à forma como este conceito aparecia no discurso de Plínio Salgado ou nos documentos e manifestos que deram origem a AIB. Tanto Cascudo como Salgado foram estudiosos e leitores de escritos de caráter conservador, além de terem sido homens diretamente influenciados pelo pensamento católico e filhos das oligarquias em declínio.

A entrada na AIB e a busca por uma identidade

Ao assumir a presidência do *Núcleo da Ação Integralista no Rio Grande do Norte*, em 14 de julho de 1933, Câmara Cascudo passou, ao vestir sua camisa verde, a assumir um firme discurso quanto ao seu posicionamento político e ideológico, talvez da maneira mais explícita que se encontra na biografia cascudiana:

Chefe Provincial Integralista, miliciano convicto, considero os partidos políticos meras fórmulas desacreditadas e incapazes de uma renovação social. Não pertenço a nenhuma agremiação partidária e mantenho relações íntimas com vários próceres que não ignoram a retidão de minha atitude, assumida publicamente em 14 de julho de 1933. (A REPÚBLICA, 4 de setembro de 1934)

O fato da AIB se denominar, em seus estatutos, um movimento de caráter apartidário foi sem dúvida uma característica levada em conta no que diz respeito à afinidade de Cascudo com o movimento integralista, principalmente ao lembrar o quão frustrado ele estava com a política nacional, uma vez que a forma moderna da política republicana pôs fim a uma estrutura que manteve a estabilidade da família Cascudo por anos a fio. Na ótica de Cascudo, apenas um sistema de organização hierarquizado é que restabeleceria o controle para a crise e a desordem que imperava no país.

A noção de crise e desordem parece ter sido uma constante no cotidiano e no imaginário da sociedade brasileira, na década de 1930. Em seu livro, *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, Azevedo Amaral usou o termo “anarquia de ideias” para definir o cotidiano brasileiro nos anos 30. Segundo ele:

Desde 1930 vivera o Brasil envolvido em uma atmosfera de confusão ideológica, no meio da qual era difícil determinar o verdadeiro sentido das correntes que se contraditavam e apreciar com acerto as tendências pessoais dos homens representativos da situação surgida do movimento de outubro. Nunca havíamos experimentado, através de todo o nosso passado nacional, semelhantes condições de perturbadora anarquia

de ideias e de falta de orientação dos elementos que personificavam as forças dirigentes da política nacional. As expressões clássicas de direita e esquerda e os rótulos ultramodernos de escolas e doutrinas da atualidade podiam ser distribuídos quase ao azar, tão rápidas e surpreendentes eram as evoluções em que as peças do jogo político se deslocavam de um campo para o outro sob a pressão de circunstâncias ocasionais e de incidentes efêmeros.¹¹

O discurso integralista voltado para a resolução dessa crise descrita por Azevedo Amaral e da desordem que apontava no cotidiano brasileiro foi um significativo atrativo para a adesão de Cascudo ao projeto de Plínio Salgado (mais à frente estabeleceremos de que forma esses discursos se associaram). A anarquia de ideias denunciada nos escritos de Azevedo Amaral torna-se fundamental na análise acerca da incorporação de Cascudo nos quadros da AIB. Antes de ser um erudito engajado no combate à crise de ideias existente no Brasil, Cascudo era um homem afetado por um variado número de crises (familiares, econômicas e profissionais) e, assim como vários outros homens de pensamento conservador de sua época, tendeu a render-se ao sedutor discurso salvador da AIB.

11 AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. Rio de Janeiro:** José Olympio, 1938. (1^a ed.).

Cercado em seu cotidiano por figuras políticas das mais variadas posturas ideológicas, Cascudo visualizava no integralismo uma forma de se situar estrategicamente, sem necessitar vincular-se politicamente a nenhuma corrente política local. Dessa forma o erudito pôde manter-se camuflado de acordo com o terreno, variando as cores, tornando-se assim um sujeito de situação apartidária sem limitações para a adoção do discurso político que desejasse.¹²

Ao se afirmar como apartidário, Câmara Cascudo está ao mesmo tempo tomando uma postura política. Tentando se tornar neutro entre as lideranças locais e nacionais, Cascudo consegue criar espaços nos altos escalões da política. É fundamental perceber que, ao assumir-se apartidário, ele partilha da crítica aos partidos da democracia liberal feita pelos pensadores autoritários e que defendiam um regime forte para o país. Cascudo abominava realmente a política partidária que possivelmente levou seu pai a falência, acreditava no integralismo como movimento cultural e reformador das consciências, ao mesmo tempo em que este lhe permite permanecer equidistante das querelas políticas locais, já que a fragilidade de sua situação e a confusão política do período não lhe permitia se posicionar sem que este posicionamento pudesse lhe trazer consequências adversas no momento ou no futuro.

12 A AIB torna-se um partido político apenas em 1934, como forma de poder concorrer às eleições deste ano e angariar posições políticas para seus membros.

Letras, cultura e a atração pelo projeto Integralista

Ao refletirmos historicamente sobre a primeira metade do século XX, observamos que a década de 30 é claramente um tempo especial para os olhos de um historiador político, já que é um período caracterizado por inúmeras problemáticas para aqueles que se aventuram a encarar a política brasileira desse momento.

O que chama atenção nesse período da história nacional é a quantidade de heterogêneos pensamentos ideológicos presentes na atmosfera da política nacional e a fertilidade de problemas que brotaram dos inúmeros movimentos políticos brasileiros deste momento. O Brasil viveu durante os anos 30 um campo de batalhas entre correntes de direita e esquerda, e esses embates entre correntes deram vida a uma inúmera quantidade de fontes para estudos relacionados à ideologias, partidos e personagens políticos.

O Brasil dos anos 30 era um país que vivia um intenso momento de crítica aos associados do capitalismo. O pensamento liberal e a democracia eram apontados como responsáveis pelo momento de crise existente no mundo todo, fazendo desabrochar diversos movimentos de caráter salvacionista no Brasil. Com isso, conseguimos identificar inúmeras correntes políticas. Que, muitas vezes, confundiam-se por tanta semelhança ideológica.

Havia anarquistas, comunistas, republicanos, monarquistas, integralistas, e nesse baile de

pensamentos confusos muitos mudavam de corrente, caracterizando literalmente um habitat propício à “anarquia de ideias” descrita por Azevedo Amaral.

Partindo dessa justificativa para interpretar as causas que levaram intelectuais, com formações políticas distintas, a aderirem ao projeto de uma revolução cultural proposta pela *Ação Integralista Brasileira*, na década de 1930, é que nos indagamos de que forma esse processo ocorreu dentro do movimento integralista de Plínio Salgado.

Dentre os movimentos políticos que constituíram o cotidiano e o imaginário brasileiro nos anos 30 do século XX, a AIB caracterizava-se por ter em seus quadros homens de variadas formações políticas, ideológicas e culturais. A *Ação Integralista Brasileira* foi um movimento com característica organizacional fascista e autoritária, e definia-se como:

um movimento de cultura que abrange:
1º) uma revisão geral das filosofias dominantes até o começo deste século e, conseqüentemente, das ciências sociais econômicas e políticas, 2º) a criação de um pensamento novo, baseado na síntese dos conhecimentos que nos legou, parceladamente o século passado.
(SALGADO, 1934, p.87)

Suas fileiras eram formadas por membros ligados, direta ou indiretamente, aos segmentos mais

tradicionais e conservadores da sociedade brasileira. Seus líderes eram, em sua maioria, militares e letrados com formação tradicional e católica, alguns descendentes de homens que compuseram direta ou indiretamente à Guarda Nacional.

Estes letrados eram, em grande parte, homens que possuíam alguma ligação com as antigas oligarquias da chamada República Velha, membros de falidas oligarquias (MICELLI, 1977) que, após a crise norte-americana de 1929 e a crescente caça de Vargas aos poderes oligárquicos locais, estavam sendo jogados à margem das discussões políticas em suas, ainda, “províncias”, ou seja, esses “homens das letras” almejavam com o projeto da AIB resgatar seus poderes e privilégios que aos poucos estavam sendo perdidos.

Dentro de uma aparente homogeneidade entre os membros da AIB, encontramos sujeitos de características políticas diferentes. Usaremos dois desses líderes para trabalhar e, analisando discursiva e genealogicamente suas ideias, (FOUCAULT, 2006) buscaremos encontrar nas descontinuidades, nas lacunas dos seus discursos justamente o que fez com que homens politicamente diferentes formassem a cúpula de um movimento autoritário e conservador.

Estabelecendo semelhanças entre a proposta integralista e os interesses desses letrados, encontraremos uma justificativa comum para suas atuações junto à *Ação Integralista Brasileira*.

Através de uma escolha pensada a partir do critério da quantidade de fontes disponíveis, escolhemos dois

letrados considerados importantes na estrutura da AIB: Plínio Salgado e Câmara Cascudo. Com isso, poderemos estabelecer relações entre o local e o nacional.

Filho do Coronel Francisco das Chagas Salgado, o escritor paulista Plínio Salgado, autor de *O estrangeiro* – conceituada obra do círculo modernista – foi quem deu início ao projeto da AIB, em 1932, com a fundação da Sociedade de Estudos Políticos (SEP). Meses depois, em um pronunciamento no Teatro Municipal de São Paulo, Plínio Salgado anunciou o Manifesto de Outubro, no qual definiu a proposta da *Ação Integralista Brasileira* e deu um caráter institucional ao movimento, oficializando a AIB como uma sociedade cultural e política.

O interesse de Plínio Salgado pela fundação de um movimento com as características da AIB, surgiu em uma viagem que o mesmo fez, em 1930, à Europa e a Ásia, como preceptor do filho de Souza Aranha, onde conheceu de perto o projeto fascista italiano.

Salgado fora um dos líderes do movimento artístico de caráter nacionalista “Anta”. Ao ter contato com a ideologia fascista, teria observado na estrutura nacionalista, organizacional e ideológica do movimento de Mussolini uma forma de fundar no Brasil um movimento nacionalista com base autoritária e tradicional. Assim, ao retornar ao Brasil fundaria a AIB, da qual foi líder do início até 1938, ano da proscrição do movimento pelo regime Vargas. Plínio Salgado se exilou em Lisboa, em 1939, após constantes pressões sofridas por parte do Governo Vargas e só voltou ao Brasil em 1945 após o fim do Estado Novo.

Respeitado membro da elite letrada brasileira, Câmara Cascudo entrou na AIB em 1933, ocupando dentre outros cargos, a chefia da *Província Integralista do Rio Grande do Norte* e uma vaga na chamada *Câmara dos 400* da AIB. Conhecido por ser um escritor compulsivo, Cascudo escrevia sempre nas publicações integralistas e, quase sempre, seus escritos buscavam resgatar através dos estudos da cultura nacional as raízes da nacionalidade brasileira, obedecendo a plataforma ideológica integralista.

Cascudo permaneceu na AIB até 1937 quando a mesma foi extinta após o golpe de Vargas, mas diferente de Plínio Salgado, continuou no Brasil e apoiou a política varguista até o fim do Estado Novo, o que deixa evidente as diferentes posturas políticas adotadas por esses dois homens.

Dentro da produção desses dois sujeitos, tentaremos articular os discursos que uniram homens heterogêneos em torno de uma causa única e própria. O que levou sujeitos distintos a unirem-se em torno do projeto Integralista? E qual o elemento que os une, fazendo com que fossem aliados? São esses discursos que propomos identificar para que possamos estabelecer comparações e, principalmente, encontrar a interseção nos discursos dos nossos “homens das letras”.

O projeto, a união e o que os atraiu

Com a fundação da AIB, em 1932, Plínio Salgado iniciava um projeto ambicioso baseado na força dos

letrados brasileiros. Seu discurso era direcionado à juventude burguesa, principalmente estudantes das faculdades brasileiras em formação ou há pouco formados.

Esse alvo do discurso integral era lógico e objetivo. Em sua maioria, a juventude que estava saindo das universidades brasileiras (na primeira metade do século XX) era formada por filhos e/ou aparentados das oligarquias locais. Sendo assim, esses jovens seriam portadores dos valores tradicionais a que pertenciam, mas, ao mesmo tempo, estariam preparados intelectualmente para a modernidade, formando um corpo tradicional e ao mesmo tempo letrado que daria forma ao alicerce de sustentação do discurso integralista e seriam as futuras lideranças das fileiras integralistas.

O paradoxo do integralismo pode ser resumido como um movimento que pretendia absorver o modernismo sem abandonar o tradicionalismo. Esse é um ponto interessante nas concepções da AIB. Por ela pretender ser um movimento que se dispunha a fazer uma conciliação entre tendências diferenciadas que se apresentariam no pensamento do povo brasileiro é que a proposta integralista ganhou muitos adeptos. Em um período de caos ideológico, era preciso cativar as pessoas que em sua grande maioria ainda estavam mais atreladas às tradições oligárquicas do que aos avanços da modernidade.

A liderança integralista era suficientemente sensível com relação à perturbação ideológica em que

o Brasil se encontrava, sabia do tormento que era o cotidiano do povo brasileiro. Nesse ponto, o importante é que “para compreender o discurso dos integralistas é fundamental ter em mente que falavam a um público considerado inseguro, medroso e a espera do grande líder que lhes oferecesse proteção”. (FREITAS, 1988, p.33)

Quando se procura um denominador comum para os letrados da AIB, um traço característico que os enquadrem dentro de uma mesma lógica, de um mesmo objetivo, percebe-se que é a forma como pensam a cultura. Esse é o fator decisivo para que homens distintos lutarem por uma mesma causa.

Plínio Salgado e Luís da Câmara Cascudo foram homens que trabalharam a cultura de modo semelhante. Coincidência ou não, buscavam trabalhá-la a fim de encontrar na cultura popular os vestígios, os traços das tradições sociais brasileira, elementos mantenedores de nossa alma e de nossa identidade. Estes vestígios, na verdade, advinham da sociedade estamental, heranças oligárquicas que, segundo eles, constituíam o cerne do nacionalismo brasileiro.

No livro *A Quarta Humanidade*, Plínio Salgado denuncia a sociedade que presenciava encontrava-se desorientada, sem rumo, como a dos homens das cavernas – um quadro explicado pela “anarquia de ideias” referenciada nos escritos de Azevedo Amaral. Dentro dessa lógica, Salgado afirmava que cabia ao integralismo brasileiro, com sua capacidade intelectual e seu quadro de homens pensantes, conclamar

a juventude brasileira a promover uma *revolução* cultural, participando da formação da humanidade integral e perfeita, baseada na lógica integralista da formação da “Quarta Humanidade”. (SALGADO, 1934)

A juventude brasileira era o principal alvo do discurso integralista – assim como era do discurso nazista e fascista na Europa. Essa juventude seria capaz de entender os objetivos da AIB e que aliada aos letrados integralistas, reunia condições de resgatar a cultura popular e, conseqüentemente, cunhar o espírito nacionalista almejado pela Nação brasileira.

Justamente por aliar nacionalismo, catolicismo e tradicionalismo é que a AIB ganhou um número expressivo de adeptos e consolidou esse discurso de resgate e de fortalecimento do nacionalismo através da cultura, o qual daria segurança a esse povo amedrontado e sem liderança descrita por Salgado em *A Quarta Humanidade*.

Nesse cenário montado pela *Ação Integralista Brasileira*, o povo era visto com o detentor da cultura legitimamente nacional, mas, na maioria das vezes, não tinha a consciência e nem reconhecia que possuía essa cultura de fato. O povo aparece nos escritos de Salgado como “um monstro inconsciente e estúpido”, logo, seria função e obrigação social da AIB domar esse monstro e adaptá-lo para o Estado Integral.

Para os intelectuais integralistas era lógico e natural pensar o povo dessa forma, não havia nada de absurdo em ver o povo como ignorante. Para os letrados integralistas o povo não tinha a capacidade

de interrogar-se, não sabia as origens daquilo que possuía. Afinal, isso não era seu dever, esse era o dever do intelectual.

Por isso, dentro da proposta da AIB, Plínio Salgado almejava a elevação do nível cultural do povo, de modo que possuía nos quadros integralistas homens interessados nessa elevação. Salgado tinha os líderes para uma revolução cultural, que seria obrigatoriamente necessária para o desenvolvimento do país.

O conceito de cultura aparece de maneira semelhante nos escritos de Câmara Cascudo e Plínio Salgado. Ambos incorporavam a cultura como uma ferramenta utilizada na busca para se encontrar a origem de algo ou como uma coleção de técnicas que, podendo ser deslocadas, podiam ser moldadas e forjadas quando aplicadas em uma sociedade.

Para Cascudo, a cultura podia ser entendida como “um conjunto de técnicas de produção, doutrinas e atos, transmissível pela convivência e **ensino**” [grifos meus]. (CASCUDO, 2004, p.34) Esse trecho é interessante para que percebamos o intuito de se trabalhar e se querer uma revolução cultural. Trabalhando-se com a cultura, o povo poderia ser moldado e adaptado dentro da fôrma cultural integralista. Ainda, segundo Cascudo, a cultura compreende o patrimônio tradicional de normas, doutrinas, hábitos, acúmulo de material herdado e acrescido pelas “aportações inventivas de cada geração”. Mas esse patrimônio não abrange a totalidade das outras culturas possuidoras dos mesmos elementos constitutivos.(Idem)

Através dessa concepção do conceito de cultura existente na obra de Cascudo, podemos entender o papel que ela desempenharia; como ele trabalhava a cultura e a sua função dentro do projeto intelectual integralista.

Ao se ter contato com os escritos integralistas de Câmara Cascudo percebe-se que o sentimento de nacionalidade era um dos fatores que mais lhe atraía dentro da proposta da AIB. No principal jornal integralista, *A Offensiva*, Cascudo nos revela o angustiado sentimento do homem que luta para resgatar suas origens, seus heróis e, através dos seus artigos culturais ressuscitar e dar *status* a heróis, mitos e figuras importantes do período imperial brasileiro que estavam caindo no esquecimento após a proclamação da República no Brasil.

Fica evidente que a função cultural desse erudito provinciano consistia em resgatar heróis, lendas e mitos por meio dos seus artigos publicados nos periódicos integralistas. Tais resgates tinham por objetivo evidenciar a importância do letrado na recuperação da memória nacional. Lutando pelo sentimento nacional, esses homens como Cascudo e Salgado viam na revolução proposta pela AIB a forma mais coerente de se promover uma mudança estrutural no país. – Embora para nós contemporâneos pareça mais uma proposta utópica e romântica do que racional.

A propaganda promovida pela AIB nos seus meios de comunicação fazia referências aos seus líderes letrados, dando-lhes postos de heróis, paladinos,

homens capazes de promover mudanças, situando esses homens em ordens culturais importantes, evidenciando e dando credibilidade a seus letrados:

Câmara Cascudo uma das expressões mais patrióticas, uma das personalidades mais decididas. Veterano do nosso movimento, antigo Chefe Provincial do Rio Grande do Norte, atual membro da “Câmara dos Quatrocentos” da AIB, vulto de destaque na sociedade potiguar, onde ocupou cargos de relevância na vida pública, aquele nosso companheiro merece toda a nossa admiração e todo o nosso louvor. (A OFFENSIVA, 18 de setembro de 1937)

Câmara Cascudo aparece para o imaginário do leitor integralista como um paladino, moralmente um respeitável homem da sociedade, apto, capaz de conduzir o povo em direção a uma revolução que será recompensada pela instauração da tão desejada “Quarta Humanidade”.

Evidenciam-se nos escritos de Cascudo seu entendimento de que a cultura além de poder ser transferida podia ser manipulada e aplicada de outras formas, com isso, pretendia reajustar a mentalidade do povo dentro da mentalidade e da hierarquia montada por Plínio Salgado e a AIB: A lição, nem por todos percebida, é que cada povo organizará a sua civilização

e que as culturas constituintes devem ser livremente escolhidas, mantidas ou **criadas na mentalidade nacional reajustadora**. [grifos meus] (Idem, p.42)

Além disso, fica clara a intenção de resgatar a cultura popular pretendida por Cascudo e Salgado, mas, fica mais evidente como essas culturas podem ser moldadas a interesses e poderes, principalmente por aqueles que conseguem interpretar e manejar o conceito de cultura.

Quando encontramos a definição de cultura para o integralismo, devemos entender que a definição desse conceito é, em todo, fundamentado no pensamento de Plínio Salgado. Por possuir uma rígida hierarquia administrativa, na qual o líder maior era o responsável pela definição oficial do movimento, afinal ele era a instituição personificada, os conceitos eram estabelecidos por Plínio Salgados em nome da AIB.

Assim sendo, Salgado e a AIB entendiam cultura como “a posse de determinados conhecimentos, tais como os ligados à arte, à literatura, à filosofia e à ciência. Cultura era, por conseguinte, um bem que podia ser transmitido por aqueles que a possuíam”. (CAVALARI, 1999, p.42)

Partindo da ideia que os letrados integralistas eram os detentores da cultura, não como objeto em si, mas como entendedores e definidores, e que o povo apenas trazia o gérmen do nacionalismo na sua essência através da cultura popular, Cascudo e Salgado vestem-se como líderes e “apressam-se em defender a cultura popular dos ataques que o progresso estaria

lhe deferindo, adotando uma postura paternalista e essencialmente museológica”. (OLIVEN, 1984, p.44)

A AIB aparece na rede de poderes que envolvem a política brasileira na década de 1930 como um movimento formado por intelectuais, que atuam como agentes da consciência e do discurso do povo, (FOUCAULT, 1997, p.71) adotando uma postura conservadora e reacionária aos excessos modernos da pulsante sociedade liberal burguesa. Chegando a esse ponto podemos estabelecer algumas conclusões acerca da análise desses sujeitos e com um problema em comum.

Ao analisar os discursos integralistas de Salgado e Cascudo identificamos o conceito de cultura como o ponto de interseção entre o pensamento político cascudiano e de Salgado. A forma como ambos utilizavam esse conceito para justificarem suas atuações políticas e sociais, encarando a cultura como um instrumento de revolução, ao mesmo tempo em que se colocavam como sujeitos interpretadores da cultura popular, visava moldar os interesses da Nação, acalmando assim o desnorteado povo brasileiro.

Moldado ao que seria os interesses dessa Nação (obviamente liderada pelos letrados integralistas) o nacionalismo defendido e resgatado pela AIB utilizará a imagem da autêntica raça e cultura brasileiras:

Essa ideia de autenticidade valorizava os elementos da cultura indígena, da cultura cabocla, do homem sertanejo,

da pessoa do interior. A nação era o grande mito integralista. A união entre os interesses da nação e a ação do Estado deveria ser organizada por um único partido, a Aliança Integralista.(FREITAS, 1998, p.44)

Por fim, encontramos o uso da cultura como um mecanismo que atende a interesses diversos, mas acaba reunindo sujeitos com uma formação intelectual em busca da origem do sentimento nacionalista. Isso aparece como um ponto que faz convergir homens de posturas diferentes em torno de uma mesma causa: uma nação liderada pelos homens das letras, que viam na revolução cultural da AIB a forma de aplicarem seu capital intelectual em uma causa que lhes daria prestígio e poder, rendimentos que as letras até então não haviam possibilitado.

Assim, como já ocorrera com o operariado do século XX, claramente diferente em costumes e posturas, que no Leste Europeu se uniu em torno da conclamação de Marx e seu *Manifesto*, a *Ação Integralista Brasileira* conclamou os diferentes letrados brasileiros em torno de uma causa única, com o desejo de reunir forças e se definir no meio da “anarquia de ideias” existente no Brasil dos anos 30.

Sob o lema que foi a bandeira em toda sua trajetória, “Deus Pátria e Família”, os letrados integralistas conciliaram seus ideais com sua força de persuasão através das letras e atenderam a conclamação de

Salgado, que em seus escritos exaltava: “despertemos a Nação (...) será mais uma clarinada conclamando os moços a virem formar a grande força capaz de construir a grande Pátria”.(SALGADO, 1934) O desejo de todos os integralistas era uma vitória da cultura letrada, e que aos ventos exclamasse: letrados de todo Brasil uni-vos!

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Ágeis, inquietos e buliçosos: o corpo do povo e outros corpos na obra de Luís da Câmara Cascudo*. Digitado. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2008.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Alma Patrícia, crítica literária*. Natal: Atelier Typ. M. Vitorino, 1921.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Civilização e cultura*. São Paulo: Global, 2004.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. São Paulo: EDUSC. 1999.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. *Câmara Cascudo o jornalista integralista*. Natal: CHLA/UFRN, 1995.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. *Cascudo o camisa verde*. Natal: Sebo Verde Amarelo, 2004.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. *Pequena história do Integralismo no Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1986.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. (32ª ed.).

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GOMES, Edna Maria Rangel de Sá. Anexos. In: _____. *Correspondências: leitura das cartas trocadas entre Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade*. 1999. 125p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

OLIVEN, Ruben George. A Relação estado e Cultura no Brasil: cortes ou continuidades?. In: MICELI, Sérgio. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. Rio de Janeiro: Olympio, 1934.

O CAOS COM CAUSA: VINGT-UN ROSADO E O VEIO POLÍTICO DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NA COLEÇÃO MOSSOROENSE

Fabiano Mendes¹³

No dia 14 de maio de 2000, um domingo, circulou no jornal *O Estado de São Paulo* o 52º número da série *Redescobrimo o Brasil*, com a matéria *O inventor da maior coleção de títulos do país*. O “inventor” era Vingt-un Rosado¹⁴ e “a maior coleção de títulos” a *Coleção Mossoroense*. Escrita pela jornalista Rebeca Kritsch, a série, que em 2002 saiu em formato de livro, era o resultado de experiências vividas em viagens pelo território brasileiro à cata de particularidades de um país que tinha muito o que ser apresentado a si mesmo.

13 Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

14 Vingt-un Rosado (1920-2005) foi o vigésimo primeiro e último filho de Jerônimo Ribeiro Rosado e Isaura Rosado Maia, sua segunda esposa. O patriarca da família Rosado foi um paraibano da cidade de Pombal que em 1890 se mudou para Mossoró a convite de um amigo cearense para instalar uma farmácia. Na nova cidade, aproveitando a posição de empresário e aliado das lideranças políticas locais e da experiência como fiscal da iluminação pública no Rio de Janeiro, Jerônimo Rosado se destacou como empreendedor e negociante de oportunidades aliando serviços públicos e iniciativa privada. Chegou inclusive a assumir a intendência do município em mais de uma ocasião. Essa é a raiz do poder econômico e do diálogo estabelecido com a esfera política que permanece no século XXI e cujo entendimento passa, obrigatoriamente, pela figura de Vingt-un Rosado, o maior responsável pela construção de um imaginário cravado na história de Mossoró e do Rio Grande do Norte nas últimas sete décadas (FELIPE, 2001; FERNANDES, 2010).

A pergunta inicial a ser feita quando se lê o título da matéria é: para além do fato de ser “a maior”, o que fazia a *Coleção Mossoroense* e Vingt-un figurarem como fenômenos brasileiros dignos de serem mostrados ao Brasil?

A resposta pode começar a ser traçada a partir do trecho que abre a matéria:

O que você diria de um homem que toma dinheiro emprestado de agiotas para editar livros que não vende, mas doa? Isso no Brasil, um país onde se vende por ano menos de um livro por habitante e que registra um índice de analfabetismo funcional – pessoas incapazes de utilizar a leitura e a escrita para resolver situações do próprio cotidiano – de 30,5%. Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia montou assim, com empréstimos de agiotas, colaborações de amigos e vez por outra doações oficiais, a *Coleção Mossoroense*, a maior do Brasil, com 3 mil títulos. “É um negócio de doido que começou em 1949”, conta Rosado, hoje com 79 anos, morador ilustre de Mossoró, no Rio Grande do Norte. “Um homem de juízo não faria isso”, brinca. Dentre os 3 mil títulos da coleção, mais de mil são livros – e mais de 700 dedicados à seca. A *Coleção Mossoroense*

é responsável pela maior bibliografia do país sobre a grande praga do Nordeste. “É a linha mais importante”, explica o criador da coleção.

A maneira caótica de conseguir e gerir recursos (“um homem de juízo não faria isso”), os números gigantescos e a diversidade temática que compõem o universo da coleção dificulta a alocação de Vingt-un como apenas uma peça na sequência complexa da engrenagem que sustenta o poder local dos Rosados – há títulos como *Handebol: programa de educação física* (1978), de José Baptista de Melo; *Nomes de aves em língua tupi* (1913), de Rodolpho Garcia e *O território do sal – a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte* (1995), de Manuel Correia de Andrade. Ou seja, a *Coleção Mossoroense* não seria somente um veículo dos poderes oficiais que nela jogam recursos para dela colherem os benefícios da propaganda, muito embora isso tenha sim ocorrido; e, com efeito, seu coordenador não seria apenas o gerente do mecanismo captador de recursos públicos para tal finalidade. Da lista de mais de 4.000 mil títulos (a coleção não parou de lançar títulos até pelo menos 2015) Vingt-un figura como autor, co-autor ou organizador de cerca de 550 obras (mais ou menos 200 títulos da Série C e mais de 300 plaquetas da Série B); ele também foi o responsável pela publicação de obras (acadêmicas ou não) de mais de 200 novos escritores; e na coleção contam centenas de títulos (técnicos ou

acadêmicos) das Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias e Ciências Agrárias. Portanto, o gigantismo dos números e a variedade de focos flagram a atuação de um intelectual interessado, antes de tudo (ou apesar de tudo), na difusão das letras.

Mas se a movente da trajetória do professor Vingt-un Rosado era a difusão das letras e do conhecimento, não se pode simplesmente ignorar como sua trajetória e a de sua obra – compreendendo-se obra desde a criação e sustentação de uma instituição de efeito simbólico como é a *Coleção Mossoroense* até os equipamentos físicos que pensou e ajudou a instalar no estado do Rio Grande do Norte, bem como sua produção escrita – trazem profunda intimidade com o veio político. Num movimento de retroalimentação, essa intimidade atravessa muitos dos textos da coleção num nítido retorno (ou contribuição) ao campo da política, inclusive, partidária.

Na plaqueta *A história da água em Mossoró é a própria saga heroica dos Rosado* (sic), de 2001, Vingt-un dá uma clara demonstração de como o eixo reconhecidamente mais importante da coleção – a questão da seca no Nordeste – encontra perfeita sintonia com outro eixo da coleção: os feitos da família Rosado. Fazendo uma espécie de mitologia política a partir de Jerônimo Rosado, o patriarca, Vingt-un defende a visão de como os Rosados lutaram (e lutam) pelo progresso da cidade e da região há mais de um século. A narrativa que alia genealogia, memória, sentimentalismo, firmação imaginária funciona muito bem no texto superficial de

pouco mais de cinco páginas. Sobre Jerônimo Rosado (o patriarca), o foco é o denodo pioneiro em 1919 – “foi o primeiro da sua família a lutar desesperadamente pelo abastecimento d’água de Mossoró”. Sobre Dix-Sept Rosado (o prefeito e governador, morto em acidente aéreo), o sacrifício imorredouro: “Naquele distante ano ele assumia o grande compromisso de sua existência, que o levaria ao sacrifício da própria vida, aos 12 de julho de 1951. Tornava-se o imortal da saga heroica”. Sobre Vingt Rosado (um dos herdeiros do capital político de Dix-Sept), a sobrevivência da luta com obras locais com o mandato de prefeito a partir de 1953: “Vingt e Silvio Pedrosa (sic)¹⁵ [governador do Rio Grande do Norte após a morte de Dix-Sept], mesmo lutando contra a má vontade do presidente Café Filho, executaram o projeto Saturnino de Brito”¹⁶. Sobre Dix-Huit Rosado (outro herdeiro do capital político de Dix-Sept), a continuação engenhosa rumo a conquista atuando na arena legislativa nas décadas de 1950 e 1960 e na administração municipal nas de 1970, 80 e 90: “realizou o maravilhoso projeto de trazer as águas minerais potáveis, do arenito Açú, quase das

15 Governador do Rio Grande do Norte após a morte de Dix-Sept Rosado, de 1951 a 1956.

16 O chamado projeto Saturnino Brito era fruto do tradicional Escritório de Engenharia Civil e Sanitária Francisco Saturnino Brito, sediado no Rio de Janeiro. Na Coleção Mossoroense, o projeto é analisado pelo engenheiro italiano Pedro Ciarlini – esse sobrenome comporá a órbita do poder dos Rosados a partir da década de 1990. Ver em CIARLINI, Pedro. Ligeiras considerações sobre o projeto de saneamento, elaborado pelo engenheiro Saturnino de Brito Filho (sic). Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 1999 – Série B, n. 1801. (primeira edição: 1951)

lonjuras do Japão, a mil metros de profundidade”. Sobre Laire Rosado (genro de Vingt Rosado que atuou como Deputado Federal na década de 1990) e Rosalba Ciarlini (nora de Dix-sept e prefeita de Mossoró na época na escrita da plaqueta), o arremate, a consolidação e o período próprio da narrativa: “Laire Recebeu das mãos de Vingt a bandeira do açude Santa Cruz, que será a etapa seguinte da Adutora Jerônimo Rosado¹⁷ [...] Rosalba está executando um projeto exemplar no abastecimento das áreas rurais.” A linguagem simples, quase de um relatório, tem no seu final, com o artifício de tiques, uma eficiência cristalina ao fechar o laço que o título da plaqueta quer fazer crer:

1890 — Ano em que o farmacêutico Jerônimo Rosado chegou a Mossoró para iniciar a luta incessante pelo abastecimento d’água da cidade. No dia 24 de março de 2000, Mossoró recebia, oficialmente, a Adutora Jerônimo Rosado. Com proposta de acabar em definitivo com o grave problema da falta d’água na segunda maior cidade do Rio Grande do Norte, a obra de R\$ 40,5 milhões está cumprindo sua finalidade.

17 A referida adutora, obra concluída no governo de Garibaldi Alves Filho, recebeu o nome daquele que seria o primeiro a pensar e realizar medidas para a questão do abastecimento de água em Mossoró. Justa ou não, a homenagem é mais um elemento na construção imaginária do que teria sido a atuação secular dos Rosados.

O *modus operandi* desse veio político da *Coleção Mossoroense*, definido por Lacerda Felipe como “fábrica de imortais”, pode ser verificado em vários outros temas: educação, cultura, administração pública. Sempre há o recurso a trechos publicados em outros canais – principalmente o jornal *O Mossoroense* – e o requestrar de títulos da própria coleção. Mas reforçando o já afirmado, a faceta política da coleção – talvez a mais marcante – não é a única. Mas sem ela não se pode compreender a existência da própria coleção e a atuação de seu maestro.

No ano de 1968, em Mossoró, principal cidade do interior do Rio Grande do Norte, a família Rosado – elite política local –, lançava Jerônimo Vingt-un Rosado Maia candidato a prefeito. A aposta era a continuidade de um projeto que em Mossoró teve como momento fundamental, mesmo que não inaugural, o mandato de Jerônimo Dix-sept Rosado, eleito prefeito vinte anos antes a partir de uma associação entre a *União Democrática Nacional* (UDN) e o *Partido Social Progressista* (PSP) para combater o crescimento no Rio Grande do Norte do *Partido Social Democrático* (PSD), todos partidos criados com o fim do Estado Novo.

Em 1948, era parte das promessas do novo prefeito promover uma “cruzada” pela cultura mossoroense. Foi nesse contexto do pós-Segunda Guerra e do retorno à democracia após o Estado Novo (ao menos no plano

eleitoral) que Vingt-un Rosado se tornaria o que ele mesmo mais tarde denominou de “trabalhador braçal da cultura” (ROSADO, 1998, p. 03).

A então chamada “batalha da cultura”, capitaneada por Vingt-un, foi decisiva para deixá-lo estrategicamente posicionado numa elite local letrada de base conservadora a serviço da instalação progressiva do que se entendia como a necessária modernização da educação local. O desenrolar desse projeto se deu conjuntamente à manutenção da memória da elite (com destaque para os próprios Rosados) em associação com o projeto mais amplo de tornar Mossoró uma espécie de capital do interior do estado e força política cuja zona de influência maior era a mesorregião do Oeste Potiguar, que ainda precisava ser devidamente “inventada”. Essa construção simbólica dependia de outras ações, como a solução dos problemas com o abastecimento de água e o fornecimento da energia elétrica – outras “batalhas” que ajudaram no chamamento coletivo e no fincamento da família Rosado no poder local, ou seja, a construção de uma memória a ser utilizada no futuro dependia de realizações o mais concretas possível. As várias reedições de muitas plaquetas publicadas no início dos anos 1950 sobre planos e realizações na esfera administrativa reforçam essa tese.¹⁸

18 A plaqueta mencionada na nota 4 deste artigo é um exemplo claro do recurso às reedições como meio de reanimação da memória diante de projetos plena ou parcialmente exitosos. Apresentado como documento no Boletim Mensal do Rotary Club de Mossoró, em janeiro de 1948, o texto do engenheiro Pedro Ciarlini circulou a partir de 1951, retornou em 1991 e em duas outras plaquetas lan-

Com algum intervalo, o período que se inicia como o fim do Estado Novo e vem até os dias atuais foi um desfile de gerações de membros da família Rosado em várias instâncias do poder local, regional e nacional. A derrota de Vingt-un (ARENA) para Antonio Rodrigues (MDB), apoiado pelo governador Aluísio Alves, por menos de 100 votos num universo de mais de 22 mil, na já citada disputa eleitoral de 1968 provocou um desses intervalos. Pouco afeito a arte do palanque, o professor Vingt-un, tendo passado duas décadas na vitrine da intelectualidade local e na linha de frente das ações do grupo político com atuação no campo da educação e da cultura, soube capitalizar a derrota colando-a à própria imagem de ponto fora da curva no gráfico de detentores do poder local, chegando a colocar em seu currículo o item “candidato derrotado a prefeito de Mossoró em 1968” (FERNANDES, 2010, p. 84-85). Ainda chegou a ser vereador (1973-1977), mas foi à frente de órgãos que cuidavam da cultura e da educação que exerceu um poder capaz de perpetuar o próprio e o dos demais no imaginário político do estado.

O levantamento feito por Felipe mostra que a imagem de “preparados” para exercer o poder parte da combinação original entre Dix-sept, “o empresário empreendedor que consolida as empresas da família” e de Dix-huit, “médico, capitão de polícia e orador

çadas em 1999. Há ainda pelo menos mais dois títulos sobre o assunto escritos pelo próprio Vingt-un: Alguns apontamentos sobre a Batalha da Água em Mossoró, n. 20 da série C, de 1967 e Minhas Memórias da Batalha da Água, n. 1128 da série C, de 2000.

brilhante”. Juntamente como Dix-neuf, Vingt, Vingt-un e Duodécimo, Dix-sept e Dix-huit formam o que Lacerda Felipe chama de “primeira equipe funcional”. E sob a liderança de Dix-sept, eis a estruturação e o alcance da equipe:

Num primeiro momento que é o definido por Dix-sept, Vingt Rosado (farmacêutico), que já era vereador e manteria a coordenação desse poder local (Vingt foi 2 vezes vereador, prefeito de Mossoró – 1 mandato, deputado estadual – 1 mandato e deputado federal – 7 mandatos); Dix-huit Rosado (médico), que já era deputado estadual, seria o parlamentar do grupo (Dix-huit foi deputado estadual – 1 mandato, deputado federal – 2 mandatos, senador – 1 mandato, presidente do INDA – Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, no governo Costa e Silva e prefeito de Mossoró – 3 mandatos)

Vingt-un (agrônomo), Dix-neuf e Duodécimo compunham o sustento financeiro do grupo, cuidando das empresas da família (gesso, sal e oficinas retificadoras de motores), mas Vingt-un exerceria também uma outra função, a de intelectual do grupo e homem ligado à educação que propõe, através dos livros

publicados pela Coleção Mossoroense, “esculpir a história da cidade”, realçando os seus mitos e sua ética de lealdade ao lugar. (FELIPE, 2001, p. 88-96)

Mais especificamente sobre Vingt-un e a *Coleção Mossoroense*, objeto principal deste texto, a função de escultor foi exercida incansavelmente. E à medida que esculpia e retocava a história da cidade e construía a imagem da família, delineava os próprios contornos e dava à coleção o aspecto disforme de exercer o duplo papel de se tornar um acervo horizontal das mais variadas temáticas, ligadas ou não ao universo acadêmico, concomitante ao papel de se constituir como mecanismo adaptável de registro de feitos e irradiação de projetos e ideários do grupo líder da política local.

Endossado por Dix-sept na prefeitura e com o apoio na esfera estadual de Dix-huit atuando na Assembleia Legislativa, Vingt-un instalou, ainda em 1948, o Museu Público Municipal, a Biblioteca Pública Municipal e o *Boletim Bibliográfico*, este último

Uma proposta editorial ‘que reúne pesquisas, contribuições de escritores e sobretudo a divulgação de documentos de arquivos, atas da Câmara Municipal de Mossoró, contribuições sobre genealogias regionais, etnografia e folclore’. (GALVÃO apud FELIPE, 2001, p. 91).

Esses equipamentos, com destaque para o *Boletim Bibliográfico*, estariam, de acordo com as palavras do próprio Vingt-un, a serviço de uma batalha pela cultura que deveria ser constantemente travada – como de fato aconteceu, partindo do ângulo mais apropriado para o que se entendia por cultura. O filho mais novo da primeira geração dos Rosados em Mossoró, mentor (ou “trabalhador braçal”) do projeto de difusão cultural, não criou algo essencialmente novo. Observando as experiências vividas em outras cidades e à luz dos ensinamentos de Câmara Cascudo, Vingt-un tentou dar às potencialidades artístico-intelectuais-acadêmicas locais – variadas, certamente, mas um tanto selecionadas pela lógica de um projeto-guia maior – a unidade necessária para do caos sobrevir a causa; dum movimento do plural cultural para um singular do que se entendia ser a cultura. Assim, procedendo durante toda sua vida pública, Vingt-un se encaixou na equação formulada por Michel de Certeau: “a cultura no singular traduz o singular de um meio”, quando “o singular traça em caracteres cifrados o privilégio das normas e dos valores próprios de uma categoria” (2011, p. 227). Ou seja, era missão do “inventor”, talvez não tão clara no começo, mas decerto guiado por uma imagem desejada, envolver num círculo harmônico o icosaedro das diferentes realidades que não poderiam simplesmente ser ignoradas.

O plano de ação nessa batalha era o “Programa Municipal de Difusão Cultural”, apresentado no *Primeiro Congresso Municipal Norteriograndense*, em

1949. Alegando que por mais parques que fossem os recursos econômicos das prefeituras do Rio Grande do Norte, elas poderiam (e deveriam) “adotar um programa mínimo de realizações no setor cultural”. A experiência de pouco mais de um ano em Mossoró já lhe servia de base para propagandear os feitos da sua prefeitura e influenciar as demais prefeituras do estado. (ROSADO, 1991, p. 03).

O coração de um programa mínimo de cultura ideal seria a biblioteca pública municipal. A ela se agregariam a biblioteca infantil, o conselho municipal de cultura e o museu municipal. Sobre os museus, Vingt-un destaca no plano a necessidade de três museus temáticos que instalados estrategicamente cobririam as principais regiões do estado.

O museu de MOSSORÓ procuraria se especializar cada vez mais em ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA DO RGN, o MUSEU DE NATAL seria um verdadeiro Museu Social do Estado e o MUSEU DE CURRAIS NOVOS estudaria de preferência a GEOLOGIA e a MINERALOGIA da Província. (Ibidem, p. 08-09)

Em 1949, na esteira do projeto e como desdobramento do *Boletim Bibliográfico*, formou-se a *Coleção Mossoroense*. Quando nasceu, a coleção estava umbilicalmente ligada à prefeitura, passando em 1974

a se instalar e ter apoio financeiro da *Escola Superior de Agronomia de Mossoró* (ESAM), também criada por Vingt-un, em 1967 – hoje *Universidade Federal Rural do Semi-Árido* (UFERSA). A terceira etapa da editora começou em 1995, quando foi criada a Fundação Vingt-un Rosado e os convênios e parcerias passaram a acontecer com a prefeitura e com as empresas instaladas no município, principalmente a Petrobras, sobretudo a partir de 2000.

O *Instituto Cultural do Oeste Potiguar* (ICOP), foi fundado em 1957. No grupo de criadores dessa sociedade literária (até hoje na ativa) estavam Vingt-un Rosado e João Batista Cascudo Rodrigues, que cerca de dez anos depois viria a ser o primeiro reitor da *Universidade Regional do Rio Grande do Norte* (URRN) – hoje *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte* (UERN). No discurso proferido quando da fundação do instituto, João Batista Cascudo Rodrigues, após resumo dos feitos de dez anos antes, define a vocação de mais esse equipamento da memória que se lança na construção de um futuro prenhe de tradições:

O legado produzido por essas matrizes [a biblioteca e o museu] encerra o acervo simbólico que, neste momento, recebemos e entregamos ao povo mossoroense. Dotados desse inestimável patrimônio, enfeixamos os meios essenciais para a grandiosa empresa de “restabelecimento do equilíbrio entre

as chaminés e altura dos espíritos”, em nossa terra, conforme a incisiva sentença de Câmara Cascudo. O Instituto que agora fundamos, com a consciência de suas finalidades, estabelecerá novos paralelos no panorama cultural do Oeste norte-riograndense. Sua jurisdição se estenderá à enorme área territorial a que estamos ligados pelos fatos característicos da geografia física, econômica e cultural. (RODRIGUES, 1991, p. 04-05) [comentário nosso]

O discurso ainda ressalta o papel essencial de Vingt-un, alçado à figura de efígie da “jornada restauradora encetada em 1948” (*idem*).

A criação da escola superior e da universidade são elementos do projeto, que passaram, junto com outras entidades, como as lojas maçônicas, a acomodarem a chamada *Noite da Cultura*, evento iniciado em 1973 e que já está na 32ª edição. A principal função da *Noite da Cultura* é reunir intelectuais, empresários, administradores, políticos, autoridades militares e demais figuras consideradas de relevo na sociedade mossoroense para, acima de tudo, celebrar mais um ano da *Coleção Mossoroense* e seus feitos.

Em 1975 a família Rosado comprou *O Mossoroense*, jornal fundado em 1872, um dos mais antigos do Brasil – hoje funcionando apenas em plataforma digital. O periódico não só viria a cumprir o papel comum do

veículo, mas seria também mais um meio de aproximar a história da família com a história de Mossoró do século XIX; e mais, seria um veículo a mais da divulgação dos projetos e da consolidação da memória. Várias matérias publicadas n’*O Mossoroense* voltavam meses ou anos depois num suporte bibliográfico da *Coleção Mossoroense*, geralmente no formato plaqueta.

A partir desse breve levantamento das principais ações no campo da educação, da cultura letrada e da edificação da memória (isso sem levar em conta as dezenas de ruas, alguns bairros e outros equipamentos da cidade, como o teatro municipal, o ginásio esportivo e o aeroporto, todos com o nome de algum membro da família Rosado), tem-se alguma noção de como o imaginário em torno dos Rosados promoveu o que Pierre Nora chamou de “a memória tomada como história”, uma memória que “se apoia inteiramente no que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem.” E parecendo conhecedor da trajetória da família mossoroense, Nora finaliza apontando o processo evolutivo do registro: “o movimento que começou com a escrita termina na alta fidelidade e na fita magnética” (NORA, 1993, p. 12). Hoje, *O Mossoroense* está na internet e grande parte do acervo da *Coleção Mossoroense* está digitalizada.

A coleção foi, aliás, a grande força propulsora de todo esse projeto. Motivo de orgulho pessoal do seu idealizador e principal colaborador, a *Editora Coleção Mossoroense* chegou a lançar numa única noite, mais

especificamente a *17ª Noite da Cultura*, em 1991, um conjunto de 400 títulos editados num período de um ano. Obviamente o registro de tal feito acabou se tornando uma plaqueta, que anos depois viria ser lançada (1998), provavelmente aproveitando matérias saídas n’*O Mossoroense* quando do evento e engrossando a lista de títulos da própria coleção enquanto reavivava os feitos do patrono e, por conseguinte, da família e seu tino para deixar Mossoró em destaque estadual e nacional.

Foi assim que a partir de sustentações históricas e geográficas bem construídas, Vingt-un ousou denominar o município de “país de Mossoró”, buscando ultrapassar o entendimento de território pura e simplesmente administrado para chegar ao de lugar, maior, onde os Rosados não seriam confundidos com proprietários, mas sim como privilegiados subservientes honrados em fazer parte da história do “país” (FELIPE, 2001, p. 28-29).

Duas observações importantes devem sobressair quando esse processo de média duração é analisado: a primeira, seja qual for a posição diante da manutenção dessa imagem construída sobre Mossoró, é praticamente impossível discutir a história da cidade sem enfrentar a questão. A segunda questão, ainda mais importante, é que Mossoró está inserida no rol dos lugares que se tornaram “comunidades imaginadas”, verdadeiros “países” que cultivam uma espécie de nacionalismo, dando-se a ler como um espaço singular que se impõe diante dos demais lugares, mesmo que, inserido na

Unidade Federativa Rio Grande do Norte – na qual é, constitucional e politicamente falando, uma célula a mais –, atribui-se um papel de autonomia, um passado independente do centro do poder estatal, e tradições e características próprias de um “país”, de uma “nação”.

Assim, ao cunhar “país de Mossoró” – expressão um tanto chistosa, mas nada inocente – Vingt-un Rosado lança, conceitualmente, sobretudo na *Coleção Mossoroense*, não só uma imagem a ser consumida e trabalhada, mas dá margem a análises que podem ser embasadas naquilo que Benedict Anderson chamou de “capitalismo editorial”, ou seja, um dos fundamentos da experiência nacionalista que deita em papel projetos e estratégias de uma elite política envoltos em atmosfera mitológica, na qual passado e presente se confundem na manutenção de características que se pretendem atemporais. (ANDERSON, 2008, p. 51-70).

A característica geral de ser reconhecida mais pelo selo geral do que por uma linha específica – a exceção é o apelo à autofagia e à promoção dos mitos – leva a pensar a *Coleção Mossoroense* também como um impulso à prática da leitura e ao universo que rodeia o objeto livro. Sem ter como levantar no momento o grau de penetração dos títulos da coleção, aos moldes de uma história da leitura, é curioso perceber como a *Coleção Mossoroense*, mais ou menos um século depois do crescimento e da definitiva instalação da prática da leitura na Europa, sobretudo na França, acaba por capturar, a seu modo, aspectos daquele movimento.

Olhando para a expansão da leitura de massa na França em meados do século XIX, estiveram na proa da popularização da cultura escrita os romances-folhetins estrategicamente instalados nos jornais e os próprios jornais populares, quando conseguiram atingir o valor de um centavo. Também foram importantes as coleções de romances a preços módicos. Mas é destaque também “os livros de divulgação científica e, entre eles, em incontestável primeiro lugar, os dicionários e as enciclopédias, essas bibliotecas portáteis contendo o conhecimento do mundo”. (MOLLIER, 2008, p. 08-09)

No catálogo mais atual e completo da *Coleção Mossoroense*, ainda em fase de elaboração, constam 23 títulos com o formato de dicionário; quanto aos títulos que cobrem temas científicos, há na *Coleção Mossoroense* verdadeiras sub-coleções que vão da educação física à geologia, da zootecnia à economia, da história e geografia à astronomia. Ainda traçando um paralelo com Mollier, esse aspecto da *Coleção Mossoroense* a coloca num meio termo em relação às coleções que davam ao leitor a ideia de que ele encontraria novos títulos confortavelmente localizáveis em relação a temas estabelecidos cujo gosto e a demanda estavam garantidos e aquelas que “visavam à universidade”, um universo do “amontoamento, do bric-à-brac de objetos mais ou menos inassimiláveis, reunidos apenas para dar ao leitor a ilusão de que sua posse era indispensável ao homem moderno” (MOLLIER, 2008, p. 132-133).

O projeto de Vingt-un dependia da circulação e da leitura. Os livros deveriam ser escritos, lançados, terem morada segura e serem consumidos. O óbvio disso ultrapassa a mera afirmação e encontra na documentação publicada pela própria coleção o respaldo que permite o historiador ver para além do fenômeno o desfile do processo. Passadas tantas décadas ainda era imperativo ao “inventor” da maior coleção de títulos ver cada exemplar da coleção encontrar pares de olhos interessados na leitura. Cinquenta anos depois do *Programa de Difusão Cultural* endossado por Dixsept Rosado, Vingt-un lança *Sugestões para o Projeto Cultural da Prefeita Rosalba Ciarlini*, plaqueta que traz a sugestão de teatros, clubes de leitura e multiplica por dez o número de bibliotecas, focando nos bairros da cidade e na área rural. Maior a coleção estava, mais deveriam ser suas moradas.

Ainda falta muito o que se dizer sobre a *Coleção Mossoroense* e seu mentor. Mas qualquer que seja o tema escolhido e o foco teórico-metodológico a ser lançado, não se pode esquecer a lição de Michel de Certeau: “seria ilusório supor politicamente ‘neutra’ a mais técnica das discussões” (1995, p. 228).

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

CIARLINI, Pedro. *Ligeiras considerações sobre o projeto de saneamento, elaborado pelo engenheiro Saturnino de Brito Filho* (sic). Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 1999 – Série B, n. 1801. (primeira edição: 1951)

De CERTEAU, Michel. *A Cultura no plural*. 4. ed. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1995.

FELIPE, José Lacerda Alves. *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o País de Mossoró*. João Pessoa: Grafset, 2001.

FERNANDES, Paula Rejane. *A escrita de si do intelectual Jerônimo Vingt-un Rosado Maia: arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN) – 1920-2005*. 2014. 210 f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2010.

KRITSCH, Rebeca. *Redescobrimo o Brasil – o inventor da maior coleção de títulos do país*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 maio 2000, p. 223. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>

pagina/#!/20000514-38925-nac-0223-cd2-d11-not>.
Acesso em: 08 fev. 2018.

MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Trad.: Elisa Nazarian. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2008.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, vol. 10, dez./1993, p.7- 28.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. *Fundação do ICOP*. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 1991 – Série B, n. 968.

ROSADO, Vingt-un. *A história da água em Mossoró é a própria saga heroica dos Rosado*. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 2001 – Série B, n. 1963.

ROSADO, Vingt-un. *Um auto-retrato*. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 1998 – Série B, n. 1573.

ROSADO, Vingt-un. *Um Programa de Difusão Cultural em 1949*. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 1991 – Série B, n. 892

O CASO GROSSOS E SEUS MITOS: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E JURÍDICA DA QUESTÃO DE LIMITES ENTRE O CEARÁ E O RIO GRANDE DO NORTE (1902-1920)

Saul Estevam Fernandes¹⁹

A noção de espaço desnaturalizado pelo saber historiográfico ganhou força, sobretudo, com a primeira geração da *Escola dos Annales*. *O Reno: história, mitos e realidades* é um dos clássicos do co-fundador Lucien Febvre (2000). Em sua análise, o Reno deixa de ser um rio cheio de mitos, servindo à ideia de fronteira natural, criada desde o Império Romano para fins políticos e culturais, para se tornar o traço da união. Tal tese, embora hoje pareça inocente e óbvia, foi uma grande colaboração ao saber historiográfico. Para Peter Burke (1997), essa visão foi mantida pelos *Annales* mesmo após o fim do comando de Febvre e Marc Bloch e o começo da “Era Braudel”, que analisou o Mediterrâneo no tempo de Felipe II. No entanto, embora seja ator principal na análise, o mediterrâneo de Braudel muitas vezes se torna naturalizado, sendo uma mescla da geografia cultural de Vidal de La Blache e daquilo que ele mais fugia. Ou seja, o determinismo geográfico de Ratzel.

19 Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2008), entre cenas, cenários e pequenas aparições, o espaço após a *Escola dos Annales* se tornou fator preponderante nas análises historiográficas, ao menos no que diz respeito a uma delimitação espacial, haja vista que a partir de então não só o tempo se tornou ponto importante na historiografia, mas também passou a se imbricar em outros fatores, como o espaço, por exemplo. Nesse sentido, podemos perceber o tempo a ganhar materialidade no espaço e ao mesmo tempo temporalizá-lo. Contudo, somente após a década de 1960, com os avanços da física quântica, foi que a nova noção de ciência modificou a noção de espaço enquanto fixo em meio a ciclos estabelecidos pela natureza. Paralelamente, a noção de história foi enriquecida pelas análises da psicanálise, linguística e semiótica. O pensamento pós-estruturalista muito nos treina sobre as fabricações humanas e o poder da linguagem. Enquanto os Annales em sua primeira e segunda fases trabalhava com a noção de tempo longo e de continuidade, em sua terceira geração as microanálises e as discontinuidades se fizeram presentes nos escritos historiográficos.

Talvez diante do não contato com essa nova tradição historiográfica, é que muitos aspectos sobre nossa formação territorial diversas vezes foram silenciados pela historiografia potiguar, seja a disputa territorial com a Paraíba pelo atual Seridó norte-rio-grandense, a disputa territorial entre Portalegre e Icó ou a disputa territorial com o Ceará e o Rio Grande do Norte. Esta

última, foi apresentada em meio aos murmúrios historiográficos como “Questão de Grossos” ou “Caso Grossos”, tendo por principal análise os escritos dos intelectuais ligados ao *Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará* (IHGA-CE) e do *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHG-RN).

Ao buscarmos bibliografia especializada sobre tal disputa, nos deparamos com poucas análises de historiadores. Além disso, elas não mais correspondem, nem tampouco respondem às necessidades de uma visão historiográfica atual, mas são, sobretudo, formadoras de alguns mitos que esse texto busca desconstruir, haja vista que ele faz parte de uma nova tendência da Escrita da História. Arriscaríamos dizer que essa nova percepção é fruto das discussões iniciadas no Programa de Pós-Graduação em História & Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e se estendeu em debates fora desse domínio, como, por exemplo, na defesa de teses e em capítulos de livros ou revistas de circulação nacional (FERNANDES, 2012a, 2012b, 2016, 2017 e COSTA, 2017a, 2017b).

O chamado *Caso Grossos* tramitou na justiça brasileira durante cerca de 26 anos, encerrando em 1920 com parecer favorável ao Rio Grande do Norte. Contudo, muitas vezes todo esse período é resumido na defesa feita por Rui Barbosa, como podemos conferir na obra de Marcus Morais (2007). Ou a questão de limites e o seu desenvolvimento são pouco analisados, como na análise Câmara Cascudo (1984), que comenta

somente o estanco do Sal, em 1758. Essa simplificação e silêncio não só se restringe ao que poderíamos chamar de historiografia clássica, ligada, sobretudo, ao IHG-RN, mas até mesmo a uma historiografia recente e acadêmica. A obra Denise Mattos Monteiro trata o conflito de forma sucinta, citando apenas a disputa entre os limites somente no século XVIII. Ou seja, não dá voz a toda a disputa que ocorreu até 1920. Assim podemos inferir que a autora reverbera o que tinha sido dito por Câmara Cascudo. Fato similar ocorre no *Atlas Histórico do Rio Grande do Norte*, que desenvolvido pelo historiador Marcos Silva (2006) propõe analisar a construção histórica do território norte-rio-grandense. Porém, o chamado *Caso Grossos*, que foi de suma importância nessa formação, não é citado. Já o *Atlas Histórico* produzido pelo geógrafo José Lacerda (2007), escolhido para compor o material didático de Geografia nas escolas do Rio Grande do Norte, apesar de ter a mesma intenção de Marcos Silva, cala a questão de limites mais uma vez.

Mas se na historiografia dos vencedores a disputa no máximo murmura, na História escrita dos vencidos, no caso os cearenses, ela é emudecida? O interessante é que não. Ao menos quando ganha intenções institucionais e políticas de certo período. A análise de Raimundo Girão (1962), por exemplo, pode ser considerada um dos melhores e mais completos comentários sobre o conflito. Por outro lado, o modo como o autor trabalha seu texto demonstra suas intenções, seja na forma que começa tal comentário - elencando a disputa como um

dos dois fatos de excepcional repercussão no período do governo de Pedro Borges (1900-1904) – ou na forma como irá contestar o ganho de causa favorável ao estado potiguar. Tal contestação é fruto de movimentos que quase 30 anos do parecer do Supremo Tribunal Federal (STF) ainda se fazia presente no Ceará, que por diversas vezes ameaçou contestar o ganho de causa dado ao Rio Grande do Norte ao menos intervindo por meio da jurisdição policial em território norte-rio-grandense sob a alegação que esse território lhe pertencia. Ou seja, no momento que a produção historiográfica do autor está sendo produzida. Desse modo, podemos perceber que o trabalho de vislumbra um posicionamento político em protesto da suposta injustiça cometida pelo STF.

O grande mito formulado pela historiografia do *Caso Grossos* está associado diretamente a tramitação da questão de limites na justiça e do (des)crédito ao parecer de 1920. Ou seja, na (in)visibilidade da participação do advogado potiguar. Nesse sentido, é interessante notar que se os autores potiguares primam por darem notoriedade à Rui Barbosa, Girão não cita a sua participação, mesmo que para isso ele comente somente o *Caso Grossos* até os seus acontecimentos em 1901. Ou seja, momento anterior a entrada do jurista. O que nos faz perceber que sua intenção em dizer que o Ceará perdeu, mas perdeu com razão, não tinha o mesmo sentido caso fosse utilizado o nome de Rui Barbosa como defensor da causa de seu adversário. Logo, podemos entender que para a historiografia potiguar ou cearense, Rui Barbosa aparece como um

argumento de autoridade. Por esse motivo, o nome do advogado aparece conforme o interesse de cada grupo: creditar ou não o parecer do STF.

A construção desse mito começou a ser formulador antes mesmo da entrada oficial de Rui na questão, quando jornais do Rio Grande do Norte elencavam uma série de adjetivos ao suposto advogado. Eles ainda plantaram a ideia que Rui havia se oferecido para tal pleito por sua sede de justiça. No entanto, a historiografia potiguar ligada ao IHG-RN, que muitas vezes solidificou a participação do político baiano, não creditou o convite formulado pelos Albuquerque Maranhão, assim como o alto valor pago para tal defesa, bem como os interesses que Rui tinha em um desgaste do então grupo dirigente do estado cearense. Ou seja, a oligarquia Acyoly, que historicamente se posicionou contra Rui nas articulações da política nacional.

No entanto, a construção de tais interesses não foi silenciada somente pelos escritos do IHG-RN, mas até mesmo pelos trabalhos acadêmicos. No trabalho de Rosa Maria de Araújo Costa (2004), por exemplo, a autora propôs analisar a formação do território do Rio Grande do Norte e o começo da historiografia local a partir do conflito. Ao longo do seu trabalho monográfico ela dedica um capítulo para analisar a importância de Rui Barbosa. Logo, reforça o jurista como um argumento de autoridade que Girão emudece. Desse modo, como já adiantamos, podemos chegar à conclusão que o Caso Grossos não formulou mitos ligados somente a discussão e formulação de fronteira,

mas também na participação do advogado potiguar e de sua importância. Mas como foi esse debate jurídico e quais mitos ele também formulou no período?

A construção textual cearense no processo faz menção a demarcação com base na posse jurídica, eleitoral, tributária e eclesiástica feita pelo poder cearense, resguardado pela autorização da Coroa Portuguesa. Desse modo, o Procurador Geral do Estado do Ceará em sua petição inicial, datada de 2 de agosto de 1894, alega o conflito de jurisdição em território cearense, haja vista que, segundo ele, autoridades norte-rio-grandenses mantinham vínculo com os habitantes dessa localidade. Desse modo, para o advogado do Ceará a coerência espacial cearense se fazia presente diante da legalidade oriunda da autorização real.

Nesse sentido, o Procurador Antônio Sabino do Monte busca em uma solicitação da Câmara do Aracati para corroborar a ideia de posse legal do território em litígio com o Rio Grande do Norte por parte cearense. Tal solicitação diz respeito ao requerimento enviado, em 1787, à Rainha D. Maria I, pedindo o alargamento de área do território pertencente à dita vila, sob a justificativa que seu território não mais supria as necessidades de sua população e da produção comercial. Com parecer favorável seis anos depois, a soberana teria garantido à Vila de Santa Cruz do Aracati a demarcação da parte oriental do rio Jaguaribe até o Mossoró.

Segundo o Procurador do Ceará, logo em seguida a Carta Régia, em 1800, o governo optou pela demarcação

das fronteiras, estando em 1801 a autorizar o ouvidor da Comarca do Ceará, o bacharel Manuel Leocádio Rademaker, a demarcar e empossar a Comarca do Aracati. No entanto, o que seria uma boa justificativa do procurador, quando tenta atrelar tal disputa ao conflito existente, em 1802, entre a Câmara de Porto Alegre, hoje o município potiguar de Portalegre, e a de Icó, no Ceará, pela chapada da Serra de Camará, ela daria subsídios posteriores à contestação norte-rio-grandense. Diante de tal disputa, os dois governadores chegaram ao acordo que os limites fossem as vertentes abertas pelos rios, ficando as do Jaguaribe para o Ceará e as do Apodi para o Rio Grande, utilizando assim a ideia do *divortium aquarum* na delimitação de fronteiras entre os dois estados. Fato que fez com que os deputados do Rio Grande, Bezerra Cavalcanti e Albuquerque Melo, entrassem com um projeto na Câmara Federal, em 1867, com o objetivo de que a linha divisória passasse a seguir pela serra do Apodi até o morro do Tibau.

A segunda solicitação entregue pela defesa cearense ao *Supremo Tribunal Federal* dá conta das *Razões Finais* do Ceará, agora sob a coordenação de um novo Advogado, que substituiu o Procurador Geral Antônio Sabino do Monte. Frederico Borges, substituiu o antigo advogado após a disputa ter passado para ser resolvido pela *Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara dos Deputados*, sob a autorização dos Governadores dos dois estados e das assembleias legislativas estaduais. Após tal julgamento, o conselheiro

Lafayette Rodrigues Pereira deu ganho de causa à solicitação cearense, fazendo com que o governo do Rio Grande do Norte quebrasse com o acordo estabelecido de tal conflito ser resolvido na Câmara, o que fez com que tal comissão se declarasse incompetente para resolver tal impasse, julgando atribuições do Poder Judiciário, criando a necessidade dessa segunda solicitação ao Egrégio Tribunal. É interessante notar que, embora parta dos pressupostos já estabelecidos na primeira solicitação ao *Supremo Tribunal Federal*, o novo advogado traz uma série de novas justificativas e ainda uma série de novos documentos, como a enumeração de 43 manuscritos ligados ao suposto comando do terreno em litígio pela jurisdição do Ceará. Assim, partindo do pressuposto da posse legal, gerado pela autorização a partir das cartas régias.

Rui Barbosa, também defende a ideia da posse, porém, através do conceito jurídico do *uti possidetis*. Para ele, favorável ao Rio Grande do Norte, que poderia ser comprovado por documentos ligados à administração do poder do Rio Grande no território contestado. Tal conceito, vem de encontro à ideia de posse legal defendida pelos advogados cearenses, haja vista que a ideia de *uti possidetis* configura a posse, embora não reconhecida, como título importante no direito de possuir a coisa.

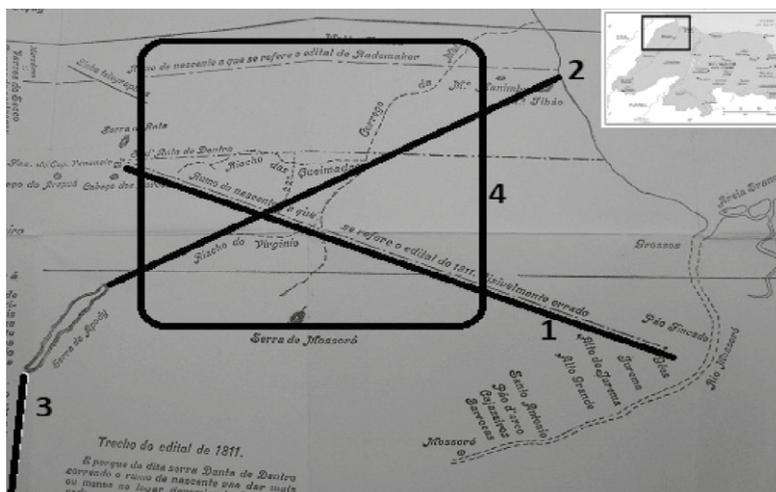
No entanto, embora a ideia do *uti possidetis* seja ponto fundamental na formulação das *Razões Finais* do Rio Grande do Norte, tal justificativa divide com a ideia de fronteiras naturais o estabelecimento

fronteiriço, mesmo sendo tal divisão a funcionar como secundária, haja vista que tal meio só poderá ser utilizado respeitando o primeiro.

Segundo o advogado baiano, é difícil a ocupação da aluvião humana se descrever às figuras normais da geometria, à rigidez dos seus ângulos e das suas retas, fato existente somente pelas imposições da natureza com seus acidentes mais fortes do solo. Essa exemplificação, para o advogado, pode ser comprovada pelas distribuições geométricas, imaginadas nas primeiras concessões, que nunca foram levadas a efeito. É o que, segundo ele, evidencia a irregularidade infinitamente variada do mapa do Brasil com suas divisões e subdivisões. Podendo ser explicado pelas explorações da costa para o centro e de sua dilatação até onde encontravam as grandes barreiras dos nativos ou nas áreas de serras e rios. Fato que faz com que o Rio Grande do Norte, cuja precedência na conquista e colonização lhe dessem melhores direitos na delimitação de uma linha divisória baseada no *uti possidetis*, devesse ter sua demarcação feita a partir do *divortium aquarum* dos vales e ribeiras, conforme lhe deu notoriedade os deputados ainda em 1867.

Embora trabalhe na perspectiva da posse legal de tal espacialidade pelo poder judiciário, eleitoral, tributário e eclesiástico pelo estado do Ceará, a utilização dos marcos naturais para a demarcação de fronteiras também é utilizada pelos advogados cearenses. Neste período a demarcação fronteiriça era, comumente, estabelecida a partir de marcos

orográficos, hidrográficos e artificiais. No entanto, a demarcação das fronteiras do Rio Grande do Norte com o Ceará se mostrara de forma bastante complexa, haja vista que partiu de justificativas que tratam as fronteiras e sua demarcação conforme interesses de cada época. Conforme podemos analisar a partir da representação cartográfica de Manuel Pereira Reis, de 1904:



Fonte: Autor (2018).

Com base na reprodução cartográfica, podemos observar que a linha estabelecida pelos representantes cearenses (linha 1) utilizava o saber oro-hidrográfico, tendo em vista que até a Serra do Apody os limites eram ditos através do *divortium aquarum* (linha 3), logo em seguida sendo estabelecido somente a demarcação pela orografia com base na Serra d'Anta com término em um marco estabelecido pelo poder cearense ainda

em 1801, na época de Radamaker, conhecido como *Pau Infincado*. Observem ainda que a linha proposta pelo Ceará ia de encontro e partia no sentido oposto do curso do rio Mossoró e do córrego da Mata (linha 4). Por último, podemos notar que o estabelecimento proposto pelo Rio Grande do Norte (linha 2) levava em consideração os marcos oro-hidrográficos, desde a cidade de Portalegre até a Serra de Apody (linha 3), logo em seguida a demarcação do território contestado trazia como referência o Morro de Tibau, sendo ainda justificado o respeito ao mesmo sentido do rio Mossoró e o córrego da Mata para tal delimitação (linha 4). Nesse sentido, embora divergindo sobre quais marcos, todos esses meios são resguardados na utilização de marcos naturais para essa a delimitação de fronteiras, com exceção da cearense, que utilizou em uma das propostas o marco de Pau Infincado.

Mesmo trabalhando na perspectiva do *divortium aquarum*, a ideia de *uti possidetis* fechará a defesa de Rui Barbosa (1904, p. 353) em sua última justificativa. Para ele, a justificativa cearense de espoliado dava margem à afirmativa que o território cearense por um pouco mais de dois séculos havia sido invadido pelos poderes rio-grandense, conforme podemos ver a seguir:

O presidente do Ceará, o órgão mais alto do seu governo (...) não confessara em confessar a posse do Rio Grande. Falando na ação, que mandara intentar, e que ora pende nestes autos, assevera que,

no curso dos setes anos decorridos ‘a situação em que se tem achado o Ceará, tem sido A MESMA QUE DANTES’.

E qual?

‘A de um verdadeiro ESPOLIADO’.

Mas como?

‘em proveito exclusivo DO RIO GRANDE DO NORTE, que mantém a sua invasão’. O espoliador vem a ser, destarte, o Rio Grande, que praticou a invasão’, e ‘a mantem’ ‘em seu proveito exclusivo’.

Mas desde quando? Desde a litispendência?

Não. Sete anos há que pende a lide; mas a espoliação que nesse tempo se mantém ‘é a MESMA QUE DANTES’.

Temos, pois, uma espoliação antiga, uma espoliação anterior ao pleito, uma espoliação cuja data de origem o Autor não fixa. (...) Assim que, ao propor desta ação, já se achava o Ceará desapossado, já o possuidor era o Rio Grande do Norte. (BARBOSA, 1904, p. 353)

Segundo o advogado norte-rio-grandense, a ideia de *uti possidetis* pode ser confirmada pela alegação cearense de que o território lhe pertenceu a partir das ordens régias, não sendo respeitado pelo poder rio-grandense. Desse modo, tal afirmativa, dá subsídios em pensar que o território, embora seja efetivamente

de direito do Ceará, foi de posse do Rio Grande, fato que lhe dava direito de possuí-lo legalmente. Nesse sentido, Rui Barbosa formula a tese de fronteira natural entrelaçada à fronteira estabelecida pela posse.

Porém, logo ao final de seu texto, Rui Barbosa faz uma longa divagação sobre qual fronteira seria a mais interessante para demarcar e acabar com a questão de limites: a natural, pelos rios ou montanhas; a geográfica (ou matemática), através de traçados naturais diante da falta ao longo de todo o curso do rio ou de uma cadeia de montanhas; a artificial, traçada através de um marco suplantado. Logo em seguida Rui chega à conclusão que a delimitação de fronteiras não podem levar em consideração os rios, sobretudo se tiver em suas proximidades montanhas, não sendo ainda possível o traçado artificial, haja vista que o estabelecimento de fronteiras era possível pela fronteira matemática e pela posse do terreno. Formulando uma ideia em que o natural e o matemático se atrelasse à ideia da posse já defendida anteriormente, para, assim derrubar a justificava cearense sobre a fronteira artificial.

No entanto, embora parta dessa justificativa, Rui Barbosa deixa claro que a fronteira, para ele, não poderia ser entendida como um misto heterogêneo de natureza e convenção, geografia e fantasia, assim, ela não poderia ser entendida como humana, nem como natural. Formulando, dessa maneira uma terceira explicação que desse coerência a sua escolha pela fronteira matemática. Desse modo, para ele, o Morro de Tibau deveria ser entendido como o derradeiro

elo da cadeia partida na Serra das Antas. Por isso, a fronteira entre o Rio Grande do Norte e o Ceará deveria ser a linha geográfica em sua simplicidade de uma reta traçada diretamente entre dois pontos, somente interceptada pela natureza com seus córregos. Uma fronteira não natureza, não humana, mas geográfica.

Por outro lado, podemos entender que esse saber estabelecido por Rui Barbosa estava numa construção intelectual em que a argumentação deveria seguir os passos para o estabelecimento de uma verdade que desse coerência aquilo que ele defendia. Dito de outro modo, a construção textual do advogado rio-grandense dava visibilidade aquilo que ele achava que era importante. Podemos perceber que Rui Barbosa ataca as justificativas Cearenses a partir de quatro frentes, formulando, assim sua verdade: 1) descredita a ideia de fronteira natural, que poderia ser utilizada pelos cearenses utilizando o Rio Mossoró para tal, embora na Petição Inicial e nas Razoes Finais o Procurador e o advogado não utilizem tal justificativa; 2) utiliza a ideia de *uti possidetis* para justificar a posse em território estrangeiro, haja vista que os autores dão subsídios para tal, quando por diversas vezes mostram que o Rio Grande do Norte por mais de 2 séculos invadiu tal território, mesmo colocando tal posse em uma segunda importância por sua ilegalidade, diante do reconhecimento real em suas cartas régias; 3) credita agora a ideia de marcos naturais para o estabelecimento de fronteiras, haja vista que para ele o *uti possidetis* deveria ser levado em consideração primeiramente,

batendo de frente assim com a ideia estabelecida pelos cearenses e o marco plantado na localidade chamada de *Pau Infincado*, assim dava notoriedade a possíveis fraudes cearenses; 4) utilização da fronteira matemática para o estabelecimento dos limites, haja vista que para ele as fronteiras não deveriam ser entendidas como humanas, como naturais ou a junção das duas, mas a partir da coerência geográfica confirmada pela orografia, desconstruindo a ideia cearense de posse e mais uma vez a ideia de fronteira natural e suplantada, tentando creditar que tais marcos não são criações suas.

Assim, a fronteira defendida por Rui Barbosa formou-se a partir de marcos naturais, estabelecidos pelo seu poder de persuasão, sendo traçado, desse modo, uma fronteira matemática entre a Serra das Antas e o morro do Tibau. Talvez os advogados, historiadores e geógrafos do Ceará tivessem razão: esse morro era feito de areia movediça, aparecendo onde as justificativas do advogado do Rio Grande do Norte quisessem. Talvez tais homens vissem que de fato os espaços são móveis, areia movediça que traga com base na esperteza de uns e pela complexidade de recorrer a todos os artifícios que lhe deem sentido. Logo, o espaço cearense que era artificial, geográfico e natural, só tinha uma única justificativa: a posse legal. Já Rui Barbosa trouxe ao argumento do Rio Grande do Norte a fronteira natural, matemática e o *uti possidetis*.

Diante do exposto, podemos ver que o saber construído sobre o *Caso Grossos* e sobre a espacialidade, se constituiu de análises em que os interesses de cada

estado estavam bem explícitos. Nessa perspectiva, a vontade em anexar o território em litígio fomentou a criação de diversas justificativas em cada lado da disputa. Tais justificativas podem ser percebidas desde a alegação cearense da posse autorizada pela Rainha ou até mesmo em uma construção textual mais apurada, como aquela formulada pelo advogado Rui Barbosa. Assim, sua justificativa tornava o espaço histórico, natural e geográfico, conforme fosse o seu interesse em destruir as justificativas cearenses. Nesse sentido, podemos perceber que as construções historiográficas e jurídicas partiram de um viés interpretativo disposto cada um em uma margem.

Contudo, cabe a uma nova historiografia fugir desses mitos. Portanto, devemos nos preocupar em não nos transportar para esse período remoto e trazer para o presente suas ideias como verdadeiras, nem tampouco levarmos para o passado nossas ideias presentes com a intenção de obtermos razão naquilo que defendemos. Devemos, pois, entender que não há divisão, fosso, barreira ou fronteira-limite natural, há senão fronteiras humanas, sendo, assim, portanto, criações. Por esse motivo, para entendermos essas invenções devemos ao menos analisá-las por uma terceira margem ou quem sabe ultrapassar a todo instante todas elas e nos colocarmos na condição do outro, de marginal, do estrangeiro nas ideias que margeiam e tentam explicar os nossos objetos/objetivos de estudo.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. de. *Nos Destinos de Fronteiras*. Recife: Bagaço, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O território do sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte*. Natal: Editora Universitária, 1995.

BARBOSA, Rui. *Razões Finais pelo Rio Grande do Norte – Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1904.

BARBOSA, Rui. *Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte*. Obras Completas de Ruy Barbosa. Rio de Janeiro: DIN/MEC, 1954.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Rio de Janeiro: Achiamé, Natal: Fundação José Augusto, 1984.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. A questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará: um ensaio sobre a atuação de Felisbello Freire no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 1, p. 18-32, 2017b.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. “*A casa da memória norte-rio-grandense*”: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2017a.

COSTA, Rosa Maria de Araújo. *A questão de Grossos: a formação do território do Rio Grande do Norte e a Historiografia local*. 2004. Monografia (Trabalho de conclusão do curso de História) - UFRN, Natal, 2004.

DANTAS, J. Garibaldi. *Geografia econômica do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Escola de Agricultura, 1979.

FEBVRE, L. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERNANDES, Saul Estevam. Atinente pelos indivíduos e nulo como grupo? Algumas reflexões sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. *Revista História Social*, n. 22-23, pp. 295-306, 2012b.

FERNANDES, Saul Estevam. *O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República*.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2012a.

FERNANDES, Saul Estevam. *O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920)*. Natal: Editora IFRN, 2016.

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3 ed. Natal, 1998.

MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte*. Ed. Tipografia Santa Cruz, 2001.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 3 ed. Natal: EDUFRN, 2007.

MORAIS, Marcus César Cavalcanti. *Terras Potiguares*. 3. ed. Natal: Editora Foco, 2007.

SILVA, M. A. [et al]. *Atlas Histórico do Rio Grande do Norte*. Natal: Diário de Natal, 2006.

SOUZA, Itamar de. *História da República no Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2008.

The background of the image is a dark, monochromatic photograph of vertical wooden planks. The wood grain is clearly visible, showing various textures, knots, and imperfections. The lighting is somewhat uneven, creating subtle gradients of dark grey and black across the surface.

**INTELECTUAIS
E FORMAÇÃO
DE SABERES**

O INTELLECTUAL AMPHILÓQUIO CAMARA E A EDUCAÇÃO POTIGUAR DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Anna Gabriella de Souza Cordeiro²⁰

Maria Inês Sucupira Stamatto²¹

Ao longo da história humana, algumas personalidades se destacaram no meio em que viveram, principalmente, por estas terem tido voz no cenário de sua atuação, o que possibilita o estudo das suas representações através dos discursos produzidos. No estado do Rio Grande do Norte, durante a Primeira República, dentre políticos e intelectuais, uma personalidade em particular chamou a atenção por sua intensa colaboração na questão educacional, o Professor Amphilóquio Câmara. De modo que, este artigo tem por objetivo analisar as representações da atuação do intelectual Amphilóquio Câmara na consolidação da cultura escolar potiguar.

No primeiro momento, foram esclarecidas as questões teóricas que nortearam esta pesquisa. Para tanto, parte-se da concepção de representação, elaborada por Roger Chartier, e, da História dos

20 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGED/UFRN.

21 Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado e Doutorado, da UFRN. É graduada e licenciada em História (UR-FGS), mestre em Ciência Política (UFRGS), doutora em História (Sorbonne), pós-doutora em Educação pela Université de Québec à Montreal - UQAM/Canadá.

Intelectuais, com base na perspectiva de Jean-François Sirinelli. Para o estudo das representações de um intelectual, que tinha uma íntima relação com a máquina pública, foi de relevante importância o conceito de Estado-Providência, fornecido por Alfredo Bosi. Assim sendo, entende-se que a atuação de Amphilóquio Câmara contribuiu, significativamente, com o que Dominique Julia convencionou chamar de “cultura escolar”.

Por conseguinte, foram analisadas as representações do intelectual a partir de diversas fontes, dentre as quais: os jornais *A República*, *A Notícia*, *A Noite*; *A Revista Pedagogium*, de responsabilidade da Associação de Professores; e o livro *Scenários Potiguares*, de 1923.

O recorte temporal tem como marco inicial o ano de 1911, quando Amphilóquio é nomeado Inspetor Estadual de Ensino e perdura até o ano de 1931, quando ele era Diretor Geral de Estatística e fala ao jornal *A Noite* como representante do Estado na 4ª Conferência de Educação. De maneira que serão analisados os primeiros vinte anos de atuação do intelectual.

A representação compreende a percepção do social através das continuidades e cristalizações presentes no âmbito da sociedade. Para pesquisar uma representação, faz-se necessário entender que os discursos produzidos pela e para a sociedade, em um determinado período, revelam em suas nuances as estratégias e as práticas que legitimam ou justificam as relações sociais nela estabelecidas.

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002, p. 17)

Deste modo, não somente o discurso em si é analisado, mas, também o lugar social do qual este partiu e seus objetivos que podem ser percebidos enquanto estratégias e práticas de poder/dominação que se tornam capazes de justificar, no caso deste artigo, um projeto de reforma social através da educação. Conforme o pensamento de Chartier, as lutas existentes no âmbito das representações são tão importantes quanto as disputas econômicas na imposição e difusão de uma determinada concepção do mundo social. Até porque as representações só existem a partir de sua relação com a realidade, a partir do momento que induz e justifica ações reais.

O conceito de representação pode ser articulado em três modalidades da relação com o mundo social, mas, a que interessa para esta pesquisa refere-se “as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade” (CHARTIER, 2002, p. 23). Assim, a partir da análise

dos discursos, produzidos por Amphilóquio Câmara, será empreendida uma reflexão sobre a contribuição deste intelectual no contexto da cultura escolar do estado do Rio Grande do Norte.

O período, que tem início no dia 15 de novembro de 1889 e segue até o ano de 1930, ficou conhecido como Primeira República. Este período histórico foi essencial para o desenvolvimento educacional do Brasil e, por conseguinte, do Rio Grande do Norte. Os representantes do Estado defendiam o que ficou marcado na história como um novo processo civilizatório, onde a educação figurou nos discursos como um dos principais objetivos da administração pública. Este desenvolvimento dependeu não apenas da mudança do sistema de governo, mas também está relacionado a fatores ideológicos e culturais.

Para a definição de Estado, tem-se o conceito de Estado-Providência, definido por Alfredo Bosi (1992). O Estado-Providência exerceu uma posição centralizadora no corpo social, que propunha extirpar a desordem existente para construir um Estado de ordem e equilíbrio, com o exercício da sã política e suas reformas que foram sentidas em diversos aspectos da sociedade. No Estado-Providência, a educação viria a contribuir para o fortalecimento do novo regime pautado nos ideais positivistas de “ordem e progresso”.

Assim sendo, a educação passa a ser vista como um novo projeto político capaz de modernizar as práticas sociais, que tinha como objetivo a realização de uma profunda transformação cultural no Brasil.

Na *Arqueologia do Estado-Providência*, Alfredo Bosi entende que os ideais do positivismo influenciaram na extrema valorização da instrução gratuita e leiga, que foi abordada insistentemente nos discursos políticos no período da Primeira República. Para o autor, o Estado-Providência foi representado, no âmbito do discurso, pela “fé inabalável na ciência como fatora do progresso e na educação como a sua vida real” (BOSI, 1992, p. 300). A atuação do Estado no campo educacional foi decisiva para o desenvolvimento da instrução pública e gratuita.

No texto *A escola da Ordem e do Progresso*, Stamatto afirma que “O ideário republicano, destacando ao máximo a educação como um dos seus pilares, transformando-a em um dos seus símbolos, apropriou-se da instituição escolar como se fosse uma conquista para o povo brasileiro realizada pela República” (STAMATTO, 2005, p. 82). No entanto, conforme aponta a autora, existem muitas críticas com relação ao alcance deste, tão aclamado, desenvolvimento educacional, mas, cabe lembrar aqui que, foi justamente neste período que se consolidou a cultura escolar como elemento constitutivo da nação e do cidadão. O historiador francês Dominique Julia, conceitua a cultura escolar da seguinte maneira:

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um

conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

O autor destaca que a presença de três fatores é fundamental para que se possa constatar a existência de uma cultura escolar em uma determinada localidade, são eles: a construção de edifícios apropriados para as escolas, a implantação dos cursos em níveis e a presença de uma gama de profissionais para compor a instituição de ensino. Por essa perspectiva, só pode-se afirmar que existiu uma cultura escolar, no estado do Rio Grande do Norte, no decurso da Primeira República, quando esses aspectos foram de fato implantados a realidade educacional do Estado.

Nesse sentido, o Estado-Providência participou decisivamente na constituição da cultura escolar brasileira, conseqüente, a cultura escolar potiguar. Para tanto, contou com a atuação de diversos intelectuais. Nesse cenário de extrema valorização da ciência e da educação, ganha notoriedade na sociedade a figura dos intelectuais, seja em âmbito nacional ou regional. Darnton (1990), ao estudar as abordagens da História Intelectual, principalmente com base na historiografia norte-americana e sua relação com a historiografia

européia, aponta que seria errôneo buscar estabelecer uma “[...] distinção nítida entre o ramo europeu e o ramo americano da história intelectual. Uma tendência que as unifica e também mostra a continuidade entre a geração mais antiga e a mais nova dos historiadores das ideias é a relevância dada ao pensamento social” (DARNTON, 1990, p. 191).

A ênfase sobre os pensadores sociais também se destaca na biografia intelectual, um gênero que floresceu nos Estados Unidos enquanto recuava na Europa, particularmente na França. O que torna a biografia desinteressante para a escola dos Annales – o relevo dado aos indivíduos e aos acontecimentos, ao invés das mudanças de longa duração nas estruturas – é o que a faz atraente para os americanos, que têm sede de especificidade e fome de conexões entre a teoria social e o quadro institucional (DARNTON, 1990, p. 191).²²

Em contrapartida, para o historiador francês Jean-François Sirinelli, a história dos intelectuais

22 Apesar deste artigo não propor um estudo biográfico, mas, uma análise da atuação do intelectual Amphilóquio Câmara na constituição da cultura escolar potiguar durante a Primeira República, faz-se importante perceber as conexões entre a teoria social e o quadro institucional que será trabalhado adiante, daí a relevância do pensamento de Darnton.

ficou por algum tempo esquecida na França, não por falta de credibilidade, mas, pela ausência do olhar do historiador para esta vertente histórica, conforme já foi explicitado por Darnton. Contudo, graças ao desenvolvimento científico vivenciado a partir da década de 1980 e a fatores sociais determinantes, a história dos intelectuais ressurgiu com novas problemáticas e abordagens. De acordo com Jean-François Sirinelli “A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 2003, p. 232). Esta ligação com diversas vertentes historiográficas enriquece, teórico/metodologicamente, as pesquisas realizadas por esta perspectiva, ao mesmo tempo impõe diversos desafios ao historiador.

Conforme Sirinelli, para tecer a história de um intelectual se faz necessário ter por base a sua atuação e o seu engajamento na vida da cidade. Já que a especialização do intelectual aliada ao seu reconhecimento, na esfera social, legitima a sua atuação na vida pública da cidade. Assim, para o autor, a História dos Intelectuais deve, sobretudo, “[...] tentar destrinchar a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura política de sua época” (SIRINELLI, 2003, p. 261). Sendo relevante perceber que a atuação do intelectual perpassa por diversas esferas sociais, podendo ser então considerado como construtor de representações através do seu discurso.

No contexto político/educacional do estado do Rio Grande do Norte, no final do século XIX e no início do século XX, muitos educadores adquiriram considerável popularidade por sua atuação. Neste período observa-se, em todo o mundo, o surgimento das ditas elites culturais. Este fenômeno corresponde à realidade histórica e, conforme Sirinelli, ocorre pelas seguintes razões:

Por um lado, no fim do século XIX verifica-se uma grande mutação cultural. As leis escolares, como é evidente, desempenham aí o seu papel, mas também o desenvolvimento geográfico provocado por uma rede ferroviária cada vez mais densa, a abertura e a mistura sociológicas operadas pelo serviço militar e pela implantação cada vez mais profunda da imprensa cotidiana. (SIRINELLI, 1998, p. 263)

Os fatores acima relacionados pelo autor contribuem não apenas para o desenvolvimento econômico e político, como também para o desenvolvimento sócio-cultural. De modo que esses agentes culturais transformaram as realidades nacionais e aumentaram, consideravelmente, em número e estatuto. Será durante a Primeira República, no Brasil, que “assiste-se, com efeito, ao aparecimento do intelectual, como figura na cena política, e à sua

rápida multiplicação”. (SIRINELLI, 1998, p. 263) Essas elites culturais, a partir de seu estatuto, adquiriram um lugar social privilegiado que fomentou a circulação de suas ideias. De acordo com Sidney Chalhoub (1996), o rompimento com o passado e a busca pela modernidade gerou uma oposição entre a “barbárie colonial” e a “civilização”. A adquirida relevância de conceitos como civilização, ordem, progresso, dentre outros, as elites buscavam colocar o Brasil e a cidade de Natal no “caminho da civilização”.

Por fim, faz-se mister perceber que “A relação assim instaurada entre a cultura de elite e aquilo que não o é diz respeito tanto às formas como aos conteúdos, aos códigos de expressão como ao sistema de representações, logo ao conjunto do campo reconhecido à história intelectual” (CHARTIER, 2002, p. 56). É a partir desta perspectiva que se pretende estudar a contribuição do intelectual Amphilóquio Câmara na consolidação da cultura escolar potiguar.

Na cidade de Natal, em 25 de outubro de 1889, nasceu Amphilóquio Carlos Soares da Câmara²³. Filho do Major João Carlos Soares da Câmara e Dona Geracina Leonila Soares da Câmara, dada a patente de seu pai, pressupõe-se que a personalidade estudada já nasceu no contexto da elite potiguar. De acordo com Câmara Cascudo (2010), Amphilóquio fez parte da primeira turma da Escola Normal de

23 Suponhamos o parentesco com Josefa Soares da Câmara, que, segundo Cascudo (2010) foi professora da primeira aula feminina iniciada em 1º de agosto de 1829, no bairro de Cidade Alta.

Natal²⁴, matriculou-se em 1908 e formou-se em 1910. A partir de então, ele passou a atuar enquanto inspetor da instrução pública, juntamente com Francisco Gonzaga Galvão. O cargo de inspetor do ensino foi reintroduzido²⁵ no ano 1909, através da Lei nº 284.

Com base no Decreto nº 261, de 28 de dezembro de 1911, dentre as funções do inspetor, destacam-se: visitar as escolas do Estado; instruir diretores e professores com relação ao método de ensino; fazer cumprir as instruções da diretoria geral no que tange aos regimentos, programas e horários; impor penas disciplinares; registrar as impressões de suas visitas e confeccionar mapas estatísticos; promover conferências públicas sobre o ensino; observar a situação dos alunos; solicitar aos presidentes das Intendências as providências necessárias para o expediente escolar; fiscalizar a construção, mobiliário e os materiais pedagógicos; na ausência do Diretor Geral, presidir as solenidades de inauguração; e apresentar um relatório minucioso sobre a sua atuação (RIO GRANDE DO NORTE, Decreto nº 261, de 28 de dezembro de 1911).

De acordo com Hollanda, “a metodologia, a frequência, a caixa escolar, as festas e passeios escolares, assim como o aprendizado dos alunos, eram verificados periodicamente pelos inspetores escolares” (2001, p. 74). Na prática das mencionadas visitas, Anphilóquio Câmara escrevia sobre o que ocorria no

24 Criada pelo Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908.

25 No Período Imperial já havia tido inspetores no Estado.

cotidiano das escolas. Na função de inspetor, viajou por todo o estado do Rio Grande do Norte. É possível vislumbrar as representações dessas visitas no jornal *A República*, inicialmente na coluna *A reforma da instrução – Grupos Escolares* e, posteriormente, na coluna *Pelo ensino – visitas escolares*.

Após análise das referidas colunas do jornal *A República*, fica claro que a atuação de Amphilóquio, enquanto inspetor, pode ser considerada como de grande relevância para o desenvolvimento educacional do Estado-Providência. Uma vez que, foi possível observar no discurso o cumprimento de vários aspectos dos deveres do inspetor de ensino, em conformidade com o que foi determinado pela legislação educacional. Como também, nesta função, o intelectual conheceu a fundo a realidade educacional de todo o Rio Grande do Norte.

Com o desenvolvimento educacional alcançado pelo Estado, alguns professores²⁶ conceberam a ideia de reunir os profissionais do ensino público em uma associação, que tivesse por objetivo defender os interesses relacionados ao ensino e ao magistério. A ideia foi bem recebida pelo governo, nas figuras do governador Antônio de Souza e do Diretor Geral da Instrução Pública Manoel Dantas, como também pelos professores da capital e do interior. “Assim, duplamente amparados e fortalecidos, os propulsores da ideia vitoriosa, Amphilóquio Camara, Ivo Filho, Luis

26 Amphilóquio Camara, Ivo Filho, Luis Soares e Luis Antonio.

Soares e Luis Antônio, convocaram a primeira reunião preparatória [...]” (PEDAGOGIUM, 1921, Vol. 1, p. 4).

A *Associação de Professores* iniciou suas atividades após a realização de duas assembleias e foi oficializada solenemente no dia 4 de dezembro de 1920, esta data remete ao aniversário de dez anos de diplomação da primeira turma de professores da *Escola Normal* de Natal. A cerimônia aconteceu no salão nobre do Palácio do Governo, com a presença das autoridades do Estado. Após poucos meses, a *Pedagogium*, revista pedagógica da *Associação de Professores* foi fundada. A primeira edição foi lançada em julho de 1921, sob a direção de Nestor Lima, então diretor da *Escola Normal*. Foi realizada, no dia 12 de dezembro de 1920, a assembleia geral da *Associação dos Professores*, onde foram discutidos e aprovados os estatutos, “Em seguida foi aclamada a primeira directoria efectiva [...]” (PEDAGOGIUM, 1921, Vol. 1, p. 7), na qual Amphilóquio Câmara foi apresentado como Presidente da associação e tomou posse no dia primeiro de janeiro de 1921.

Foi noticiado que, no dia 21 de abril de 1923, realizou-se a solenidade de confirmação pública do nome de Antônio de Souza para o grupo escolar fundado e que seria mantido pela *Associação de Professores*. “O brado patriótico de Amphilóquio Camara não se perdeu no além, nem fraqueou sequer: ecoou de lugarejo á villa, de povoação á cidade, voltando ao centro phonico com o mesmo vigor e alvoroço da partida...” (A Notícia, 5 de maio de 1923). O *Grupo Escolar Antônio de Souza* foi

inaugurado no dia primeiro de maio de 1923. Na sétima edição do periódico, a solenidade é narrada, dando ênfase às qualidades arquitetônicas e higiênicas do edifício, apontando ainda que “O novo estabelecimento de ensino, que já se acha funcionando desde o dia 2, com quatro cursos, está provido de excelente mobiliário e o material pedagógico, de primeira ordem, todo elle adquirido no Rio de Janeiro, pelo Dr. Amphilóquio Câmara [...]” (A Notícia, 5 de maio de 1923).

Por seus esforços, Amphilóquio Câmara foi nomeado representante do Rio Grande do Norte, pelo Governador Antônio de Souza, na Exposição Internacional do Centenário, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1922. O evento representou um intercâmbio entre todos os Estados da Federação, com o intuito de mostrar ao mundo a produção e o desenvolvimento nacional. Para a ocasião, Amphilóquio Câmara escreveu o livro *Scenários Norte-Riograndenses*, publicado, à posteriori, em meados de 1923.

No referido livro, Amphilóquio (2016) aborda diversas características do Rio Grande do Norte, dando ênfase aos aspectos geográficos, econômicos e culturais, dentre os quais, um dos tópicos aborda a instrução pública. A instrução é posta como o problema que mais tem preocupado o governo. São destacadas reformas importantes, como a de 1908²⁷ e

27 Decreto nº 174, de 05 de março de 1908 – durante o governo de Antônio de Souza e o Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908 - quando Alberto Maranhão assumiu o governo.

1916²⁸, bem como afirma que o Estado está em uma posição privilegiada com relação a este serviço, não apenas com relação à qualidade do ensino, como ainda é enaltecido o elevado número de escolas, a média das matrículas e das frequências.

Após o lançamento do livro, Amphilóquio Câmara propôs para o então Governador José Augusto Bezerra de Medeiros²⁹, que se fizesse um filme sobre o Estado, com base no seu livro. O governador acatou a ideia de Amphilóquio, para isso, contratou um dos principais cineastas brasileiros, o mineiro Aristides Junqueira³⁰. No final de 1923, Amphilóquio e Aristides iniciam os trabalhos da primeira produção cinematográfica potiguar – o filme abordava os aspectos culturais e econômicos do Rio Grande do Norte. O jornal *A República* noticiou que o Dr. Amphilóquio Carlos Soares da Câmara estava com a missão de dirigir o filme e

28 Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916 – no governo do desembargador Ferreira Chaves.

29 Para justificar a produção cinematográfica, em mensagem, o governador José Augusto afirmou: “Uma das maiores necessidades experimentadas pelo nosso Estado é a da propaganda dos seus productos nos centros de maior consumo. A recente criação pelo Ministério da Agricultura de um Museu Agrícola e Commercial, com secções especiaes destinadas a divulgação da produção e riqueza de cada um dos departamentos administrativos da Federação, veio facilitar o preenchimento por nossa parte d’aquella lacuna. Incumbi o Sr. Dr. Amphilóquio Camara de dirigir a parte riograndense do Museu, e conto que em breve colheremos os melhores fructos da activa propaganda que está sendo feita de todos os nossos productos, propaganda que tem assumido aspectos varios desde as projecções cinematográficas até os artigos de jornaes de grande circulação” (MENSAGEM, 1924, p. 67 - 68).

30 Responsável pelo curta-metragem “Reminiscências”, o filme brasileiro mais antigo, que data do ano de 1909.

que acompanhava no Rio de Janeiro a conclusão do material que seria exibido nos cinemas potiguares (A REPÚBLICA, 25 de junho de 1924). Sobre a exibição do filme, em nota, noticiava-se “Os conceituados cinemas Polytheama e Royal, desta cidade, irão exhibir hoje em suas telas, o cine-jornal do Rio Grande do Norte é o excellente film organizado sob a direção do nosso confrade dr. Amphilóquio Camara” (A REPÚBLICA, 18 de outubro de 1924).

No anúncio de exibição do filme, os potiguares da época leram: “Não deveis deixar de ver este film, que correndo o Paiz e o Extrangeiro honrará a nossa terra, fazendo vêr o que ella realmente é, o que ella realmente vale!” (A REPÚBLICA, 18 de outubro de 1924). Assim, Amphilóquio demonstra seu olhar visionário e sua participação efetiva e diversificada no âmbito do Estado-Providência.

Quando reeleito Presidente da *Associação de Professores*, pela quarta vez, Amphilóquio Câmara foi homenageado com a colocação do seu retrato no salão nobre do *Grupo Escolar Antônio de Souza*. Na solenidade acontecida no dia 4 de dezembro de 1923, o intelectual proferiu um discurso que foi publicado, posteriormente, pela revista *Pedagogium*. No discurso, Amphilóquio relembra a fundação da associação e as conquistas vivenciadas no decurso dos três anos de existência, sempre em defesa da classe dos professores e da educação do estado do Rio Grande do Norte e complementa que todas as dificuldades encontradas contribuíram para as vitórias alcançadas e para a confiança

no futuro. No ato público, agradece a homenagem que, fazendo uso de modéstia, diz não merecer e promete fazer jus à tão grandiosa incumbência e à amizade dos companheiros.

No discurso de Amphilóquio Câmara é percebida a exaltação da importância do educador no cenário mundial, esta valorização do profissional é mister para a difusão da cultura escolar no Rio Grande do Norte. De fato, a atuação do Estado-Providência e de intelectuais como Amphilóquio Câmara surtiu efeito na difusão do ensino. Em entrevista ao *Jornal O Norte*, em janeiro de 1923³¹, segundo o intelectual haviam:

[...] mais de 400 escolas e institutos de ensino, sendo federaes 2, estadoaes 139, municipaes 61 e particulares 218, com uma matrícula total de 15.048 alumnos e frequencia média de 12.653. Considerados esses números e que a população em idade escolar é de 45.000, vê-se que della apenas 67% estão sem instruçãp, percentagem essa que é, de facto, muito inferior, attendendo-se, que, além das escolas mencionadas, ha um crescido numero de pequenas escolas em casas particulares, sitios e fazendas, mesmo nos suburbios de Natal, que não foram computadas na estatistica supra, procedida no primeiro semestre desse

31 Período em que Amphilóquio Câmara estava no Rio de Janeiro representando o Rio Grande do Norte na Exposição do Centenário.

ano (1922) pelas autoridades do ensino e delegados especiais para este fim nomeados pelo Governador do Estado (CÂMARA, 2016, p. 122).

Embora o número de matrículas, com relação aos padrões atuais pareça ínfimo, em comparação com o período Imperial foi percebido um grande avanço na educação potiguar que, aos poucos, consolida sua cultura escolar. Em nota de rodapé, Amphilóquio elogia a atuação do Estado no âmbito educacional quando afirma que: “[...] o Governo do Estado continua firme no seu programma de combate ao analfabetismo, espalhando escolas por todos os recantos da terra potiguar [...]” (CÂMARA, 2016, p.122).

Em 1924, “Substituindo o dr. Nestor Lima, assumiu a direcção do “Pedagogium”, por força dos estatutos da “Associação”, o dr. Amphilóquio Camara, presidente daquela corporação, que é uma criação de seu espirito trabalhador, brilhante e progressista, amante de sua terra” (PEDAGOGIUM, 1924, Vol. 11, p. 3-4). Estes elogios foram tecidos pela Redacção da *Pedagogium*, sendo, no discurso, reconhecida a importância de Amphilóquio Câmara para a dita instituição, como também para o Estado.

No início da década de 1930, o Brasil irá vivenciar uma outra Revolução, liderada por Getúlio Vargas, que assumirá a Presidência da República. Com o golpe de estado, o cenário Norte-Riograndense é de insegurança, conforme pode ser observado na fala de Amphilóquio Câmara ao jornal *A Noite*, quando estava no Rio de

Janeiro representando o Estado na 4ª Conferência de Educação. Na ocasião, Amphilóquio exercia o cargo de Diretor Geral de Estatística.

Pretendo apresentar um succinto trabalho de informações ao congresso educacional, demonstrando a situação geral do ensino norte-riograndense, cujo grão desenvolvimento posso afirmar não nos faz desmerecer no concerto com os outros Estados da Federação, quer no que diz respeito aos estabelecimentos officiaes, quer quanto ao que se relaciona com as iniciativas particulares. (O panorama político-administrativo da terra Potyguar. A Noite, Rio de Janeiro, Última Hora, 10 de dezembro de 1931, p.3)

Neste discurso é perceptível que Amphilóquio destaca sua atuação em prol da educação potiguar, bem como o grande desenvolvimento desta no período da Primeira República. De fato, este momento histórico foi fundamental para a consolidação da cultura escolar do Rio Grande do Norte.

A partir de então, este intelectual continua sua atuação como um dos principais nomes da resistência contra o Estado Novo (TRIBUNA DO NORTE, Revolução de 1930 pega os políticos de surpresa, 31 de maio de 2015), porém, este é o tema para outra pesquisa.

Em resumo, nos vinte anos estudados, Amphilóquio Câmara formou-se no pedagógico na primeira turma da *Escola Normal* de Natal (1910) e passou a atuar como *Inspetor Estadual do Ensino*. Tornou-se Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife (1921), representou o Estado na Exposição Internacional do Centenário, no Museu Comercial Agrícola do Ministério da Agricultura e na 4ª Conferência de Educação. Exerceu ainda os cargos de Secretário Geral do Estado e de Diretor Geral de Estatística do Estado, publicou o livro *Scenários Norte-rio-grandenses* (1923), que se tornou um documentário produzido pelo Estado, tendo-o como diretor. Ainda, foi um dos fundadores da *Associação de Professores* e desenvolveu atividades jornalísticas em revistas, jornais e periódicos.

Referências

A NOITE, Rio de Janeiro, Última Hora, 10 de dezembro de 1931.

A NOTÍCIA, 05 de maio de 1923.

A REPÚBLICA, 18 de outubro de 1924.

A REPÚBLICA, 25 de junho de 1924.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMARA, Amphiloquio. A reforma da instrução – Os Grupos Escolares. *A República*. Natal, 20 de setembro de 1911.

CAMARA, Amphiloquio. Pelo ensino – visitas escolares - Grupo Escolar Alberto Maranhão. *A República*. Natal, 22 de abril de 1918.

CAMARA, Amphiloquio. Pelo ensino – visitas escolares - Grupo Escolar Capitão Mór Galvão. *A Republica*. Natal, 06 de junho de 1918.

CAMARA, Amphiloquio. Pelo ensino – visitas escolares - Grupo Escolar Pedro Velho. *A Republica*. Natal, PELO, 18 de julho de 1918.

CAMARA, Amphiloquio. Pelo ensino – visitas escolares – Grupo Escolar Moreira Brandão. *A República*, Natal, 11 de abril de 1918.

CÂMARA, Amphilóquio. *Scenários Norte-Riograndenses:1923*. Natal: Sebo Vermelho, 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOLLANDA, Valkley Xavier Teixeira de. *A expansão do ensino no RN (1910-1920): presença de professoras*. Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2001.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

LIMA, Pedro de. *Luís da Câmara Cascudo e A QUESTÃO URBANA EM NATAL*. Natal: EDUFRRN, 2006.

MENSAGEM, 1º de novembro de 1924. Disponível em: (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u743/000001.html>) Acesso: 02/02/2017.

REGISTRO DAS ATAS E RESOLUÇÕES DO DEPARTAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1919.

REVISTA PEDAGOGIUM, Num. 1 – anno I. Natal: Empreza Typographica Natalense, Julho de 1921.

REVISTA PEDAGOGIUM, Num. 10 – anno III. Natal: Empreza Typographica Natalense, Outubro a Dezembro de 1923.

REVISTA PEDAGOGIUM, Num. 2 – anno I. Natal: Empreza Typographica Natalense, Novembro de 1921.

REVISTA PEDAGOGIUM, Num. 7 – anno III. Natal: Empreza Typographica Natalense, Junho de 1923.

RIO GRANDE DO NORTE, Decreto nº 261, de 28 de dezembro de 1911.

RIO GRANDE DO NORTE, Lei nº 284, 30 de novembro de 1909.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIRINELLI, Jean François. *As Elites Culturais*. In: RIOUX, Jean-Pierre. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

SIRINELLI, Jean François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. *A escola da Ordem e do Progresso (Brasil: 1889-1930)*. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 14, n. 24, jul./dez., 2005.

TRIBUNA DO NORTE, Revolução de 1930 pega os políticos de surpresa, 31 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/revolucao-de-1930-pega-os-politicos-de-surpresa/315203>
Acesso em: 07/02/2017.

JERÔNIMO VINGT-UN ROSADO MAIA, O SOLDADO A SERVIÇO DA ESAM

Paula Rejane Fernandes³²

O objetivo do nosso texto é analisar as representações produzidas por Larry Barbosa a respeito do intelectual mossoroense Jerônimo Vingt-un Rosado Maia e postas em circulação no livro *Vingt-un e a ESAM: as histórias paralelas* publicado no ano de 1990 pela *Coleção Mossoroense*³³. A escolha da obra se deu pelo fato do autor descrever Vingt-un e a ESAM como se fossem imbrincadas, como se o criador se confundisse com a criatura ao ponto de um ser tomado pelo outro.

Começamos a análise da obra seguindo o conselho de Chartier de não separar a forma do sentido, isso significa que devemos pensar o livro como sendo composto por duas partes imbricadas: *opus mechanicum* e *opus organicum*. O *opus mechanicum* corresponde ao invólucro, ao objeto material, enquanto o *opus mechanicum* corresponde a ideia ou substrato do livro, ao pensamento do autor. As duas

32 Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É professora do Departamento de História do CERES – UFRN.

33 A análise do livro é realizada com base no diálogo com História Cultural, mais precisamente com o esquema conceitual de Roger Chartier (1990, 2002, 2007, 2008): apropriação, representação e circulação, pois, nos permite pensar como Vingt-un, bem como as pessoas que ajudaram na produção de sua escrita de si, se apropriava de elementos da memória coletiva de Mossoró para produzirem representações sobre si, sobre sua família e sobre a cidade e as colocava em circulação por meio da Coleção Mossoroense.

partes não podem ser pensadas separadas uma vez que a formatação do livro interfere na relação que o leitor estabelecerá com a obra e como se apropriará das ideias do autor. É preciso levar em consideração que o texto sofre diversas alterações por parte dos editores. Deste modo, o texto não pertence unicamente ao autor, mas também aos editores, diagramadores. Por isso é interessante observar as várias edições de um mesmo livro.

Sendo assim, começamos nossa análise falando da forma do livro e de sua editoração. O livro *Vingt-un e a ESAM: as histórias paralelas* é parte de uma seção da *Coleção Mossoroense*³⁴ intitulada *Coleção Vingt-un*. Essa seção reúne livros que homenageiam Jerônimo Vingt-un Rosado Maia. É interessante destacar que esse livro em particular foi publicado com papel doado por América Fernandes Rosado Maia, esposa de Vingt-un³⁵. A informação sobre a doação do papel vem expressa em destaque na primeira página do livro.

Quando analisamos o índice da obra, observamos que o autor apresenta Vingt-un Rosado como se o mesmo cumprisse rigorosamente, passo a passo,

34 A Coleção Mossoroense foi criada por Vingt-un no ano de 1949 para ser um espaço de publicação de trabalhos sobre Mossoró, estudos sobre a seca e publicar obras de autores locais. Os livros publicados pela Coleção não eram vendidos, mas doados a instituições e a pessoas interessadas em adquirir os exemplares.

35 América Fernandes Rosado Maia não deve ser lida apenas como esposa de Vingt-un. Ela foi sua grande colaboradora auxiliando-o nas pesquisas, organizando e publicando obras pela Coleção Mossoroense. Ela contribuiu de modo bastante presente na construção na representação de Vingt-un como intelectual a serviço de Mossoró.

uma meta traçada previamente para sua vida. Isso é percebido no nome dos capítulos a exemplo de “O Primeiro passo”; “O Segundo Passo” até o “O Sétimo passo”. Como percebemos, os títulos enumeram as ações realizadas para a criação da ESAM. Além desses capítulos, há outros voltados para tecer uma relação intrínseca entre Vingt-un e a ESAM como: “Assim Vingt-un recebe a Direção da ESAM”; “Assim Vingt-un recebe pela segunda vez a Direção da ESAM”; “O que Vingt-un pensa da ESAM”.

Percebemos, ao longo da obra, que o autor mescla sua escrita com muitas transcrições de cartas, telegramas, discursos de Vingt-un Rosado, todos eles selecionados devidamente para compor uma representação para Vingt-un como sendo um homem envolvido com os problemas de Mossoró, intelectual capaz de unir o passado com o presente, capaz de idealizar e criar a ESAM.

Deste modo, a escola é colocada não como fruto de um projeto traçado pelas elites mossoroenses, mas como sonho de um único homem, que depois de realizar seu sonho, a escola de agricultura, deu o fruto dele a sua cidade natal, o *Chão Sagrado de Mossoró*.

Concluído o meu curso de agronomia em Lavras, em 1944, trouxe comigo mesmo um compromisso de teimosia: não descansaria enquanto não tivesse uma Escola Superior de Agricultura. (ROSADO apud BARBOSA, 1990, p. 41)

No capítulo chamado “Assim se define Vingt-un”, o autor Barbosa, transcreve depoimentos escritos sobre Vingt-un, nos depoimentos há pontos em comum como a exaltação de sua dedicação a Mossoró, sua humildade, seu gosto incansável pelo trabalho, a diversidade de temas a qual dedicava estudo, destacavam, inclusive, o fato de pesquisar longe dos grandes centros acadêmicos e quase sempre o tomam como exemplo a ser seguido. Vale destacar que não é Vingt-un que define a si mesmo, ele é definido por outras pessoas. Como vemos nas citações a seguir.

Você faz a gente ficar humilde, sem jactâncias e outras “besteiras” dos que pensam muito saber. É quase inacreditável que consiga tanto sucesso intelectual, vivendo longe dos chamados grandes centros de cultura, trabalhando sozinho no meio da indiferença da maioria. Chego a ter inveja de você, pela sua capacidade de lutar, dedicação às atividades do saber, amor à terra natal e tudo mais que compõe sua rara personalidade. No entanto, fico compensando por lhe ter entre os poucos e “seculares” queridos colegas e amigos.

Melquíades Pinto Paiva (08.11.79)
Professor de Pós-Graduação do Museu Nacional. UFRJ (BARBOSA, 1990, p. 29)
Reconhecendo o prezado amigo como o

mais autêntico e valoroso Engenheiro Agrônomo do Rio Grande do Norte, cumpre-me destacar seu gigantesco trabalho em prol do engrandecimento da ciência agrônômica como o mais positivo já realizado até hoje nesse estado e talvez até mesmo no Nordeste. Sua capacidade de trabalho, dedicação, inteligência, honestidade e obstinação patriótica servirão como exemplo, orientação e estímulo aos que se dedicam à Agronomia no Nordeste.

Antonio de Pádua Pessoa (17.03.78)
Diretor do Escritório da SUDENE – RN
(BARBOSA,1990, p. 28)

Os depoimentos publicados por Larry Barbosa no livro *Vingt-un e a ESAM* não foram escritos com essa finalidade. Foram escritos e endereçados a Vingt-un para que fossem lido por ele, na intimidade que é compartilhada pelo remente e pelo destinatário. A publicidade desta intimidade tem um propósito, sendo este o de construir, e inclusive de por em circulação, a representação de que Vingt-un é um intelectual reconhecido e reverenciado por seus pares, isto é, outros intelectuais.

Assim como os depoimentos, Barbosa também publicou o discurso proferido por Vingt-un no dia 23 de março de 1974, dia de sua posse como diretor da ESAM. Em um dos trechos do seu discurso de posse, o intelectual fala em nome de quem veio.

EM NOME DE QUEM VIM

venho em nome dos pioneiros, cuja história estudei.

Vejo neste momento as figuras de João Ulrich Graf, de Alípio Bandeira, de Tércio Rosado Maia, nomes tutelares de uma jornada quase centenária.

Venho em nome de Leila, a criança de cinco anos que em 02 de julho de 1967, a sua pequenina mão conduzida pela mão paterna, visitava os alicerces que começavam a ser rasgados no chão do idealismo. Voltado à noite ao mesmo local, disse: 'quero ser diretora desta escola'. Venho em nome dos moços, que não envelheceram, venho em nome dos velhos, que permanecem jovens, venho com a ponderação dos que ultrapassaram meio século de existência.

A ESAM é missão para os que não se cansaram na sua capacidade de servir. (ROSADO apud BARBOSA, 1990, p. 39-40).

Em seu discurso, Vingt-un Rosado realiza duas projeções no tempo, sendo estas no passado e no futuro. Ele se coloca como continuador e realizador do sonho de seus antepassados sejam eles antepassados sanguíneos, o velho Rosado (como chama seu pai e o nomeia na escrita) e o irmão Tércio Rosado, sejam os antepassados que

residiram em Mossoró e sonharam algo para ela, a exemplo de Ulrich Graf, suíço que morou na cidade no final do século XIX, dono de uma casa comercial e idealizador do primeiro projeto de construção de uma estrada de ferro para Mossoró.

As referências a Graf e a Tércio Rosado ficam melhor entendidas quando explicamos a ligação que cada um possuía com o ensino agrícola. Graf pretendia criar uma escola agrícola na cidade de Mossoró, porém, seu projeto não chegou a sair do papel, pois, a sua construção estava condicionada à da linha férrea. A escola só poderia começar a ser erguida depois de 6 (seis) meses que já tivesse sido construído 100 km de estrada de ferro trafegável.

A concessão adquirida pelo suíço caducou e o sonho de ter a escola não foi concretizado. Por meio da educação agrícola, Graf pretendia retirar os agricultores da prática de cultivar a terra sem cálculo. Para ele, a ausência de cálculo fazia com que o Brasil não tivesse capacidade de competir com outros países que investiam na produção agrícola. Visando torna-lo competitivo, a escola deveria formar agricultores aptos a reconhecer e a escolher os melhores tipos de cultivo para o seu solo.

Assim como Graf, Tércio Rosado também viu no ensino agrícola uma possibilidade de mudança para os agricultores. Tércio criou a *Cooperativa Mossoró Novo* e por meio dela procurou auxiliar e orientar os produtores rurais a terem uma prática mais racional no cultivo do solo.

De acordo com Vingt-un Rosado e Pedro Almeida (1974), o Governo Federal prometeu a Intendência Municipal de Mossoró que ergueria na cidade uma escola agrícola. A promessa realizada pelo Governo Federal não foi cumprida, porém, no ano de 1915, a Intendência Municipal autorizou por meio de recursos próprios a criação de uma escola de aprendizado agrícola. Acreditamos que os autores, ao narrarem esse acontecimento, não estavam apenas exaltando a criação da *Escola de Agricultura Prática*, também estavam elaborando uma representação a respeito da cidade de Mossoró pautada nas ideias de pioneirismo e resistência. A referida escola ficou sob a responsabilidade da *Cooperativa Mossoró Novo*. Como podemos ler em trecho da lei municipal de nº 35.

Existindo nesta cidade uma sociedade que se dedica especialmente ao problema da Agricultura, denominada “Mossoró Novo”, sociedade criada graças ao esforço e abnegação do incansável propagandista das doutrinas modernas, o inteligente farmacêutico Tércio Rosado Maia, achamos conveniente que o aprendizado ficasse a cargo daquela Sociedade, recebendo do Município favores que lhe fossem dispensados pela lei orçamentária. Fornecida a verba consignada no orçamento ao operoso Tércio Rosado, eis que no dia 24 [de

dezembro de 1916] passado foi fundado o Aprendizado Agrícola, de quem muito devemos esperar concernente ao aperfeiçoamento da agricultura, principal indústria do Nordeste brasileiro (ROSADO; ALMEIDA, 1974, p.21).

A escola funcionou até agosto de 1917. As explicações sobre o seu fechamento foram dadas por Tércio Rosado em carta publicada no jornal *O Mossoroense*, em 15 de agosto de 1917. Segundo ele, o fechamento foi ocasionado pela insuficiência de recursos financeiros para custear as despesas da mesma. Vingt-un Rosado e Pedro Almeida (1974) se apropriaram da carta de Tércio Rosado e a colocaram em circulação por meio da sua inserção no livro sobre a história da ESAM. A carta ajudava a produzir a representação de que os Rosado estavam relacionados as inovações na cidade de Mossoró e, principalmente, que eles se sacrificavam pela cidade sem nada esperar em troca.

Da “Mossoró Novo” não é possível obter mais que a colaboração e orientação dos seus sócios e diretores, para o estabelecimento gratuito das diversas aulas, pois os recursos pecuniários da associação são mais que modestos e, para mantê-la, mesmo na atual fase de torpor em que vez por outras

mergulham todas as sociedades vindas à luz em Mossoró, tem-me sido necessário arrostar sacrifícios de tempo, trabalho, saúde e dinheiro (dos quais não me sinto arrependido), e enfrentar dissabores e decepções que considero antecipada penitência de todo o possível pecado que a minha possível descendência venha a cometer pelo futuro em fora (ROSADO apud ROSADO; ALMEIDA, 1974, p. 25).

As histórias e os ideais de Ulrich Graf e Tércio Rosado foram apropriados por Vingt-un Rosado e utilizados em sua escrita para estabelecer uma relação linear entre passado e presente. Por meio de sua apropriação, Vingt-un criou a representação de que ele foi a pessoa encarregada de colocar em exercício os projetos que não foram consolidados no passado, sendo assim, podemos ler a ESAM como uma realização desses projetos delineados no passado, como um serviço prestado a Mossoró.

Depois de projetar-se no passado, lançou-se simbolicamente no futuro por meio de sua filha Leila. A criança Leila ao visitar as construções da ESAM disse ao seu pai que queria ser diretora da escola. Leila não veio a ser diretora, mesmo assim, isso não diminuiu o poder da ligação que o discurso de Vingt-un criou entre a ESAM e ele, entre a ESAM e sua família. A ligação feita por Vingt-un entre o passado e o presente nos permite ver como a memória foi apropriada para criar

e legitimizar o seu local social. Memória cuidadosamente selecionada e compartilhada com seus pares, com sua comunidade interpretativa para a qual buscou falar e, através da fala, reforçar seu pertencimento. Deste modo, o intelectual mossoroense deve ser pensando como estando ligado a uma comunidade interpretativa com a qual dialogava constantemente.

Outra representação que Vingt-un criou para si foi a de guerreiro que lutava pela cultura e principalmente, por Mossoró – RN, cidade que chamava de “País de Mossoró”³⁶. Tal imagem era constantemente retomada por ele e também pode ser lida em livros escritos sobre Vingt-un e em suas cartas passivas. Somado a imagem de guerreiro havia também a de homem destinando a cumprir uma missão, sendo esta a de fazer a história de Mossoró e protegê-la do esquecimento. A ideia de batalha pode ser vista no discurso de posse.

A MENSAGEM DE BRASÍLIA

Dos ministros Ney Braga, que me empossou no seu gabinete, Alyson Paulinelli e Jarbas Passarinho, o consolidador da ESAM, recebi palavras de estímulo à missão que se inicia, neste local e neste instante.

Considero-me soldado convocado pelo terceiro e quarto **governos da Revolução**, para levar a ESAM aos seus eter-

36 A expressão país de Mossoró foi criada por Jerônimo Vingt-un Rosado Maia.

nos e gloriosos destinos. (ROSADO apud BARBOSA,1990, p. 51) (grifos nossos)

E foi retomada em 21 de março de 1978 quando da realização do discurso de entrega do cargo de diretor da ESAM.

O Capitão voltará ao seu posto de soldado, depois da marcha batida, talvez um pouco mais sofrido, mas feliz de ter participado das tarefas que desempenhamos todos, funcionários, discentes, professores.

O soldado desconvocado retorna ao seu lar, para a sua esposa, para os seus filhos, para os seus netos. Mas podes acreditar em tudo o que fiz nesses 4 anos: Na escola nascida de amor, **brotada da paixão de servir ao País de Mossoró e ao Continente Brasileiro**, em cada homem e em cada mulher desta amada família Esamiana, eu sinto que pulsa o coração de um irmão e de um filho. (ROSADO apud BARBOSA,1990, p. 67-8) (grifos nossos)

Vingt-un Rosado colocou a si mesmo como sendo um guerreiro de uma única batalha constante, a

*Batalha pela Cultura*³⁷. Nela, ele tanto se colocou como capitão quanto como soldado. Descrever-se assumindo esses dois papéis auxiliava a produzir a representação de homem que servia a Mossoró e cujo trabalho realizado era movido por um interesse nobre, a “paixão de servir ao País de Mossoró e ao Continente Brasileiro”. É interessante pensarmos que esse discurso, assim como o de posse, reforçava a ideia de que Vingt-un tinha uma missão para cumprir na cidade, a missão de defender a memória da mesma. Por meio deste ato, Jerônimo Vingt-un Rosado Maia construiu para si a representação de que era um homem preocupado não apenas consigo mesmo, mas defensor da cidade e por isso, sua fala podia ser tomada por sua comunidade interpretativa como sendo autorizada a falar em nome do grupo e para o grupo, para falar em nome da ESAM, em nome do passado de Mossoró e em nome do seu futuro.

37 A Batalha pela Cultura foi começada por Dix-sept Rosado, no ano de 1948, com a construção de biblioteca municipal e museu. Depois, Vingt-un prosseguiu com a mesma por meio da publicação de livros da Coleção Mossoroense, noites de autógrafos com os autores dos livros.

Referências

BARBOSA, Larry. *Vingt-un e a ESAM: as histórias paralelas*. Coleção Vingt-un, ano LXX, 10. Coleção Mossoroense, série “C”, volume DLVI, 1990.

CHARTIER, Roger. O príncipe, a biblioteca e dedicatória. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs.). *O Poder das Bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade:UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ROSADO, Vingt-un; ALMEIDA, Pedro. *ESAM, única Escola de Agronomia do Brasil semi-árido*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Volume XXXIV, 1974.

QUAL SERÁ NOSSA TAREFA NO BRASIL? INSTITUIÇÕES, INTELLECTUAIS E ESTUDOS FOLCLÓRICOS NOS ANOS 1940

Francisco Firmino Sales Neto³⁸

Ewerton Wirley Silva Barros³⁹

Apresentamos aqui reflexões decorrentes do projeto *Folclore em movimento: a Sociedade Brasileira de Folclore e o processo de institucionalização dos estudos folclóricos no Brasil* (1941-1963). Tal pesquisa tem buscado problematizar o chamado Movimento Folclórico Brasileiro: uma mobilização intelectual centrada na produção de discursos e práticas em torno dos chamados saberes do povo, a partir dos anos 1940 – movimento geralmente apontado pelos especialistas no tema como o ápice dos estudos folclóricos no Brasil. Porém, ao invés de centrarmos nossos interesses no órgão que comumente representa o Movimento Folclórico Brasileiro (a Comissão Nacional de Folclore - Rio de Janeiro, 1947), optamos por investigar experiências institucionais que, na mesma época, se dedicaram a promover os estudos folclóricos no país, mas cujas atuações são ainda pouco conhecidas.

Investigamos, pois, a *Sociedade Brasileira de Folclore* (SBF): instituição fundada e presidida por Luís

38 Professor do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Cultura (GEPHC/CNPq).

39 Graduando em História na UFCG e bolsista PIBIC/CNPq/UFCG – 2015/2017.

da Câmara Cascudo (1898-1986), em 1941, no Rio Grande do Norte.

Ao realizarmos essa escolha, deliberadamente privilegiando a atuação da *Sociedade Brasileira de Folclore*, procuramos destacar a complexidade do Movimento Folclórico Brasileiro e as tensões existentes na construção de um campo intelectual destinado aos estudos folclóricos no país, em meados do século XX. As principais narrativas sobre o tema posicionam a *Comissão Nacional de Folclore* (CNF) como um *divisor de águas* no assunto e, com isso, escamoteiam outras iniciativas, sejam pessoais ou institucionais, que buscaram consolidar um campo de estudos folclóricos no Brasil. Nessas narrativas, foi reservado um espaço de pouca importância para a SBF na tradição de estudos culturais que formou nossas Ciências Sociais, posicionamento visível na expressão do folclorista Édison Carneiro (1912-1972): “E a Sociedade Brasileira de Folclore, presidida por Luís da Câmara Cascudo, com sede em Natal (Rio Grande do Norte), era pouco mais do que um nome” (CARNEIRO, 1963, p. 53).

Nossa intenção não é *inverter* essa escala hierárquica de importância. Antes, talvez, queiramos *subverter* essas narrativas, problematizando-as. Afinal, o que se convencionou chamar de Movimento Folclórico Brasileiro é uma complexa institucionalização dos estudos folclóricos, pleiteando espaço no interior das Ciências Sociais em formação, com a colaboração de diferentes sujeitos e entidades culturais de todo o país. Investigar as ações da *Sociedade Brasileira de Folclore*

nos auxilia na compreensão desse movimento que, embora instituído oficialmente por Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, precisou costurar relações políticas e culturais em todo o Brasil; bem como, se valeu das reflexões e arranjos intelectuais já existentes para constituir seus próprios princípios e articulações – ainda que as memórias construídas e legadas por seus membros queiram sugerir o contrário.

Defendemos que, tendo sido fundada antes mesmo da *Comissão Nacional de Folclore* e tendo como presidente um folclorista prestigiado, a *Sociedade Brasileira de Folclore* foi um capítulo delicado e, por vezes, tenso desse movimento, ao qual Rodolfo Vilhena definiu como “construindo a grande corrente nacional de folcloristas” (1997, p. 94). Tal defesa requer ampliarmos essa noção de *folclore em movimento*, não se restringindo apenas a sua dimensão oficializada pelo Estado e pelos depoimentos memorialísticos de seus membros. Isso significa perceber a noção de movimento como um processo dinâmico e, sobretudo, não teleológico, que não caminha somente em função de desaguar em uma específica instituição, mas também englobando diferentes ações e agentes culturais coetâneos.

Para efetuar essa proposta, neste texto, propomos uma reflexão primordial para entendermos a mobilização intelectual em torno dos saberes populares nos anos 1940: os debates em torno do conceito de folclore e da atuação intelectual do folclorista. Definir um entendimento do que seria o “fato folclórico”, isto

é, estabelecer quais elementos deveriam ser entendidos como “saber do povo” era tarefa fundamental para o estabelecimento dos estudos folclóricos, enquanto campo intelectual, irmanando folcloristas e orientando os inquiridos a serem empreendidos. Em particular, propomos a análise dessa questão a partir do principal documento institucional produzido pela *Sociedade Brasileira de Folclore*: seus Estatutos – formulados junto a sessão inaugural, registrados em cartório e publicados no órgão oficial do Estado do Rio Grande do Norte, o jornal *A República*, em 1941; e republicados em formato de brochura, em 1942 e em 1949.

Por meio desse documento institucional, já no início dos anos 1940, a *Sociedade Brasileira de Folclore* se propôs a reunir personalidades políticas e culturais, com afinidades pessoais e temáticas, para discutirem e desenvolverem ações de coleta, sistematização e estudo de natureza folclórica. Os Estatutos deveriam funcionar como diretrizes institucionais, estabelecendo os sentidos e as ações a serem adotadas por seus membros. Diante do exposto, a problematização reside em lançar nossas primeiras impressões acerca dos seguintes questionamentos: qual o conceito de folclore presente nesse documento? Uma vez estabelecidas definições próprias, quais ações deveriam ser empreendidas pela instituição em favor desse campo de estudos? Do mesmo modo, como essas diretrizes teórico-metodológicas estabelecem uma função intelectual para o folclorista?

Do ponto de vista teórico-metodológico, desde já, algumas definições precisam ser evidenciadas.

O que estamos chamando de intelectual? Embora reconheçamos os problemas políticos e metodológicos que estão na base do folclore, principalmente quando de sua apropriação e uso da categoria povo, adotamos o posicionamento político de recusa em enxergarmos o folclorista unicamente em um sentido pejorativo (CHARTIER, 1995). Isso significa que, para nós, a desqualificação do pensamento folclórico, como saber menor e desprovido de cientificidade, causa prejuízos à compreensão de seus significados e alcance social. É necessário reconhecermos a historicidade dos saberes, de modo que o folclore e o folclorista devem ser analisados como um entre tantos posicionamentos intelectuais. Isso não significa adotarmos, sem mais, seus posicionamentos diante das chamadas culturas populares. Todavia, nosso entendimento representa uma análise menos judicativa e, esperamos, mais reflexiva dos significados do folclore para a formação das Ciências Sociais no Brasil, bem como para os usos e sentidos da cultura em diferentes épocas e contextos.

Nessa perspectiva, o conceito de *intelectual mediador*, como proposto por Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen, torna-se um referencial teórico importante para as nossas reflexões. Segundo essas historiadoras, o conceito de intelectual é fluido e polissêmico. Percorrendo um conjunto de autores que se dedicaram a refletir sobre o termo e acerca dos indivíduos e situações aos quais o conceito pode se referir, elas o definem em relação a sujeitos produtores de conhecimento com intuito político-social,

enxergando-os como “atores estratégicos nas áreas da cultura e da política” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10). Fugindo de uma perspectiva historiográfica abstrata, na qual as ideias eram analisadas a despeito das relações políticas e sociais daqueles que produzem o conhecimento, propõem o estudo dos intelectuais como sujeitos históricos e, portanto, defendem que suas ações e ideias devem ser correlatamente historicizadas.

Considerando as contribuições dos campos da história social, cultural e política, essas autoras estabelecem o conceito de *intelectuais mediadores* como sujeitos que produzem conhecimentos e comunicam ideias, atuando na mediação entre tempos, espaços, grupos e círculos sociais distintos. Entre as possibilidades de intelectuais mediadores sinalizados, estão aqueles sujeitos “que dirigiram suas ações para a formação de profissionais em sua própria área de especialidade, objetivando disseminar práticas e saberes que seriam responsáveis por circunscrever campos disciplinares e conferir uma identidade a seus membros” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 20).

É nesse sentido que, para nós, a *Sociedade Brasileira de Folclore* deve ser analisada: como instância intelectual produtora de saberes com o intuito de delimitar um campo disciplinar – o folclore. Por sua vez, como atores desse processo, os folcloristas podem ser enxergados como intelectuais mediadores. Não apenas por se portarem como guardiões e arautos de mundos culturais em pretensa oposição (oralidade e escritura, popular e erudito, rural e urbano). Os folcloristas são

intelectuais mediadores por orientarem suas iniciativas para a construção de um campo disciplinar por meio da formação de uma instituição intelectual. No caso do documento em análise, os Estatutos da SBF, os folcloristas aparecem operando pela mediação do saber folclórico, ou seja, disseminando sentidos e ações na expectativa de orientarem as pesquisas e os estudos de seus pares. Como afirmam Gomes e Hansen:

Esse [tipo de] intelectual muitas vezes ocupa um cargo estratégico numa instituição cultural, pública ou privada, numa associação ou organização política, ou atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos (2016, p. 19).

Refletir sobre essa atuação coletiva e institucional de folcloristas, enquanto uma espacialização das relações de poder no interior do Movimento Folclórico Brasileiro, significa ampliar as possibilidades de leitura e interpretação de seus escritos. Se pensarmos no ponto de vista das instituições culturais, encontraremos os espaços disciplinares que tanto preocuparam Michel Foucault, no sentido de locais onde determinados saberes são produzidos a partir de mecanismos de controle das regras de produção do conhecimento e de fiscalização dos discursos que ali emergem. Isso nos remete a um

elemento que é central para as nossas reflexões: a articulação cultura e poder presente nessas práticas e representações em torno da categoria popular. Para Foucault, a instituição aparece diretamente associada às relações de poder e aos sistemas de pensamento – não como uma limitação, mas como um estímulo à produção de determinados saberes: “o poder, longe de impedir o saber, o produz” (2005, p. 148). Dessa forma, enxergamos a *Sociedade Brasileira de Folclore* como uma instituição cultural, cujos membros podem ser vistos como intelectuais mediadores, em virtude dos projetos políticos e culturais promovidos a partir de suas ideias e ações.

Sociedades intelectuais e a institucionalização do folclore nos anos 1940

Pelo menos desde o século XVIII, na Europa, a ideia de *povo* aparece no universo das preocupações políticas e sociais. Por exemplo, em alusão à comunidade camponesa francesa, eram vistos como algo exótico e referenciados como “selvagens do interior”. Como observou Michel de Certeau, em suas expressões culturais, o povo assustava a esfera governamental, que acabava vigiando e perseguindo quaisquer atitudes que ameaçassem o poder. Com o advento da modernização dos espaços urbanos, no século XIX, essa relação foi alterada e o povo foi re(des)coberto de sentidos. Seus costumes, outrora censurados e controlados, passaram a ser estudados (CERTEAU, 2012).

Segundo Peter Burke, o povo passou a ser cultuado pela comunidade letrada que, com ele, se identificava e tentava imitar. Ao tempo que os letrados escreviam sobre essa cultura, definida como genuína, o Estado percebia ali um meio de construir o seu projeto de poder, enquanto nação. Era interessante para o Estado se apropriar da ação dos letrados, colocando o povo como integrante de sua cultura e o utilizando enquanto mecanismo de unificação. O Estado, que antes perseguia as manifestações populares, agora se apropriava delas. Desse modo, os contatos entre letrados e o povo se tornaram constantes e resultaram em registros sobre o cotidiano desse último. Esse cotidiano era selecionado e registrado como interesse intelectual nas manifestações ditas populares – cantigas, danças, lendas, crenças, entre outras (BURKE, 2010).

O surgimento do termo *folclore* está diretamente associado a esse contexto, tendo sido cunhado pelo inglês William John Thoms, através da união das palavras *folk* e *lore* (*folklore*), como *saber do povo*. Essa formulação foi divulgada inicialmente na revista *The Athenaeum*, em 22 de agosto de 1846, e em poucos anos acabou sendo aceita universalmente. Thoms também foi um dos pioneiros na ideia de montar um coletivo de intelectuais, a *Folklore Society*, com pretensões nas pesquisas em torno do saber folclórico. De acordo com Renato Ortiz (s/d), essa ideia de folclore e a busca pelo *status* científico para esse saber acabaram sendo referenciais para a discussão em outros países, inclusive no Brasil.

Era final do século XIX e início do século XX, quando descendentes das elites agrárias do Brasil – que, posteriormente, viriam a ser conhecidos como os protagonistas do Movimento Folclórico Brasileiro – foram estudar nas então grandes cidades. Estas passavam por transformações em suas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais. Nascia um saudosismo do cotidiano vivido no campo e, em específico, das relações de poder que já não se encaixavam em uma sociedade na qual a burguesia nascente ganhava espaço. Conforme Durval Muniz de Albuquerque Júnior, para quem a fabricação do folclore como operação intelectual no Brasil está associada à formação de uma sociedade de classes, ir ao encontro daqueles que ainda residiam em um cenário camponês era uma forma de encontrar “um aliado na defesa de um modo de vida, de uma realidade social que estaria ameaçada pela modernidade pela modernização” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013b, p. 58).

Esse período representou um processo de diversificação dos espaços urbanos e dos sujeitos citadinos, despertando uma atenção para o mundo rural como repositório intocado das manifestações humanas. Como bem demonstrou a pesquisa do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior sobre a fabricação da ideia de cultura popular nordestina, esse processo teve destaque na região que hoje conhecemos como Nordeste brasileiro, onde a oposição urbano e rural se fazia presente na ordem dos discursos políticos e sociais. Muitos intelectuais

dessa região do país produziram estudos de seleção e registro das manifestações culturais que, acreditavam, estariam prestes a desaparecer. Especialmente no Nordeste, durante as primeiras décadas do século XX, assistiu-se ao surgimento de inúmeras iniciativas preocupadas com os saberes populares – a princípio como ações individualizadas e editoriais, mais tarde como ações coletivas e institucionalizadas.⁴⁰

Esse breve histórico em torno dos saberes populares não foi por acaso. Nossa intenção é mostrar as condições de possibilidades para o surgimento de uma instituição dedicada ao folclore, na região Nordeste, durante os anos 1940. A *Sociedade Brasileira de Folclore* surgiu nesse cenário sociocultural, tendo sido fundada, na cidade do Natal, estado do Rio Grande do Norte, em 30 de abril de 1941. Sua liderança ficou a cargo de Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), na condição de presidente. Na ocasião, Câmara Cascudo era já um escritor prestigiado e com projeção nacional. Com títulos publicados nas áreas da crítica literária e da história, redirecionava sua bibliografia para os estudos culturais – área na qual se consolidaria, nesse processo, como folclorista de renome internacional. Em face de uma ampla e destacada produção cultural, Cascudo é tido hoje como um dos principais folcloristas brasileiros. Sua relação com os estudos folclóricos data das primeiras décadas do século

40 Para conhecer detalhadamente esse processo de fabricação da ideia de cultura popular nordestina e os intelectuais que atuaram nesse processo, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013a.

XX, quando, em 1921, publicou seu primeiro texto folclórico na importante *Revista do Brasil*. Na vasta bibliografia cascudiana em torno da chamada cultura popular, podemos destacar: *Vaqueiros e Cantadores* (1939), primeiro de seus livros dedicado ao folclore; e *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954), título que consagrou seu trabalho como folclorista.

A época em destaque, início dos anos 1940, coincide com o chamado Estado Novo brasileiro (1937-1945): período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por meio de um regime de exceção. Ao enxergar na cultura um mecanismo de doutrinação política, Vargas estimulou e financiou toda uma série de manifestações culturais existentes no país. Enfatizando as formas populares de expressão, buscou constituir uma identidade nacional sintonizada com o novo Estado em construção. Especialmente em relação às camadas sociais menos privilegiadas, para os quais os discursos e as ações políticas varguistas estavam orientadas, os intelectuais brasileiros foram conclamados a intervirem na sociedade através de suas produções culturais. Historiadores e folcloristas, em particular, acionaram um repertório de acontecimentos históricos e expressões culturais tidas como o cerne da nacionalidade proposta pelo governo federal (GOMES, 2013). Na esteira dessa *política cultural* de Getúlio Vargas, a SBF promoveu seus estudos culturais, funcionando a partir da subvenção pública federal e conhecendo o período de maior crescimento de seus integrantes e de suas ações.

Apesar dessa trajetória ascendente, as ações culturais desenvolvidas pela *Sociedade Brasileira de Folclore* e o seu papel na definição do campo folclórico nacional e na constituição de um lugar intelectual para os folcloristas não foi ainda objeto de uma investigação histórica específica. Quando muito, a SBF é citada em estudos que investigam outros temas do folclore nacional. Por exemplo, ao tratar do Movimento Folclórico Brasileiro, o antropólogo Luís Rodolfo Vilhena mencionou a existência de outras instituições folclóricas no país ao longo do século XX e, particularmente, apresentou algumas dificuldades enfrentadas pela Comissão Nacional de Folclore ao tentar se instalar no Rio Grande do Norte, em virtude da existência de uma entidade congênere naquele estado: justamente a SBF, cuja presidência estava, segundo o autor, sob responsabilidade de um intelectual respeitado e politicamente influente – Luís da Câmara Cascudo (VILHENA, 1997, p. 100-103).

A criação da *Comissão Nacional de Folclore*, que veio a funcionar paralelamente à *Sociedade Brasileira de Folclore*, decorreu de demandas apresentadas pela *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura* (UNESCO) que, no pós-Segunda Guerra Mundial, necessitava de órgãos consultivos para embasar suas ações culturais e educacionais. Com essa preocupação, solicitou às lideranças políticas mundiais a criação de comissões de apoio nos mais variados assuntos de interesse da UNESCO. Em resposta às solicitações desse organismo

internacional, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil criou, no Rio de Janeiro, o *Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura* (1946) que, por sua vez, criou a *Comissão Nacional de Folclore* (1947) para fomentar os estudos em torno dos saberes do povo no país, entendido como veículo de construção de uma identidade nacional no pós-guerra.

Apoiada pelo folclorista Renato Almeida (1895-1981), em torno da *Comissão Nacional de Folclore*, reuniu-se um contingente de folcloristas; congressos e exposições folclóricas foram realizadas; museus de folclore foram criados; e foram instaladas Comissões estaduais para difundir as ações daquele órgão governamental. A destacada posição política de Renato Almeida, no alto escalão no Itamaraty, favoreceu seus trabalhos. Viabilizou-se, assim, contatos e recursos para as ações da CNF, especialmente a criação das comissões nos estados, formando uma rede intelectual de folcloristas que definiram suas próprias ações como Movimento Folclórico Brasileiro – designação como são conhecidos na historiografia do tema. Contando com o apoio do também folclorista Edison Carneiro, a CNF criou, ainda, a *Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro* (1958) para solucionar desafios enfrentados pelas Comissões estaduais, como as dificuldades em conseguir verbas junto aos representantes políticos locais.⁴¹

41 A partir de 1964, passando por várias reformulações ao longo dos anos, a Comissão Nacional de Folclore deu lugar ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, que atualmente se encontra

Com o surgimento da CNF, que passou a canalizar as atenções federais, a SBF reorientou sua atuação. Voltou-se, decididamente, para uma estratégia que já desenvolvia havia alguns anos: fortalecer sua articulação internacional como forma de mostrar seu prestígio e a primazia de suas ações. Enquanto a CNF buscava compor uma espécie de comunidade folclórica nacional, a SBF passava por um segundo estágio organizacional, compondo um amplo quadro de correspondentes estrangeiros, totalizando 73 membros, oriundos de 26 países. Essa nova organização possibilitou uma circulação de intelectuais e ideias, de modo que a SBF se manteve em evidência a despeito do desinteresse do Estado brasileiro. Isso é importante porque demarca a particularidade da SBF no interior do Movimento Folclórico e demonstra o impacto de sua atuação no contexto de institucionalização de um campo folclórico nacional a partir dos anos 1940.

A Sociedade Brasileira de Folclore: estatuir e instituir o saber folclórico

Em 1951, quando da realização do *I Congresso Brasileiro de Folclore*, no Rio de Janeiro, foi divulgada a chamada Carta do Folclore Brasileiro. Em tom de manifesto, esse documento procurou sistematizar os princípios, normas e diretrizes que deveriam, oficialmente, orientar as atividades folclóricas no

vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Rio de Janeiro.

país. No contexto em que foi divulgada, tal iniciativa era um posicionamento político no interior do campo intelectual brasileiro. Definir uma ideia de folclore e estabelecer as orientações teórico-metodológicas a serem adotadas pelos folcloristas era uma forma de delimitar esse campo de atuação no conjunto das Ciências Sociais e nas Universidades em processo de constituição/consolidação. Nesse sentido, o conagraçamento em torno de um dado conceito de folclore era uma ação intelectual importante, na medida em que se acreditava pautar os estudos dali em diante e, conseqüentemente, construir um lugar para o folclore dentro dos saberes ditos científicos. Esse documento foi bastante celebrado, não sem reações, ganhando significativo destaque na imprensa nacional.

A Carta do Folclore Brasileiro pretendeu ser a sistematização das ideias e ações acerca do folclore no Brasil, em torno de um projeto intelectual e político capitaneado por Renato Almeida junto à *Comissão Nacional de Folclore* e, portanto, respaldado pelo Estado. Embora muito mencionada nos estudos folclóricos, essa Carta não foi o primeiro ou o único documento que se propôs a estabelecer as ideias em torno do folclore e a pautar posicionamentos teórico-metodológicos aos folcloristas no Brasil. É nesse sentido que os Estatutos da SBF ganham ainda mais importância, uma vez que antecedem a Carta do Folclore como documento sistematizador da ideia de folclore em vigor e enquanto elemento norteador das ações folclóricas. Some-se a isso o fato mencionado na imprensa da época – e

reproduzido em algumas das fontes localizadas – que a publicação da Carta foi antecedida de intensos debates e divergências de opiniões, tendo a versão final sofrido “algumas modificações acarretadas pelos debates e por sugestões formuladas por Luís da Câmara Cascudo” (RABAÇAL, 1968, p. 8). Isso, no mínimo, demonstra o prestígio intelectual de Cascudo e a importância das ideias que vinham sendo defendidas por ele, pelo menos, desde a década anterior à realização do *I Congresso Brasileiro de Folclore* – formalizadas nos Estatutos da *Sociedade Brasileira de Folclore*.

Para efeitos de tipologia, função e análise, os estatutos são um conjunto de normas que regem instituições. Tê-los em mãos representa enxergarmos, de forma panorâmica, as ideias que permeiam e estruturam as entidades. Ao historiador, no uso dos estatutos como fonte histórica, cabe problematizar os mecanismos normativos desse tipo de documento, sempre que possível cotejando com os usos que deles são feitos à época, para perceber até que ponto os sujeitos e suas práticas seguem ou questionam o que foi estabelecido como princípio norteador institucional. Dentre as possibilidades analíticas, temos uma dimensão mais funcional – no sentido de visualizarmos a dinâmica da instituição; temos uma dimensão normativa – no sentido de identificarmos as diretrizes que consolidam as ações institucionais; e, em se tratando de uma entidade cultural, temos uma dimensão intelectual – no sentido dos referenciais que fundamentam as ideias culturais ali produzidas

e defendidas. Enquanto dispositivo disciplinar no interior do campo folclórico, por meio do documento institucional em análise, podemos examinar os mecanismos de controle, regulação e produção de saberes; bem como, temos referenciais para pensarmos os eixos práticos da instituição, na medida em que podemos verificar os sentidos e os usos intelectuais decorrentes – concordantes ou não com o que estava deliberado.

Para analisarmos os Estatutos da *Sociedade Brasileira de Folclore* daremos ênfase à versão de 1942, que foi publicada em formato de um livreto, com pouco mais de dez páginas. Isso se justifica por ser, a nosso entender, a versão mais elaborada e com maior sistematização das ideias com as quais lidamos. Esse documento, em sua versão de 1942, é uma publicação que dá a ver não só os dispositivos de deliberação institucional, mas todo um conjunto de informações sobre a própria entidade cultural – por isso, o livreto possui o título genérico de *Sociedade Brasileira de Folclore*.⁴² Essa publicação apresenta os seguintes eixos: *estatutos; registo civil; processo de filiação à S. B. de F-L; direitos e deveres das sociedades; sugestões para a colheita de material folclórico; plano geral dos inquéritos* (ESTATUTOS, 1942).⁴³

42 É importante destacar que a versão de 1941 aparece reproduzida no interior da versão de 1942. Quanto à versão de 1949, mais sucinta, essa será apenas mencionada porque aponta para questões que transcendem o escopo e as dimensões estabelecidas para este texto.

43 Doravante, para não repetirmos a referência do documento

A ideia de folclore que buscamos perceber atua de modo transversal nesses itens, ou seja, por mais que ele esteja definido em um determinado momento no documento, os demais eixos também operam em sua definição. O primeiro dos eixos apresenta a disposição estatutária da instituição, isto é, sua composição mais formal: organização, administração e regulamentação. Em 19 artigos, aparecem dados bastante usuais para um documento institucional, tais como o processo eleitoral, as comissões, as reuniões, etc. Nesse ponto do documento, inicialmente, podemos destacar dois aspectos que sinalizam os sentidos e as ações propostas em torno dos estudos folclóricos pela SBF:

1) Mobilização intelectual: além dos sócios fundadores, que estavam dispensados da apresentação de trabalhos folclóricos, havia a possibilidade de inclusão de novos membros – fossem nacionais, por proposição de um sócio efetivo e com a apresentação de trabalhos publicados ou inéditos sobre o assunto (art. 4); ou fossem estrangeiros, como correspondentes, por nomeação do presidente da SBF (art. 14). Para a nomeação de sócios correspondentes estrangeiros, como primazia do presidente, bastava a “justificação dos motivos da escolha” sem menção a qualquer necessidade de demonstração bibliográfica (p. 3). Para

exaustivamente no meio dos parágrafos, faremos as referências apenas com os dados de localização no interior do texto: número do artigo ou da página. Além disso, apesar do folheto ter como título Sociedade Brasileira de Folclore, utilizaremos a referência como Estatutos da Sociedade Brasileira de Folclore para deixar evidente de que tipo de documento estamos a tratar.

a nomeação dos titulares brasileiros, não residentes na cidade do Natal, os trabalhos apresentados como justificativa à vinculação deviam versar sobre o folclore “norte riograndense, brasileiro, americano ou geral” (p. 4). Verifica-se a preocupação em ampliar a área de alcance da instituição para além de Natal, fosse incluindo pares de outras regiões do país e do mundo, fosse propondo conexões entre os estudos folclóricos em/sobre diferentes espaços de produção.

2) Atuação: outro aspecto importante nesse primeiro momento do documento está no artigo 1º dos Estatutos, que destaca o objetivo da entidade – a *Sociedade Brasileira de Folclore* “destina-se à pesquisa, estudo e sistematização do Folklore local e nacional, recolhendo e analisando todas as manifestações da ciência popular, relacionadas com essa disciplina” (p. 3). Ao folclorista caberia ir a campo, pesquisar, coletar e sistematizar tudo aquilo que fosse possível em torno dos saberes populares. Ao mesmo tempo, seu objetivo apontava para a percepção do folclore como uma disciplina específica no interior das Ciências Sociais: uma ciência das manifestações populares.

Na sequência do documento, aparecem os dados do registro civil da entidade; e os procedimentos para o processo de filiação de sociedades congêneres à *Sociedade Brasileira de Folclore*, destacando os direitos e deveres de cada uma e demonstrando o interesse em ampliar a atuação da entidade, em rede, pelo país. Verifica-se o interesse da SBF ser percebida como uma instituição cultural preocupada em promover uma

mobilização intelectual em torno do folclore. Observa-se também a ênfase na coletividade, na organização em conjunto, na colaboração mútua entre instituições.

No que se refere à dimensão mais conceitual, presente no nome da Sociedade e utilizado para nomear o seu objeto de estudo, o termo folclore aparece em referência à ideia já mencionada de William John Thoms. Essa menção está constatada ainda nos assuntos concernentes à organização e funcionamento da diretoria, especificamente no parágrafo de reeleição diretorial – evento programado para ocorrer na data de 22 de agosto – realizando, assim, uma alusão simbólica à data em que o termo foi inicialmente formulado: “O mandato da Diretoria inicial terminará a 22 de agosto de 1944, sendo 22 de agosto a data para a eleição da SBF em homenagem, ao dia em que William John Thoms propôs na revista ‘Athenaeum’ o nome ‘FOLK LORE’, em 22 de agosto de 1846” (p. 4).

Além da menção a William Thoms, a SBF apresenta sua definição de folclore fundamentada a partir das ideias de folcloristas pioneiros no tema, entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX: Pierre Saintyves, Paul Sébillot e Arnold van Gennep (França); Andrew Lang (Reino Unido); e Albert Marinus (Bélgica). Ao fazer aproximações com esses folcloristas, ainda que sutis, verifica-se a aproximação com estudiosos que também fizeram parte de instituições. Dentre eles, é o francês Pierre Saintyves a referência conceitual mais direta – para quem se atribui a definição conceitual expressa: “Folk lore ‘é a ciência da cultura tradicional

nos ambientes populares dos países civilizados” (p. 9). Mesmo assim, o documento não se estende em uma discussão teórico-conceitual mais ampla, defendendo que “o estudioso não se inquiete nem perca seu tempo procurando saber onde começa e onde termina o Folk Lore” (p. 9). Com efeito, a instituição procede à ideia de folclore numa perspectiva mais metodológica, propondo a definição do que seria um folclorista e de qual tarefa esse intelectual deveria se ocupar. Vejamos:

Qual será a nossa tarefa no Brasil? O esforço lógico é a pesquisa e o registo, o arquivamento. Individualmente há liberdade de comentar, classificar, deduzir e escrever sobre esse material acumulado. No ponto de vista associativo somos uma cooperativa, recolhendo, selecionando, conservando uma produção digna de louvor e de elevação intelectual (ESTATUTOS, 1942, p. 9-10, grifo nosso).

Nesses termos, na obtenção de algum material, o primeiro passo do folclorista seria a pesquisa, o registo e o arquivamento. As ações de pesquisa e estudo deveriam ser pautadas por regras precisas, enquanto inscritas em uma disciplina científica. Na realização da pesquisa, sua ida ao povo seria imprescindível. Porém, era sugerido que os momentos de registo e arquivamento não ocorressem na casa do informante,

mas no lar do folclorista ou em passeios, para que a família e parentes do primeiro não viessem a intimidar e limitar as confissões no diálogo. Por outro lado, o folclorista também teria que proporcionar confiança e demonstrar ter conhecimentos prévios sobre a temática dialogada, para que o entrevistado se sentisse ambientado:

Os grandes folcloristas, veteranos na obtenção de informes com o povo, ensinam a necessidade de inspirar confiança, ambientando o informador com nossa própria participação. Antes de perguntar, converse, mostre que ama o assunto, sabendo alguma narrativa, feita com simplicidade, empregando verbalismos locais, sem a pretensão de impressionar pela inteligência e sabedoria, ganhamos imensamente (ESTATUTOS, 1942, p. 7).

As perguntas não deveriam ser realizadas em tom afirmativo, pois poderiam interferir na concordância – algo considerado, pela SBF, psicologicamente natural entre o povo. Sendo assim, a participação do folclorista no diálogo deveria ocorrer de modo cauteloso em suas palavras e expressões faciais. A instituição sugere: “impressiona-se com as narrativas trágicas e tenha pavor do que parecer apavorar o narrador. Sem essa participação a confiança vai esfriando. Cuidado com o riso. Uma gargalhada incontida põe toda uma boiada

a perder...” (p. 8). Finalizada a colheita do material, o folclorista teria que endossar as informações obtidas em novos diálogos, sem que o informante percebesse. A justificativa da Sociedade para tal ato era que novas informações poderiam surgir e enriquecer a pesquisa.

No ato do registro, a SBF realçava a *fidelidade* do folclorista, em que este deveria “não admitir a colaboração espontânea, inconsciente e poderosa da própria imaginação no material obtido. Não terminar as frases registradas. Fixar talqualmente ouviu” (p. 7). Essa atividade conotava o receio da instituição em o letrado interferir na escrita capturada pela oralidade do informante. Por isso, definia o modo exigido da entrega do registro contendo os dados do informante – seu nome, data e local – na justificativa de servirem para encontrar possíveis semelhanças e variantes em outros espaços, instituindo o seu método taxionômico, ou melhor, de classificação:

Mesmo não publicando a procedência da informação, é aconselhável ao autor anotar a data, local e nome do formador, guardando o original. Destina-se se essa sugestão às possibilidades de estudar variantes e deformações de um costume ou de um mito, no mesmo ponto ou noutra região, sabendo-se a data em que a nota inicial fora registrada (ESTATUTOS, 1942, p. 7).

O método de classificar não estava restrito às manifestações populares, mas abrangia às espécies animais e vegetais: “Qualquer espécie animal ou vegetal citada num trabalho deverá ser acompanhada pela sua classificação científica, no texto ou no final do livro. Essa exigência simplificará a dificuldade da identificação” (p. 7). A intenção de resguardar essas informações fazia parte de como a instituição enxergava a relação homem-natureza. Durval Muniz de Albuquerque Júnior ressalta que, nesse contexto, a concepção de ciência que presidia o trabalho folclórico não parece ser a concepção moderna de ciência, mas sim uma concepção clássica, uma ciência ainda entendida como erudição, como taxionomia, como classificação, ordenação e hierarquização das empiricidades que levantam em suas atividades de pesquisa (2013b, p. 126). A taxionomia proposta se torna mais visível nas páginas seguintes:

Tudo quanto for recolhido pela Sociedade deveria ser estudado num ângulo de sistematização. Recolher o mais possível. Aproveitar o essencial, o típico, o mais expressivo. Não guardar verso popular porque é verso popular. O frio, o banal, o comum será posto á margem. Contra essa ideia de sistema opõem-se afirmando que não há um sistema entre o Povo, quanto a sua política, mítica, rítmica, etc. Respondo que existe, e bem visível. Cada gesto, verso, superstição,

frase, está em momento psicológico definido, oportuno. Só emprega uma palavra ou alude a um bicho encantando no minuto próprio, compatível e natural com a evocação (ESTATUTOS, 1942, p. 10, grifos nossos).

Na ocasião, a *Sociedade Brasileira de Folclore* apresentava e defendia sua proposta metodológica para o folclore com ênfase na sistematização. Ainda de acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, isso se coaduna como pensamento desenvolvido pelo próprio Câmara Cascudo naquele momento:

[Cascudo] insiste ser [essa] a maneira científica, aquela que, além de não adulterar as formas populares, não só as reproduz, as coleciona, as copia fielmente, mas dá a elas, através da comparação do cotejamento, da observação as desselelhanças e diferenças, da pesquisa da origem e da trajetória histórica destas formas e manifestações, uma dada ordenação, estabelecendo grades de classificação, caçando as variantes, tentando estabelecer uma estrutura fixa e recorrente que permita identificar e hierarquizar a dispersão do material nomeado como popular (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013b, p. 130).

Passado o momento de ir ao povo, seguido de registro e sistematização, chegava-se à última fase do ofício do folclorista: a escrita. De acordo com a Sociedade, quando possível, era preferível “a monografia, ilustrada com fotografias e músicas, sempre que o assunto comportar” (p. 7). O folclorista deveria escrever somente o que estava nos registros e ter o cuidado em não colocar suas opiniões: “Só interessa o Folclorista escrevendo sobre material honestamente registado. Examine minuciosamente sua colaboração pessoal. Verifique se há reminiscência de leitura ou o terrível *penso-que-ouvi*, que é o macaco na loja de louça” (p. 9). Por fim, fora do texto de registro, é que se abriam as possibilidades de cotejamento das informações, ganhando forma de estudo folclórico. Para a Sociedade Brasileira de Folclore, os saberes populares, folclóricos, seriam resultado de um processo iniciado com um inquérito, tornado registro sistematizado e arquivado, para então servir à escritura de estudos comparativos e classificatórios.⁴⁴ Esse estatuir de procedimentos a serem adotados pelo folclorista institucionalizaram um conceito de folclore, na medida em que o oficializaram enquanto disciplina praticada no interior de uma instituição: folclore como uma ciência popular, porque se pretendia amparada por rigorosos métodos de coleta e análise.

44 A sequência dos Estatutos da Sociedade Brasileira de Folclore, em sua versão de 1942, sinaliza alguns elementos que podem ser estudados: literatura oral, histórias de Trancoso e, sobretudo, superstições – às quais destinou uma grande relação de possibilidades folclóricas

Folclore em movimento: últimas considerações

Investigar instituições que antecederam a *Comissão Nacional de Folclore*, cujas atuações foram desprestigiadas pelos formuladores da ideia de Movimento Folclórico Brasileiro, torna-se importante porque eram a partir das instituições que, no século XX, os folcloristas mediavam suas relações de identidade profissional enquanto intelectuais preocupados com os dilemas culturais do país. Essa tradição de sociedades e academias letradas não era uma novidade no Brasil, pelo menos desde o século XIX, enquanto espaços que conferiam saber e poder. Além da *Sociedade Brasileira de Folclore*, outras iniciativas foram realizadas antes ou depois da existência da ideia de um movimento folclórico oficializado. Ao se organizarem coletivamente em instituições, os folcloristas estavam inseridos dentro de espaços de práticas e sociabilidades que legitimavam suas iniciativas e ações:

A sociabilidade intelectual é entendida como uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas – muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizados –, para atuar no interior de uma sociedade mais ampla. Nessas redes e lugares dominam tanto dinâmicas organizacionais, que conferem estrutura ao grupo e po-

sições aos que dele participam; como o compartilhamento de sentimentos, sensibilidades e valores, que podem produzir solidariedades, mas igualmente competição (GOMES; HANSEN, 2016, p. 24).

Estabelecer a ideia de uma instituição voltada à *ciência popular* sugere que o folclorista desenvolvia práticas específicas a um campo de saber, a partir das quais orientava seus posicionamentos intelectuais e suas intervenções sociais. Naquele momento, ainda no início da década de 1940, os folcloristas não se pensavam em termos de Movimento Folclórico Brasileiro. Mas nem por isso deixavam de se perceber como integrantes de uma institucionalizada mobilização intelectual em torno do tema. Em 1941/1942, as preocupações estavam mais voltadas para a tarefa intelectual do folclorista, sua função social, os sentidos de suas ações. A criação de instituições folclóricas se mostrava como um artifício necessário e profícuo para a consolidação de um campo de estudos em torno do folclore: um espaço de sociabilidade, fortalecimento e fomento às ideias e aos saberes folclóricos, enquanto disciplina integrante das Ciências Sociais.

No conjunto das possibilidades – por exemplo: folclore, antropologia e etnologia – uma atitude etnográfica parecia irmanar as perspectivas teórico-metodológicas em torno dos estudos culturais em nossa sociedade. É bem verdade que cada um desses campos tem sua própria trajetória, alguns adquirindo mais

prestígio e posições acadêmicas do que outros. Não que estejamos eliminando as fronteiras disciplinares, mas, até meados do século XX, os intelectuais ainda não haviam assumido a especialização dos saberes no rigor do termo. Dessa forma, foi justamente esse tipo de iniciativa de reflexão e orientação teórica e metodológica promovidas pelas instituições que contribuíram para definir contornos disciplinares e especializar as práticas intelectuais. Esse processo não foi rápido nem evolutivo, como sugere a ideia de um movimento linear – tendo sido melhor delimitado apenas com a ampliação do sistema universitário brasileiro, na segunda metade desse mesmo século. Mesmo quando as Universidades se tornaram os espaços apropriados de produção de conhecimento científico, as marginalizadas instituições folclóricas não deixaram de ter existência.

Quando os Estatutos da *Sociedade Brasileira de Folclore* foram republicados, em 1949, o quadro de associados incluía, genericamente, etnógrafos que atuavam em mais de uma possibilidade de campo nas Ciências Sociais. Entre os vivos os já falecidos, podemos citar: Artur Ramos, Franz Boas, Gustavo Barroso, Joaquim Ribeiro, José Leite de Vasconcelos, Leonardo Mota, Mário de Andrade, Raffaele Corso, Roger Bastide, Ramon Menendez Pidal, Stith Thompson e, inclusive, Renato Almeida (presidente da *Comissão Nacional de Folclore*). Os Estatutos seguiam os mesmos moldes da versão anterior, mas os artigos estatutários foram reduzidos ao número de oito apenas, com

preocupações mais voltadas para eleições e reuniões. Um dos aspectos mais relevantes que essa versão do documento possui é uma extensa lista de sete páginas, contendo os nomes e os endereços de seus sócios, com o intuito de facilitar o intercâmbio de ideias entre si. (ESTATUTOS, 1949, p. 7-13)

Essa ampla articulação da *Sociedade Brasileira de Folclore*, inclusive no exterior, é um aspecto que nosso projeto de pesquisa está a investigar neste momento, de modo que seus significados são considerações ainda em construção e que serão tratados quando oportuno. Por ora, finalizaremos momentaneamente esta reflexão com o questionamento que nos serve de título, presente nos Estatutos da *Sociedade Brasileira de Folclore*, versão de 1942: qual seria a tarefa intelectual do folclorista no Brasil dos anos 1940? Ao acompanharmos a trajetória da *Sociedade Brasileira de Folclore*, verifica-se a consolidação intelectual de seu presidente, Luís da Câmara Cascudo. Os Estatutos da SBF, na versão de 1949, fazem uma menção explícita a Cascudo como folclorista prestigiado e orientador de seus pares: “atendendo aos relevantes serviços prestados pelo atual Presidente Fundador ao Folk Lore Brasileiro e sua expansão no exterior, a S.B.F.L declara-o Presidente Perpétuo e Orientador dos estudos na especialidade” (ESTATUTOS, 1949, p. 3).

Em grande medida, o folclorista que Câmara Cascudo personifica tinha uma tarefa, uma missão intelectual a ser desempenhada. Ele seria um intelectual que, de forma associativa, promovia um

trabalho de registro e salvaguarda cultural, cujos procedimentos foram publicados nos Estatutos da *Sociedade Brasileira de Folclore*. No contexto dos anos 1940, seu papel era fundar instituições, aproximar e reunir estudiosos do tema, definir os sentidos e as regras teórico-metodológicas, realizar inquéritos e coletas, sistematizar e arquivar as informações, proporcionar a realização de estudos comparativos e, assim, delimitar um campo intelectual, defini-lo como disciplina científica.

Para Cascudo, em entrevista dada nessa época, “naturalmente o conceito de Folclore e do Folclorista é difícil de precisar-se” (CASCUDO, 1944). Ele assim se referia porque as definições estavam em construção, não sendo ainda consensuais. Suas iniciativas institucionais se justificavam nessa busca por dar contornos mais precisos ao folclore e a suas próprias ações enquanto intelectual, naquilo que chamou de “campanha pela valorização do Folclore brasileiro” (CASCUDO, 1944). Para usarmos uma expressão própria da chamada história dos conceitos, a época era de muitos *horizontes de expectativas*; e o Movimento Folclórico Brasileiro não poderia existir prescindindo integralmente dos *espaços de experiências* de seu próprio campo (KOSELLEK, 2006). Ignorar alguns, reduzir o alcance de outros, esquecer de mencionar outros mais é uma estratégia política, inscrita em uma memória disciplinar. Na dinâmica do *folclore em movimento*, pois, movimentemos também suas memórias e façamos ver a complexidade de sua

história. Isso nos leva ao Cascudo dos anos 1940, entendendo que o processo de institucionalização dos estudos folclóricos estava em curso e, mesmo lento, ele não poderia passar indiferente:

Para isto é preciso tempo, cuidado, atenção. O lema da Sociedade Brasileira de Folclore é *pedibus lentus, tenax cursus*.⁴⁵ Mesmo lentamente, anda-se sempre, teimosa, obstinada, serenamente. Assim mesmo vive e persiste o Folclore através das civilizações disparatadas e das orientações desnorteantes (CASCUDO, 1944).

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013a.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *“O morto vestido para um ato inaugural”*: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013b.

45 Nos Estatutos da *Sociedade Brasileira de Folclore* de 1942 aparece grafado *Pedibus tardus, tenax cursus*. Tradução convencional: “Os passos podem ser lentos, mas a marcha é firme”.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

CARNEIRO, Edson. A evolução dos estudos de folclore no Brasil. *Revista Brasileira de Folclore*, Rio de Janeiro, a. II, n. 3, maio/ago. 1962, p. 47-62.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Vaqueiros e cantadores: folclore poético do sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará*. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939. CASCUDO, Luís da Câmara. Uso e abuso do folclore. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 02 jun. 1944.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

CERTEAU, Michel de. A beleza do morto. In: ____. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 2012. p. 55-85.

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

ESTATUTOS da Sociedade Brasileira de Folk-Lore. 1. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1942.

ESTATUTOS da Sociedade Brasileira de Folk-Lore. 2. ed. Natal: Departamento de Imprensa, 1949.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: ___. (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-37.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. da PUC-Rio, 2006.

ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'água, [s.d.].

RABAÇAL, Alfredo João. *Os conceitos de folclore e etnografia em Portugal e Brasil*. Barcelos: Museu de Cerâmica Popular Portuguesa, 1968. (Cadernos de Etnografia, 5).

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

The background of the image is a dark, monochromatic photograph of vertical wooden planks. The wood grain is clearly visible, showing various textures, knots, and imperfections. The lighting is somewhat uneven, creating subtle gradients of dark grey and black across the surface.

INTELECTUAIS E IMPRENSA

HENRIQUE CASTRICIANO DE SOUZA: O DESPONTAR DE UM MERENCÓRIO POETA NO MEIO JORNALÍSTICO (A EDUCAÇÃO FEMININA EM PAUTA)

Cosme Ferreira Marques Neto⁴⁶

Henrique Castriciano de Souza (1874 – 1947) nasceu no município de Macaíba, próximo à capital potiguar, Natal. Irmão do político e jornalista Eloy de Souza (1873 – 1959) e da poetisa Auta de Souza (1876 – 1901), foi um dos intelectuais potiguares mais atuantes nas duas primeiras décadas do século XX. Antes dos vinte anos de idade, a convite de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, então governador do estado, iniciou a publicação de seus escritos no jornal *A República*, com o qual colaboraria anos a fio, considerado um importante veículo de comunicação na época, donde se revelaria poeta, ensaísta e crítico de costumes.

Entre 1909 e 1910, já se destacando também na política institucional⁴⁷, devido ao endosso da oligarquia Albuquerque Maranhão, Castriciano viajou à Europa com o intuito de encontrar tratamento médico para o

46 Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e professor do Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

47 No primeiro quartel do século XX, exerceu estes cargos públicos: secretário de governo (1900 – 1910), procurador do Estado (1908 – 1914), deputado estadual (1914 – 1919) e, por dois mandatos, vice-governador (1915 – 1923). Com o ocaso da oligarquia Albuquerque Maranhão, não mais conseguiria assumir postos elevados na máquina pública.

bócio e a tuberculose – enfermidade esta que o achacava desde a adolescência. Ao chegar ao continente europeu, aproveitou as horas fora dos consultórios médicos para alargar as pesquisas que vinha desenvolvendo, havia algum tempo, sobre a educação da mulher. Para tanto, inspirou-se, sobretudo, na *École Ménagère* de Fribourg, na qual esteve quando de sua estada na Suíça. A partir dos conhecimentos que apreendeu nessa viagem, fundou, na capital do estado, a *Liga de Ensino do Rio Grande do Norte* (1911) e, mais tarde, a *Escola Doméstica de Natal* (1914), instituição de ensino voltada exclusivamente às mulheres.

O objetivo deste capítulo é analisar a ascensão de Henrique Castriciano de Souza à condição de publicista⁴⁸, no estado do Rio Grande do Norte, ressaltando sua relação de clientelismo com a oligarquia Albuquerque Maranhão e seu interesse na educação feminina. O Castriciano “educador”, “pedagogo”, responsável pela criação da *Liga de Ensino* e da *Escola Doméstica*, não é, por falta de espaço, objeto de estudo da presente pesquisa.

Os discursos – ou “representações do mundo social” – têm inerente liame com os grupos sociais que os produziram, isto é, defendem determinados interesses, socialmente construídos. “Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17) – não existe discurso neutro, imparcial.

48 Jornalista ou escritor que discorre acerca de assuntos variados, como política, economia e sociedade, de interesse do público; articulista.

As representações consistem, destarte, nos “[...] mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (Ibid., p. 17).

As práticas e as representações estão entrelaçadas, constituindo-se na expressão dos pontos de vista de segmentos sociais que, em uma dada circunstância, engendraram-nas (não há, portanto, como concebê-las separadamente). Como assinala Paul Ricoeur, ações e pensamentos necessitam ser sempre remetidos “[...] para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas de poder” (Apud CHARTIER, 1990, p. 25).

Porta-voz dos estratos sociais dominantes no estado, Henrique Castriciano produziu, nos textos que publicou na imprensa norte-rio-grandense, uma noção de educação feminina com eles afinada, em conformidade com suas visões de mundo. Além do mais, na sua experiência como educador – professor de Educação Social, disciplina que ministrou durante anos na *Escola Doméstica* –, reforçou seu apreço por instituições caras às elites, como, por exemplo, a família, considerada, por ele, o âmago da sociedade.

Neste trabalho, lançamos mão da *isotopia*, procedimento metodológico tomado de empréstimo à Linguística, que consiste na recorrência de determinado aspecto semântico verificada em um texto, o qual, na maioria das vezes, enseja mais de uma interpretação. Entretanto, as várias leituras permitidas pelo texto já

estão gravadas nele, ou seja, “[...] não se fazem a partir do arbítrio do leitor, mas das virtualidades significativas presentes no texto” (FIORIN, 2006, p. 112). Desse modo, para explicitarmos a ligação da produção escrita de Henrique Castriciano com as elites políticas potiguares, analisamos sua coerência semântica e os elementos que lhe propiciam unidade – traços semânticos que se repetem na comunicação discursiva. É justamente nesses aspectos relativos à construção de significados no discurso que percebemos a filiação sociocultural do intelectual potiguar. Assim, justificamos o fato de sua obra só poder ser lida se pensada no bojo da mentalidade das classes dominantes do Rio Grande do Norte, no exórdio do século XX.

No âmbito das fontes, utilizamos os dois primeiros volumes de *Henrique Castriciano: seleta (textos e poesias)*, organizados pelo pesquisador José Geraldo de Albuquerque. Eles contêm boa parte da produção textual de Castriciano (poemas e crônicas), compreendendo, inclusive, sua contribuição a periódicos potiguares como *A República* e *Gazeta do Comércio*.

Relações de poder com a oligarquia Albuquerque Maranhão: apadrinhamento e carreira jornalístico-literária

Em 1891, quando cursava Direito no Recife, Eloy de Souza, irmão mais velho de Henrique Castriciano, conheceu, por intermédio de dois amigos de faculdade, os futuros governadores Alberto Maranhão e Tavares

de Lyra, o então deputado federal Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, já um ator político proeminente no Rio Grande do Norte. Este o convenceu a abreviar a carreira acadêmica e abraçar a vida político-partidária potiguar – logo, logo o ex-aspirante a advogado tornar-se-ia deputado estadual. Ao irmão Castriciano, que já demonstrava pendor para as letras, coube um convite do mesmo Pedro Velho, agora governador do estado (1892 – 1896), para se tornar colaborador d’A *República*, órgão da Imprensa Oficial norte-rio-grandense. O mais novo publicista do periódico – tinha dezessete anos na época –, nele escreveu até 1923 (CASCUDO, 2008, p. 51; 54).

Ademais, em decorrência do apoio financeiro recebido pelo então governador do estado, Castriciano publicou, em 1892, seu primeiro livro de versos: *Iriações*. Sequer, porém, fruiu dos louros do lançamento: a tuberculose, mal de família⁴⁹, abateu-se sobre seus pulmões. O tratamento médico exigiu-lhe mudança de ares; passou, então, uma temporada no interior do Rio Grande do Norte, em lugares como Angicos, Martins, Mossoró – onde se consultou com o médico Francisco Pinheiro de Almeida Castro – e Tibau. Nesta praia, segundo seu biógrafo, teria se apaixonado, em

49 Seus avós paternos, Félix José de Souza e Cosma Bandeira de Souza, e seu avô materno, Francisco de Paula Rodrigues, também seriam vitimados pela “dama branca” (epíteto lúgubre dado à tísica no século XIX). Sua irmã, a poetisa Auta de Souza, sofreria o mesmo destino, ao sucumbir à doença, em 1901, com apenas 24 anos de idade. No final das contas, além do próprio Castriciano, apenas os irmãos João Cântio e Eloy de Souza, e a avó materna, Dindinha, resistiriam ao infortúnio familiar.

segredo, por uma pescadora e se encantado com a arte de confecção das rendas de almofada, da qual se tornou “[...] propagandista enamorado para o resto da vida” (Ibid., p. 56).

Contrariando as expectativas médicas, Castriciano continuou colaborando com o referido periódico, escrevendo, sobretudo, poesia e crítica literária. A figura do poeta merencório, que já aflorara com a publicação de *Iriações*, avolumou-se nessa época. Nestes versos, do poema “Viagem ao passado”, propalado n’*A República*, em 17/09/1892, veem-se as querelas de um eu lírico trespessado pela dolência da existência: “Oh! são assim as páginas da vida:/ Mil amarguras perto de cem flores [...]/ É dia, e faz-se noite em meu espírito” (Apud ALBUQUERQUE, 1993, p. 57).

O tormento do tuberculoso, acrescido à dor da perda precoce dos familiares, expressa-se, pungente, num excerto de outro poema de Castriciano, divulgado em 04/11/1893, no mesmo jornal – o título, mais sugestivo impossível: “Noite de insônia”. Ei-lo: “Morreu em mim a crença no Porvir/ Bem como a folha cai ao sol do outono,/ Lá onde a Morte foi erguer seu trono,/ Lá onde a Mãgoa vai chorar ou rir” (Ibid., p. 89). No verso seguinte, extraído de “Feliz!” (*A República*, 07/04/1899), a morte desponta como evasão da realidade, numa fórmula poética singela e deprimente: “Feliz quem morre!” (Ibid., p. 149).

No jovem poeta, como era de praxe, em todo o país, por parte daqueles que simpatizavam com a recém-proclamada República, o ardor patriótico e a

defesa retumbante do novo regime também se fizeram presentes. Ao exercer o ofício de escritor, Castriciano possuía “[...] uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo [...]” (SEVCENKO, 1995, p. 20).

Num terceto de “O sonho do almirante” (fragmento do poemeto “Os imortais”), presente nas páginas d’A *República* (05/05/1894), Castriciano deixou bem clara a identidade do inimigo contra o qual se devia lutar: “Quem mente é o monarquista, o Judas traidor/ É o bandido audaz que nunca teve amor/ Aos princípios do Bem, da Luz e da Liberdade...” (Apud ALBUQUERQUE, 1993, p. 93). Na continuação desse poema (publicada em 12/05/1894, no mesmo periódico), o intelectual potiguar aproveitou para inserir, no rol dos “republicanos insignes”, André de Albuquerque Maranhão, “mártir da Revolução de 1817” (Ibid., p. 95). O entusiasmo pelo novo regime e a ojeriza à Monarquia consubstanciaram-se com o enaltecimento da oligarquia Albuquerque Maranhão, de quem o “herói republicano” era ascendente; afinal, o poeta precisava agradecer seus padrinhos políticos.

Alteado à condição de publicista, H. Castriciano tinha que fazer jus ao seu ofício, redigindo peças literárias em prol do governador do estado, Pedro Velho. Na coluna “Sobre a nossa literatura”, sob o pseudônimo de Mário do Valle (*A República*, 07/01/1893), define desta maneira o “benfeitor de Potyguarania” (termo

este usado para se referir ao Rio Grande do Norte): “[...] fundador e redator d’A *República*, jornal em que tão brilhantemente advogou os interesses do povo, quando a ‘guarda negra’, no estado, procurava cortar o voo às almas boas que se alavam ao céu da democracia [...]” (Ibid., p. 73).

Depois de se recuperar de outra enfermidade, a maleita, na praia de Tibau, litoral norte do estado, Henrique Castriciano partiu para Fortaleza (1898), capital do Ceará, onde começaria a estudar Direito, curso que só completaria, cinco anos mais tarde, no Rio de Janeiro. Ao chegar à cidade cearense, publicou sua segunda obra como versejador, *Ruínas*, na qual, já mais maduro e vivido, externou perplexidade lírica, resultado das leituras filosóficas que realizou, as quais, a despeito de não eliminarem sua sensibilidade religiosa, o estavam tornando um cético. Na leitura dos seus versos “ruinosos”, nota-se “[...] uma inquietante indagação metafísica, mostrando um poeta que havia percebido [...] o grau de renovação sugerido pela poética de Poe e de Baudelaire ainda no interior do Romantismo” (SANTOS, 2009, p. 214).

Lançado em Natal, seu último livro de poesias, *Vibrações* (1903), considerado a maior concepção de sua verve, encontrou “[...] o tom adequado a um poeta consciente dos desafios da modernidade e às voltas com as grandes indagações da ciência e a inquietação espiritual ante a inexorabilidade da morte [...]” (Ibid., p. 217-218). O estro simbolista de “Monólogo de um

bisturi”⁵⁰, decerto o poema potiguar que mais figurou em antologias em nível nacional, é um dos destaques do livro; nele, na frialdade da morte, o eu lírico deixa entrever um perigoso embate “[...] entre uma eroticidade perversa e o olhar frio e indiferente da ciência [...]” (Ibid., p. 221).

É provável que Castriciano tenha abandonado a arte de versejar tão precocemente em virtude do excesso de atividades que desempenhava: político, “animador cultural” e, mais tarde, educador (SANTOS, 2001, p. 45).

Henrique Castriciano: um publicista a serviço da educação da mulher

Num texto sem data⁵¹, intitulado “Férias”, H. Castriciano (na “pele” de José Braz, um de seus pseudônimos), focalizando um tema que se tornaria sobressalente em seus escritos, saúda o *Colégio Imaculada Conceição*, instituição católica fundada

50 Eis os versos do poema em questão: “Primeiro o coração. Rasguemo-lo. Suponho/ Que esta mulher amou: tudo está indicando/ Que morreu por alguém este ser miserando./ Misto de Treva e Sol, de Maldade e de Sonho./ Isso não me comove: adiante! Risonho/ Fere, nevado gume!/ E, ferindo e cortando./ Aço, mostra que tudo é lama e nada, quando/ Sobre os homens desaba o Destino medonho.../ Fere este braço grego! E as pomas cor de neve!/ E as linhas senhoris que a pena não descreve!/ E as delicadas mãos que o pó vai dissolver!/ Mas poupa o ventre nu, onde um feto gerou-se:/ Por que hás de macular o sono casto e doce/ Desse verme feliz que morreu sem nascer?” (Apud SANTOS, 2009, p. 222).

51 Trata-se de um dos documentos encontrados pelo pesquisador José Geraldo de Albuquerque no arquivo da Escola Doméstica. Atinando-se com o conteúdo do material – não há referências à Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, tampouco àquela escola –, especulamos que ele pode ter sido escrito pouco depois da fundação do Colégio Imaculada Conceição.

em Natal pelas irmãs de Santa Doroteia, no ano de 1902. O ensino dessa escola, não obstante seu quê de misticismo, aplicar-se-ia às características morais e intelectuais das mulheres brasileiras. Por enquanto, a educação católica seria a mais indicada ao público feminino, dado que criaria condições para se superar uma danosa herança genética: “o fetichismo das raças” (Apud ALBUQUERQUE, 1993, p. 12).

Continuando seu raciocínio, assevera que uma educação deveras substancial seria aquela que proporcionaria à mulher a manutenção dos traços apreendidos na sua fase “vegeto-sensitiva” (primeira infância), incorporando-a ao lar, como o “sexo frágil” (Ibid., p. 12). O autor compõe uma representação da mulher como alguém que deve se dedicar ao lar, aos filhos e ao marido (sem sua presença no lar, a mulher não se realizaria). Por conseguinte, “as mestras devem ser as substitutas das mães, a escola deve ser a continuação do lar. Tudo o que não for isso é imprudente e perigoso [...]” (Ibid., p. 12-13).

Em contrapartida, ao “sexo forte”, o masculino, organismo imanentemente acostumado a refregas, competiria a ação dinâmica de se dirigir a vida social, a investigação, a análise e o conhecimento teórico. O papel da mulher, por seu turno, teria um sentido bem diferente: dar margem ao sentimento (ela não poderia se dedicar à razão, ao pensamento lógico, uma vez que isso seria de exclusivo alcance masculino), na acepção mais ampla do termo. “Conservar [o quê? Hábitos de antanho?], melhorando a pureza da fé

antiga; recolher uma a uma as esparsas tradições da religião, da arte, do amor, e guardá-las bem no fundo do coração, como num vasto cibório de ouro” (Ibid., p. 13). Como se sabe, “[...] as subjetividades femininas foram construídas nas mais diferentes épocas para ser o ‘complemento emocional’ do ‘homem racional’, e vice-versa” (CHAMON, 2005, p. 115).

Não valeria a pena vilipendiar a alma feminina com os “anárquicos e pedantescos racionalismos” (ora, o “sexo frágil” necessitaria manter a “pureza dos sentimentos”), imolar-lhe a delicadeza e sutileza do espírito, inocular-lhe alguma dúvida, a incredulidade, a insaciabilidade intelectual, o que o homem já teria em profusão. Espera-se da mulher submissão e desprendimento, apanágios com os quais, mesmo não agindo diretamente nos núcleos sociais, tem logrado “[...] melhorar e dignificar a humanidade à custa de muito sacrifício e de muito amor” (Apud ALBUQUERQUE, 1993, p. 13).

Para aqueles inspirados no positivismo e no cientificismo, como era o caso de H. Castriciano, o ensino ministrado à mulher não deixaria de atrelá-la ao ofício de mãe, afastando-se, porém, das credices e incorporando “[...] as novidades da ciência, em especial das ciências que tratavam das tradicionais ocupações femininas” (LOURO, 2002, p. 448). Entre o final do século XIX e o proêmio do século seguinte, disciplinas como Puericultura, Psicologia ou Economia Doméstica integraram-se ao currículo dos cursos femininos, o que foi corolário da chegada “[...]”

de novos conceitos científicos justificados por velhas concepções relativas à essência do que se entendia como feminino” (Ibid., p. 448).

Por mais que concebesse que a mulher encontrava-se “naturalmente” adstrita à vida doméstica, Castriciano, sob o pseudônimo de José Braz, não concordava em encarcerá-la dentro de casa. Esse é o juízo que elabora, na coluna “Aspectos natalenses (crítica de costumes)”⁵², da *Gazeta do Comércio*, contra a educação feminina que, segundo ele, vigorava no Brasil. Ao privar a mulher de sua liberdade de ir e vir, tornando-a sedentária, tal educação seria bastante perniciosa, o que traduziria “uma existência sem arte e sem civilização” (Apud ALBUQUERQUE, 1993, p. 9). Em dias festivos, os salões, “pouco arejados e higiênicos”, não contam, infelizmente, com a graciosa presença das moças, suas conversações alegres, sua malícia deliciosa e incauta (Ibid., p. 9).

O homem, “dono da casa”, por outro lado, está desembaraçado, podendo sair para todo lugar, sem se incomodar com o barulho das crianças, que ficam sob a tutoria da mãe, no reduto doméstico. Ele pode, assim sendo, “palestrar nas calçadas, [...] tratar de política e, sobretudo, da vida alheia” (Ibid., p. 9).

Ainda segundo o autor, em virtude da escassez de “convivência espiritual”, de “gentilezas recíprocas”, “temos uma população [masculina] de ar bisonho e matutamente pacata” (Ibid., p. 10). As mulheres,

52 O documento, encontrado no arquivo da *Escola Doméstica* pelo professor José Geraldo de Albuquerque, não está datado.

graças ao critério artístico de que a natureza dotou-as (Castriciano sempre as associa a atributos emocionais, afetivos), salvam-se; o que lhes falta é “[...] o hábito de sair, a requintada elegância dos centros populares e artísticos, isso que só se adquire nas grandes cidades movimentadas” (Ibid., p. 10). Conviveríamos com uma educação atrofiada, que poderia inviabilizar a “raça brasileira”.

Porém, na visão do autor⁵³ – e aqui ele se faz diretamente tributário da doutrina positivista –, não era apenas a educação escolar queurgia melhoramentos, mas também aquilo que chamamos sociedade, a qual “[...] está pedindo uma reforma completa, baseada numa moral menos hipócrita e menos cínica” (Ibid., p. 32). “A doença é, pois, geral: doença d’alma, profunda e talvez incurável” (Ibid., p. 33). Até o comtismo, “filosofia da mais alta estirpe”, não arregimentaria muitos seguidores, já que o estado físico da humanidade encontrar-se-ia degenerado (Ibid., p. 33).

À semelhança de outros intelectuais coevos – Euclides da Cunha, José Veríssimo, Silvio Romero, só para elencar alguns nomes –, H. Castriciano posicionava-se como um “mosqueteiro intelectual”, buscando na realidade cultural da Europa a genuína, irrefutável e longeva “[...] tábua de salvação [nacional], capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo

53 A crônica da qual as citações foram extraídas é “Critério falso”, que Castriciano assinou com o pseudônimo de Rosa Romariz. Sua data e seu local de publicação não foram registrados.

novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas” (SEVCENKO, 1995, p. 78). Em outras palavras, intelectuais como o poeta potiguar, no Brasil, consideravam-se verdadeiros “faróis”, “[...] ‘representantes dos novos ideais de acordo com o espírito da época’, a indicar o único caminho seguro para a sobrevivência e o futuro do país” (Ibid., p. 82).

Não obstante dissentir dos rumos que a sociedade brasileira vinha tomando, Castriciano não esmoreceu seu otimismo em face do regime republicano – seu discurso é enunciado de um lugar social específico: expressão dos interesses dos Albuquerque Maranhão, dos quais dependia política e economicamente; essa oligarquia foi responsável pela implementação da República no Rio Grande do Norte. Vejamos a conclusão a que ele chega acerca do assunto na crônica “Lourival e seu tempo IX”, publicada n’*A República*, em 01°/08/1907:

[...]o advento do novo regime [a República] nos trouxe outros hábitos, certo relevo na situação política do país, uma feição literária mais bem definida, modelada pelo gosto moderno e caracteristicamente nativista no que toca aos estudos históricos determinados, patriotismo regional que a Federação despertou em cada estado (Apud ALBUQUERQUE, 1993, p. 245).

Nas terras potiguaras, tal como outros homens de letras do período, pode-se afirmar que Castriciano adequava-se a esta situação: veeiro intelectualizado que se chumbou aos estratos “[...] arrivistas da sociedade e da política [os ‘vencedores’ da República], desfrutando a partir de então de enorme sucesso e prestígio pessoal” (SEVCENKO, op. cit., p. 103), alçado a ocupações preeminentes no regime e considerado guia incondicionado da coletividade urbana.

Henrique Castriciano sob o manto da modernidade: em defesa da feminização do magistério

No século XIX, no Brasil, à semelhança do que ocorria na Europa e nos Estados Unidos, a instituição escolar despontou como “estágio preparatório” para a idade adulta. Nesse período, de intensificação da divisão do trabalho, houve uma maior complexidade dos papéis socioeconômicos, a recrudescência das exigências de autocontrole, a eclosão “[...] dos processos de diferenciação geracional e a produção de expectativas de comportamento diferenciado entre crianças, jovens e adultos” (VEIGA, 2005, p. 202). A escola pretendia formar, mediante práticas educativas da intuição e dos sentidos, cidadãos plenamente conscientes de seus direitos e deveres, sujeitos nacionais ativos. Ao se tornar obrigatória, a frequência a essa instituição estabeleceu uma espécie de escrituração (leis, relatórios, mapas de frequência), selando a identificação aluno/discípulo, professor/mestre. “Tal procedimento escriturístico

esteve relacionado ao processo extremamente tenso e conflituoso da [sua] instalação [...] naquele contexto” (Ibid., p. 208).

A República brasileira foi palco de transformações de ordem política, econômica, social e cultural, que propiciaram o surgimento de uma ideologia de fortalecimento da nação sob o novo regime, haja vista ideais progressistas, imbuídos de um *ethos* moderno. Sendo assim,

[...] as elites intelectuais e dirigentes brasileiras mantiveram um diálogo sintonizado com o ideário da modernidade, apontando a Europa e os Estados Unidos como referências para a argumentação de projetos educativos que visavam promover a superação de hábitos, comportamentos, ideias e conceitos tidos como arcaicos, destacando a escola como elemento fundamental para [a] educação e instrução da população (HOLLER, 2012, p. 135).

Os Grupos Escolares, no Brasil, consistiram numa inovação pedagógica que atendeu aos apelos modernizantes de fins do período oitocentista, pela qual se erigiu um paradigma de ensino elementar baseado numa maior racionalização e padronização, com o intuito de se contemplar um número substancial

de crianças; dessarte, “[...] uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da educação popular” (SOUZA, 2006, p. 35), flâmulas hasteadas pelos republicanos. Assistiu-se, então, à substituição do método individual pelo ensino simultâneo, à eliminação paulatina da escola unitária ou isolada, que deu lugar à escola composta por várias salas de aula e vários professores, e ao fim do método tradicional, desbancado pelo método intuitivo.

“A imperiosa finalidade moralizadora, cívica e civilizadora da educação popular [republicana] estendeu-se à educação feminina, concebendo-a como um direito natural da mulher” (Ibid., p. 65), o que representou uma conquista para esta, que teve expressivo acesso aos Grupos Escolares e, por conseguinte, maior participação profissional e sociocultural em âmbito público. Porém, apesar de haver, nesses estabelecimentos escolares, o mesmo número de salas para meninos e meninas (os espaços para ambos eram separados, não é à toa lembrar), os primeiros os frequentavam em maior número.

A despeito da morosidade, dos problemas e desencontros em sua implantação, relacionados, máxime, à carência de recursos por parte dos estados, “[...] os Grupos Escolares foram priorizados em detrimento das escolas isoladas, reforçando a opção [...] pela escolarização dos centros urbanos” (Ibid., p. 69). O êxito da *Pedagogia Renovada* se sustentava na formação moderna dos professores, em consonância com os ideais republicanos. Essa nova tendência

pedagógica, ainda nos anos derradeiros do oitocentos, aspirava a transfigurar o espaço da escola, as relações com o corpo e a mente. Respaldando-se no eugenismo e no higienismo, “[...] disseminou os testes escolares, por meio da definição dos coeficientes de inteligência para a homogeneização das classes escolares” (VEIGA, op. cit., p. 211).

No Rio Grande do Norte, a reforma do ensino primário que originou os chamados Grupos Escolares, tendência que já se impusera, em fins do século XIX, em outros estados, como São Paulo, começou a ensaiar seus primeiros passos em 22 de novembro de 1907, graças a uma autorização do governador Antonio José de Melo e Souza, aliado dos Albuquerque Maranhão. Em 18 de abril de 1908, por meio do Decreto nº 178, o político firmou um programa de ensino e iniciou a construção das referidas escolas. Nesse contexto, o *Grupo Escolar Augusto Severo*, primeiro a ser edificado no estado, simbolizou “[...] a modernidade para Natal, pela sua arquitetura moderna, [...] [que ilustrava a] expansão da rede física escolar da época, atendendo às estruturas organizacionais dos estabelecimentos de ensino escolar” (RODRIGUES, 2012, p. 63).

A recém-fundada instituição escolar é comemorada com efusão na pena de H. Castriciano (João Cláudio, “A esmo” – *A República*, 11/03/1908), apaniguado da oligarquia que controlava o estado. Para ele, a escola, “iniciativa louvável” do líder do Executivo estadual, representaria o começo de um “novo período no ensino primário do Rio Grande do Norte”. Demais, regozija-se

ao saber que as mulheres também comporão o corpo docente da instituição. Porém, sua felicidade estaria completa se somente elas fossem professoras, pois “[...] compreendem melhor as crianças, penetram mais facilmente no íntimo desses delicados seres, a quem são naturalmente dedicadas, até pelo divino instinto que constitui a nota característica do coração feminino” (Apud ALBUQUERQUE, 1994, p. 122).

Seria indispensável, igualmente, fazer com que a mulher tivesse uma participação mais efetiva na vida espiritual do povo brasileiro, o que melhoraria sobremaneira a educação primária – afinal, ela ensinaria às crianças valores práticos e positivos, fortalecendo-as moral e intelectualmente (Ibid., p. 122). A fim de dar azo à concretização desse intento, “o essencial é formar professoras modernas, completamente aparelhadas para o ensino primário prático e intuitivo, tal como se faz nos Estados Unidos e como se está fazendo em São Paulo” (Ibid., p. 123). Ora, os homens não têm condições de se fazer “[...] amar pelas crianças como as mulheres, e é sobretudo pelo sentimento que a gente se deixa conduzir nessa idade em que as emoções deixam na alma traços profundos, inapagáveis” (Ibid., p. 123).

No nosso estado, finaliza Castriciano, tem-se a necessidade imperiosa de melhorar a educação feminina; devemos “[...] pensar na cultura intelectual das moças pobres, que, dada a criação de um estabelecimento de ensino devidamente apropriado, teriam diante de si um futuro, uma carreira a seguir” (Ibid., p. 124). Pela primeira vez, ele cogita num educandário só para

moças; sua *Escola Doméstica*, porém, ainda demoraria alguns anos para ser inaugurada.

Como também aconteceu nas demais plagas brasileiras, os Grupos Escolares norte-rio-grandenses, pela exiguidade de seu alcance social, abrangiam uma percentagem reduzida da população potiguar. Para se ter ideia, Natal, capital do estado, só contou com dois deles até 1934: o já mencionado *Augusto Severo* e o *Frei Miguelinho*, criado em 1913 (CASCUDO, 1999, p. 191).

As Escolas Normais brasileiras abriram suas portas ainda no século XIX, para ambos os sexos. Porém, na prática, moças e rapazes estudavam separadamente – em classes, turnos ou até escolas diferentes. Elas foram criadas a fim de se capacitar mestres e mestras “[...] que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar” (LOURO, 2002, p. 449).

Com o crescimento incisivo da frequência de mulheres às Escolas Normais, pode-se afirmar que teve início, no Brasil, a “feminização do magistério”, possivelmente vinculada “[...] ao processo de urbanização e industrialização que ampliava as oportunidades de trabalho para os homens” (Ibid., p. 449), reservando-lhes empregos mais rendosos do que o de professor.

A mulher que lecionava, porém, não era consenso na sociedade brasileira. Alguns a consideravam um despautério, porquanto o “sexo frágil”, com seu “cérebro pífió”, devido à “falta de uso”, não teria condições intelectuais de instruir as crianças. Os que defendiam

o magistério feminino, em compensação, declaravam com segurança que as mulheres eram, “naturalmente”, as principais educadoras das crianças; entregar-lhes a educação dos pequenos configurava-se, logo, como uma atitude sobremodo acertada. Enfim, para estes, “[...] a docência não subverteria a função feminina fundamental [o zelo pela família], ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la” (Ibid., p. 450). Para isso, o magistério deveria ser concebido como uma profissão que requeresse doação, amor e abnegação – somente as moças “vocacionadas” poderiam abraçá-lo.

Tais elementos discursivos tornavam legítima a evasão dos homens das salas de aula e permitiam a entrada das mulheres no espaço escolar. Dessa maneira, salvaguardava-se, do ponto de vista social, uma parcela do espaço público para a mestra, antes só conquistada por meio do matrimônio (CHAMON, 2005, p. 83). Da professora, exigiu-se, doravante, afeição, pachorra, doação, atributos “indelevelmente femininos”, que, por seu turno, articularam-se ao legado religioso da docência, “[...] reforçando ainda a ideia de que [...] [esta] deve ser percebida mais como um ‘sacerdócio’ do que como uma profissão” (LOURO, op. cit., p. 450).

À medida que o tempo foi passando, as Escolas Normais tornaram-se espaços nitidamente femininos. “Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras” (Ibid., p. 454). Incrustadas,

a princípio, nas maiores cidades do território nacional, buscaram, a começar pelas fachadas, geralmente suntuosas, mostrar aos transeuntes sua distinção em relação aos edifícios presentes em seu entorno, seu caráter especial. A organização do espaço interno dessas escolas estava repleta de significados: “seus corredores e salas, a capela ou o crucifixo, as bandeiras ou o retrato de autoridades, os quadros de formatura ou os bustos das ‘personalidades ilustres’ [...] [revelam ou ocultam] saberes, apontando valores e ‘exemplos’, sugerindo destinos” (Ibid., p. 455).

Ao atuar em sala de aula, a professora teria que disciplinar seus alunos, o que implicava, outrossim, ter disciplina sobre si mesma. “Seus gestos deveriam ser contidos, seu olhar precisaria impor autoridade. Ela precisaria ter o *controle de classe*, considerado um indicador de eficiência ou de sucesso na função docente [...]” (Ibid, p. 467, grifo da autora). Além do mais, não deveria manter contatos corporais com alunos e alunas; durante um bom tempo, carícias, beijos e amplexos foram vistos como práticas impróprias.

As elaborações discursivas sobre o ofício de professora exerceram forte influência na formação das mestras, “[...] elas fabricaram professoras, elas deram significado e sentido ao que era e ao que é ser professora” (Ibid., p. 464). Tais representações, é bom que se diga, eram feitas pelos homens, muitos dos quais acreditavam que as mulheres que não podiam ter filhos “[...] estariam, de certa forma, *cumprindo* sua função feminina ao se tornarem, como professoras,

mães espirituais de seus alunos e alunas” (Ibid., p. 465, grifo da autora). Com frequência, fomentavam-se acerca das professoras representações desfavoráveis: elas eram tidas por mulheres pouco gráceis, solteironas misantropas.

A primeira Escola Normal do Rio Grande do Norte funcionou de 1873 a 1877, no prédio do Ateneu (única escola de nível secundário existente na então província), diplomando apenas três alunos. Por duas vezes, em 1883 e 1890, pensou-se em criar novas Escolas Normais em solo potiguar, o que, no entanto, não ocorreu. Em 1908, no segundo mandato de Alberto Maranhão, fundou-se uma nova escola desse tipo, que, de início, exerceu sua função, mais uma vez, no edifício do Ateneu; em 1911, foi transferida para o *Grupo Escolar Augusto Severo*. O diretor dessa instituição também presidia a Instrução Pública estadual (CASCUDO, 1999, p. 198).

A criação de um estabelecimento de ensino como a *Escola Normal de Natal* não podia passar em branco para um homem como Henrique Castriciano de Souza (João Cláudio, “Palestras” – *A República*, 16/05/1908), intelectual interessado na problemática da mulher brasileira. Foi com alegria intensa que ele aclamou a nova escola, quiçá a mais “portentosa” obra do “ilustre” governador Alberto Maranhão, na qual as moças poderão “[...] aprender a ensinar, com [...] [o] carinho e [...] [a] ternura que só as mulheres possuem” (Apud ALBUQUERQUE, 1994, p. 176).

Não importava se essa escola funcionava de maneira improvisada na época, num local que não havia sido projetado para abrigá-la (o que, certamente por razões político-partidárias, o cronista não menciona). O que alumbra Castriciano é o fato de que “daqui a poucos anos, essas mocinhas [as normalistas], de pupilas castas e sorriso de flor entreaberta, serão mestras sisudas, mães espirituais de uma porção de crianças que constituirão o Rio Grande do Norte futuro [...]” (Ibid., p. 176). A *Escola Normal* seria o introito “[...] de uma nova fase intelectual do Rio Grande do Norte, que precisa de espíritos modernamente orientados, sem misticismos doentios, sem os exageros da intolerância sintomática da péssima orientação mental que herdamos [...]” (Ibid., p. 176-177). Por fim, vaticina:

Confio muito na inteligência e na bondade da mulher brasileira: bem orientadas, as nossas patricias sairão dos bancos escolares com o espírito saturado de ideias claras e positivas que saberão transmitir às crianças através das vibrações do sentimento feminino, bem mais delicado, providente e, por isso mesmo, bem mais enérgico e eficaz do que o do homem (Ibid., p. 177).

Castriciano estava às portas de sistematizar suas ideias sobre a educação feminina que julgava moderna, o que daria origem à *Liga de Ensino do Rio Grande do*

Norte e à Escola Doméstica de Natal. Mas esse é um assunto para ser mencionado alhures.

Nascido na cidade de Macaíba, interior do Rio Grande do Norte, H. Castriciano foi apadrinhado pela oligarquia Albuquerque Maranhão, o que lhe permitiu desfrutar de uma posição de relevo na sociedade potiguar do começo do século XX. Graças à sua atuação na imprensa, mormente no jornal *A República*, pôde veicular suas ideias acerca da educação feminina no estado. Segundo ele, a população potiguar só progrediria por meio do melhoramento da educação, especialmente aquela votada à mulher, pilar indispensável de toda e qualquer sociedade desenvolvida. Não foi um homem de letras ensimesmado, alheio aos estigmas mundanos; pelo contrário, inseriu-se “[...] no espaço público para refletir sobre os problemas do tempo em que viveu e delinear projetos que contribuíssem para superar o atraso e a miséria da periferia” (GERMANO, 2005, p. 11).

Castriciano, externando um ponto de vista comum ao grupo social do qual fazia parte, apregoava que o desejo de ser mãe era inerente às mulheres, antes de tudo, como se a putativa essência feminina “[...] se localizasse num órgão específico – o útero, capaz de responder por todos os seus bons e maus funcionamentos fisiológicos, psíquicos e emocionais” (RAGO, 2004, p. 31-32). Estamos diante da noção de feminilidade presente no discurso do intelectual potiguar. O papel social da mulher era predeterminado pelas expectativas masculinas; viveria para outrem,

o marido e os filhos (mesmo exercendo o ofício de professora, seria “mãe espiritual” de seus alunos); teria que zelar pelo bom funcionamento da família – daí a necessidade de se melhorar a educação a ela destinada –, reformando, assim, a sociedade; se viesse a “deixar o lar” e “renunciar” à maternidade, presume-se, não se realizaria, não cumpriria seu “papel natural”.

Referências

ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Henrique Castriciano*: seleta (textos e poesias). Natal: [s.n.], 1993.

ALBUQUERQUE, José Geraldo de (Org.). *Henrique Castriciano*: seleta (textos e poesias). Natal: [s.n.], 1994. v. 2.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Nosso amigo Castriciano*: reminiscências e notas. Natal: EDUFRRN, 2008. (Coleção Câmara Cascudo: Biografias).

CHAMON, Magda. *Trajetória de feminização do magistério*: ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GERMANO, Willington. Prefácio. In: PINHEIRO, Rosa Aparecida. *Educação e modernização em Henrique Castriciano*. Natal: EDUFRN, 2005.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. O ideário pedagógico moderno nos discursos dos intelectuais Henrique Fontes e Oswaldo Cabral: escola primária catarinense (1920 –1930). In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. (Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil – 1822 – 2022).

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RODRIGUES, Marta Bezerra. *Conceitos e práticas educativas nos Regimentos Escolares no Rio Grande do Norte (1910 –1930)*. 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SANTOS, Tarcísio Gurgel dos. *Belle Époque na esquina: o que se passou na República das Letras Potiguar*. Natal: Editora do Autor, 2009.

SANTOS, Tarcísio Gurgel dos. *Informação da literatura potiguar*. Natal: Argos Editora, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

“UMA AURORA QUE GOTEJA SANGUE”: INTELECTUAIS CATÓLICOS E A PRODUÇÃO DO DISCURSO ANTICOMUNISTA NO JORNAL A ORDEM (1935)

Micarla Natana Lopes Rebouças⁵⁴

Conhecer para negar. Esse foi, sem dúvida, o ponto nevrálgico do discurso anticomunista veiculado pelos intelectuais católicos que gravitaram no jornal *A Ordem*. Dizer o outro, como sugeriu Hartog (1999), seria enunciá-lo como diferente e encontrar nessa diferença a forma de reafirmar a perspectiva de quem a enuncia. Nesse sentido, os dois verbos exigem, antes de qualquer coisa, a confecção de fronteiras nítidas entre o que propunham os lados em oposição, na medida em que a representação de si tornava-se um exercício de contrapor-se.

Essa *retórica da alteridade* (HARTOG, 1999, p. 229) mobilizada pela relação fundamental que a diferença entre as duas perspectivas instaura serviria como um dos principais subsídios a constituição do imaginário anticomunista nas páginas do jornal. O cerne da distinção – comunismo/ anticomunismo – seria encontrado, sobretudo, na diferença evidente entre as visões do social oferecidas pelas duas perspectivas. Diante da (contra) posição quanto a temas delicados em relação ordenamento social (revolução, luta de

54 Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

classes, expropriação, emancipação da mulher, divórcio, ensino laico, etc.), o comunismo ganhou contornos ameaçadores para a hierarquia católica, na medida em que colocava em cheque valores e práticas convencionados como naturalmente estabelecidos nas hostes católicas.

A elaboração do inimigo e a mobilização de todas as forças para seu combate exigiu a composição de uma gama variada de construções imagéticas que investiram na representação do comunismo como uma ameaça que congregaria grande parcela dos males que acometiam a sociedade.

No espaço discursivo da imprensa, os intelectuais católicos se dedicaram a dar feições ao inimigo, torná-lo legível em suas fraquezas e contradições e, sobretudo, a frisar sua incompatibilidade com o mundo cristão. Sob essa perspectiva, alertar os leitores contra a astúcia do inimigo, expor didaticamente seu programa e meios de ação, enquadrá-los como maléficos e perniciosos ao ordenamento social, fariam parte da tarefa de se posicionar diante do outro, estranho e incompatível com a ordem estabelecida. A produção do outro, em sua expressão imaginária, por sua vez, se tornou inteligível e comunicável pela produção de discursos (BAZCKO, 1985, p. 311) em torno da “ameaça vermelha”. Nas páginas do *A Ordem*, encontra-se um conjunto valiosos de representações que convergem para a produção de sentidos em torno do comunismo em um jogo de designar, descrever e qualificar, próprio do fazer jornalístico. Como assinala Mariani (1998):

[...] o discurso jornalístico atua na institucionalização social dos sentidos, buscando promover consensos em torno do que seria a verdade de um evento. Para tanto, o discurso jornalístico assume um caráter didático, em que as explicações têm a forma de causa/efeito, aparecendo pontuadas com exemplos (MARIANI, 1998, p. 145).

Esse processo de institucionalização está intimamente relacionado ao caráter didático assumido pelo discurso jornalístico e as formas que este assume para tornar inteligível e convincente aquilo sobre o que se fala. No que concerne ao comunismo, esse didatismo marcou notadamente o arsenal anticomunista presente no *A Ordem* que lançou mão de diferentes recursos didáticos na composição da imagem do comunismo como inimigo social.

O papel do jornal como agente social, nesse sentido, ganha feições ainda mais complexas na medida em que sua veiculação à instituição católica matiza fortemente seu conteúdo com elementos doutrinários, decisivos no programa e nas visões de mundo disseminados em suas páginas. Ao mesmo tempo, como nos lembra Bourdieu (1997), é preciso atentar para os produtores dessa mensagem religiosa, os interesses e estratégias que alimentam essa produção e o seu uso simbólico. Nesse sentido, o jornal se torna uma malha sinuosa desenhada por contornos religiosos, políticos e

midiáticos e pela produção simbólica que surge desse desenho. Por sua vez, a atuação dos intelectuais católicos, enquanto atores do político e artífices dessa composição se mostra valiosa em tempos de combate.

Fundado em 14 de julho de 1935, o jornal *A Ordem* fez parte de uma série de iniciativas, que tinham como objetivo o crescimento e o fortalecimento da imprensa católica no Rio Grande do Norte. A obra de difusão da *Boa Imprensa* nas terras norte-rio-grandenses foi confiada aos jesuítas a partir do acordo firmado entre D. Marcolino, então Bispo de Natal, e o *Centro de Imprensa da Congregação Mariana dos Moços*, em 19 de março de 1933.

Como representante da *Boa Imprensa* nas terras potiguares e, portanto, porta-voz do catolicismo oficial, o *A Ordem* vai se colocar como referencial seguro aos leitores, buscando legitimar seu lugar enquanto promotor do “bom combate”. A partir desse papel, o jornal se constituiu num dos principais canais de atuação da intelectualidade católica potiguar, tendo em seu quadro intelectuais como Otto de Brito Guerra, redator-chefe do jornal e uma das principais lideranças do Integralismo no estado, Ulisses de Gois, presidente da *Congregação Mariana dos Moços*, principal reduto do laicato católico norte-rio-grandense, bem como colaboradores como Pe. Herôncio e P. J. Cabral, principais responsáveis pela confecção do discurso anticomunista no estado. O jornal contou também com a colaboração de articulistas dos principais centros do laicato católico nacional, como Alceu do Amoroso Lima, Jônatas Serrano e Perillo Gomes.

A partir da prática escriturária de seus intelectuais, o jornal *A Ordem* cimentou em suas páginas o discurso institucional dos documentos oficiais, integrando e envolvendo “a sociedade dentro de uma abordagem totalizante do catolicismo” (GONÇALVES, 2008, p.108).

Disposto a travar os combates pela fê, esses intelectuais fazem parte do grupo que Pinheiro (2007) classificou como aquele que converte o catolicismo no princípio gerador de seus trabalhos, em nome do qual intervêm nas disputas estéticas e políticas. Intelectuais que não tem localização difusa no tempo e no espaço, e se constituem propriamente como grupo, ou seja, um conjunto de indivíduos dotados de um carisma coletivo que permite o reconhecimento recíproco, “e que atua programaticamente a partir de um conjunto de crenças e valores que se firmam como consenso” (PINHEIRO, 2007, p. 01).

Nesse sentido, a partir da análise da prática escriturária desses intelectuais católicos tornou-se possível compreender os matizes da produção discursiva do pensamento católico nas páginas impressas a partir da constituição de um imaginário anticomunista que agregou e mobilizou as forças católicas.

Para compreender a elaboração ideológica em torno do comunismo e a sua veiculação nas páginas impressas, nos debruçamos sobre o repertório anticomunista do *A Ordem* anterior ao *Levante comunista*, em Natal, em novembro de 1935. Naquele momento, a produção discursiva do jornal

se direcionou a ameaça externa representada pela URSS. O repertório de imagens pejorativas em torno da realidade soviética, depositado diariamente nas páginas do jornal, seria decisivo no recrudescimento do discurso anticomunista posterior aos levantes.

“As delícias infernais de um paraíso”

A medida que a propaganda comunista rompia as fronteiras de Moscou e espalhava-se pelo mundo, inclusive no Brasil,⁵⁵ as ressonâncias do modelo soviético tornavam-se alvo da preocupação da Igreja. Esse temor alimentou a produção de um imaginário antissoviético apoiado na descrição exaustiva do que seria a “pátria do socialismo” e passou a ser um dos principais elementos da propaganda anticomunista presentes no jornal *A Ordem*.

Desde 1917, com a efetivação das propostas revolucionárias, os mistérios que cercavam a “pátria de Lênin” despertavam a curiosidade daqueles que pouco sabiam sobre a realidade do novo Estado soviético e cujas poucas informações a que tinham acesso chegavam ao Brasil de forma confusa e bastante deturpada (KONDER, 2009, p 151). Entre livros, notícias e relatos, as impressões em torno da URSS estavam polarizadas entre as descrições simpáticas ao regime e as de caráter anticomunista, que alimentavam debates acalorados em torno do projeto bolchevista.

55 A respeito da recepção das ideias de Marx, no Brasil, ver Konder (2009).

Foi, entretanto, somente a partir da década de 1930, que se acentuou a circulação de ideias e textos em torno do “experimento soviético”, graças, sobretudo, ao aumento de livros publicados em português, tanto traduções como obras de autores nacionais (MOTTA, 2006, p.136). Entre estas últimas, destacamos a publicação, em 1933, de *A miragem soviética* pelo sacerdote norte-rio-grandense, Pe. J. Cabral.

No livro, Pe. J. Cabral se dedicou a desmistificar a propaganda em torno do modelo soviético, apontado pela propaganda comunista como um “prototipo dos governos do futuro”. O proselitismo comunista, segundo o sacerdote, atingiria tanto aqueles que de fato simpatizavam com o regime bolchevista, como também, os “incautos” e de “boa fé” que acham que “o diabo não é tão feio quanto se pinta” (CABRAL, 1933, p.7-8).

Em sua introdução, a obra do sacerdote norte-rio-grandense fornece um exemplo valioso dos matizes que a elaboração do imaginário anticomunista vai se valer, no jornal:

Exemplo de como se faz a propaganda comunista temo-lo pessoal.

Em fevereiro de 1932, viajavamos pela Great Western, no trecho de Natal a João Pessoa.

Para amenizar o calor de um dia escaldante, dirigimo-nos ao carro-restaurante, à procura de algum fresco.

Aí conversavam, à meia voz, dois indivíduos, e dessa palestra guardamos um pouco que infra reproduzimos:

– *A Rússia é assim: ninguém tem nada; tudo é do govêrno, do Estado.*

– *E como se vive, então?*

– *O governo dá tudo de que a gente precisa.*

– *?...*

– *Foi um russo que me informou.*

– *Quem não ha de gostar disso são esses fazendeiros, senhores de engenho e proprietários.*

Aí temos uma explicação simples e terminante que é dada, frequentemente, a quem pergunta algo sobre o comunismo. Essa falsa noção de comunismo é que pretendemos combater (CABRAL, 1933, p.8, grifos do autor).

No campo de disputa em torno de qual moldura seria dada ao retrato da “Rússia Vermelha”, os intelectuais católicos se dedicaram a composição de um retrato fantasmagórico da experiência soviética.

Caberia aos articulistas do jornal “inverter a ordem” da propaganda comunista e mostrar que “o diabo não é tão bonito quanto se diz...”. Esse esforço se verifica já nas primeiras edições do *A Ordem*, numa tentativa clara de demonstrar a ineficiência do regime soviético, e de produzir uma (contra) propaganda:

Nossos impagaveis communistas têm a mania de engrandecer tudo que se faz na Rússia. Para elles a felicidade alli é completa e a perfeição absoluta. O peor é que às vezes os proprios chefes communistas russos se encarregam de estragar a propaganda deslavada...

No seu ultimo relatorio, o novo Commissario do Povo para os transportes, o sr. Kaganovith expõe a atual situação, verdadeiramente desastrosa, em que se encontram as estradas de ferro da URSS, declarando-a um 'fracasso militar, do qual convem aproveitar os ensinamentos'.

Segundo suas proprias declarações houve em 1934, naquele paiz, 62.000 accidentes. Nos dois primeiros mezes de 1935 a proporção dos accidentes tinha augmentado ainda mais. O numero de mortos foi de centenas e o de feridos de milhares. Mais de 5.000 locomotivas e mais de 64.000 vagões tinham sido destruidos. A produção annual de vagões, entretanto era apenas de 19.000. Aqui é o caso de inverter a ordem: o diabo não é tão bonito quanto de diz...⁵⁶

56 No paraizo russo. **A Ordem**. Natal, v. 01, n. 01, p. 04, 14 jul. 1935.

Era, de fato, como uma “miragem” que os intelectuais católicos pretendiam que a realidade russa fosse encarada pelos leitores. Para isso, os articulistas do jornal se dedicaram, quase que diariamente, a exposição das características do regime soviético em um encadeamento associativo de imagens pejorativas, que envolviam desde as “impossibilidades práticas” do modelo comunista à chamada “propaganda deslavada” dos revolucionários. Houve, sob esse intuito, uma minuciosa seleção de notícias que pudessem destratar a revolução, seus líderes e o regime por eles estabelecido. Nessa seleção, a imagem depreciada de Moscou expõe o regime soviético como um antimodelo, “incompatível”, “alheio” e “absurdo” aos olhos da civilização-cristã-ocidental.

Em artigo, de 09 de outubro, intitulado *Communismo é aquilo?*, assinado por Pe. Herônimo, o jornal lançou mão de um recurso persuasivo bastante enfático para demonstrar ser o regime bolchevista “absurdo”. O título em forma de interrogação demonstra o questionamento constante a realidade soviética, na mesma medida em que o pronome demonstrativo “aquilo” vem carregado de uma conotação depreciativa. A explicação para o questionamento e o suporte semântico de desprezo a ele emprestado aparecerá na divulgação das chamadas “páginas de sangue” do regime soviético, cujo cenário de caos e barbárie descrito explicariam a incredulidade presente no questionamento.

O sacerdote norte-rio-grandense investiu na imagem de uma “infeliz Rússia” tomada pelo derramamento de sangue de inocentes, como a expressão do horror

vivenciado no regime bolchevista. A exposição dos supostos fuzilamentos em massa, com a explanação de números expressivos de assassinatos praticados pelos soviets são expostos como forma de reafirmar o “instinto sanguinário” dos comunistas, expresso através do caráter repressivo do “extremismo soviético” que promoveria verdadeiros massacres. Bastante ilustrativo nesse sentido, a composição da imagem dos seguidores de Lênin como “abutres sanguinários” que sobrevivem da carnificina ao qual o regime submete “operários, velho, mulheres e crianças” reforça o repertório de imagens da contra-propaganda empreendida pelo jornal na medida em que retiram do inimigo a sua condição humana.

A história do regime bolchevista se resume na destruição em massa dos operários, camponeses, intelectuais, de gente de toda casta. Passemos em revista as páginas de sangue do ano comunista na infeliz Rússia. 1919. As tchecas executaram 11.891 pessoas conforme dados oficiais, 20.000 segundo dados não oficiais. Em Arkhangelsk, 800 oficiais foram fuzilados de uma vez só, à metralhadora, e em outra ocasião, 1200 oficiais foram postos em um harco sobre o qual as metralhadoras despejaram morte. Em Nicolevsky, houve dentro de três meses,

6.000 fuzilamentos. Em Astrakan 10.000 operarios que pacificamente faziam um comicio, reclamando seus direitos tantas vezes prometidos, foram metralhados morrendo cerca de dois mil. Isso, naturalmente em nome das liberdades e das reivindicações do operariado!... No Turquestan Russo, na noite de 20 de janeiro foram assassinadas 2.500 pessoas, sendo os cadaveres atirados à rua. No mesmo mês, em Moscou, mais de 300 pessoas foram batidas, como rês no matadouro, como testemunhou a revolucionaria socialista Uzmailovitch. Em Odessa foram mortas 7.000 pessoas, sendo que uma noite o numero de victimas chegou a 400, fuziladas a metralhadora; por causa da dificuldade de executar cada uma de per si. Em Sebastopol, a mortandade chegou a 20.000. Na Georgia, em uma noite foram massacrados operarios, velhos, mulheres e creanças, em numero de 300, sendo os cadaveres amontoados na praça da Cathedral, chegando a barbaria ao ponto de ficarem muitos corpos sem braços ou com cabeças arrancadas [...].⁵⁷

57 HERÔNCIO, P. Comunismo é aquilo? **A Ordem**. v. 01, n. 72, p. 01, 09 out. 1935a.

Não é difícil imaginar o impacto provocado e quão chocados ficariam os leitores ao se depararem com o cenário macabro descrito pelo sacerdote. Os números de mortos, dignos de um cenário de guerra, fazem do horror causado a substância indispensável a condenação do inimigo, taxado de “friamente criminoso”. A organização discursiva do artigo torna evidente a estratégia de “encenação da informação”⁵⁸ descrita por Charaudeau, na medida em que na construção da notícia, o articulista lança mão de um determinado modo discursivo em que descreve o fato com minúcia, produzindo um efeito de objetividade (visto principalmente no uso de dados numéricos), mas também como uma descrição dramatizante, produzindo um efeito emocional” (CHARAUDEAU, 2015, p. 129).

O encadeamento de causa e efeito, tão caro ao repertório anticomunista, conflui aqui para reforçar a imagem do comunismo como um regime inconcebível. Nesse sentido, ao fazer uso de imagens fortes na descrição do que seria uma matança generalizada, com corpos amontoados “sem braços e com as cabeças arrancadas”, o religioso procurou demonstrar ao leitor o quão absurdo seria se “iludir” com o “programa de morte”

58 Ao trabalhar com o processo de construção da notícia, Charaudeau (2015, p. 129) expõe o que denomina de “*estratégias de encenação*” da informação enquanto desdobramentos do modo de organização do discurso em virtude da inteligibilidade do conteúdo veiculado pela mídia. Desse modo, o sujeito informante “procederá a uma determinada construção da notícia e tratará a informação de acordo com certos modos discursivos em função dos dispositivos pelos quais ele passa”. “Ou seja, ele pode usar estratégias em função dos desafios de credibilidade e de captação que escolhe para si”.

dos comunistas e suas “ordens sangrentas” e o quanto perigosa seria a infiltração das “ideias subversivas” no Brasil, sobretudo, entre os “pobres operários”.

Uma das questões mais preocupantes à hierarquia católica, dentro dessa campanha de desconstrução, era a imagem veiculada pela propaganda comunista que apontava a URSS como a “pátria do operariado”, apoiada na construção de um imaginário bastante difundido, desde a experiência revolucionária de 1917, de que o país seria um paraíso para o operário, haja vista que encontraria lá o fim da exploração burguesa e condições de igualdade. Na contramão dessa propaganda, em matéria de 19 de julho, o *A Ordem* deu destaque a fuga de alguns operários da URRS para São Paulo. O episódio será providencial na tarefa de desmistificar a propaganda soviética, uma vez que, endossaria a máxima tão divulgada na retórica anticomunista de que o “comunismo é o inimigo do proletariado” (A ORDEM, 19 de julho de 1935) e de que no sistema soviético não haveria “uma ditadura do proletariado, mas uma ditadura sobre o proletariado” (CABRAL, 1933, p. 48).

A fuga da “caravana de emigrados russos” foi explorada com riqueza de detalhes pelo jornal, que lançou mão do recurso da chamada “entrevista testemunho” como forma de tornar mais persuasivas as teses em torno do “inferno russo”. A divulgação na íntegra do depoimento de um dos trabalhadores, que na ocasião falou ao jornal *Diário de São Paulo*, teria como objetivo, como é próprio desse gênero jornalístico,

“confirmar a existência de fatos e despertar a emoção, trazendo uma prova de autenticidade pelo ‘visto-ouvido-declarado’” (CHARAUDEAU, 2015, p.216), de modo que a dramaticidade garantida pela densa descrição das precárias condições de vida a que estariam submetidos os operários garantiam argumentos sólidos à tese de que a realidade da classe trabalhadora russa não era condizente com o que propagandeava os soviéticos:

Vivíamos na Rússia sob um regimen de trabalho intenso. Alguns de nós trabalhavam nas fabricas, sempre vigiados. Outros moravam nas aldeias. Os que trabalhavam nas fabricas ganhavam 200 rublos por mes, tendo como ração diaria 200 gramas de pão (mistura de trigo com milho e batatas), 100 gramas de toucinho e ½ litro de aguardente.

Os que trabalhavam nas aldeias – prossegue nosso informante – não tinham vida melhor. Semeavam e colhiam guardados por soldados de armas embaladas. Depois do trabalho de mezes, o camponez tinha o direito de ir até a cidade, com o cartão do comissario, reclamar a parte de trigo destinada ao agricultor.

Vivíamos descontentes com o regimen. Ainda assim, durante o anno de 1933 suportamos a existencia nessas condições. Um dia resolvemos fugir.⁵⁹

Nesse sentido, a insatisfação declarada por um operário que havia “experenciado” o regime russo, traria um exemplo sólido das inúmeras denúncias feitas pelo jornal em torno condições de vida dos operários, constituindo-se em um argumento de autoridade ao qual o jornal soube explorar didaticamente. Para reforçar ainda mais o drama vivenciado pelos emigrados, a entrevista explorou as penosas condições que os fugitivos enfrentaram durante a fuga. A partir da realidade descrita seria possível demonstrar que tamanha eram as condições insalubres em que viviam que valeria a pena se aventurar em uma fuga repleta de perigos:

A jornada foi penosa. Das 45 pessoas que deixaram o acampamento, chegaram a aldeia de além-fronteira apenas cinco. O resto morreu.

Encontramos nos caminhos, perdidos no matto, cadaveres gelados, indício certo que antes de nós outros fugiram e pereceram.

⁵⁹ Combate ao extremismo: o communismo é o inimigo do proletariado. A **Ordem**. Natal, v. 01, n. 04, p. 02, 19 jul. 1935.

Não há palavras que possam descrever a terrível jornada. O vento, o frio, as trevas, a fome e a morte!

Quanto tempo andamos não podíamos calcular. Tínhamos perdido a noção do tempo e do espaço. Mas iam sempre para diante. [...] ‘O mais horrível foi a passagem pelos montes Pamir. Quatro dias gastámos para atravessar as montanhas. Mulheres e crianças não podendo suportar a marcha, morriam. Os nossos pés sangravam. Quatro longos mezes gastámos nessa peregrinação, por desertos e montes, marcando o caminho com o proprio sangue’.⁶⁰

A imagem do rastro de sangue que demarca a “terrível jornada” confere ao depoimento um forte apelo emocional, que por sua vez funciona como importante estratégia persuasiva pra o argumento que encerra a matéria: “Teem ahi os leitores de A Ordem uma prova de que o ‘Paraizo Russo’ é tão bom (?) que os operarios estão fugindo delle...”⁶¹.

As promessas em torno de uma ordem social suprimida de desigualdades, funcionavam como o epicentro do poder de atração do comunismo, sobretudo, nas camadas proletárias, o que segundo o jornal, facilitava a infiltração dos “emissários

60 *Idem.*

61 *Idem.*

de Moscou”. Tornava-se premente demonstrar as contradições do proselitismo comunista, investindo, para isso, na imagem de que a tão propagada igualdade coletiva seria uma ilusão. Valia, nesse intuito, negar a “irremediável hostilidade aos hábitos burguezes” por parte dos comunistas, afirmando, ao contrário, a sua “extraordinária capacidade de se aburguezar”:

Basta ver o que são as suas embaixadas no estrangeiro. Muitas se apresentam mais luxuosas, protocollares e formalistas do que as embaixadas russas da época do tzarismo.

Mas na própria capital da Rússia comunista a opolulencia burguesa por vezes assignala a hypocrisia do officialismo...plebeu.

O sr. Pierre Laval teve agora em Moscou uma recepção e festas pomposas. Antes dele, sir. Eden, lord do Sello Privado da Inglaterra, fôra objeto de festas com um cunho de burguezismo elegantissimo.

Conta um jornal de Paris que por toda parte só se viam casacas, fracks, sobrecasacas, polainas, chapéus altos – ‘todo o arsenal desusado das antigas civilizações’ (como teria rosnado um diário moscovita).⁶²

62 Os soviets por dentro. **A Ordem**. Natal, v. 01, n. 01, p. 05, 14 jul. 1935.

Sob o mesmo propósito, o periódico esforçou-se em atestar que no “decantado paraíso do operário”, enquanto a “massa proletária vive em grande miséria material e moral” seus “dominadores são mais ricos de que os nobres dos tempos dos czares”. Em matéria intitulada *A fortuna de Stalin*, de 14 de julho, o jornal expõe dados quanto ao que seria a fortuna acumulada pelo líder soviético, avaliada, segundo o jornal, entre 10 a 20 milhões de dólares. O fato foi explorado no sentido de evidenciar mais uma vez a chamada “hipocrisia” envolta nas propostas revolucionárias, em que “por traz da fachada de abnegação”, “os comunistas não se descuidam de seus interesses particulares”.

Questiona-se, portanto, como o líder comunista dispõe de tamanho patrimônio se para ele “a propriedade privada é um furto!” A pequena matéria assumiu um tom provocativo, lançando mão de um importante recurso didático que apareceu constantemente nas matérias/artigos que tratam do comunismo: a ironia, em seu tom mais ácido: “é bom reter que esse Stalin, tyrano soviético que arranca do pobre povo russo o pão e o faz morrer à fome em massa, tem em lugar seguro um capital pessoal de 10 milhões de dólares. É essa a abnegação, o desinteresse, a sinceridade comunista” (HERONCIO, 1935e, p.06). A figura de linguagem, nesse caso, foi utilizada para demonstrar as incoerências da propaganda comunista e para ratificar sua impossibilidade prática.

Neste aspecto, o imaginário anticomunista tocava num ponto sensível da propaganda revolucionária

que negava veementemente a noção de propriedade privada e investia na estratégia de minar a propaganda comunista pela ilustração das discrepâncias entre as promessas pré-revolucionárias e a realidade pós-revolucionária. Investe-se, portanto, na imagem do “credo vermelho” como uma doutrina falaciosa, fundada em falsas promessas. Ilustrativo, nesse sentido, o artigo *Cordeiros Vermelhos*, publicado em 2 de agosto, investindo em um forte tom de deboche, demonstra a intenção de ridicularizar o comunismo, expondo sua propaganda como uma “anedota”. As expressões como “histórias de trancoso”, “conversa fiada”, “leseira terrível”, “trapalhada” confluem para o argumento de ser o comunismo, com suas “promessas absolutamente irrealizáveis”, uma grande ilusão:

Os communistas, parece, é que ainda permanecem na doce ilusão de que até os homens barbados viraram crianças. Vêm com suas historias de trancoso para cima do povo, enchendo-lhes os ouvidos de muita conversa fiada e de promessas absolutamente irrealizaveis.

Sabidos que só elles, procuram vez por outra, disfarçar seu nome. E o gigante papão da III Internacional passa a se chamar como sucede também no Brasil, ora Frente Unica anti-guerreira, ora Aliança Nacional Libertadora. Os rotulos mudam. Mas se esquecem de

mudar as figuras, sempre as mesmas.

Leseira terrível.

Se não fosse a sem cerimonia com que os communistas da Alliança Libertadora (de que) procuram a todo momento negar suas proprias doutrinas e actos, nitidamente subversivos, anarchicos, bolchevistas, extremistas, não perderiamos tempo de em afirmar com a mais absoluta segurança, um facto sufficientemente provado.

É admiravel a capacidade ‘tapeadora’ dos communistas. Mas o peor é que elles mesmo estragaram as combinatas. O senhor Cascardo, por exemplo, teima em sustentar que a Alliança não é communistas. Mas vae e insensa, como agora mesmo, ao partir para Santa Catharina, o seu chefe de honra, o cavaleiro da desesperança, Carlos Prestes, o qual, por seu lado, teima em sustentar que é communista, e dos vermelhões, pregando saques e depredações. A trapalhada é medonha.⁶³

A imagem dos comunistas como traiçoeiros foi bastante explorada no apanhado de representações anticomunistas. Didaticamente, o artigo busca

63 Cordeiros vermelhos. **A Ordem**. Natal v. 01, n. 16, p. 01, 02 ago. 1935.

persuadir o leitor sobre a chamada “capacidade ‘tapeadora’ dos comunistas”. Esse argumento se faz presente desde o título do artigo bastante sugestivo nesse sentido, cujo o uso conotativo da parábola bíblica do “lobo em pele de cordeiro” se encaixaria perfeitamente com a denúncia frequente de que os “extremistas vermelhos” recorreriam a disfarces e esconderiam seus reais planos, criando falsas imagens no intento de ludibriar suas vítimas.

Está presente, também, no artigo, outra imagem bastante evocada na construção do “inferno russo”: a temática da infância comunista supostamente sacrificadas “aos caprichos de homens desalmados!”⁶⁴ e a quem restaria somente o caminho da marginalidade dentro das perspectivas oferecidas pelo regime soviético. Em outro artigo, de 26 de julho, o jornal voltará a recorrer a temática como forma de sensibilizar os leitores ao drama sofrido pelas crianças soviéticas a quem o jornal chama de “infelizes”, que abandonados à própria sorte pelo Estado, viveriam em “antros de perdição, donde saem para o roubo e para crimes de toda especie”. A formação do “bando sinistro de miseráveis e salteadores” é apontada como consequência “da educação sem Deus”.

Mais uma vez o encadeamento entre causa/efeito será explorado pelo jornal como ferramenta didática. O sofrimento e a criminalidade infantil,

64 HERÔNCIO, P. Juventude Sacrificada. **A Ordem**. Natal, v. 01, n. 10, p. 01, 26 jul. 1935.

com destaque dado pelo artigo ao decreto⁶⁵ que instituía a pena de morte para criança aos doze anos de idade, abrem precedentes para que se questione o modelo educacional soviético, onde a “educação é ministrada pelo Estado”, os “filhos são propriedade do governo”, e as escolas seriam “verdadeiras cathedras de perdição” em que “campeam o impudor e a imoralidade” responsáveis pela “dissolução dos costumes” e pelas, consequentes, “proporções tão assustadoras” da criminalidade infantil. Questiona, então, o articulista: o que se poderia esperar de um modelo de ensino em que os “professores devem fazer desaparecer da alma da criança qualquer sentimento de religião e de amôr aos progenitores”? Abre espaço ainda para outro questionamento: Que sociedade se vai alicerçar nessa base assim carcumida? Que terrível futuro aguarda a Rússia?

Entra em cena aí outro importante argumento utilizado na campanha anticomunista católica, a associação ente comunismo e ateísmo. O *A Ordem* atribuiu ao comunismo “todos os grandes males do mundo moderno”, elencando, como um dos mais graves, as investidas comunistas contra a religião, marcadas, sobretudo, pela intensa propaganda antirreligiosa. A temática foi alvo de editorial, de 01 de outubro, assinado por Pe. Cabral, intitulado *Comunismo e ateísmo*. No texto, o religioso demonstra

65 Referência ao Decreto Lei n. 3/598, de 07 de abril de 1935, “*Sobre os meios de luta contra a criminalidade entre os menores*”, que previa a pena capital as crianças maiores de 12 anos.

preocupação quanto as supostas tentativas por parte dos comunistas em declinar de sua ruptura direta com catolicismo, concentrando-se em negar veementemente a noção de que o comunismo não seria contra a religião, mas somente ao capitalismo:

Segundo informações seguras, que nos foram transmitidas, os coripeus do soviétismo russo entre as massas da população brasileira, procuram convencer nosso povo de que o communismo nada tem de contrario a religião.

Particularmente nos estados do Nordeste, os emissarios de Moscou, tentam estabelecer à base de sua propaganda este principio: o communismo não combate o catholicismo e, sim, os capitalistas.

Bêm se vê, mais uma vez, que *os filhos das trevas são mais prudentes que os filhos da luz...*Podera não...Se é assim que lemos no Evangelho...

Honra lhes seja, aos assalariados de Moscou. Redem homenagens aos sentimentos religiosos de nosso povo e bem compreendem quanto seria difícil fazer vingar sua campanha contrária, ao mesmo tempo, à Pátria e à Igreja.

É assim que, à sombra de pretensa conciliação do communismo com o catholicismo, procuram levar avante sua campanha de desagregação do nosso paiz.⁶⁶

66 CABRAL, Padre J. Communismo e atheismo. **A Ordem**. Natal, v. 01, n. 65, p. 01, 01 out. 1935a.

Seria inadmissível, portanto, que houvesse uma possível aproximação entre inimigos irreconciliáveis. Para afastar qualquer possibilidade nesse sentido, o sacerdote se dedicou a esmiunçar as práticas do que chama de “atheísmo oficial russo” e a descrever o “modo como o soviétismo se conduz em face do problema religioso”, numa tentativa de demonstra, com base em exemplos práticos e dados estáticos, essa impossibilidade.

Para reiterar seu posicionamento, o sacerdote recorreu as apreciações de Joseph Douillet, que no livro *Moscovo sem máscaras*,⁶⁷ trata das modalidades lançadas pelos comunistas na “perseguição movida contra a religião”. Entre as modalidades, o religioso deu destaque a chamada “propaganda systematica contra a religião”, frisando, ainda, que seria uma prática corrente no modelo soviético, em que o Estado financiaria prontamente as principais organizações que visassem difundir o ateísmo.

Outro elemento utilizado para corroborar a tese defendida, foi a atividade da chamada “imprensa athea”, cujos os indicadores bibliográficos das principais organizações de publicidade indicariam uma atividade organizada e sistemática. A exposição dessa gama variada de informações em torno da “guerra

67 Traduzido do original francês *Moscou sans voilles* e publicado, em 1931, pela Editora Globo, o livro é um dos mais conhecidos na série de livros dedicados a descrição da “Rússia Vermelha”. Como parte da Coleção *Inquérito sobre a Rússia*, da mesma editora, o livro escrito por Joseph Douillet, ex- Cônsul da Bélgica em Rostov, possui uma versão marcadamente anticomunista e um tom inquisidor em relação ao Regime Soviético.

declarada” do comunismo à religião, abriria espaço para o questionamento implícito na argumentação: como poderiam os representantes de um ateísmo militante tão organizado, negarem sua oposição a religião? Questionamento, esse, que fica claro no tom imperativo que finaliza o artigo: “Venham comunistas dizer ao povo brasileiro que o comunismo não é inimigo da religião”⁶⁸.

Na mesma direção didática, em editorial de 06 de setembro, Pe. Herôncio expõe os posicionamentos de algumas lideranças comunistas a respeito da relação entre o materialismo e a religião. As afirmações, cujas fontes não são citadas, trazem opiniões veementes em torno da negação da religião por parte do comunismo, que assumem, claramente, um tom insultuoso em relação à Igreja. Não cabe aqui discutir a veracidade de tais afirmações, mas sim perceber como a narrativa jornalística faz uso destas para persuadir o público leitor.

Chama a atenção, por exemplo, o uso da suposta afirmação do ministro de instrução pública russo, Lunatcharssky, de que Deus seria “um espectro repugnante, causador de diabólicos males a humanidade”, na ocasião a autoridade russa teria acrescentado ainda que se deveria “ter ódio ao cristianismo a aos cristãos, inimigos que são do comunismo, porque pegam o amor e a misericórdia ao próximo” e exclamando em tom imperativo: “Abaixo

68 CABRAL, Padre J. Comunismo e ateísmo. **A Ordem**. Natal, v. 01, n. 65, p. 01, 01 out. 1935a.

a caridade ao proximo. O que precisamos é de odio. Devemos aprender como se odeia. Somente assim conquistaremos o mundo”⁶⁹.

O que o autor chama de “espetaculo de blasphemias e maldições” seria utilizado no sentido de demonstrar serem as lideranças comunistas, como o título do artigo sugere (*Estultos e blasphemos*), verdadeiros “estultos” que a partir dos intentos do internacionalismo soviético empreenderiam uma ofensiva “irracional” contra Deus. A consternação que a associação de Deus a um “espectro repugnante” e “diabólico” provocaria nos leitores, abriria precedentes valiosos a batalha contra “os inimigos da fé”, de maneira que o articulista suscitaria a inversão de papeis, ao provocar repulsa imediata do público católico, e tornar o próprio comunismo “repugnante”, frisando, nesse sentido, o caráter irrevogável da atitude anticomunista por parte da Igreja.

O artigo investe ainda em um outro exemplo para reforçar a dinâmica anticomunista, sublinhando os métodos da “propaganda contra Deus entre as crianças” feita pelos “agentes do mal” em um “processo diabolico de perversão das almas”, retirado novamente da obra de Joseph Douillet:

Joseph Douillet nos conta um episodio da propaganda contra Deus entre as crianças. Um mestre-escola e um

69 HERÔNIO, P. Estultos e blasphemos. **A Ordem**. Natal, v. 01, n. 45, p. 01, 06 set. 1935b.

secretario da celula comunista interrogam a uma creança, de nome Jeannete, se Deus lhe dá o que pede. A creança tem fome. Pede pão ao teu Deus, dizem elles. A creança se ajoelha e reza. Os renegados continuam a interrogar Jeannet – Teu Deus te deu pão? A resposta, cheia de timidez é naturalmente negativa. Os agentes do mal aproveitam o momento – Pede agora ao teu camarada comunista, diz um delles, e vê como terás o pão. A creança se volta para um dos camaradas, faz o pedido e recebe immediatamente um pedaço de pão acompanhado da observação de que se Deus não attendeu a sua supplica, nem é visto por Jeannet, é porque não existe. [...] ⁷⁰

Mais uma vez não é difícil imaginar o quanto seria impactante, sobretudo, ao leitor católico, criado em uma atmosfera imbuída pela religião, depara-se com tal prática. Por conseguinte, esses recursos persuasivos ajudariam a fixar a imagem do comunismo como um desafio a sobrevivência da religião, que seria alvo de uma perseguição atroz por parte dos comunistas e deveriam, portanto, promover a resistência considerável dos cristãos a essa “militância ateia”. Diante do

70 HERÔNCIO, P. Estultos e blasphemos. **A Ordem**. Natal, v. 01, n. 45, p. 01, 06 set. 1935b.

argumento de autoridade, presente nas afirmações, já não caberia mais aos católicos ou aos “homens de boa fé”, concessões, indiferença e neutralidade diante do avanço das ideias comunistas.

O imaginário antissoviético será também um dos principais subsídios à defesa do corpus social católico, encarada como um dos pontos mais sensíveis ao discurso anticomunista de matriz católica. Segundo Motta (2002, p. 20), o “despertar da hierarquia católica para o problema social e a consequente proposição de programas visando à ‘justiça social’ decorreu fundamentalmente, embora não exclusivamente, da percepção de que os comunistas ameaçavam a cidadela católica”.

A questão social, por conseguinte, foi um dos temas que mais adensou o embate entre catolicismo e comunismo nas páginas do *A Ordem*. Nesse sentido, a medida em que se trabalhava para apontar a realidade soviética como exemplo dos erros incorridos pelo chamado “determinismo econômico marxista”, investia-se na doutrina social católica como a única capaz de promover a “verdadeira justiça social”. Haveria, portanto, dois direcionamentos para a resolução do quadro social de injustiça atribuído ao liberalismo econômico: o materialista e o espiritualista, respectivamente associados ao comunismo e ao catolicismo.

Caberia aos redatores do *A Ordem*, nesse sentido, apontar, dentro da perspectiva de um ordenamento social cristão, alternativas concretas às promessas

comunistas, recorrendo para isso à divulgação das premissas contidas nas encíclicas sociais. Esse direcionamento partiria do argumento de que a saída para a realidade de desigualdade e injustiça provocada pela lógica do liberalismo econômico não se daria apenas no plano econômico e social, mas também, no campo moral e ético, ou mesmo espiritual, a partir do restabelecimento do espírito cristão na sociedade. Nesse sentido, a renovação do espírito cristão deveria preceder à restauração da ordem social, pregando-se, portanto, a cristianização da vida econômica.

Nessa perspectiva, o exemplo russo, é encarado pelo jornal como a demonstração de que a falta de “princípios solidos, ethicos, methaphysicos” e acima de tudo “genuinamente cristãos”⁷¹ conduziria a um quadro de profunda desordem social e econômica, perpetuadas pelas teses materialistas do comunismo. Abrir-se-ia espaço, portanto, para que se traçasse-se as fronteiras entre as duas perspectivas de conceber o social, na mesma medida em que a exposição das “delícias infernais” do “paraíso russo”, endossaria a perspectiva cristã como a mais eficaz, dada a “constatação” do “fracasso moral, social e econômico do comunismo”, materializado nas imagens negativas do experimento soviético.

Como “objeto e lugar dos conflitos sociais”, o imaginário social se coaduna com os interesses e as reivindicações de segmentos sociais rivais, “uma

71 Os soviets por dentro. **A Ordem**. Natal, v. 01, n. 01, p. 05, 14 jul. 1935.

vez que as condutas, ações, discursos, imagens, disputas desses agentes sociais estão subjacentes a esse imaginário”. (DUTRA, 2012, p.40). Nas batalhas anticomunistas, a produção imagética-discursiva em torno do inimigo mais do que responder a esse embate “pretende elaborar a partir da posição dos conflitantes e da consequente adesão a normas e valores” (DUTRA, 2012, p.40) o que Baczko (1985, p.309) expôs como “representação global e totalizante, como uma ordem em que cada elemento encontra o seu lugar, a sua identidade, a sua razão de ser”.

Nesse sentido, o repertório de imagens degradantes em torno do regime soviético, enquanto modelo trágico de organização social, faria da contraimagem do regime um dos principais subsídios ao projeto de fortalecimento da presença católica em todas as instâncias do social. A apresentação do exemplo russo, a partir de sua experiência revolucionária, aparece como a materialização dos males que acompanhavam a realização prática do comunismo e serviria, nesse sentido, como alerta aos perigos que rondavam a realidade brasileira. Como o prefácio de um livro de páginas negras, o exercício de composição da imagem negativa da “pátria dos vermelhos”, traria uma prévia aos leitores dos desfechos que se ofereciam a realidade brasileira caso o comunismo chegasse ao país.

Ao urdir o imaginário antissoviético com os matizes da conspiração e do medo, os intelectuais católicos aliaram o combate veemente ao bolchevismo à necessidade de fortalecimento das bases católicas

da sociedade brasileira, como freio a uma possível “bolchevização” do país. Nesse sentido, à medida que tentavam desmistificar o mito do “paraíso do operariado”, alertando os leitores sobre as supostas “astúcias” do proselitismo comunista, os articulistas do *A Ordem* reforçavam o projeto de nação católica encontrando na figuração do inimigo um dos principais impulsos para as propostas de recatolização no estado.

A figura do inimigo, sob essa perspectiva, seria essencial, pois, nesse momento, serviria “para fornecer ao povo a consciência de sua unidade, e ao poder que conduz o combate, a legitimidade” (DUTRA, 2012, p. 46). Reforça-se, pois, a assertiva de Baczko (1985, p.310), de que “quando uma coletividade se sente ameaçada por forças externas, ela operacionaliza o seu dispositivo imaginário com a finalidade de unir, criar um espírito de corpo entre seus membros e possibilitar uma linha de ação conjunta”. Com efeito:

[...] o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo a acção, um apelo a comportar-se de uma determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum (BACZKO, 1985, p. 311).

Em nome da fé, foi produzido um rico material imagético, veiculado pedagogicamente por meio de variadas estratégias discursivas que tornaram indissociáveis o combate ao comunismo e as teses em torno da religião como a base da organização social. Em sua grande maioria, a propaganda anticomunista veiculada por meio do jornal *A Ordem* possuía uma carga emotiva que visava construir no leitor um forte repúdio aos ideais comunistas e encontrava nessa confecção a chave para reafirmar a doutrina católica como antídoto aos males do bolchevismo.

Operando em nome de uma visão de mundo essencialmente católica, os intelectuais católicos apostaram no alinhamento entre o discurso anticomunista e o projeto recatolizador que, por sua vez, fez da simbiose entre o discurso religioso e o combate ao comunismo a evidência de que a causa anticomunista deveria ser, a cima de tudo, uma causa cristã.

Nesse contexto, portanto, evidenciaram-se esforços para aumentar a “divulgação dos argumentos anticomunistas de base religiosa” (MOTTA, 2002, p. 211), recorrendo-se, nesse sentido, a tradição cristã da Nação. Sob essa perspectiva, o jornal defendeu que para além dos motivos de ordem social e política, haveria “motivos de fé” para o combate intransigente ao “extremismo soviético”. Havia, portanto, um duplo dever a cumprir: o de patriota e o de cristão. Amalgamados ao discurso anticomunista veiculado no *A Ordem*, esses deveres se traduzem no exercício cotidiano de combate ao comunismo e de defesa das tradições cristãs.

Referências

BAZCKO, Bronnislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

CABRAL, Padre J. *A Miragem soviética*. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1933.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo, 2015.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O Ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GONÇALVES, Marcos. Missionários da “boa imprensa”: a revista Ave Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 55, p.63-84, jan./jun. 2008.

KONDER, Leandro. *A Derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Unicamp, 1998.

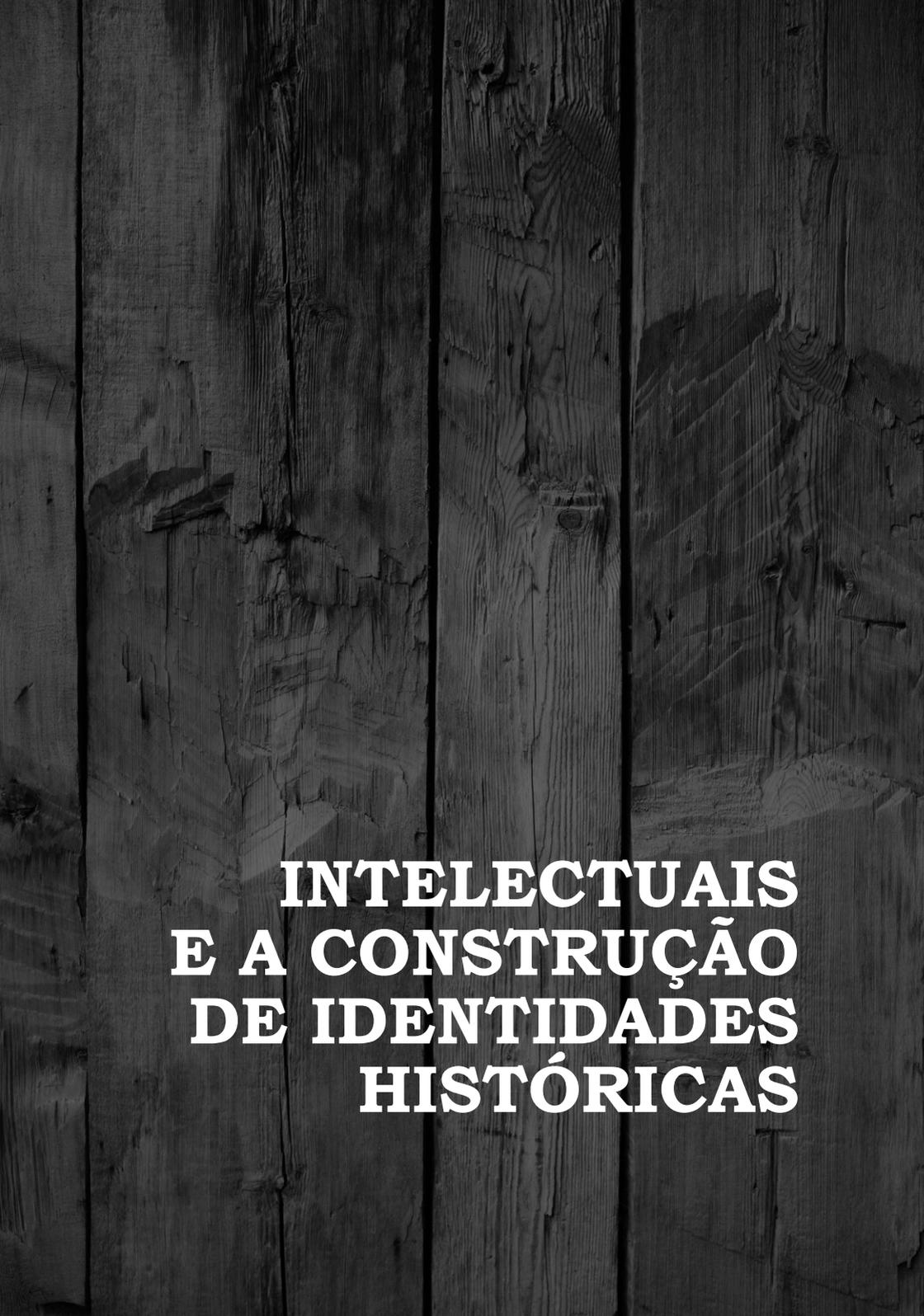
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

PEIXOTO, Renato Amado. Por Deus, pela pátria e pelo rei: os holandeses no Rio Grande e a fabricação dos conceitos acerca do espaço na década de 1930. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v. 2, n. 20, nov. 2015.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antônio. A Invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 33-49, jul. 2007.

SERVICE, Robert. *Camaradas*: uma história do comunismo mundial. Tradução Milton Chaves de Almeida. Rio de Janeiro: DIFEL, 2015.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha*: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

The background of the image is a dark, monochromatic photograph of vertical wooden planks. The wood grain is clearly visible, showing various textures, knots, and imperfections. The lighting is somewhat uneven, creating subtle gradients of dark grey and black across the surface.

**INTELECTUAIS
E A CONSTRUÇÃO
DE IDENTIDADES
HISTÓRICAS**

O SERTÃO POTIGUAR SOB UM OLHAR MEMORIALÍSTICO

Evandro Santos⁷²

Alex de Assis Batista⁷³

O sertão nordestino é marcado por significativa diversidade cultural. Contudo, ainda mais ampla é a variedade que envolve o conceito de sertão quando ampliado para o conjunto das regiões atualmente reconhecidas no mapa político do Brasil e, ainda, em outros recortes espaciais marcados pela língua portuguesa. O Sertão se estende por vários espaços, muitas vezes se diferenciando em profundidade nos pontos de vista natural e histórico, apesar da mesma nomenclatura. Pensamos aqui o sertão descrito na carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o sertão ainda está perto da costa litorânea da terra conquistada. Depois, encontramos o sertão explorado pelos bandeirantes, no período colonial, ou mesmo o sertão profundo de Euclides da Cunha. (SARAMAGO, 2015, p. 231-264)

Assim, considerando a amplitude dessa categoria e sua importância ao pensamento político, social e histórico em nosso país, deslocamos nosso olhar para

72 Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto de Teoria da História no Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES-UFRN). Esta pesquisa recebeu o apoio do Programa de Acompanhamento, Avaliação e Fomento para a Excelência na Pesquisa e Pós-Graduação da UFRN - PPG/PRO-PESQ.

73 Graduado em História (Bacharelado) pelo Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES-UFRN).

um sertão particular. Temos como recorte espacial o Seridó Potiguar. Encontramos nos memorialistas que registraram em letras e imagens o passado e o presente do sertão em questão uma fonte rica de detalhes em torno do cultural e do social nessa região delimitada do Rio Grande do Norte. Os memorialistas a serem aqui abordados são: Oswaldo Lamartine de Faria (1919-2007) e Paulo Bezerra (1933-2017). Ambos trabalharam com o sertão partindo, em grande medida, da memória e da nostalgia geradas por experiências pessoais e familiares que alimentaram o desejo de registrar por escrito aquela cultura sertaneja que, sob suas perspectivas, estava se perdendo em um passado em vias de desapareção. Com exceção de alguns lugares de memórias que resistiam ao tempo, registros daquela cultura encontravam-se em risco. Com isso, percebemos que os memorialistas ora analisados utilizaram suas produções como um meio de tornar vivas (ou ao menos salvas do esquecimento) aquelas práticas e costumes próprias de suas infâncias, apesar de, no mundo moderno, novas práticas terem surgidos e transformado as experiências locais.

Partimos da ideia de que as produções memorialísticas são, elas mesmas, repositórios e produtoras de memórias, encontramos nelas discursos que favorecem uma busca/resgate pelas tradições motivados pelas rápidas transformações do mundo moderno e tal reação opera justamente a partir dos recursos efetivos da memória. Por isso, entre nossos referenciais teóricos, destacamos o filósofo francês

Paul Ricoeur (1913-2005), um dos principais expoentes no que se refere aos estudos sobre memória. Na sua obra *A memória, a história, o esquecimento* (2007), o filósofo faz uma grande análise fenomenológica sobre memória relacionando-a com a história. Ele não foi o único especialista em memória consultado, porém, as suas ideias, em primazia, foram responsáveis por um entendimento mais completo no diálogo com as fontes.

Neste sentido, as fontes acessadas para este estudo foram as produções do memorialista Oswaldo Lamartine, agrônomo por formação e uma das principais referências para quem quer estudar o sertão potiguar nos mais diversos aspectos. As obras analisadas foram: *A caça nos sertões do Seridó* (1961), *A. B. C. da pescaria de açudes no Seridó* (1961), *De Cascudo para Oswaldo* (2005), *Ferro de ribeiras do Rio Grande do Norte* (1984), *Os açudes dos sertões do Seridó* (1978), *Sertões do Seridó* (1980) e *Algumas abelhas dos sertões do Seridó* (2004).

Destacamos, também, as cartas escritas por Paulo Bezerra que depois tornaram-se livros. Nelas são destacadas, em tom de saudade, práticas e costumes que dizem respeito ao sertão potiguar e à infância do memorialista. Essas cartas foram escritas em um recorte temporal que vai de 1985 a 2012 e encontram-se compiladas em quatro livros denominados: *Cartas dos Sertões do Seridó* (2000), *Outras Cartas dos Sertões do Seridó* (2004), *Novas Cartas dos Sertões do Seridó* (2009) e *Cartas dos Sertões do Seridó – 4º Livro* (2013).

A memória em Oswaldo Lamartine

A seleção dos elementos que compõem uma representação do passado não é uma atividade exclusiva do historiador, mas se dá também em outros âmbitos, como é o caso da memória individual e da memória social ou coletiva. Essa prática de coleta e reordenação das reminiscências é comum entre os memorialistas já que são responsáveis por narrar um evento ou acontecimento tendo como base comprobatória dos fatos as memórias. A experiência narrativa do memorialista, de modo geral, parte de uma imaginação embasada em experiências vividas. Compreendemos que a memória é um elemento de ligação entre a realidade material e imaterial.⁷⁴ Paul Ricoeur, tomando empréstimos de Sócrates, diz que:

A memória, sugere Sócrates, no seu encontro com as sensações e com as reflexões (*pathemata*) que esse encontro provoca, parece-me então, se é que posso dizê-lo, escrever (*graphein*) discursos em nossas almas e, quando uma reflexão (*pathema*) inscreve coisas verdadeiras, o resultado em nós são uma opinião verdadeira e discursos verdadeiros. (RICOEUR, 2007, p. 33)

74 Entendemos realidade material e imaterial como aquilo que é palpável e imaginário respectivamente.

Por meio dessa consideração, podemos inferir que a memória toca não só em lembranças que remetem a atitudes ou vivências práticas, mas também em experiências que se referem a sentimentos, sejam eles bons ou ruins, sejam eles motivados por eventos de perdas, de derrotas, de decepções ou de alegrias. A memória atinge o íntimo e a essência do homem. Portanto, o conceito de memória está relacionado ao conjunto de ideias que envolve as lembranças, o corpo, a razão, as imagens, o espaço social e o momento histórico. A articulação desses elementos, acompanhada de uma atividade mental (intelectual), constrói o que conhecemos por identidade social de um povo, família ou lugar. Procurar uma relação da memória com o passado é entender que não existe presente sem acordos com o passado. Por outro lado, falar de memória é tratar de experiências, de aspectos concretos do passado, é falar da vivência de ruptura e das construções sociais dos agentes da memória viva.

No tocante ao memorialismo, trata-se de trabalhar com experiência vivida e revivida no território da temporalidade, onde se apresenta principalmente como discurso de retrospectção, sempre lançando seu olho ao passado, aos acontecimentos sejam eles políticos, econômicos ou culturais. Dentro dessas reflexões, encontramos os trabalhos de Lamartine de Faria.

Oswaldo Lamartine de Faria foi um natalense grande estudioso do sertão. Em suas produções, notamos imenso interesse e clara eleição, como espaço principal de estudo, pelo sertão nordestino, apesar de

Lamartine ter vivido em muitos lugares caracterizados pelo urbano. Grande parte das suas obras são fruto de lembranças pessoais, íntimas, pois Lamartine foi morar no sertão ainda muito novo, com isso as memórias de sua infância são refletidas em seus escritos. Ainda que, à primeira vista, os títulos dos trabalhos evidenciem sua formação como técnico agrícola, com estudos realizados na *Escola Superior de Agricultura de Lavras*, em Minas Gerais, trata-se de uma coleção de escritos com conteúdos variados tanto no que diz respeito à forma e ao estilo quanto nas referências que sustentam e constroem as narrativas, Lamartine constrói em suas obras uma ponte entre conhecimento técnico acerca da natureza do Seridó e os registros da tradição e da cultura oral, do cordel, da história e, sobretudo, da memória.

Lamartine expõe algumas lembranças em uma obra denominada *Em alpendres d'Acauã* (2001) que se trata de uma entrevista organizada por Natércia Campos de Saboya. Nessa entrevista, Lamartine deixa claro como as memórias são as principais responsáveis pelo seu apego ao sertão, logo, a constituição de um laço afetivo mesclado com a importância de tornar vivo aquilo que antes era abundante, mas que com o passar do tempo, foi perdendo espaço em razão das mudanças ocorridas na vida do homem. Ao ser perguntado por que o Seridó é atuante em seus escritos, Lamartine diz:

O Seridó é a terra dos meus pais.
Lá, irmão, pais, avós e antepassados

deixaram seus imbigos nos moirões das porteiras. E fui criado ouvindo páginas daquela terra e daquela gente. Meu pai, do exílio (Paris, 1931) escrevia pedindo notícias do inverno e ate da Melada – a sua burra-de-sela. (CAMPOS, 2001, p.10)

Percebemos que a memória coletiva confunde-se com a memória individual. Lamartine, embebecido pelas experiências dos familiares, também foi levado a sentir aquele sertão. Vemos que, ao seguir sua narrativa, estamos sempre próximo ou dentro da história, pois o narrador conta a história de si mesmo como parte de uma história mais ampla, aquela de seus coetâneos do mesmo local. A função primordial da narrativa, portanto, é tentar uniformizar o tempo e torná-lo inteligível, é inscrever a experiência do vivido na história. Os personagens da história de qualquer narrativa encontram-se sempre em um espaço, o que comprova que tempo e espaço estão imbricados de maneira indissociável na recordação. As memórias estão, de fato, inscritas em lugares determinados.

Sobre o Seridó de Lamartine, é notável a heterogeneidade que marca as simbologias, valores e práticas culturais. Trata-se de uma região que dispõe de algumas expressões singulares e bastante peculiares. Além do mais, trata-se de uma área geográfica onde sua população é levada a preservar seus costumes e valores, práticas, saberes e crenças. São costumes relacionados ao trabalho, ao convívio

social, portanto, às relações sociais, à religiosidade e à fé que, no conjunto, acabam por constituir certa identidade que ganha força ao ser repetida por diversos discursos e instituições. O discurso defendido por cada memorialista, através de seus escritos, embora motivados por interesses pessoais, não conseguem deixar de explicitar a diversidade de visões sobre o sertão, caracterizando-o como um lugar de diferenciação em termos culturais e identitários.

Partindo para uma obra específica de Lamartine, notamos que constam também características que remetem ao lado profissional de Lamartine, já que é formado em agronomia pela *Escola Superior de Agricultura de Lavras-MG*, conforme dito anteriormente. Em seu livro *A caça nos Sertões do Seridó* (1961), o autor dedica parte do primeiro e segundo capítulos a descrever os aspectos da natureza da região. Destaca a flora que se modifica de acordo com o tempo natural, nos ciclos nos quais se encontra, seja seca ou inverno. Lamartine descreve que,

Logo nas primeiras chuvas a vegetação despida se veste de uma linda folhagem – a *rama*, ficando o chão atapetado de ervas rasteiras – a *babugem*. [...] Passado o inverno a folhagem caduca amadurece e cai deixando apenas galhos tortuosos e nús apontando para os céus – o cinzento dominando a paisagem de um quadro geográfico e dantesco, em

que a verdadeira moldura são os limites ecológicos. (LAMARTINE, 1961, p. 21)

Notamos aí o sertão de Lamartine. Essa região possui características singulares e para possa ser entendida é primordial o conhecimento de seus estágios naturais, tendo em vista que conhecer esses estágios corresponde a conhecer o mundo, em perspectiva mais ampla. É a possibilidade de previsão que tanto tranquiliza os homens, ainda que a natureza, muitas vezes, opere por via do imponderável. As características da região mudam, logo, as práticas cotidianas do sertanejo também se alteram, pois a existência do sertão, enquanto espaço vivido, está intimamente ligada a sua natureza. As relações da população com o sertão são motivadas pelos valores construídos na cotidianidade e nas demandas econômicas e sociais, mas também pela escrita das elites intelectuais locais. Para tentar recuperar o passado, muitas vezes um passado perdido, precisamos buscar as marcas da vida real, a cultura material que nos cerca e onde a memória parece atingir os afetos.

Voltamo-nos às memórias de Lamartine. Uma característica interessante a se destacar nas experiências do memorialista é sua pouca vivência no sertão, tendo em vista que ele passou apenas a infância lá. Por ter ficado pouco tempo na região, buscou nas memórias de outros indivíduos uma espécie de “acervo de experiências” para que suas publicações em torno do Seridó fossem as mais autênticas possíveis. No livro,

Em alpendres d'Alcauã, ao ser questionado sobre suas lembranças, Lamartine respondeu que suas memórias se tratavam

[...] mais dos momentos vividos desse meu espichado viver e também do muito que eu escutei do proseado em redes de alpendre no tempo em que as pessoas conversavam. Isto, está bem visto, antes do rádio e da TV, quando a gente se apoiava no desfiar dos acontecidos relatados pelos mestras da palavra. (CAMPOS, 2001, p.65)

Vemos que Lamartine constrói o seu sertão mediante memórias pessoais, como já sabemos, mas também através de memórias emprestadas, que partem de seus familiares e de pessoas próximas. Vemos, ainda, que o sertão é algo construído, tendo em vista que Lamartine deixa claro que o que ele viveu passou, não existe mais, ou pelo menos, encontra-se em vias de desaparecer. É Lamartine quem se esforça para construir o sertão. Escrever é como uma reação. São as mudanças culturais advindas da modernidade que levam à (re)construção de um “novo” sertão que, sob o olhar de Lamartine, nada tem de similar com aquele que se encontra em suas memórias. As registrar o “velho sertão”, Lamartine evidencia o novo. Dizer o passado é falar do presente: eis os jogos com a memória.

A partir da leitura das obras de Lamartine, inferimos que ele não se atém apenas a recordar afetivamente o sertão do passado, mas também buscar se aprofundar na história da região, trazendo para os leitores informações que remetem ao povoamento e às práticas de sua época. Em meio ao mar de conhecimentos articulados em suas obras, notamos uma relação, quase que constante, do sertão com a natureza. Isso se justifica, novamente, em parte por sua formação. Ou seja, sua narrativa acerca do sertão bebe em seu conhecimento acadêmico. Ademais, tudo que é praticado e vivido que diz respeito ao sertão chama à atenção de Lamartine. Seu receio de perda do passado advém do temor vindo da experiência da modernidade.

Memória em Paulo Bezerra

Neste momento, nossa atenção será direcionada às cartas do acariense Paulo Bezerra. Por ser pouco estudado, vemos a necessidade de apresentá-lo ao público. Conhecido também como Paulo Balá, nasceu na cidade de Acari em 1933. Foi criado na Fazenda Pinturas, onde morou a partir dos dois anos de idade, até mudar-se para realizar seus estudos. Formou-se na *Faculdade de Medicina de Pernambuco*. Durante a juventude sua família era muito próxima à família Lamartine, tradicional na região do Seridó, composta por dois memorialistas conhecidos do sertão: Juvenal Lamartine, o pai, e nosso Oswaldo Lamartine. Esta proximidade, demarcada por tais relações, justifica

seu interesse em rememorar o sertão aos moldes da supracitada família.

As suas cartas começaram a ser escritas em 1985, mas só nos anos 2000 foram reunidas no formato de livros, conforme dito na abertura deste capítulo. O conteúdo dessas cartas gira em torno dos hábitos, da religiosidade local, dos costumes praticados. Encontramos também breves biografias individuais, enfim, descreve o dia a dia do sertanejo, ou melhor, do sertanejo criado pelos memorialistas do Seridó.

A força das palavras escritas não deve ser menosprezada. As cartas se transformaram num registro tão importante que viraram obras literárias. Eleito por unanimidade, Bezerra ocupou, até recentemente, a cadeira número 12 da *Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*. Ao atentarmos para o autor, notamos sua importância no que diz respeito a uma descrição da cultura sertaneja, ao descrever os eventos e práticas que, sob o seu olhar, tomam um corpo de nostalgia mesclada com o objetivo de levar ao seu amigo, o jornalista Woden Madruga (e, posteriormente, aos demais leitores) uma espécie de necessidade de tornar viva, pelo menos em textos, aquelas memórias. No âmbito dessa reflexão, destacamos que as cartas de Bezerra descrevem reminiscências que apresentam dois passados: um vivido, que parte de suas memórias pessoais, outro pautado por lembranças “emprestadas”, que são recuperadas de outros indivíduos. Tal como em Lamartine, a memória depende de uma cooperação de testemunhas. Pessoas que reafirmem aquilo que

quem lembra quer lembrar. Percebemos a relação com as palavras a seguir de Ricoeur:

Da memória compartilhada passa-se gradativamente à memória coletiva e as suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela tradição: foi por ocasião dessas experiências vividas que fora introduzida a noção de lugar de memória, anterior às expressões e as fixações que fizeram a fortuna ulterior dessa expressão. (RICOEUR, 2004, p. 157)

A memória possui vários suportes: iconográficos, escritos, materiais e imateriais. É possível ter acesso à partes das memórias. Porém, toda memória, por mais tangível que seja, sempre é passível de crítica e análise. Por meio da memória, seja ela individual ou coletiva, podemos coletar informações referentes não só aos eventos, mas também às diversas versões que sobreviveram aos mesmos eventos e, mais, às versões que diferentes forças buscaram constituir. Os jogos com a memória, como sabemos, são jogos de poder.

Como mencionado de passagem antes, as cartas surgem de um interesse do memorialista em retratar curiosidades da cultura sertaneja e, motivado por isto, começa a escrevê-las e enviá-las para o seu amigo, colunista do jornal *Tribuna do Norte*, o jornalista Woden Madruga. Notamos isso neste fragmento:

A primeira carta, eu enviei a Woden Madruga por conta de Jagunço e outro mais a falar de peso de gado, ambas por ele publicadas. Depois, um silêncio de anos. Lá um dia imaginei: as coisas que me contaram, as que vi e as que vivi, bem que poderiam ser passadas para o papel a fim de não se perderem no tempo. E então me botei a relembra-las, indagando e anotando. Fiz delas cartas, mandando-as ao Amigo que as publicou. (BEZERRA, 2000, p. 09)

Como descrito, a primeira carta (denominada no livro de “Do peso de um touro”) refere-se a um boi chamado Jagunço e a segunda carta (chamada de “Da cobra de veado que lançou Tiburtino”) trata-se da luta de Tiburtino – figura real e personagem seridoense – com uma cobra. Ambas as cartas foram escritas em 1985. Ao notar a relevância das cenas relatadas nas cartas sobre o sertão potiguar, Madruga começa a publicá-las na *Tribuna do Norte*. Quando nos deparamos com as próximas cartas, notamos também um lapso de tempo entre as duas primeiras cartas e as demais, pois a terceira carta vem a ser escrita dez anos depois, percebendo-se, assim, que o interesse em publicá-las não foi instantâneo. Houve, como se pode inferir, um amadurecimento da ideia.

Ao examinarmos as cartas de Paulo Bezerra, observamos uma escrita que faz referência constante

à identidade entendida como particular à região sertaneja. A prova da valorização dessas narrativas, por parte de seu autor, é justamente suas edições em livros. Esses escritos são ricos no que diz respeito à descrição de aspectos do cotidiano do sertão. A cidade de Acari é, sem dúvida, o referente mais citado. Local de nascimento de Bezerra, isso reforça a identidade que este busca estabelecer entre suas experiências pessoais e uma noção mais ampla no que tange à ideia de sertão, compartilhada coletivamente. Apesar de trabalhar como memórias, Paulo Bezerra, buscou comprovações documentais para enriquecer seus escritos:

Paulo Bezerra [...] Foi mais adiante, foi buscar comprovações em vasta e dispersa documentação, soprando a poeira dos papéis dos cartórios e das sacristias, nos periódicos que o tempo amarelou, nos arquivos particulares de tantas famílias onde bateu com sua curiosidade, a sua perquirição. (MADRUGA, 2000, p. 15)

Considerando a perspectiva de uma leitura inicial e mais geral da tetralogia composta pelas obras de Bezerra, destacamos uma narrativa composta por elementos que se querem locais. Paulo Bezerra utiliza termos e expressões comuns da região como: “estropiado”, “quicé”, “correr os duros”, “cabra”. A oralidade é um modo de expressão intimamente ligada

à memória. Conforme a análise que efetuamos a partir do texto do memorialista, nos aproximamos não apenas das palavras e dos demais seres (reais e imaginários), mas também das pessoas, dos falantes e dos ouvintes do sertão.

No primeiro livro, verificamos assuntos que dizem respeito aos períodos de chuvas. Dedicase também a divulgar os artistas locais. Ao tratar da cultura sertaneja, o autor invoca alguns personagens como: Padre Costa, Oswaldo Lamartine, Antônio Silvino entre outros. História e memória se articulam nas cartas. Paulo Bezerra dedica uma delas a explicar como se deu a construção do açude Gargalheira e do açude Água Doce, como também da história de sua cidade, Acari. Questões econômicas também fazem parte de seu conteúdo, Paulo Balá retrata também a elevação e queda do algodão mocó. Uma das justificativas é que, com a chegada das usinas e o ataque do bicudo (uma praga agrícola), o valor de mercado do algodão caiu. Há vasta historiografia que aborda o ciclo do algodão na região.

As festas e comidas locais (coalhada com rapadura, carne de sol, imbudada) estão presentes também nas cartas. As cartas desse primeiro livro da quadrilogia datam de 1985 a 1999, porém, os eventos que são retratados nos escritos, são anteriores, ou seja, Paulo Balá trabalha restritamente com o passado. Notamos um excesso de informações referentes a eventos pretéritos, Paulo Balá se atém, de forma quase plena, ao passado, tendo poucas referências ao presente.

Por meio disto, podemos afirmar que Balá, em seu tempo, já alimentava certa nostalgia perante o sertão. Isso é confirmado em função de o memorialista ter se dedicado a várias cartas que descrevem práticas do sertão que, nos dias de hoje, encontram-se escassas. Na forma de sua descrição é notável a preocupação com a preservação detalhada desses hábitos.

Nas páginas do segundo livro, *Outras Cartas dos Sertões do Seridó* (2004), vemos que muitos assuntos remetem aos flagelos sertanejos, como a seca e a fome. Paulo Bezerra destaca figuras importantes e esquecidas como os ciganos que transitam pelo sertão. Além dos muitos assuntos, as vestimentas ganham atenção, são relatados os seus cuidados e usos, principalmente pelas mulheres em tempo de festa da padroeira. A fauna também ganha espaço nas cartas, os animais mais comuns da região são descritos: Acauã, aranha caranguejeira, cavalo do cão e o tejo. Ênfase no esporte, esse livro contém uma carta referente ao surgimento do primeiro campo de futebol de Acari. Como se pode perceber, trata-se de um panorama de uma cultura local nomeada sertaneja.

O sertão potiguar, nos séculos XIX e XX, era marcado pelo marasmo, pela tranquilidade. Notando isto, Paulo Balá nos mostra como era a sociabilidade na região. Destaca que devido às longas distâncias, no Sertão, as notícias corriam de forma oral. Mas tempos depois foi surgindo indivíduos responsáveis por levar cartas, sendo os mensageiros locais. Nesse livro as cartas datam de 2000 a 2003.

As *Novas Cartas dos Sertões do Seridó* (2009) é o terceiro livro desta coletânea. Em seu prefácio, destaca-se o uso das cartas como um gênero literário, sendo feita uma descrição histórica do seu uso e ao mesmo tempo descreve-se uma breve bibliografia que tem como fonte principal as cartas. Seguindo a mesma linha de escrita, encontram-se as Cartas de Eloy de Souza e de Hélio Galvão como indispensáveis para se conhecer o sertão, em seus aspectos linguísticos e culturais. Paulo Bezerra retoma algumas temáticas dos livros anteriores, como futebol, festa da padroeira e flagelos. E também dedica uma carta aos presidentes do seu tempo, são eles: Washington Luís, Getúlio Vargas, Café Filho e Luís Inácio “Lula” da Silva. Nesse ponto, Bezerra constrói uma cronologia muito baseada em sua própria biografia. Sendo assim, percebemos o quanto a memória está vinculada a impressões pessoais e é fortemente pautada pelo presente de quem escreve, mesmo quando a temporalidade analisada é preferencialmente o passado.

Seguindo a linha do primeiro livro, Paulo Bezerra descreve alguns açudes das regiões, destaca também como surgiram os transportes em Acari. Além de expor o costume local, um ponto de destaque dessa obra é que o memorialista discorre sobre alguns métodos que os sertanejos utilizam para conviver com a seca, um deles é o xiquexique. São cartas datadas de 2003 a 2009.

Por último, a obra *Cartas dos Sertões do Seridó – 4º Livro* (2013) retoma algumas temáticas dos outros livros. Porém, nele, o autor pensa o sertão, em termos

conceituais partindo de suas vivências. Paulo Bezerra afirma que o sertão é um mundo interior. É o que fica suspenso na eternidade de todos os momentos para quem nele viveu e se recorda de tudo. Dentro desta reflexão, o autor vê o sertão como um lugar de contraste e ao mesmo tempo ligado à flora. Para entender o Seridó, é necessário vivê-lo em dois tempos: inverno e seca. Essa reflexão nos recorda os argumentos da historiadora Olívia Morais de Medeiros Neta sobre a narrativa em torno do sertão:

Entendemos a construção do sertão como um espaço de sentimentos múltiplos que é composto por marcas, por formas ambíguas, mas que por força de sua formação dentro dos interesses políticos, econômicos e culturais, é lido de forma universalizante, sendo congelado em formas discursivas que denotam como elementos de composição deste espaço, enunciados como o gado, a seca e o algodão. (MEDEIROS NETA, 2007, p. 05)

O conceito de sertão opera com a ideia de um recorte espacial, mas ele também é histórico. Apresenta-se como alternativa às delimitações mais gerais como nação e região, comuns no discurso da modernidade. Os sertões impõem limites e possibilidades aos conceitos citados e, inclusive, aos modos de vida e produção que se desenvolvem e fazem o discurso sobre a modernidade.

A medicina popular ganha espaço nesse quarto livro. Destaca-se o uso de remédio caseiro para a cura de ferimento, ele o denomina de Ciência do Povo. Uma informação interessante que se encontra na coletânea é a reflexão sobre o progresso da região. Para o memorialista, isso está ligado a chegada do jumento no sertão no século XIX. Concluindo, destaca-se o ano em que a freguesia – que deu origem a Acari – foi criada (1835) bem como a Igreja (1863). Nesse momento, as cartas datam de 2010 a 2012.

As reflexões da leitura das quatro obras vão no sentido de perceber as cartas, em sua maioria, como registros que retratam eventos que Paulo Bezerra não presenciou. Neste sentido, temos um olhar histórico, em sentido lato. Muitas delas recuam ao século XIX, demonstrando o largo recorte temporal, semelhante à obra de Oswaldo Lamartine. Paulo Bezerra descreve o sertão não só em suas características gerais, mas procura também dar destaque a personagens simples, sem nenhuma relevância social para determinada historiografia mais tradicional (focada nas elites políticas, por exemplo). Além da cultura, retrata também a economia, dando destaque ao algodão mocó. Enfatiza também os meios utilizados pelos sertanejos para conviver com a seca. E por fim, traz histórias de cunho pessoal e familiar.

Possui uma narrativa rica em termos locais, em momento algum se preocupando com a possível dificuldade que os leitores possam ter com suas cartas. Utiliza-se de expressões bem locais. Diante de sua narrativa composta de termos específicos da região,

podemos apontar que as cartas, embora não mais se tratassem de correspondências privadas, ainda assim pressupunham leitores da região ou minimamente familiarizados com os horizontes do Seridó. Além de se preocupar com a memória, Paulo Balá procura dar destaque à origem da sua cidade.

Quando analisamos as memórias, nos ocorre, mais uma vez, uma afirmação de Paul Ricoeur sobre as reminiscências: “e, no entanto, nada temos de melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formarmos sua lembrança.” (RICOEUR, 2004, P. 26). Fica claro que as lembranças, para a constituição da História, são imprescindíveis, merecendo a crítica dos historiadores.

Nas memórias que encontramos nas cartas, o que se observa é a transmissão cuidadosa de lembranças que permeiam as redes familiares e os ciclos de amizades, mas, também, uma constante relação com o indivíduo em seus afetos e subjetividades, pois as memórias sustentam a personalidade do sertanejo nas cartas. Há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. No universo de memórias de Lamartine e Bezerra saltam e se escondem todos esses aspectos, basta nos lançarmos à leitura!

Referências

BEZERRA, Paulo. *Cartas dos Sertões do Seridó*. Natal: [s.n], 2000.

BEZERRA, Paulo. *Cartas dos Sertões do Seridó*. Natal: [s.n], 2013.

BEZERRA, Paulo. *Novas Cartas dos Sertões do Seridó*. Natal: Ed. do autor, 2009.

BEZERRA, Paulo. *Outras Cartas dos Sertões do Seridó*. Natal: [s.n], 2004.

CAMPOS, Natércia (Org.). *Em Alpendres d'Acauã*. Fortaleza: Imprensa Univesitária/UFC; Natal: Fundação José Augusto, 2001.

DUTRA E SILVA, Sandro. SÁ, Dominichi Miranda de. SÁ, Magali Romero. *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura / organização*. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

FARIA, Oswaldo Lamartine de; LAMARTINE, Hypêrides. *Algumas abelhas dos sertões do Seridó* (Notas de carregação). Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *A caça nos sertões do Seridó*. Natal: Sebo Vermelho, 1961.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *A. B. C. da pescaria de açudes no Seridó (1961)*. Natal: Sebo Vermelho Edições (edição fac-similar), 2015.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Ferro de ribeiras do Rio Grande do Norte (1984)*. Natal: Sebo Vermelho Edições (edição fac-similar), 2009.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Os açudes dos sertões do Seridó (1978)*. Natal: Sebo Vermelho Edições (edição fac-similar), 2012.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Sertões do Seridó*. Brasília: Senado Federal, 1980.

MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. *Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais*. Natal, RN, 2007. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação de mestrado.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RAIMUNDO NONATO E OS “RETALHOS DO PASSADO MOSSOROENSE”: HISTÓRIA E MEMÓRIA NA REAFIRMAÇÃO DO PIONEIRISMO ABOLICIONISTA MOSSOROENSE (1983)

Marcílio Lima Falcão⁷⁵

Raimundo Nonato da Silva foi um homem de vários lugares.⁷⁶ Membro de academias literárias e do *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, dedicou-se a produção memorialística do Oeste Potiguar e a escrita da história da cidade de Mossoró. Sua obra contemplou a literatura, biografia, história e memória de homens e mulheres dos mais diversos lugares sociais.⁷⁷

O início de sua produção remonta ao final da década de 1940, quando publica o romance *Quarteirão da Fome*. Nessa mesma década, participou, sob a coordenação de Jerônimo Vingt-un Rosado Maia, da organização dos primeiros projetos de escrita da história mossoroense. Como o objetivo era catalogar

75 Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

76 Raimundo Nonato da Silva nasceu na cidade de Martins (RN) em 18 de fevereiro de 1907. Chegou em Mossoró como migrante durante a seca de 1919. Trabalhou no comércio, foi professor da União Caixeiral, jornalista, cronista e historiador. Em 1955 formou-se em Direito pela Faculdade de Alagoas e ingressou no Ministério Público como juiz na Comarca de Apodi. Ver: MORAIS, 2017. p. 01-16.

77 Sobre a importância do lugar social para a escrita da história ver: (CERTÉAU, 2007, p. 66-67).

e publicar a documentação referente ao passado da cidade, Raimundo Nonato da Silva ampliou as pesquisas nos mais diversos arquivos que tratavam dos dois principais acontecimentos da história local – a libertação dos escravos em 30 de setembro de 1883 e a invasão dos cangaceiros liderados por Lampião em 13 de junho de 1927.

Ao longo de cinco décadas tornou-se um dos mais assíduos participantes das comemorações cívicas mossoroenses, tendo contribuído para a fabricação da memória histórica sobre a invasão dos cangaceiros com a publicação de *Lampião em Mossoró* (1955) e da reafirmação do pioneirismo abolicionista mossoroense com o lançamento de *História Social da Abolição em Mossoró* (1983), livro comemorativo ao centenário da libertação local dos escravos.

Considerando-se um dos “romeiros do 30 de setembro”. A sua história social da abolição mossoroense de Raimundo Nonato é um memorial que expressa o delicado trabalho de selecionar/organizar documentos e relacionar, como é típico do trabalho da memória, temporalmente o presente ao passado. São por essas questões que o presente artigo analisa a feitura dessa obra comemorativa, gestada em um contexto em que o passado foi usado como meio de reafirmar lugares e sujeitos, historicamente construído pela delicada escrita de intelectuais como Raimundo Nonato.⁷⁸

78 O conceito de intelectual, aqui empregado, é aquele que perscruta a dimensão política do trabalho dos escritores e sua intervenção na vida social quer para criticar ou legitimar o poder constituído. No caso dos intelectuais mossoroenses, a

Raimundo Nonato e a abolição mossoroense

Considerado como mestre para muitos dos intelectuais que escreviam sobre o passado da cidade e que tinham seus estudos com o selo da *Coleção Mossoroense*, Luís da Câmara Cascudo, no início de outubro de 1940, ao escrever no jornal *A República*, perguntou: “Porque Mossoró não reúne em livro a documentação esparsa que existe sobre o 30 de setembro, seus antecedentes, suas figuras, suas lutas teimosas, sua fé?”⁷⁹

Passaram-se quarenta e três anos até a publicação de um livro aos moldes do requerido por Câmara Cascudo, em 1940. Escrito para o centenário da libertação dos escravos em Mossoró (1983), *História Social da Abolição em Mossoró*, de Raimundo Nonato da Silva, apresenta a descrição geográfica, o povoamento, o crescimento comercial e político durante o século XIX, as calamidades climáticas (com referências às secas de 1877 e 1915) e a importância do jornal *O Mossoroense* para a vida social da cidade (SILVA, 1983, p.49-86).

Em sua composição Raimundo Nonato também selecionou e publicou documentos referentes ao 30 de

análise ocorreu a partir da compreensão da operacionalização da Coleção Mossoroense na fabricação e uso político do passado pelas Famílias Escóssia e Rosados. Ver: BOBBIO, 1997, p. 67-90) e (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 647-648).

79 Câmara Cascudo já era considerado, nos anos de 1940, uma referência nacional, tanto na escrita do passado do Rio Grande do Norte como da cultura popular no Brasil, através de publicações como *Viajando o Sertão* (1934), *Vaqueiros e Cantadores* (1938) e *Governo do Rio Grande do Norte* (1939). Id. Acta Diurna. *A República*, Natal, p. 03, 04 out.1940.

setembro de 1883, quais sejam: as atas de instalação da *Sociedade Libertadora Mossoroense* (06 de janeiro de 1883) e abolição dos escravos; os discursos proferidos pelos abolicionistas durante as comemorações em 1883; as matérias dos jornais cearenses *Libertador* e *O Cearense* (Ceará); os Hinos da Libertadora Cearense e Mossoroense; poesias; listas de abolicionistas e escravocratas; uma pequena biografia dos abolicionistas acompanhada da imagens dos mesmos e uma caricatura de Rafael Mossoroense da Glória, ex-escravo, que fecha esse livro-memorial.

Uma das particularidades de *História Social da Abolição em Mossoró* é a crítica a não inserção da abolição da escravidão local nas narrativas sobre a História do Brasil. Na obra, Raimundo Nonato aponta autores de renome nacional, como Gustavo Barroso e Pedro Calmon, como referências que evidenciam o malogro da abolição dos escravos mossoroenses diante da escrita da história nacional. Em contrapartida, não mediu esforços em homenagear hierarquicamente os “sistematizadores da história de Mossoró”, a saber: Luís da Câmara Cascudo, Francisco Fausto de Sousa, Vingt-un Rosado, Lauro da Escóssia e Raimundo Soares de Brito, bem como agradeceu abolicionistas e intelectuais que se debruçaram, ao longo de décadas, na catalogação e preservação dos documentos referentes ao 30 de setembro de 1883.

O livro transformou-se no lugar para homenagear aqueles que estavam na saudade, como foi o caso do amigo Walter Wanderley, companheiro por décadas,

nas comemorações do 30 de setembro.⁸⁰ Para o autor a escrita do passado de Mossoró era uma caminhada que deixara um lastro de saudade a cada comemoração.

Sua narrativa sobre a abolição fundamentou-se na visão de que a história é uma lição moral cujo ensinamento às gerações do presente e do futuro se fez pela idealização dos abolicionistas como homens que legaram uma cidade devotada à liberdade, onde a ascensão social dos maculados pela pele foi descrita como algo indelével. Esse foi o discurso produzido nas argumentações publicadas nos jornais em torno da campanha abolicionista e reforçado pela reafirmação das obras dos intelectuais mossoroenses desde a década de 1940.

Segundo Raimundo Nonato, a abolição em Mossoró é “o resultado de uma terra livre com predestinação para uma empresa grandiosa, e sob cujo céu, se podiam abrigar todos os homens de boa vontade” (SILVA, 1991, p. 72). Influenciado pela leitura da obra de Gilberto Freire, especialmente *Casa Grande e Senzala*, o autor mossoroense produziu uma visão homogênea do passado, sem conflitos e rupturas. Um passado

80 Walter Wanderley (1914-1980), neto do abolicionista Paulo Leitão Loureiro de Albuquerque, foi contador, jornalista, deputado estadual pelo PSD (1947-1951) e membro de diversas instituições culturais como a Academia Norte-Riograndense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e do Instituto Genealógico Brasileiro. Foi o grande companheiro de Raimundo Nonato em suas viagens do Rio de Janeiro e Belo Horizonte para as comemorações do 30 de setembro em Mossoró. Em 1991, Raimundo Nonato publica sua agenda, onde cita sua participação nas comemorações entre 1964 a 1980. Na maioria, Walter Wanderley aparece acompanhando o amigo no que chamou de “romaria” (SILVA, 1992).

produzido sem as sequelas do cativo, das intrigas entre abolicionistas e proprietários e da resistência dos escravos. O caminho traçado por ele, em seu ato de salvamento da memória histórica sobre a libertação dos escravos em Mossoró, foi o de fazer circular a ideia de que, enquanto lição, o 30 de setembro deveria se consolidar cada vez mais no espaço comemorativo e ser o referencial do passado da cidade no presente. Na verdade, sua escrita traz as marcas do processo elitista e conservador que fez de Mossoró uma das estratégias aos objetivos dos abolicionistas cearenses, além de inserir um grupo de comerciantes seduzido pelo discurso que teve no progresso e na civilização o meio e o fim da solução do problema da escravidão. Nesse sentido, *História Social da Abolição em Mossoró* revela a construção imagética da cidade por meio de uma visão de história que defende a importância de se explicar o passado a fim de compreender o presente e transformar o futuro (CATROGA, 2008, p. 23).

O livro aparece como homenagem do Senador da República, Nilo Coelho,⁸¹ ao Centenário da Abolição em Mossoró. Composto por trinta capítulos, foi o presente

81 Senador pelo Estado de Pernambuco, de 1979 a 1983, Nilo de Souza Coelho pertencia à ARENA. Seu contato com Mossoró era por conta de sua relação política com Dix-Huit Rosado e Vingt Rosado e seus alinhamentos políticos na Arena durante o Regime Militar. Em 1983, Nilo Coelho foi o Presidente do Congresso Nacional e autorizou a impressão do livro de Raimundo Nonato. Percebe-se que as ajudas políticas chegavam de várias formas e compunham parte das estratégias de Vingt-un Rosado em imprimir os livros da Coleção Mossoroense. Durante boa parte da trajetória da Coleção Mossoroense, as publicações foram financiadas com recursos públicos, provenientes da Fundação Guimarães Duque (Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM).

comemorativo aos cem anos da libertação dos escravos da cidade ao grupo de intelectuais que frequentava as Lojas Maçônicas, a *Academia Norte Rio-grandense de Letras* (ANL), o *Instituto Cultural do Oeste Potiguar* (ICOP) e o *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHG-RN). Ademais, foi recebido pelos leitores da rede de sociabilidade do autor como uma obra que retratou a verdade sobre o 30 de setembro de 1883, sendo, por isso, necessário à população mossoroense.

Em carta dirigida a Raimundo Nonato, de 22 de janeiro de 1984, o jornalista paraibano Epitácio Soares comentou que nos “fastos históricos de Mossoró, a história da abolição dos escravos é o evento do qual mais se ufanam os mossoroense, o que ressalta das páginas deste livro” (SOARES, 1987, p. 171). Portanto, para além das comemorações, a obra ficou conhecida como o marco para a posteridade. Leitura obrigatória à população. Posto isso, chegou à Biblioteca Municipal e escolas municipais como parte da estratégia da *Coleção Mossoroense* e, posteriormente, da *Fundação Vingt-un Rosado* (FVR foi criada em 1995), no que tange ao angariamento dos recursos públicos voltados à publicação dos títulos.⁸²

Sob controle de Vingt-un Rosado, o trabalho da *Coleção Mossoroense* era processual, ia da seleção à distribuição das publicações. Tudo estava diretamente ligado a sua liderança – contatos, publicações de documentos, reedições e novos estudos sobre Mossoró

82 Ver: Lista de distribuição dos livros da *Coleção Mossoroense*. **Arquivo Particular de Vingt-Un Rosado**. Pasta 09.

-, mostrando que a relação autor/editor na *Coleção Mossoroense*, voltou-se à relevância do que era publicado para a consolidação da memória oficial sobre a libertação dos escravos e que o “impresso, sempre, é tomado dentro de uma rede de práticas culturais e sociais que lhe dá sentido” (CHARTIER, 2004, p. 173).

Exemplo dessa relação foi a organização e publicação de *História Social da abolição em Mossoró*, impresso no Centro Gráfico do Senado Federal e encomendado pelo Prefeito Dix-Huit Rosado, que “delegou poderes” ao escritor Raimundo Nonato para escrever um estudo definitivo sobre o 30 de setembro (SOARES, 1987, p. 169). O livro possui comentários de vários jornalistas, poetas, professores, sacerdotes e escritores que reforçaram a importância dos abolicionistas mossoroenses no âmbito do centenário da abolição mossoroense, especialmente no contexto em que as rearticulações políticas locais evidenciavam os interesses em aproximar as lideranças políticas da Família Rosado da população. É nesse sentido, que a reafirmação do “pioneirismo abolicionista mossoroense”, advindo com as comemorações do centenário, revelavam como o tempo e o espaço comemorativo era uma estratégia de manutenção do poder por meio do uso do passado da cidade.

Durante as festividades, Dix-Huit Rosado (prefeito municipal) e seu irmão Vingt Rosado (deputado federal) (re)inauguraram equipamentos urbanos e logradouros públicos (praças, museu e corredor cultural) e lançaram, por meio de jornais, a distribuição dos

valores referentes a emendas parlamentares. (VIGNT..., 1983, p. 01)

No que se refere à exaltação da cidade e veiculação da narrativa aos interesses das autoridades locais na ratificação da imagem de Mossoró, cidade da liberdade, é possível admitir que a escrita da história da abolição por Raimundo Nonato ficou sob medida. Sua circulação ocorreu pela rede de sociabilidade na qual o escritor estava inserido e pela divulgação que as comemorações deram ao lançamento do título durante *a IX Noite da Cultura*, quando foram lançados mais 100 livros de 122 autores (A MAIOR..., 1983, p. 06).

Ponto culminante dos lançamentos anuais da *Editora Coleção Mossoroense*, a *Noite da Cultura* era o momento em que, reunidos na Loja Maçônica Jerônimo Rosado, os intelectuais da cidade lançavam os trabalhos sobre Mossoró e Oeste Potiguar. Ali se celebrava a produção da “Batalha da Cultura”, solenidade em que a rede de sociabilidade construída por Vingt-un Rosado, ao longo de quatro décadas, se confraternizava diante dos estudos publicados.⁸³

Foi no espaço comemorativo do centenário da libertação dos escravos que *História Social da Abolição em Mossoró* surgiu como monumento vivificante que retrata e reafirma na memória coletiva o heroísmo mossoroense de 1883 (LE GOFF, 1996, p. 536). Porém, suas páginas também foram espaço dedicado à crítica aos historiadores pelo silêncio diante de tão importante

83 Sobre a Batalha da Cultura ver: (COSTA, 2011, p. 33-109).

acontecimento para o Rio Grande do Norte (SILVA, 1983, p. 192). Junto aos documentos garimpados especialmente no jornal *Libertador*, Raimundo Nonato cita diversos trabalhos relacionados ao 30 de setembro. Para ele, os esforços em manter a libertação dos escravos como a principal data do calendário cívico mossoroense era o exemplo do zelo que possuíam pelas coisas do passado, por isso considerou *História Social da Abolição em Mossoró* como:

Uma viagem alegre pelos caminhos destes 100 anos que se foram, na sombra silenciosa dos dias mortos, cuja vivência, ensejará ao observador a oportunidade de enriquecer seu trabalho e aprender nos seus exemplos a experiência das lições deixadas pelos grandes vultos de quantos foram úteis à humanidade. (SILVA, 1983, p. 191)

O livro é exemplo de como as publicações da *Coleção Mossoroense* evidenciavam procedimentos e interesses especialmente pela temática genealogia, como foi o caso de Pedro Galvão,⁸⁴ que, ao escrever a Raimundo Nonato, mostrou-se preocupado em inserir familiares na história oficial da libertação mossoroense.

84 Segundo José Augusto Rodrigues, Pedro do Couto Galvão era cirurgião dentista com raízes profundas em Mossoró. Manteve ampla correspondência com Raimundo Nonato na década de 1980, especialmente com relação à escrita do passado da cidade. (RODRIGUES; BRITO, 1987, p. 173)

O movimento que até nossos dias, passados cem anos ainda permanece vivo no coração e na lembrança de toda a comunidade mossoroense, tem em seu bojo figuras que de certo modo merecem ser por mim destacadas. ALEXANDRE SOARES DO COUTO, meu tio, irmão de Antônio Soares do Couto (Toto Reis), Delmira Soares do Couto e Maria Soares do Couto (Maricas ou Bília) todos filhos do primeiro matrimônio de Jeremias Soares do Couto. (...) eram seus irmãos por parte de pai, João Capistrano S. do Couto, Enéias S. do Couto, Adélia Soares do Couto e minha mãe Elvira do Couto Galvão. Adélia S. do Couto era casada com um Benício de Melo, salvo engano de minha parte. Bem, a única “chave” do quebra-cabeças que não consegui encontrar para desvendar a participação de possíveis parentes por parte de meu pai, na história da Abolição, permanece perdida no emaranhado do tempo. Qual o parentesco de Romualdo Lopes Galvão e Clemente Lopes Galvão, com meu pai, Petronilo Lopes Galvão? Essa mesma indicação me fora feita por Walter Wanderley em 79. Creio, o historiador João Batista Galvão, sobrinho de Romualdo L. Galvão, pudesse projetar alguma luz o caso em tela. (RODRIGUES; BRITO, 1987, p. 173)

A fala de Pedro Galvão mostra muito bem como eram tecidas as relações de sociabilidade entre intelectuais e leitores em Mossoró. A entrada na rede de sociabilidade relacionada a *Coleção Mossoroense* aparece, em certas situações, a partir da aspiração em querer biografar e relacionar parentes próximos aos heróis do passado mossoroense. Uma das mais intensas atividades de pesquisa do grupo era ligada a genealogia, daí ser a busca de documentos familiares um dos meios mais eficazes para a manutenção da fábrica de memórias de Vingt-un Rosado.

Atentos, intencionados e dispostos a incentivar ou colocar um novo tijolo no edifício da abolição mossoroense, os leitores da *Coleção Mossoroense* acionavam ou inseriam-se na dimensão coletiva da rede de sociabilidade dos intelectuais que publicavam sobre o passado da cidade. O meio de inserção desses novos estudiosos começava, na maioria das vezes, com a leitura de obras sobre o 30 de setembro ou o 13 de junho e resultava em publicação de plaquete pela *Coleção Mossoroense*.

Por essa perspectiva, *História Social da Abolição em Mossoró* foi justificativa ao episódio da libertação dos escravos e, ao mesmo tempo, monumentalização dos documentos que circularam no jornal *Libertador* e dos escritos dos intelectuais da *Coleção Mossoroense*. O autor abordou o povoamento, atividades econômicas e evolução política-administrativa, desde o “Arraial de Santa Luzia” até a emancipação política (15 de março de 1852), para explicar a evolução urbana e comercial

da cidade, argumento que sustentou como relevante a libertação dos escravos. Nesse sentido, o “ciclo áureo do negociante estrangeiro”, como denominou Raimundo Nonato, promoveu a tal ponto o crescimento econômico que serviu de referência às exigências por transformações urbanas que viabilizassem o comércio, como era o caso da necessidade da construção da estrada de ferro que ligaria a cidade ao interior de outros Estados e asseguraria seu potencial econômico por meio do intercâmbio comercial e industrial. (GURJÃO, 1919, p.1)⁸⁵

A argumentação apresentada foi fundamentada pelos pedidos que os comerciantes do período fizeram à Câmara Municipal, o que levou Raimundo Nonato a defender que o crescimento comercial foi a condição essencial à transformação de Mossoró em espaço de proliferação das ideias abolicionistas (SILVA, 1983, p. 43-73). Diante disso, a justificativa do pequeno número de escravos, a forma como eram tratados e a agilidade no processo de sua libertação foram entendidos como consequência da visão de mundo que os comerciantes envolvidos na *Sociedade Libertadora* possuíam diante do trabalho escravo.

O lugar social de Raimundo Nonato da Silva como um homem ligado ao ensino e instituições comerciais, contribuiu significativamente na produção do discurso que teve no crescimento comercial a razão da riqueza,

85 Existem vários trabalhos que versam sobre a importância da Estrada de Ferro de Mossoró tanto como fator de crescimento econômico como de uso político. Ver: (LIMA, 1997).

modernidade e vanguarda nos acontecimentos que colocaram Mossoró no debate das grandes questões nacionais do final do século XIX. Foi em função desse lugar que os interesses em promover a reafirmação do pioneirismo abolicionista mossoroense no Rio Grande do Norte, norteou a seleção dos documentos e as questões abordadas relacionadas a manutenção da memória dos abolicionistas como homens comprometidos com o progresso e a civilização.

Assim, nada melhor do que o ambiente comemorativo para fazer circular as narrativas que corroboraram com toda a tradição comemoracionista que, desde 1902, com o jornal *O Mossoroense*, ganhou os espaços públicos da cidade e fez do centenário a congratulação da junção do uso político do passado memorável de Mossoró com as famílias que detinham o controle da imprensa e do poder político na cidade, os Escóssias e os Rosados.

A autoridade que Dix-Huit Rosado e seu irmão, Vingt-un Rosado, possuíam (o primeiro enquanto prefeito e o segundo enquanto “o mecenas mossoroense”), em autorizar e congregar em sua esfera de poder os intelectuais nas tarefas da escrita sobre o passado, mostrou o quanto a prática escriturária de Francisco Fausto, Câmara Cascudo, Vingt-un e Raimundo Nonato se transformou nos parâmetros para a escrita sobre o passado de Mossoró.

Em seus estudos, a primeira instituição que aparece como sendo um indício de modernidade é o jornal *O Mossoroense*. Visto como uma trincheira da liberdade,

junto à *Loja Maçônica 24 de Junho*, foram considerados as instituições fomentadoras da abolição. A criação do jornal *O Mossoroense* aparece como “o começo de uma nova era [...] uma data sem igual na vida da cidade”, enquanto a Maçonaria foi considerada “a grande incentivadora do glorioso movimento Libertador, em Mossoró”. (SILVA, 1983, p. 74-92).

No final do século XIX, o olhar sobre a imprensa e a Maçonaria esteve relacionado à ideia de progresso e referendado nos discursos e símbolos que representavam os ideais civilizatórios do período (BARBOSA, 2010, p. 119). Nesse contexto, a modernidade passou, segundo José Roberto do Amaral Lapa, pela partilha de “comportamento, linguagem, hábitos, visão de mundo, símbolos e padrões de educação e disciplina dos sentidos”. Romper com as condições políticas e as relações de trabalho escravo era estar no caminho da modernidade, ou seja, era “ser republicano e abolicionista, imigrantista e amante do progresso” (LAPA, 2008, p. 19).

Por essa perspectiva, lojas maçônicas e imprensa foram tomadas como espaços de sociabilidade propícios ao debate e veiculação das ideias abolicionistas, reforçando o argumento que “de inúmeras e complexas maneiras, a escrita, e, principalmente, a palavra impressa, estabelece novas articulações na vida cotidiana da cidade” (CRUZ, 2000, p. 66).

Por esse prisma, explica-se a importância da imprensa, especialmente o jornal *O Mossoroense*, que, a partir “da escrita de si mesma e dos seus, apresentar-

se-ia [Mossoró] aos seus habitantes e aos de outras cidades” (FERNANDES, 2009, p. 23-24) como símbolo da liberdade. Em seu bojo se construiu o discurso de ser o jornal abolicionista, característica que não corresponde a sua primeira fase, pois não existe nenhuma referência que alinhe seus posicionamentos sobre a escravidão aos pressupostos da campanha abolicionista. De fato, a ligação do jornal com a abolição foi um dos mais fortes argumentos para a fabricação e circulação da memória sobre a libertação dos escravos em Mossoró, uma vez que o periódico ajudou na realização das comemorações do acontecimento desde o início do século XX.

Não obstante, ao relacionar o jornal *O Mossoroense* à abolição local, Raimundo Nonato confundiu as críticas à Monarquia e à utilização de ideias republicanas presentes no periódico, indicando a participação do jornal de Jeremias Nogueira na campanha abolicionista. Em sua primeira fase (1872-1875), *O Mossoroense* citou, ao longo de quase quatro anos, apenas uma matéria alusiva à libertação de escravos. Denominada de “mais um triunfo da liberdade”, o jornal reproduziu a matéria publicada no *Correio Paulistano*, de 09 de julho de 1874, que mencionou a atitude do “francês José Planet, ex-dono do Hotel D’Europa, localizado na capital da Província de São Paulo, em libertar 10 escravos de sua propriedade” (MAIS UM..., 1874, p. 01).

Não foi tecido no periódico nenhum comentário sobre as condições de vida e trabalho dos escravos, nem se incitou qualquer crítica à instituição. Nesse

sentido, mesmo que *O Mossoroense* tenha veiculado a matéria sobre a libertação de negros cativos e, com essa atitude, reconhecido a instituição da escravidão como um problema social que o Brasil possuía, não se pode caracterizar essa ação isolada como algo que autorize denominar o jornal de Jeremias Nogueira como abolicionista.

Três meses depois, em artigo sobre o segundo aniversário do jornal, Jeremias da Rocha Nogueira, seu proprietário, afirmou que “a bandeira do *Mossoroense* é da liberdade; não a liberdade que assiste ao senhor a compressão do escravo, mas a liberdade de iguais e de irmãos” (ANIVERSÁRIO..., 1874, p. 01).

Ao se reportar à visão republicana do jornal, afirmou não ser igual “a República do Paraguay de Solano Lopes”, nem a do “Prata do Caudilho Rosaz”. Também defendeu ser diferente dos “monarchistas das monarchias da Itália de Francisco José, da Hespanha de Izabel ou dos Carlista e da França de Luís Napoleão”, e, “também não o poderá ser da monarchia do Brazil de Pedro II”. E, finalmente, afirmou que seu jornal buscava a “liberdade completa e real aonde quer que ela esteja” (ANIVERSÁRIO..., 1874, p. 01).

Negando dois governos republicanos latino-americanos, por considerar seus líderes como ditadores, e rejeitando o regime monárquico, por acreditar que o rei usurpa o direito do povo, o proprietário de *O Mossoroense* expressou uma visão ilustrada sobre a liberdade a partir do discurso de que a imprensa e jornalismo eram “arautos do novo

e, ao mesmo tempo, marcos da modernidade” dentro da cultura política brasileira na segunda metade do século XIX (RODRIGUES, 2008, p. 2016). A liberdade passou, então, a ser um dos pilares do direcionamento político do jornal, mas a leitura de seus exemplares não demonstrou que esse discurso se efetivou em práticas cotidianas. No papel timbrado do jornal, o conceito de liberdade ficou sem explicação e aplicabilidade, haja vista a não publicização de nenhuma atitude efetiva em prol de sua realização. Logo, em sua primeira fase, não encontrou respaldo nas instituições da cidade.

Mesmo diante dessas circunstâncias, ao se debruçar sobre o jornal *O Mossoroense*, a opção de Raimundo Nonato da Silva foi de credenciá-lo como o único jornal impresso na cidade a defender a causa libertária. A estratégia do autor em caracterizar o periódico como abolicionista pode ser compreendida a partir do empenho em demonstrar que a campanha abolicionista mossoroense foi um processo e, como tal, suas raízes remontam à tradição republicana, presente no jornal desde sua fundação. Com esse argumento reforçou a defesa do pioneirismo local e camuflou as estratégias dos abolicionistas cearenses em perceberem Mossoró como um ponto referencial à expansão da campanha pela Província do Rio Grande do Norte.

Raimundo Nonato foi, nesse sentido, o sistematizador da memória que distinguiu a ação dos cearenses diante do movimento abolicionista mossoroense. A produção do discurso que reconheceu a campanha abolicionista

mossoroense como um processo maduro e com sólidas bases, ancoradas na leitura que comerciantes locais faziam da escravidão, faz do livro de Raimundo Nonato o instrumento de naturalização, tanto da narrativa documental como do ritual comemoracionista no centenário, daí sua importância como manifestação simbólica dos interesses do grupo que buscava a permanência da memória oficial (CATROGA, 2005, p. 101-116).

Escrito a partir da leitura do jornal *Libertador e O Mossoroense*, como indicou a correspondência que trocou com muitos de sua rede de sociabilidade⁸⁶ e as notas que citou no decorrer da narrativa, *História Social da Abolição em Mossoró* demonstrou os interesses de sua feitura diante da efetivação do acontecimento como a principal referência do passado mossoroense.

Seguindo sua trajetória nas grandes comemorações cívicas da cidade, Raimundo Nonato apresentou a segunda instituição incentivadora da abolição mossoroense: a Maçonaria. Apontou que Mossoró,

86 A rede de sociabilidade de Raimundo Nonato aparece nos livros que José Augusto Rodrigues e Raimundo Soares de Brito organizaram sobre sua obra, no Museu Epistolográfico de Ozelita Cascudo e na correspondência que manteve, durante as décadas de 1980 e 1990, com Maria Lúcia Escóssia de Castro. Nesse acervo, os pesquisadores são advogados, magistrados, profissionais de saúde, políticos, professores e poetas. Muitos são acadêmicos, membros dos Institutos Históricos e Geográficos (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco), do Instituto Cultural do Cariri (ICC) e do Instituto Cultural do Oeste Potiguar (ICOP). Ver: RODRIGUES, José Augusto; BRITO, Raimundo Soares de. (Org.). **Raimundo Nonato, o homem e o memorialista**. Mossoró, RN: ASTECAM, 1987. (Coleção Mossoroense. Série C, v. 355); BRITO, Raimundo Soares de. **Raimundo Nonato**: ano 80. Mossoró, RN: ASTECAM, 1987. (Coleção Mossoroense. Série C, v. 405).

com “seu comércio, sua atividade cultural, mantendo jornal, biblioteca, escolas e clube social, além de sua evidente força na política” (SILVA, 1983, p. 91), reuniu condições para a instalação da *Loja Maçônica 24 de Junho* e daí surgiram as articulações para a recepção das ideias abolicionistas na cidade. Como membro da maçonaria, imprimiu a importância da instituição para a libertação dos escravos e afirmou que em suas dependências foram arquitetadas as libertações e, posteriormente, organizadas comemorações cujo ápice eram os discursos proferidos e os hinos entoados no dia 30 de setembro.

Raimundo Nonato questiona o motivo das autoridades municipais, naquele momento, preferirem o hino da Libertadora Cearense ao que fora criado por Paulo de Albuquerque, cujas estrofes retomam a memória dos heróis do passado e glorificam o lugar de Mossoró como um dos símbolos da luta nas Províncias do Norte contra o trabalho escravo.

Escravos gemiam na pátria valente
Que deu Miguelinho, que viu Camarão
E o povo responde seu grito plangente
Rompendo cadeias, partindo grilhões
E o povo responde seu grito plangente
Rompendo cadeias, partindo grilhões

Alvissareira e bela cidade
A mensageira da liberdade
Sempre altaneira como um leão
Porta-bandeira do seu torrão!

Sempre altaneira como um leão
Porta-bandeira do seu torrão!
O Norte desperta sedento de glória
Abaixo a senzala cativos não mais
E o efeito gravou-se no bronze da História
Caiu a Bastilha, são todos iguais
E o efeito gravou-se no bronze da História
Caiu a Bastilha, são todos iguais. (SILVA, 1983,
p. 168)

O papel de Mossoró como epicentro do movimento abolicionista norte-rio-grandense destaca-se no hino pela evocação à memória dos heróis, o que, em seu conjunto, demonstra a eficácia da estratégia dos abolicionistas cearenses em associar passado e presente como justificativa à adesão ao abolicionismo. O envolvimento dos cearenses na libertação dos escravos em Mossoró foi tão forte que os símbolos do processo, em grande medida, partiram do Ceará, bem como todo o apoio à realização das alforrias, algo perceptível na relação que a *Sociedade Libertadora Cearense* expressou ao longo das matérias no jornal *Libertador* sobre os caminhos que a campanha abolicionista tomou na cidade.

Por essa razão, as opções feitas nas primeiras manifestações sobre o sucesso da emancipação dos cativos, incluindo a escolha do hino, das poesias e dos que fariam os discursos, bem como o teor que cada um deles teria, não conseguiram se desvencilhar da Província do Ceará. Como se não bastasse, a figura mais expressiva apresentada no jornal cearense e

nos documentos produzidos na libertação foi Almino Afonso, um norte-rio-grandense, mas que, naquele momento, era o representante da *Sociedade Libertadora Cearense* em Mossoró.

A utilização de referenciais simbólicos - os quais vão desde os heróis que permeavam o imaginário dos intelectuais, como Miguelinho e Camarão, aos símbolos que remeteram à extensão do ato libertário, como a correlação feita entre a Senzala e a Bastilha - mostra o quanto o hino foi um importante mecanismo para a fabricação e circulação do heroísmo da cidade. Do contrário, a destruição desses símbolos era algo tão poderoso que os espaços correlacionados representavam um tempo cuja ordem, regida pela centralização política, mordaza e medo, possibilitou aproximá-los para justificar que a libertação dos escravos em Mossoró significou o início da destruição da ordem escravocrata no Rio Grande do Norte.⁸⁷

Nesse sentido, é importante dizer que, desde o primeiro momento das comemorações, o ufanismo mossoroense foi produzido através de símbolos visuais (Estandarte da Libertadora) e sonoros (Hino da Sociedade Libertadora Mossoroense), os quais se configuraram como as primeiras expressões simbólicas da libertação dos escravos. A análise desses símbolos evidencia como, no centenário, Raimundo Nonato procurou homogeneizar discursos e imagens sobre a abolição mossoroense.

87 Sobre a destruição dos símbolos e seu poder de mobilização e transformação, ver: (HOBSBAWM, 1977, p. 94).

Em raríssimos momentos ele apontou, levemente, tensões envolvendo abolicionistas entre si e suas relações com os proprietários de escravos locais. Uma das poucas passagens do livro *História Social da Abolição em Mossoró* em que se expõe os atritos entre os abolicionistas e os escravocratas diz respeito a matérias que circularam no *Libertador*, principalmente em relação ao promotor Genipo Miranda, e quando o Livro de *Ata da Libertadora Mossoroense* desaparece. O que se sabe sobre o conteúdo da ata da sessão que libertou os escravos em Mossoró advém da cópia que foi publicada no jornal *Libertador*, de 21 a 24 de novembro de 1883 e comentada em *O Mossoroense* nos festejos do centenário. (A ATA..., 1983, p. 07)

Diante desses argumentos, pode-se afirmar, então, que *História Social da Abolição em Mossoró* teve como finalidade glorificar os abolicionistas e englobar o maior número possível daqueles que gravitaram em determinadas circunstância, quer na crítica à monarquia (como Jeremias da Rocha Nogueira), quer na participação de instituições que contribuíram para a efetivação da abolição (como o promotor Genipo Miranda, único magistrado mossoroense que o jornal *Libertador* manteve como irredutível escravocrata).

Raimundo Nonato escreveu uma obra que foi monumentalizada como a verdade sobre o 30 de setembro. Sua autoridade na composição desse monumento advém dos lugares que participou como intelectual e dos saberes que compartilhou sobre o passado da cidade. O uso dos documentos objetivou

fundamentar a memória histórica sobre a libertação dos escravos e inserir os intelectuais ligados à *Coleção Mossoroense*. Isso foi tão pertinente no decorrer de sua escrita que cada capítulo de *História Social da Abolição em Mossoró* recorre à reprodução das matérias dos dois jornais que referenciaram os desdobramentos da campanha abolicionista local e aos símbolos que surgiam, como o *Estandarte da Sociedade Libertadora Mossoroense*, que circulou por vários espaços da cidade até ser transformado em objeto museológico.

Por fidalga gentileza da Intendência Municipal obtivemos do seu arquivo a bandeira da Sociedade Libertadora Mossoroense, ali cuidadosamente recolhida após o triunfo da humanitária campanha de libertação do Município. Este troféu de sagrada reminiscência acha-se em venerada exposição em nosso Atelier transferido para a sede do Clube Democrático onde, por iniciativa da esperançosa e patriótica mocidade de nossa terra, haverá à noite espetáculo de gala em comemoração da auspiciosa e áurea data, que hoje passa. (30 DE SETEMBRO ..., 1907, p. 01)

Outros símbolos que não fazem parte das primeiras comemorações, mas que compõem os monumentos da memória sobre o fim da escravidão em Mossoró são a

Estátua da Liberdade e o Brasão Municipal. Raimundo Nonato os citou através das matérias de *O Mossoroense* e afirmou sua importância para a fabricação da memória sobre a abolição como algo que invadiu os espaços da cidade e representou a glória mossoroense.

Imagem 1 - Proposta - Brasão Mossoroense (1907)



Fonte: *O Mossoroense*, 30 set. 1907, p. 01.

A descrição dos elementos que compõe o brasão (sol, sal e carnaubeira), juntamente com a data 30 de setembro de 1883, manifesta os procedimentos da fabricação da identidade local como terra da liberdade, bem como os interesses das pessoas e instituições envolvidas no processo em permanecerem no imaginário da cidade.

Recordar o 30 de setembro de 1883 e gravá-lo simbolicamente era mais significativo que a própria data da elevação de Mossoró a categoria de cidade. Estava em curso a construção, por meio de símbolos, da identidade mossoroense como terra da liberdade. Identidade que tem, na veiculação da memória oficial sobre a libertação dos escravos, sua manutenção através das solenidades maçônicas e comemorações cívicas sobre o pioneirismo mossoroense.

Junto à documentação jornalística agregou fragmentos de textos escritos tanto por abolicionistas como pelos intelectuais da *Coleção Mossoroense*. Sua organização buscou justificar a importância e permanência da temática como objeto de interesse da *Coleção Mossoroense* desde os primeiros estudos de Luís da Câmara Cascudo, ainda na década de 1950. Buscou, então, pela inserção dos novos colaboradores, uma forma de fazer do livro um espaço de recordação dos esforços empreendidos para a fabricação da memória histórica sobre a libertação dos escravos.

Nesse sentido, foi unindo os heróis do passado aos intelectuais da *Coleção Mossoroense*, no decorrer do tempo comemorativo, que se construiu um lugar para esses novos atores como artífices do passado da cidade. Nessa plêiade, o primeiro escritor foi Câmara Cascudo, visto por Raimundo Nonato como o “mestre [...] que na sua *História do Rio Grande do Norte*, traçou um largo retrospecto da Campanha Abolicionista, incluindo-a com destaque em capítulo especial do seu trabalho admirável” (SILVA, 1983, p. 192).

Raimundo Nonato também percebeu, que a divulgação feita pelo jornal *O Mossoroense* não bastou para que a abolição mossoroense fosse reconhecida como algo importante ao fim da escravidão no Brasil. As críticas a historiadores como Tavares de Lyra, Rodolfo Garcia, Tobias Monteiro e Rocha Pombo pelo descaso com o 30 de setembro foi uma tônica em seu texto, ao ponto de acusar Rocha Pombo de ter chegado ao Rio Grande do Norte para escrever uma “História de Encomenda”, não tecendo nenhuma palavra sobre a campanha abolicionista mossoroense (SILVA, 1983, p. 192).

Foi em meio a essas críticas, portanto, que Raimundo Nonato buscou mostrar a importância da abolição em Mossoró, mesmo não estando presente na história nacional como temática recorrente a um grupo que tinha Câmara Cascudo como mestre a instigar e Vingt-un Rosado como líder e editor na cidade. Assim, *História Social da abolição em Mossoró* foi a realização do pedido feito por Câmara Cascudo há quatro décadas. Um panteão aos vivos! Feito com os resquícios de um passado que se fez glorioso pela sutileza da escrita de intelectuais que encontraram nos (des) caminhos da memória a nascente que transformou e revigorou a abolição da escravidão em Mossoró a partir das comemorações e seus usos.

Nesse sentido, a fabricação do passado mossoroense encontrou, na memória, “um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história”, bem como uma forma de concatenar as narrativas jornalísticas sobre os acontecimentos aos interesses do

presente. Sua importância residiu, também, no fato de a memória exercer “uma função que lhe é própria, ser um instrumento e objeto de poder” (LE GOFF, 1996, p. 476). No entanto, a memória não pode ser confundida com o passado, uma vez que seu trabalho ocorre por uma seleção do que deve ser ou não lembrado e porque encontra na afetividade e sacralização elementos fundamentais à produção e legitimação identitária do grupo. Daí resulta, como no caso da abolição da escravidão em Mossoró, um passado glorioso, limpo de rupturas e intrigas (RAMOS, 2011, p. 07-09).

Referências

A MAIOR noite de autógrafos do Brasil. *O Mossoroense*, Mossoró, p. 06, 20/21 set. 1983.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BRITO, Raimundo Soares de. (Org.). *Raimundo Nonato: ano 80*. Mossoró, RN: ASTECAM, 1987. (Coleção Mossoroense. Série C, v. 404)

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder. dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C. Varriale et al.; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: Edições NUDOC-UFC/ Museu do Ceará, 2005.

CATROGA, Fernando. Ainda será a história mestra da vida? In: RIOS, Kênia Souza. FILHO, João Ernani Furtado. (Org.) *Em Tempo: história, memória e educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores da França do Antigo Regime*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. *Mossoró não cabe num livro: Luís da Câmara Cascudo e a produção historiográfica do espaço mossoroense (1955-1980)*, 2011.

CRUZ, Heloisa de faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana- 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa oficial SP, 2000.

FERNANDES, Paula Rejane. *Mossoró: uma cidade impressa nas páginas de O Mossoroense (1872-1930)*. Campina Grande, 2009, p. 23-24. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo, SP: Editora da USP; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LIMA, Francisco Vanderlei de. *A estrada de Ferro Mossoró-Souza: do sonho econômico à miséria do discurso político*. Natal, UFRN, 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

MORAIS, Hélia Costa. Memória e escrita: um olhar sobre a narrativa memorialística de Raimundo Nonato em torno da cidade de Mossoró/RN (1957-83). In: *Anais do XI Encontro Nordeste de História Oral-Ficção e Poder: oralidade, imagem e escrita*. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

RAMOS, Francisco Régis Lopes; SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. (Org.) *Cultura e Memória: os usos do passado na escrita da História*. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural –UFC/Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Cultura política na passagem brasileira do século XIX ao século XX. In: LESSA, Mônica Leite. FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

RODRIGUES, José Augusto; BRITO, Raimundo Soares de. (Org.) *Raimundo Nonato, o homem e o memorialista*. Mossoró, RN: ASTECAM, 1987, p. 173. (Coleção Mossoroense. Série C, v. 355).

SILVA, Raimundo Nonato da. *Quarteirão da Fome*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1949.

SILVA, Raimundo Nonato da. *História Social da Abolição em Mossoró*. Mossoró: Gráfica do Senado Federal, 1983, p. 49-86. (Coleção Mossoroense. Série C, v. 285).

SILVA, Raimundo Nonato da. *O Romeiro do 30 de setembro: viagens do Rio de Janeiro a Mossoró – presença nas sessões das Noites da Cultura*. Mossoró, RN. v. 703, 1991. (Coleção Mossoroense, Série C) (Minhas memórias do Oeste Potiguar. v. 20)

SILVA, Raimundo Nonato da. *Lampião em Mossoró*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1955.

SOARES, Epitácio. História Social da Abolição em Mossoró. Diário da Borborema, Campina Grande, PB. 22 jan.1984. In: RODRIGUES, José Augusto; BRITO, Raimundo Soares de. (Org.) *Raimundo Nonato, o homem e o memorialista*. Mossoró, RN: ASTECAM, 1987. (Coleção Mossoroense. Série C, v. 355).

30 DE SETEMBRO. *O Mossoroense*, Mossoró, p. 01, 30 set.1907.

A ATA de 30 de setembro de 1883. *O Mossoroense*, Mossoró, p. 07, 30 set. 1983.

ANIVERSÁRIO (17 de outubro). *O Mossoroense*, Mossoró, p. 01, 24 out. 1874.

MAIS um triunfo da liberdade. *O Mossoroense*, Mossoró, p. 01, 26 jul.1874.

VINGT para Mossoró e o Oeste. *O Mossoroense*, Mossoró, p. 01, 30 set. 1983.

The background of the image is a dark, monochromatic photograph of vertical wooden planks. The wood grain is clearly visible, showing various textures, knots, and imperfections. The lighting is somewhat uneven, creating subtle gradients of dark grey and black across the surface.

**INTELECTUAIS
E ATIVIDADES
LITERÁRIAS**

LITERATURA NA PROVÍNCIA: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO LITERÁRIO NATALENSE EM TEMPOS PRÉ-REPUBLICANO (1861 – 1889)

Maiara Juliana Gonçalves da Silva⁸⁸

Rio Grande do Norte. Capital Natal. Em cada esquina um poeta. Em cada rua um jornal⁸⁹.

A quadrinha que abre esse texto se tornou conhecida em fins do século XIX na cidade do Natal. Os versos fazem alusão ao ambiente cultural da capital norte-rio-grandense do período oitocentista. A quadrinha festejava o suposto elevado número de poetas e de periódicos existentes na cidade. Os versos abrem possibilidades para várias interpretações. Podemos conjecturar que a quadrinha reflete uma sátira acerca da quantidade de homens de letras e de seus suportes materiais o que na verdade acusaria a falta de qualidade nos literatos da cidade e em seus jornais. Podemos supor ainda que os versos carregam um sentido irônico na medida em que o ao invés de se festejar a grande quantidade de poetas e de periódicos, era, na verdade, uma gozação à ausência de literatos e literatura na capital.

88 Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professora de História da Escola Agrícola de Jundiá (EAJ) – UFRN.

89 Quadrinha popular de autoria desconhecida.

Ao expor a quadrinha do século XIX no início deste artigo, objetivamos colocar os seguintes questionamentos: a partir de que período podemos falar em construção de um movimento literário na cidade do Natal? Existiu, de fato, uma literatura na província do Rio Grande do Norte? Seria a literatura potiguar apenas uma elaboração do regime republicano? O presente capítulo objetiva discutir o movimento literário na cidade do Natal durante o século XIX. Partimos da investigação do momento da irrupção, na capital, das primeiras reflexões em torno da literatura, o que ocorreu ainda no período imperial – segunda metade do século XIX. Nas páginas seguintes discutiremos acerca do conceito de literatura imbricado na mentalidade desses literatos da cidade, do movimento de produções literárias e sobre a fundação de associações voltadas para o exercício das letras na provinciana cidade do Natal.

Antes de iniciarmos tal discussão é pertinente apresentarmos um debate acerca do conceito de literatura. Segundo Márcia Abreu, o conceito de literatura é proveniente de fins do século XVII. Literatura, neste período, era um termo correspondente a conhecimento, e não a um conjunto de obras – definição esta que se aproximaria da concepção moderna de literatura. Logo, o termo emergiu como sentido amplo, abrangendo em sua definição tanto as belas-lettras como a ciência e a filosofia, o que promovia, assim, uma ínfima reunião entre diferentes saberes que designariam literatura. Tomamos o estudo que Márcia Abreu elaborou sobre

o uso do termo literatura, em Portugal. De acordo com a autora, o termo foi dicionarizado pela primeira vez no ano de 1727, no qual litteratura foi definido como “erudição, sciencia, noticia das boas letras” (ABREU, 2003, p. 29).

Assim como na França do séc. XVIII, em Portugal, o termo, inicialmente, também passou a significar conhecimento. Portanto, o papel dos homens da literatura, ainda no século XVIII, consistia em indivíduos que se apegavam não exclusivamente às letras, mas que se estendiam também à ciência e à filosofia. Foi apenas no ano de 1878, em Portugal, que a palavra litteratura passou a ser definida em uma concepção mais próxima do seu significado contemporâneo, isto é, articulada à produção, às obras. Observemos sua definição:

LITTERATURA: neste e der. S.f. (do Lat.)
Erudição, sciencia, noticia das boas
letras, e humanidades: “Homem de
grande ___.” Blut Suppl. O conjunto das
producções literárias d’uma nação, d’um
paiz, d’uma epocha: “Os lusíadas são
a obra capital da literatura Potuguesa”
(SILVA, 1953, p.465).

Com a modificação na definição de litteratura incluiu-se, portanto, a noção de saber e de produção. Desse modo, o termo se vinculava não exclusivamente à erudição ou ao conjunto de escritos definidos por

afinidades estéticas, mas às obras produzidas em um determinado território e um determinado tempo. O resgate que aqui empreendemos acerca do conceito de *litteratura* na história literária de Portugal é importante para, a partir dele, pensarmos a definição do termo no Brasil e, sobretudo, em termos mais restrito, na cidade do Natal.

A literatura no Brasil, durante o século XIX, similarmente carrega o mesmo significado de conjunto de obras de uma época e de um território. No entanto, segundo Márcia Abreu, a nova definição que foi adicionada ao termo não exclui a antiga relação entre *litteratura* e erudição. Àqueles que se ocupavam da *litteratura* eram identificados como homens distintos, pela sua erudição, na sociedade brasileira oitocentista. Desse modo, o conceito de *litteratura* continuou denotando um sentido amplo que abrangia as letras, a ciência, a retórica e a filosofia (ABREU, 2003, p.31). Desse modo, optamos por utilizar aqui o conceito amplo de literatura identificado por Márcia Abreu para a cidade do Natal durante o fim do século XIX, uma vez que compreendemos ser o termo adequado por englobar um conjunto de escritos e escritores e, sobretudo, pelo conceito refletir o sentido que a literatura representava para esses homens. No que respeita ao conjunto de escritos, podemos mencionar: sermões, ensaios monográficos, biografias, modinhas, discursos, conferências, caracteres políticos, morais, anedotas, estudos filosóficos, científicos, entre outros. Essa condição que, aglutina escrito diverso, reflete

como a literatura estava sendo pensada na cidade do Natal no fim do século XIX e no advento do século XX.

O que nos intriga na historiografia norte-rio-grandense é a atribuição do surgimento do movimento literário na capital Natal como florescimento proporcionado pelo grupo familiar dominante no regime republicano, os Albuquerque Maranhão. Não nos é inédito o conhecimento acerca de discursos que defendem o período republicano como a grande época de florescimento cultural, social e político no estado do Rio Grande do Norte. As descrições da cidade do Natal, durante os séculos anteriores a República, desenhavam um território inexpressivo, estático e de processo lento. Aqui, de acordo com os discursos criados após o advento do regime republicano, tudo parece ter nascido com a República. O ânimo da pequena capital norte-rio-grandense parece ter sido concedido, sobretudo, após a consolidação do grupo familiar Albuquerque Maranhão e de seus correligionários à frente do governo estadual a partir do ano de 1895.

Indubitavelmente, que, com a construção da República, Natal experimentou implementações diversas: iluminação elétrica, bonde elétricos, políticas sanitárias, projetos urbanísticos, construção de teatros, praças, clubes recreativos, cinemas, cafés, bilhares, entre outros. No entanto, questionamo-nos se essa também teria sido a condição do movimento literário na cidade. A República foi, por excelência, o momento de florescimento das letras potiguaras? Mas, e o que veio antes? Seria possível a existência de uma

reflexão no que diz respeito à de literatura ainda no período imperial no Rio Grande do Norte? Assim sendo, este capítulo se propõe a discutir o desenvolvimento do movimento literário na capital norte-rio-grandense no período anterior à construção da República.

A ausência de fontes, que pudessem aludir à existência do movimento literário em Natal, dificultou, em parte, a elaboração de uma rica discussão. Ainda sim, esperamos corresponder ao desafio.

Identificamos a existência de uma discussão historiográfica local acerca da irrupção do movimento literário na cidade do Natal. Em 1971, a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) publicou um estudo de Manoel Rodrigues de Melo acerca dos “Grupos literários da Província”. Manoel Rodrigues de Melo, sócio efetivo e 2º secretário do IHG/RN na época, remete a emergência da literatura no Rio Grande do Norte após as grandes lutas de Independência. Segundo o membro do IHGRN, o jornal *O Natalense*⁹⁰, fundado em 1832, demonstrou as primeiras preocupações literárias na capital. Todavia, ainda que o jornal se autodenominava em seu subtítulo “político, moral, literário e comercial”, Manoel Melo ressalta que se tratava de “jornais partidários exclusivamente ocupados

90 O jornal *O Natalense* foi o primeiro jornal do Rio Grande do Norte. Fundado em 1832, o periódico despertou o âmbito norte-rio-grandense para a vida na imprensa, por meio dos esforços do Padre Francisco de Brito Guerra. Na ausência de tipografia na Província, o periódico foi impresso, sucessivamente, no Maranhão, no Ceará e em Pernambuco. Apenas em 2 de setembro de 1832, *O Natalense* passou a ser impresso em uma oficina na cidade do Natal, denominada *Tipografia Natalense* – assim como o nome do jornal. Consultar: (FERNANDES, 1998. p.32)

com a política local, chegando à conclusão que aquele subtítulo era mais para mascarar o fim essencialmente político do jornal e não para pregar moral e fazer literatura como se propunha. E muito menos para estimular o comércio local” (MELO, 1971, p. 97).

É importante apontarmos para dois pontos presentes na declaração de Manoel Rodrigues de Melo sobre a irrupção da literatura no Rio Grande do Norte. Primeiramente, ressaltemos que a articulação entre jornais e política é uma forte característica da imprensa no século XIX. No período oitocentista, a imprensa periódica brasileira praticou acentuadamente o debate à divergência política, tornando públicas as opiniões políticas e instaurando contundências oposicionistas (MARTINS, 2012, p. 49). Em Natal, a imprensa era dominada por facções políticas liberais e conservadores, ou, em outras palavras, boticas e gameleiras que fizeram dos seus periódicos os porta-vozes de suas ideias e seus projetos.

Outro ponto a ser enfatizado consiste na relação entre imprensa e literatura. O movimento literário no Brasil está intrinsecamente relacionado à imprensa periódica. É essencial elencarmos previamente a emergência da literatura potiguar por meio da fundação e das publicações em jornais e revistas em circulação pela capital do Rio Grande do Norte. Não obstante, a literatura na imprensa potiguar do século XIX, encontrava-se misturada a outras propostas dos jornais. Ao mesmo tempo em que os redatores dos periódicos promoviam a literatura, estes se interessavam também por política, moral, comércio, sem levar muito em conta as diferenciações.

Podemos aferir que, esse caráter literário, na maioria das vezes quando associado a um jornal, sempre carregava relação com outras palavras: político e literário, crítico e literário, noticioso e literário, comercial e literário, científico e literário, humorístico e literário, recreativo e literário... As combinações que envolviam literatura e imprensa podiam ser diversas, o que nos leva a acreditar que o literário unia um variado número de tendências, assuntos, ideologias, desde o período provinciano.

Segundo Manoel Rodrigues de Melo, todo jornal político da Natal provinciana fazia também literatura, “esta entrava, nas folhas políticas, como derivativo, indumento, passatempo, distração do espírito, recreio, jamais como coisa séria” (MELO, 1971, p.99). O autor menciona outros jornais políticos que, assim como *O Natalense* (1832- 1837), faziam via de regra literatura, entre eles: *O Publicador Natalense* (1840), *O Nortista* (1849-1851), *O Brado Natalense* (1849), *O sulista* (1849-1850), *O Constitucional Nortista* (1851), *O Clarim Natalense* (1851), *O Argos Natalense* (1851-1852) e *O Jaguarari* (1852). Em contrapartida, o autor também traz a relação de outros jornais que ensaiavam literariamente as letras potiguares, entre eles: *O Professor* (1861), *O Estudante* (1860-1861) e, por fim, *O Recreio* (1861). Luís da Câmara Cascudo considera os jornais *O Natalense* (1832-1837) e *O Estudante* (1860-1861) como “cúmplices respeitosos nas primeiras letras poéticas impressas” (CASCUDO, 1980, p. 371).

Cascudo identifica a emergência do movimento literário na província potiguar “pelo menos a 1861”, com o surgimento do jornal *O Recreio* (1861). Embora

tendo uma vida curta de 25 publicações somadas de março a dezembro de 1861, o jornalzinho publicou poemas, crônicas, charadas e enigmas. O periódico se declarava “crítico, poético e noticioso”, o que demonstra uma preferência pela poesia entre os demais gêneros literários. Contudo, retomamos aqui, como exemplo, o sentido de *litteratura* no jornal *O Recreio*, estendendo-se de poemas a charadas. De acordo com Cascudo, o jornal reuniu como colaboradores: João Manuel de Carvalho, Francisco Otílio, Pedro J. de Alcântara Deão, Jesuíno Rodolfo do Rêgo Monteiro, Isabel Urbano Albuquerque Gondim e Lourival Açucena; nomes que nos remete aos primórdios da literatura potiguar.

Em suma, para Luís da Câmara Cascudo, o jornal *O Recreio* plantou as bases da literatura norte-riograndense. Manoel Onofre Júnior, em 1997, lançou a obra intitulada *Literatura & Província*. O livro se compõe de uma seleção de ensaios, notas e artigos de sua autoria acerca de escritores e livros publicados no Rio Grande do Norte. Contudo, o primeiro autor e obra selecionada se refere-se poetisa Auta de Souza, que se projetou como escritora a partir do período republicano – mais precisamente a partir do ano de 1894. Juntamente a Auta de Souza, o autor optou por resgatar outros nomes que também compuseram as primeiras décadas da vida republicana em Natal como, por exemplo, Ferreira Itajubá, Henrique Castriciano, Jorge Fernandes e Luís da Câmara Cascudo. Manoel Onofre justifica-se:

A meu ver, seria temerário afirmar-se a existência de uma Literatura do Rio Grande do Norte. Desde os tempos de

Lourival Açucena (1827-1907) – poesia –, e Luiz Carlos Wanderley (1831-1890) – ficção –, tem havido, isto sim, literatura no Estado, notadamente nas cidades de Natal – a capital – e Mossoró. Procuremos ver os valores que se destacaram do contexto provinciano, e, por esta razão, têm presença, de algum modo, na História da Literatura Brasileira (ONOFRE JÚNIOR, 1997, p.9).

Compreendemos que o objetivo do autor tenha sido contemplar em sua obra somente os escritores norte-rio-grandenses que obtiveram projeções na literatura nacional. Mencionamos a obra de Manoel Onofre Júnior a fim de apontar a relação entre literatura e nomes do período imperial na cidade do Natal. Auta de Souza, Henrique Castriciano, Luís da Câmara Cascudo e Jorge Fernandes correspondem a escritores atuantes e projetados durante a República. O termo “Província”, que compõe o título da obra, acabou sendo restringido pelo autor apenas aos nomes de Luiz Carlos Wanderley e Lourival Açucena. Esses sim, verdadeiros homens da Província.

No século XXI, a produção do crítico literário Tarcísio dos Santos Gurgel foi incluída na historiografia literária norte-rio-grandense. No capítulo *Província: uma flor no sobrenome*, na obra *Informações da literatura potiguar*, Tarcísio Gurgel apresenta Lourival Açucena como “poeta inaugural” e o surgimento da

literatura no Rio Grande do Norte a partir da segunda metade do século XIX, de modo ainda tímido. Segundo o autor, em meio ao cotidiano pasmaceiro e lento da Província, “tornou-se famoso, encontrando acolhedora admiração, quando do surgimento do pioneiro jornalzinho, um poeta chamado Lourival Açucena” (GURGEL, 2001, p.12).

O “jornalzinho”, mencionado pelo autor, corresponde ao periódico *O Recreio*. De acordo com Gurgel, a fama de Lourival passou a declinar no final do oitocentos, articulando o seu desaparecimento tal como a queda da Província. A importância do poeta provincial é atribuída por Gurgel no que respeita ao seu “pioneirismo no cenário lírico de Natal”. A literatura da Província é resumida a Lourival Açucena que, embora não tivesse chegado a publicar nenhum livro, foi lembrado como pioneiro e ilustre contribuidor, com seus poemas, para a irrupção de uma literatura do Rio Grande do Norte. Parece-nos que, por meio das palavras de Gurgel, todas as manifestações das letras provincianas morreram com a Província. Até mesmo o próprio Lourival Açucena. O autor atribui, ao período da administração governamental da família Albuquerque Maranhão, “um notável florescimento da literatura, do teatro e da música” (GURGEL, 2001, p. 38), na capital norte rio-grandense e as memórias das letras de Lourival Açucena deram lugar aos nomes republicanos de Manoel Segundo Wanderley, Henrique Castriciano, Palmyra Wanderley, Jorge Fernandes, Luís da

Câmara Cascudo, Ferreira Itajubá, Othoniel Menezes e Antônio José de Melo e Souza.

O que podemos perceber que há nesses discursos semelhanças e divergências no que diz respeito do aparecimento de um movimento literário na cidade do Natal. Se para Manoel Rodrigues de Melo e Luís Câmara Cascudo podemos falar em uma literatura que nos remete, respectivamente, aos anos de 1832 e 1861, para Manoel Onofre Júnior e Tarcísio Gurgel, a atividade literária potiguar foi percebida a partir das produções e de reconhecimentos dos escritores pós-1889. Com a construção da República, os homens desse tempo moveram esforços para se fazerem lembrados na memória da cidade. Junto com suas realizações nas estruturas físicas e sociais na urbe natalense também imprimiram suas marcas nas manifestações literárias projetando escritores e escritos e, conseqüentemente, fixaram seus nomes na memória da história literária da cidade do Natal.

No entanto, identificamos o desenvolvimento do movimento literário da cidade ainda na segunda metade do século XIX por meio da imprensa periódica. Antes da publicação do jornal *O Recreio* (1861) não identificamos nenhuma menção a um periódico com fins literários, o que justifica a escolha desse período como marco das primeiras reflexões acerca de literatura. Embora que *O Recreio* só tivesse sobrevivido dez meses, o periódico lançou as bases e contribuiu para a difusão do interesse pela literatura entre os demais jornais em Natal. No mesmo ano em

que circulou *O Recreio*, surgiu o jornal *O Beija-flor* com a seguinte proposta:

Este jornal, especialmente dedicado à literatura, nos promete apresentar artigos históricos e artísticos, filosóficos e poéticos; louvamos inteiramente os belos sentimentos de uma mocidade desejava de instrução e somos os primeiros a saudá-la pelo gigantesco passo que deu no caminho da poesia e das letras (O BEIJA-FLOR apud MELO, 1971, p. 102).

A partir do artigo de fundo, que o jornal *O Beija-flor* apresentou ao público, reescrito por Manoel Rodrigues de Melo, ressaltamos aqui o entendimento do sentido de literatura. Como podemos perceber, por meio das palavras impressas do referido periódico, o termo literatura se estendia a artigos históricos, filosofia, artes e poesias, e ainda se articulava ao caráter instrutivo, formador e educativo. No entanto, *O Beija-Flor* não correspondeu aos seus prenúncios, visto que “chafurdou-se em um lamaçal de insultos e injúrias inqualificáveis” (MELO, 1971, p. 103). É plausível que *O Beija-flor* não tenha cumprido com sua proposta devido ao envolvimento em debates políticos. A mistura entre literatura e política não foi um caso exclusivo do jornal mencionado. Outros periódicos como *O Progressita* (1862 - 1866), *O Arrebol* (1862), *O Barbeiro* (1862), *O Atalaia* (1864), *O Constitucional*

(1872), *O Liberal* (1872) são exemplos de jornais que autointitularam-se “político e literário”, o que evidencia uma dificuldade ainda na separação entre literatura e política na imprensa norte-rio-grandense oitocentista (FERNANDES, 1952, p.20-21).

Acreditamos que era necessário a esses periódicos um posicionamento político para serem impressos. Isso porque as oficinas tipográficas responsáveis pela impressão e comercialização da imprensa periódica pertenciam aos grupos políticos potiguares, o que fica mais bem esclarecido a partir de um levantamento realizado pela autora, no qual se constatou um grupo de jornais ligados ao partido conservador (O Recreio, O Constitucional, e O Potengi) e ao partido liberal (O Progressista, O arrebol, O Liberal, A Parasita, O Pândego e O Barbeiro)⁹¹. Portanto, tudo leva a crer que a aproximação política estabelecida pelos jornais provincianos era importante para sua circulação na cidade. Em contrapartida, pudemos identificar na imprensa provinciana natalense pequenos jornais com propostas cuja ênfase maior era dada à literatura.

No ano de 1870, *O Lírio* anunciava aos seus leitores:

É este o título mimoso com que está sendo publicado nesta cidade um pequeno periódico literário, redigido com esmero por alguns moços esperançosos que assim se ensaiando na imprensa,

91 De acordo com esse levantamento, alguns jornais foram identificados como independentes, a saber: *Echo Miguelinho* e *O Íris*.

prestam um serviço importante à Província, implantando nela o gosto da literatura que, no meio dos desgostos e sacrifícios que trazem às lutas políticas, é como oásis no deserto. Nós saudamos com efusão a linda flor que desabrocha tão viçosa e fragrante, e lhe desejamos longa existência, sempre bafejada pelos brandos zéfiros do dia (O LÍRIO apud MELO, 1971, p.107).

A apresentação de *O Lírio* fornece-nos a impressão da dificuldade em se publicar um periódico cujo objetivo único consistisse na promoção de literatura na Província. “Como oásis no deserto”, o referido jornal incentivou o aparecimento de outros pequenos jornais de proposta exclusivamente literária: *A Parasita* (1872), escrito por José Teófilo e Lourival Açucena; *O Crepúsculo* (1875), que reuniu várias produções de Lourival Açucena e Urbano Hermilo de Melo, *O Potengi* (1876-1877), intitulando-se “literário e noticioso”; *O Pândego* (1885), difundia as poesias de Lourival Açucena; *A Luz* (1881), pequeno jornal literário; *A Juventude* (1882), redigido pelos estudantes José Calazans Pinheiro, Melquizedeque Jeová de Albuquerque Lima, Zacarias do Rêgo Monteiro, Joaquim Tinôco, Manuel Tinônico e Argemiro Tinôco; *O Eco Miguelino* (1874) e *O Íris* (1875).

Os últimos periódicos mencionados, *O Eco Miguelino* (1874) e *O Íris* (1875) merecem uma atenção especial. O primeiro jornal foi fruto do advento da associação

literária denominada *Sociedade Miguelina* (1873), da qual eram membros os jovens Joaquim Fagundes e José Teófilo. A *Sociedade Miguelina*, um ano depois de sua fundação, passou a publicar a “revista literária, filosófica e instrutiva *Eco Miguelino*”. Com título alusivo à própria associação literária, o primeiro número do periódico de oito páginas apresentou como proposta:

A mocidade reunida em corpo chamou-se a Sociedade Miguelina, adotou, discutiu e propalou ideias gigantescas; adquiriu adeptos; criou um gabinete literário onde desenvolve tese e pontos-históricos-científicos; e hoje impávida aparece a propagar o adiantamento. O *Eco Miguelino* é, pois, o brado da mocidade natalense acordando do letargo [...] (O *ECO MIGUELINO* apud FERNANDES, 1952, p. 59).

A *Sociedade Miguelina* expressou, portanto, uma preocupação literária na cidade provinciana. Não apenas externou uma preocupação, bem como a propalou por meio do veículo, por excelência, de difusão: o jornal. Devemos atentar novamente para a ideia de uma literatura articulada à ciência e à filosofia, o que, mais uma vez, pode ser tomado como possível indício da compreensão que se tinha de literatura no final do século XIX em Natal. Quanto a sua impressão, o periódico se distinguiu dos demais. A folha *O*

Eco Miguelino era produzida na oficina tipográfica *Independente*, mesma tipografia responsável pela materialização do jornal *A Luz*⁹². Durante a *Questão Religiosa* na Província do Rio Grande do Norte, o periódico de Joaquim Fagundes e José Teófilo se aliou à causa maçônica no debate com o bispo olindense Dom Vital e as correntes ultramontanas da Igreja Católica na década de 1870.

Como podemos perceber, os representantes da intelectualidade natalense no período imperial, além de se dedicarem à literatura, consonantemente, envolveram-se em debates políticos que reuniram maçons e a instituição católica romana. Não obstante, *O Eco Miguelino* teve vida curta, só durou quatro meses, paralisando sua circulação em 30 de novembro de 1874. Apesar da suspensão do periódico da agremiação literária, científica e filosófica, a produção e difusão da literatura já havia ganhado espaço na Província do Rio Grande do Norte. No ano de 1875, o mesmo Joaquim Fagundes de *O Eco Miguelino* passou a publicar, de dois em dois meses, o periódico *O Íris* (1875-1876). Joaquim Fagundes, redator do jornal, escrevia ostensivamente

92 *A Luz* correspondia ao periódico maçônico dirigido por José Gomes Ferreira, com a colaboração de vários maçons. O jornal foi posto em circulação na cidade do Natal quando a *Questão Religiosa* refletiu-se na Província. Em suma, a *Questão Religiosa* na Província do Rio Grande do Norte foi fomentada pelas discussões travadas entre os maçons provincianos e o bispo olindense Dom Vital, após a ex-comunicação do vigário Bartolomeu da Rocha Fagundes. O vigário, que exercia suas funções religiosas na Província desde a década de 1860, foi expulso da Igreja Católica por fazer parte da Loja maçônica 21 de Março – ocupando o cargo máximo (venerável) na instituição maçônica norte-rio-grandense. Mais informações, consultar: (SILVA, 2012. p.68).

em defesa da mulher, difundido a ideia de que “o gênio não tem sexo”⁹³.

O *Íris* foi impresso na *Tipografia Conservadora* e circulou na cidade até o ano de 1876. Retornaremos às menções aos nomes de Joaquim Fagundes e José Teófilo, indivíduos notáveis na vida literária potiguar que se manifestava desde a segunda metade do século XIX. Deixemos um pouco de lado a discussão sobre literatura na imprensa, por ora, passaremos a nossa segunda perspectiva pela qual podemos contemplar a manifestação literária na cidade do Natal: as publicações literárias e seus autores. Relembremos de outro nome célebre da literatura provinciana, já mencionado pelas discussões historiográficas locais sobre a vida literária em Natal: Luiz Carlos Lins Wanderley (1831-1890). Luís da Câmara Cascudo identifica-o como “grande expoente da literatura na Província” (CASCUDO, 1980, p. 374). Natural da cidade de Assu, nascido no ano de 1831, Luiz Carlos Lins Wanderley se revelou como primeiro romancista do Rio Grande do Norte. Com formação na *Faculdade de Medicina* na Bahia (1857) e desempenhando a função de médico no *Hospital da Caridade* na urbe potiguar, Luiz Carlos Lins Wanderley foi literato.

Em 1873, o médico-literato publicou o primeiro volume de o romance *Mistérios de um homem rico*. No

93 Segundo Manoel Rodrigues de Melo, a frase pertenceu a Madame Stael, isto é a ensaísta e romancista francesa Anne-Louise Germaine Necker (1766-1817). A baronesa de Staël-Holstein adquiriu a reputação de uma das poucas mulheres que incorporaram o espírito iluminista francês.

entanto, apenas o segundo volume, datado do ano de 1883, foi publicado na província do Rio Grande do Norte. Sua produção literária não parou por aí, Luis Carlos Lins Wanderley também publicou: *Ode A mulher e a rosa; A loucura ou o riso da dor; Amor de um anjo*; o drama, *Os anjos do amor*; a cena dramática em versos *O anjo da meia noite*, a poesia *O premio da viúva*; as narrativas *Impressões de uma viagem e Visitas pastoral e bibliografias* (WANDERLEY, 1984, p.12). Acreditamos que as atividade nas letras foram exercidas pelo médico de Assu nas horas vagas, uma vez que além da atividade profissional de médico, ele também ocupou importantes cargos políticos no Rio Grande do Norte, entre eles: comendador, vice-presidente da Província e deputado estadual da Assembleia Legislativa (1890).

Outro nome expressivo nas letras provincianas potiguares foi dona Isabel Gondim. Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim é considerada a escritora mais antiga norte-rio-grandense residente no estado⁹⁴. Nascida em 05 de julho de 1839, na vila de Papari – atual, município de Nísia Floresta – Isabel Gondim se tornou figura notável no ambiente

94 De acordo com a história sobre a literatura feminina no Rio Grande do Norte, Nísia Floresta Brasileira Augusta é considerada a escritora mais antiga do estado. Nascida 12 de outubro de 1810, na mesma cidade que Isabel Gondim, Dionísia Gonçalves Pinto – o verdadeiro nome de Nísia Floresta – mudou-se, com a família, para o estado de Pernambuco e, posteriormente, para o estado do Rio de Janeiro e, finalmente, para Rouen (França) – local onde acaba falecendo em 24 de abril de 1885. Nísia Floresta 114 Ano III, nº 1, dez.2013/maio.2014 veio a óbito sem nunca mais ter retornado ao seu estado natal. Isso explica o motivo de Isabel Albuquerque Gondim ser considerada a escritora norte rio-grandense mais antiga e residente no estado. Para maiores esclarecimentos, ver: (CARDOSO, Rejane, 2010, p. 261).

literário da capital desenvolvendo as atividades de poeta, ensaísta, educadora, dramaturga e autora de livros didáticos (CARDOSO, 2010, p. 261). Assim como no caso de Luís Carlos Lins Wanderley, os esforços de publicação de escritos literários no Rio Grande do Norte, ainda no século XIX, é o que nos chama mais atenção em dona Isabel Gondim. O livro *Reflexões as minhas alunas* teve sua segunda publicação na cidade do Natal no de 1879⁹⁵. A obra, de cunho moralista, analisava os momentos da vida feminina delineados entre a fase escolar da menina à mulher mãe. A obra reproduz a característica de Isabel Gondim como defensora do ensino público para as mulheres.

A condição de sua obra ter sido publicada inicialmente no Rio de Janeiro e, apenas em segunda edição, na cidade do Natal, aproxima a autora de Luís Carlos Lins Wanderley. Reconhecemos as dificuldades de publicação na província do Rio Grande do Norte, no entanto, o que enfatizamos aqui é que essa prática não era nula. Havia literatura, mesmo que em pequeno volume, difundida na cidade do Natal, ora em periódicos, ora em pequenas obras de literatura impressa. Assim como também houve publicações, ainda que se tratasse de segundas edições de obras publicadas pioneiramente afora do Rio Grande do Norte⁹⁶.

95 Devemos esclarecer que apenas a segunda e a terceira edição de *Reflexões as minhas alunas* foram publicadas na cidade do Natal, respectivamente, nos anos de 1879 e de 1910. A primeira edição do livro foi publicada na cidade do Rio de Janeiro, em 1874.

96 Além de sua atuação na atividade literária na província, Isabel Gondim atuou como professora do ensino primário regendo uma turma de alunos em Papari até o ano de 1866. No mesmo ano, a poetisa instalou sua sala de aula no bairro da

O movimento literário na Província do Rio Grande do Norte também conheceu outros nomes: os poetas Antônio Amorim Garcia e Manoel Gomes da Silva, respectivamente, um norte-rio-grandense e um cearense, que colaboravam assiduamente com poesias no jornal *O Liberal*; João Batista da Câmara Açucena; Francisco Herculano A. da Silva; Hermilo de Melo. Ainda que representassem nomes importantes para a constituição de um movimento literário na Província, provavelmente, nenhum desses nomes, foi tão expressivo quanto o de Joaquim Eduvirges de Melo Açucena, tanto por suas poesias como pela atuação em cargos públicos no Rio Grande do Norte.

Os adventos de uma imprensa periódica, que difundia literatura, e da publicação de obras constituíam, aos poucos, o movimento literário na província do Rio Grande do Norte. Somada a imprensa, o movimento da literatura na Província se completava com a existência de associações literárias. Luís da Câmara Cascudo identifica a existência de quatro agremiações literárias na cidade do Natal no período imperial: a *1º de Maio*, composta por Godofredo Xavier

Ribeira, onde pode prosseguir com sua atuação profissional ocupando a cadeira de ensino das primeiras letras na capital do estado. A aproximação de Isabel Gondim da prática de magistério não foi novidade. A autora era filha de Urbano Égide da Silva Costa Gondim de Albuquerque, o primeiro professor que atuou como lente no colégio secundarista Ateneu norte rio-grandense entre 1834 a 1838 . Isabel Gondim foi também a primeira mulher eleita sócia do *Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte*, participando também como membro do *Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco*. A escritora faleceu na cidade do Natal em 10 de outubro de 1933. Após a sua morte, e no mesmo ano dela, Isabel teve alguns dos seus poemas reunidos e publicados no livro *A lyra singela* . Consultar: (LIMA e MACÊDO, 2001, p. 122).

da Silva Brito, Juvenal Sales, Manuel Garcia, Joaquim Moreira Brandão; o *Comitê literário*, que tinha como membros José Calazans Pinheiro, Diomedes Quintiliano da Silva, Francisco Teixeira de Carvalho, João Batista de Miranda; o grêmio *1º de Março*, reunindo Honório Carrilho, José C. Barbosa, Pedro Nestor, Luís Lobo; e o *Clube Escolástico norte-rio-grandense*, composto por Abdenago Alves, Moura Soares, Ovídio Fernandes e Ezequiel Wanderley (CASCUDO, 1908, p.375).

Curiosamente, cada agremiação literária identificada no período provincial possuía um jornal. As três primeiras associações mencionadas por Cascudo, publicaram, respectivamente, o *Albatroz* (1887), o *Cisne* (1887) e o *Têntamen* (1889). Os periódicos dos clubes literários tanto serviam para refletir as ideias das associações, bem como proporcionar um espaço de divulgação do trabalho de seus membros. Podemos acrescentar às associações literárias mencionadas por Cascudo, a agremiação literária e filosófica, já discutida nesse capítulo, *Sociedade Miguelina*. Os grêmios literários eram frequentados, em sua maioria, por jovens estudantes secundaristas do *Ateneu* e das faculdades de Medicina e de Direito do país (CASCUDO, 1971, p.376).

Infelizmente não encontramos outros registros sobre as associações literárias provincianas na urbe potiguar. No entanto, é plausível que essas agremiações tenham funcionado como lugar de discussão e fermentação de tendências culturais, despertando para o gosto e para a atividade literária, ainda que concebida como ocupação de lazer. Outro espaço de

aprendizado da cidade provinciana era a *Biblioteca Pública Provincial*, instituída no dia 8 de março de 1868 pelo presidente de Província Gustavo Adolfo de Sá. A primeira e única biblioteca pública da cidade – durante o período imperial – foi estabelecida em uma das salas do colégio secundarista *Ateneu* e mantida sob a guarda da Diretoria Geral da Instrução Pública da Província.

De acordo com Manoel Ferreira Nobre, a Biblioteca Pública era mantida pela verba anual destinada pela *Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte* e pelo financiamento ofertado por alguns particulares, resultando em “uma boa livraria de todas as ciências” (NOBRE, 1971, p.29). Nos primeiros tempos de seu funcionamento, segundo os registros de Manoel Nobre, a Biblioteca Pública era “visitada mensalmente por 150 a 200 leitores, conforme consta das participações do respectivo bibliotecário” (NOBRE, 1971, p.31). É possível que a instituição pública destinada à instrução tenha proporcionado maior acesso dos estudantes e professores do colégio *Ateneu-Norte Rio-Grandense* devido a sua localidade no espaço interno da escola secundarista. No entanto, a sua localização não impedia a frequência de literatos que não participavam do colégio.

No mais, fica-nos a impressão da cidade potiguar como uma urbe provinciana de poucos leitores, ou pelo menos, pouco frequentadores dos recintos destinados à leitura e à instrução. Por fim, a Biblioteca Pública sobreviveu por 41 anos e adentrou ao período republicano. Contudo, no dia 25 de novembro de 1909,

a instituição foi extinta pelo decreto estadual, nº 277. No mais, os espaços de fermentação intelectual não ficaram restritos aos grêmios literários fundados e à Biblioteca Pública.

Ainda no período provinciano, a cidade do Natal experimentou duas outras formas de manifestações literárias: as serenatas e os saraus literários. As serenatas corresponderam a práticas de declamações de versos acompanhados pelo som do violão realizado pelas ruas da cidade do Natal. O século XIX foi a grande época das serenatas potiguares. A prática de serenatas foi possível devido ao desenvolvimento das modinhas como costume no Rio Grande do Norte. As modinhas eram obras compostas de melodias e de versos. Assumiam características próprias: eram poemas musicados (GALVÃO, 2000, p.14)⁹⁷.

Seporumlado, durante as serenatas, os poemas eram musicados por homens que teatralizavam sentimentos apaixonados nas janelas da casa de suas amadas, por outro, também eram eloquentes homenagens a amigos. No entanto, apesar de se referirem a uma prática em que se misturavam lazer e música, as serenatas se articulam de modo indissociável à vida literária que vinha se desenvolvendo no Rio Grande do Norte. Nas palavras de Luís da Câmara Cascudo, as serenatas teriam sido “a manifestação inicial literária aqui pelo

97 Segundo Cláudio Galvão, a modinha não consistiu em qualquer tipo de poema musicado. Toda modinha era obrigatoriamente composta por poemas de quatro versos contendo de seis a onze sílabas. Nunca eram sonetos, nem versos alexandrinos.

Nordeste e durante anos a única atividade intelectual, agente e participante nos meandros do coração e da cabeça” (CASCUDO,1949, p.2).

O centro potiguar provinciano respirou e festejou a literatura, desde as páginas públicas impressas a casa das famílias norte-rio-grandenses que promoviam encontro entre amigos nos âmbitos de suas casas, anteriores à construção do período republicano. E foram nessas práticas que encontramos indícios das manifestações literárias na província do Rio Grande do Norte. Como podemos perceber, as manifestações literárias brotaram na acanhada cidade provinciana desde pelo menos da segunda metade do século XIX. As letras potiguares foram surgindo articuladas à política norte-rio-grandense e, como demonstramos, à sua revelia. Embora o movimento literário provinciano fosse, inicialmente, medido pelo efervescente debate político partidário, emergiu a atividade nas letras. Fazer literatura era diferencial em uma cidade onde predominavam os escritos voltados para as discussões políticas entre liberais e conservadores. Desse modo, a literatura na província natalense emergiu como novidade, inovação, divertimento, àquela que deveria passar distante das constantes discussões políticas alimentadas na cidade.

Referências

ABREU, Márcia. Letras, belas-lettras, boas letras. IN: BOLOGNINI, Carmen Zink (Org.) *História da literatura: o discurso fundador*. São Paulo: Fapesp, 2003.

BRIAS. Mãe – Henrique Castriciano. *Diário do Natal*. Natal, 3 mar. 1900. CASCUDO, Luís da Câmara. Serenatas. *A República*. Natal, 13 jan. 1949.

CARDOSO, Rejane (Org.). *400 nomes da cidade do Natal*. Natal/RN: Prefeitura Municipal de Natal, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. Ateneu norte riograndense: pesquisas e notas para sua história. Natal, 1971. Coleção Juvenal Lamartine. _____. Musas, canta os poetas e escritores... In: _____. *História da Cidade do Natal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília; INL; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980. Cap. XL.

CASTRICIANO, Henrique Lourival e seu tempo IV. *A República*. Natal, 9 jul. 1907.

CASTRICIANO, Henrique Lourival e seu tempo V. *A República*. Natal, 16 jul. 1907.

CASTRICIANO, Henrique Lourival e seu tempo VII. *A República*. Natal, 20 jul. 1907.

CASTRICIANO, Henrique. Lourival e seu tempo III. *A República*. Natal, 05 jul. 1907.

FERNANDES, Luiz. *Dicionário da imprensa norte rio-grandense: a imprensa periódica no Rio Grande do Norte, de 1832 a 1908*. Natal/RN: Fundação José Augusto: Sebo Vermelho, 1998.

GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. *As modinhas norte rio-grandense*. Recife/PE: Editora Massangana, 2000. GURGEL, Tarcísio. *Informação da Literatura Potiguar*. Natal: Argos, 2001.

LIMA, Constância; MACÊDO, Diva Cunha Pereira de.; GONDIM, Isabel. In: _____. *Literatura feminina do Rio Grande do Norte: de Nísia Floresta a Zila Mamede - antologia*. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2001. P. 122-125.

MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de Império*. In: MARTINS, Ana Luiza. DE LUCA, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

MELO, Manoel Rodrigues de. *Grupos literários da Província – Natal*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro/RJ: editora Pongetti, 1971. Vol. LVI, LVII e LVIII.

NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte*: baseada nas leis, informações e fatos consignados na história antiga e moderna. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971.

O ECO MIGUELINO. Natal, 4 set. 1874.

O POTENGI. Natal, 5 mai. 1863.

ONOFRE JÚNIOR, Manoel. *Literatura & Província*. Natal: EDUFRN, 1997.

SILVA, Antonio Moraes Silva. *Litteratura. Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1953, p. 465.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. *A Questão Religiosa no Rio Grande do Norte*: conflito político entre a Maçonaria e a Igreja Católica no século XIX (1873-1875). 116 Ano III, n° 1, dez.2013/maio.2014 Trabalho de conclusão do Curso (Graduação em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012. 110p.

WANDERLEY, Ezequiel. *Poetas do Rio Grande do Norte*. Natal/RN: Fundação José Augusto, 1984.

“AFFIRMAR A EXISTÊNCIA INTELLECTUAL DO RIO GRANDE DO NORTE NO CAMPO DA LITTERATURA NACIONAL”: UM ENSAIO SOBRE A CRIAÇÃO DO GRÊMIO POLYMATHICO E DA REVISTA DO RIO GRANDE DO NORTE

Bruno Balbino Aires da Costa⁹⁸

O final do século XIX, foi um dos momentos de maior florescimento das letras potiguares. (GURGEL, 2009). Não que a produção intelectual norte-rio-grandense fosse inexpressiva até então. Desde a segunda metade do século XIX, as manifestações literárias já haviam brotado na capital da província, por meio da divulgação na imprensa periódica e em revistas, organizadas por associações literárias. (SILVA, 2014) De acordo com Luís da Câmara Cascudo, “a geração da república continuou no caminho anterior”, sugerindo que houve uma continuidade no desenvolvimento da produção literária no Rio Grande do Norte que, segundo ele, já era existente desde o período monárquico. (1980, p.378) O que potencializou as atividades literárias no Rio Grande do Norte, no alvorecer da República, foi o direcionamento do papel do Estado na promoção e no patrocínio da produção intelectual local. Com a proclamação da República, o poder executivo estadual passou a ser governado pelo grupo familiar, Albuquerque

98 Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Maranhão, cujo líder, Pedro Velho, dispensou recursos públicos e privados na produção da cultura beletrista norte-rio-grandense. Com a mudança do regime, as atividades intelectuais, sobretudo em relação à publicação de obras, multiplicaram-se no Rio Grande do Norte. (SILVA, 2014, p.49)

Durante o Império, o poder público provincial não esteve voltado para a promoção da cultura letrada local. Uma das mais importantes obras publicadas sobre o Rio Grande do Norte no século XIX, intitulada *Breve Notícia sobre a província do Rio Grande do Norte* (1877), foi custeado pelo próprio autor, Manoel Ferreira Nobre, não recebendo nenhum recurso e/ou auxílio do governo provincial. (COSTA, 2017) Em grande medida, as manifestações intelectuais eram fruto de empreendimentos individuais ou dos partidos políticos locais, liberal e conservador, que detinham a propriedade dos principais periódicos da capital e, por meio de suas oficinas tipográficas, publicavam textos de natureza literária. (SILVA, 2014, p.49)

Os jornais e as revistas foram os grandes responsáveis pela divulgação e publicação dos textos produzidos pelos homens de letras do Rio Grande do Norte, especialmente, durante a Primeira República. Tanto os jornais como as revistas, constituíram, para os jovens plumitivos, os *novos e amplos* salões, apresentando os homens de letras a um determinado público, permitindo-lhes também uma fonte de renda. (GOMES, 1996, p.45) A imprensa foi o *locus* em que boa parte dos jovens letrados norte-rio-grandenses inseriu-

se, iniciando suas carreiras, uma vez que a atuação em jornais representava uma forma de ingressar ao mercado de trabalho intelectual e, ao mesmo tempo, realizar “uma profissionalização que expandia contatos, sendo em alguns casos um passaporte para mundos políticos e sociais maiores.” (Idem.)

Durante a Primeira República, boa parte do que era produzido pelos escritores potiguares era publicado pelas oficinas tipográficas dos periódicos que alimentavam a dinâmica das atividades intelectuais, “na medida em que imprimiam e subsidiavam a circulação de revistas e jornais pela cidade.” (SILVA, 2014, p. 91) Nas primeiras décadas da experiência republicana, a tipografia que mais custeou a publicação de obras literárias potiguares foi a do jornal *A República*, órgão oficial do *Partido Republicano do Rio Grande do Norte* (PRRN) e do governo estadual. Tal configuração reforçou o papel do Estado como aparelho promotor da atividade literária e cultural na cidade do Natal, principal expoente da produção intelectual do Rio Grande do Norte, em meio a um cenário de adversidade financeira por parte dos escritores potiguares, os quais tinham dificuldades em publicar seus livros. (Idem, p.92) O custeio de uma obra literária era dispendioso para um jovem escritor, o que justificava o recorrente patrocínio da tipografia do jornal oficial do Estado, embora nem todas as publicações fossem financiadas por ela. Mesmo assim, a publicação individual de obras literárias era uma empresa difícil. Isso explica, pelo menos em parte, as condições de emergência de

algumas associações literárias no Rio Grande do Norte, durante a Primeira República, que buscavam, por meio de seus jornais e revistas, publicar coletivamente a produção intelectual dos escritores potiguares: “as associações literárias atuaram como sistema de intercâmbio literário garantindo o curso das produções nas letras, fosse por meio da escrita (em livros e em jornais), fosse mediante as frequentes sessões dos grêmios, recitais, debates ou tertúlias.” (Idem, p.99)

As associações literárias funcionavam como lugares de sociabilidade intelectual, permitindo, ao mesmo tempo, o trânsito de ideias entre os seus associados e a publicação de seus textos. (Idem, p.94) Durante a Primeira República, o número de associações literárias cresceu significativamente no Rio Grande do Norte. (GURGEL, 2009; SILVA, 2014) Apesar das semelhanças, os grêmios não eram todos iguais, possuíam características próprias, porém, de maneira geral, partilhavam uma mesma proposta: “o progresso do intelecto norte rio-grandense por meio do culto às letras.” (SILVA, p.92)

O objetivo central desse capítulo é analisar as condições de emergência e a finalidade de uma das principais associações literárias do Rio Grande do Norte do começo do século XX: o *Grêmio Polymathico*. Examinaremos também o perfil social dos seus fundadores e dos seus primeiros sócios, bem como as concepções de literatura presentes no interior do referido grêmio literário. Investigaremos, ainda, a *Revista do Rio Grande do Norte*, identificando os

elementos gerais que a caracterizaram como produto intelectual da referida associação.

A emergência do *Grêmio Polymathico*: quando, onde e por quem foi criado?

Em termos de arregimentação de letrados e de volume de publicação, a mais notória associação literária do Rio Grande do Norte do período foi o *Grêmio Polymathico*, fundado exatamente com a finalidade de formar um pequeno grupo de estudos literários, interessados em introduzir “em nossa terra a Litteratura, na forma estavel e duradoura de livros, affirmando-se que aqui estuda-se e apprende-se.”⁹⁹ (A REPÚBLICA, 13 de novembro de 1897) Com sede em Natal, o *Grêmio Polymathico* foi fundado em meados de outubro de 1897, por jovens letrados do Rio Grande do Norte: Alberto Maranhão, Antônio José de Mello e Souza, Manoel Dantas, Pedro Avelino e Thomaz Gomes. (A REPÚBLICA, 30 de novembro de 1897)

Antônio José de Mello e Souza, o primeiro presidente do grêmio, formou-se pela *Faculdade de Direto do Recife* (FDR) em 1889, foi, historicamente, um aliado político do grupo familiar situacionista, “um *atache* da oligarquia Maranhão”, como diria

99 Gostaríamos de esclarecer que em todo o trabalho mantivemos a grafia original dos textos-fontes com o intuito de preservar a *cor local* do período em que os documentos foram produzidos.

Itamar de Souza. (2008, p.322) Antônio José de Mello ocupou vários cargos na administração pública do Rio Grande do Norte. Foi candidato ao congresso constituinte estadual de 1891, na chapa organizada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Ao lado deste, passou a trabalhar pela deposição do governador eleito, Miguel Joaquim de Almeida Castro, em 1891, elegendo-se em seguida, depois da derrocada do referido governador, deputado ao Congresso Constituinte estadual de 1892. Além de deputado, Antônio José de Mello e Souza foi secretário de estado, procurador-geral, senador da República e, por duas vezes, governador do Rio Grande do Norte: a primeira legislatura, de 1907 a 1908, completando o quadriênio de Augusto Tavares de Lyra; e a segunda, de 1920 a 1923.¹⁰⁰ Além da aproximação política com os Albuquerque Maranhão, Antônio de Souza contribuiu ainda com o jornal do grupo situacionista, tornando-se um dos seus redatores, em 30 de abril de 1892, no lugar de Nascimento de Castro. (A REPÚBLICA, 30 de abril de 1892)

Outro fundador do grêmio, o seridoense republicano Manoel Dantas, trilhou sua trajetória política e intelectual sob os auspícios do grupo ligado a Pedro Velho. Formado em direito pela FDR, em 1890, Manoel Dantas ocupou, durante as primeiras

100 Embora tenha sido, por muitos anos, um aliado político dos Albuquerque Maranhão, na passagem da década de 10 a de 20, Antônio José de Mello e Souza rompeu politicamente com o referido grupo familiar, elegendo-se governador em 1920, sob o apoio do antigo pedrovelhista e opositor Joaquim Ferreira Chaves. (PEIXOTO, 2015)

décadas da República no Rio Grande do Norte, vários cargos na administração pública estadual: foi diretor geral de Instrução pública e procurador-geral. Homem de letras e governista, Manoel Dantas foi também secretário perpétuo do PRRN, professor do *Atheneu Norte-rio-grandense* e um dos principais redatores do jornal *A República*.

Além dos fundadores, Antônio José de Souza e Mello e Manoel Dantas, o jornalista Pedro Avelino também esteve vinculado aos Albuquerque Maranhão, sobretudo contribuindo na redação do jornal *A República*, até setembro de 1901, quando deixou o referido periódico e fundou outro, intitulado *Gazeta do Commercio*, rompendo, anos mais tarde, com o grupo político pedrovelhista. Embora não fosse formado em direito, ao longo de sua trajetória intelectual, Pedro Avelino assumiu um dos campos intelectuais destinados aos bacharéis: o jornalismo. Em 1892, fundou o jornal *Caixeiro*, cuja orientação política estava atrelada à defesa dos valores da República. (CAIXEIRO, 17 de agosto de 1892) Pedro Avelino utilizou-se das páginas do hebdomadário para defender o governador, Pedro Velho, das constantes investidas acusatórias de outros periódicos oposicionistas. Na edição do dia 24 de agosto de 1892, Pedro Avelino fez severas críticas aos políticos da oposição, Nascimento de Castro e Diógenes da Nóbrega, que acusaram o seu jornal de testa de ferro do governador estadual. (CAIXEIRO, 24 de agosto de 1892) É importante salientar que era o próprio

Pedro Velho que bancava a publicação do *Caixeiro*, por meio da tipografia do jornal *A República* – não é por acaso que os redatores do periódico, *Nortista*, tenham nomeado ironicamente o periódico de Pedro Avelino de *um filhote d’A República*, “uma traiçoeira criação do dr. Pedro Velho.” (NORTISTA, 19 de agosto de 1892).

Em geral, o grupo de moços fundadores do *Grêmio Polymathico* tinha os seguintes pontos em comum: a formação bacharelesca, a defesa da concepção republicana de governo, a vinculação política com o grupo situacionista do estado e a colaboração na redação do jornal *A República*.

Os primeiros sócios da agremiação

No dia 28 de novembro de 1897, os fundadores do grêmio, juntamente com outros escritores potiguares, reuniram-se na casa n°5 da rua Dr. Barata, bairro da Ribeira e elegeram a seguinte diretoria: Antônio José de Mello e Souza, presidente, Pedro Avelino, secretário, Alberto Maranhão, tesoureiro. Na mesma reunião, ficou resolvido que a associação publicaria uma revista mensal, denominada *Revista do Rio Grande do Norte* (RRN), sob a direção de Antônio de Souza e redigida por Alberto Maranhão, Manoel Dantas, Thomaz Gomes e Pedro Avelino. (A REPÚBLICA, 30 de novembro de 1897) Foi igualmente acordado que a publicação de textos na revista não ficaria restrita à diretoria do *Grêmio Polymathico*, pelo contrário, a

intenção era agregar vários escritores potiguares, tais como: Gomes de Castro, Homem de Siqueira, Segundo Wanderley, Henrique Castriciano, Auta de Souza etc. Os três últimos eram considerados pelos próprios letrados norte-rio-grandenses, como os mais célebres poetas do estado. (DUTRA, 1897). A maior parte destes escritores tornou-se sócio efetivo do grêmio, logo nas primeiras reuniões.¹⁰¹

Além dos já *consagrados* poetas potiguares, alguns desembargadores e políticos, ligados ao grupo político de Pedro Velho, também fizeram parte da agremiação na condição de sócios e colaboradores efetivos da revista: Juvenal Lamartine, Francisco de Sales de Meira e Sá, Pinto Abreu, Luiz Fernandes Sobrinho, Augusto Tavares de Lyra e Ferreira Chaves. Assim como os fundadores, em geral, eram juristas-literatos e redatores do jornal *A República* e todos estavam vinculados direta ou indiretamente ao grupo político situacionista, ocupando cargos na administração pública do estado. Na prática, esses requisitos eram considerados necessários para a entrada no *Grêmio Polymathico*, muito embora não fossem divulgados oficialmente. A associação contou também com os sócios correspondentes, Alfredo de Carvalho, de Pernambuco, José de Berredo, do Maranhão, e José da Penha, do Rio de Janeiro, e com os sócios beneméritos, João C. Galvão, Romualdo

101 A admissão de Auta de Souza, Henrique Castriciano, Augusto Tavares de Lyra e Homem Siqueira como sócios efetivos do grêmio ocorreu logo na ocasião da segunda reunião, realizada no escritório da RRN, no dia 07 de março de 1898. (A REPÚBLICA, 8 de março de 1898)

Galvão, Valentim de Almeida e Fabrício Maranhão – a presença destes últimos não se fez pela atividade intelectual dentro do grêmio, mas pelos *generosos donativos* que ofereceram à instituição, auxiliando nas despesas iniciais para a publicação da *RRN*. (A REPÚBLICA, 30 de novembro de 1897)

Como podemos identificar, a forma de organização da estrutura dos associados da agremiação, sócios efetivos, correspondentes e beneméritos, assemelhava-se muito à hierarquia do quadro social do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB).¹⁰² É provável que os membros do grêmio tenham se inspirado no modelo de organização institucional do IHGB. Contudo, não conseguimos encontrar nenhum vestígio nos documentos que evidenciasse o contato direto dos membros da agremiação com o Instituto Histórico Brasileiro, mesmo porque os objetivos do *Grêmio Polymathico* eram distintos do IHGB. O escopo da agremiação norte-rio-grandense não era coligir e metodizar documentos referentes à história e à geografia do Rio Grande do Norte, tampouco preparar para o futuro um pecúlio documental, para que se viabilizasse uma escrita da história para o estado. Embora a organização da hierarquia dos sócios se aproximasse do IHGB, o *Grêmio Polymathico* não pretendeu ser uma agremiação intelectual aos moldes dos institutos históricos locais, como os dos estados vizinhos, de Pernambuco e do Ceará. Todavia, é importante destacar que alguns membros da associação fizeram parte do quadro dos primeiros

102 Para a compreensão da estrutura do corpo de associados do IHGB, é necessário conferir o trabalho de Lúcia Paschoal Guimarães (2011).

sócios efetivos do *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHGRN).¹⁰³

A Revista do Rio Grande do Norte

Assim como o IHGB, o *Grêmio Polymathico* tinha sua revista. A *RRN* foi publicada durante dois anos, de 1898 a 1900, sendo impressa pela tipografia do jornal *A República*, local em que a referida associação marcava suas reuniões. (A REPÚBLICA, 11 de setembro de 1897) Não é por acaso que os redatores do jornal *A República* consideravam-na como a *filha* do periódico. (A REPÚBLICA, 11 de janeiro de 1898) A *RRN* era um produto deste periódico, atuando como um agente divulgador da imprensa oficial do grupo situacionista no campo literário norte-rio-grandense, justamente por ser originada no interior das suas oficinas tipográficas e por congregar alguns redatores do próprio jornal e as produções culturais dos *filhos* do regime republicano. (SILVA, 2014, p.100)

O *Grêmio Polymathico* e sua revista estavam diretamente associados ao grupo dirigente. Todos os fundadores estavam vinculados politicamente e ideologicamente ao projeto republicano do grupo liderado por Pedro Velho. Mesmo que a *RRN* se apresentasse como um periódico com objetivos estritamente literários, algumas publicações na revista

103 Sócios efetivos do *Gremio Polymathico* que se tornaram, em 1902, os primeiros sócios efetivos do IHGRN: Alberto Maranhão, Antônio José de Mello e Souza, Augusto Tavares de Lyra, Juvenal Lamartine, Luiz Fernandes, Manuel Dantas, Meira e Sá, Pedro Soares, dentre outros.

coadunavam-se com os interesses de um determinado projeto político, ou pelo menos, às aspirações do seu grupo protetor. (Idem, p.161) Não queremos dizer com isso que os membros do grêmio formaram uma espécie de *intelectuais orgânicos* da classe dominante potiguar, exercendo “funções subalternas da hegemonia social e do governo político”, como se concebe na perspectiva gramsciana. (GRAMSCI, 1982, p.11) Decerto, alguns artigos publicados pela *RRN* trataram sobre temas políticos que convergiam com os interesses do grupo do situacionista, sobretudo os textos escritos por Augusto Tavares de Lyra. Porém, os artigos de natureza política eram minoria. Textos de cunho jurídico, por exemplo, sobressaiam-se em termos numéricos em relação aos artigos de viés estritamente político.¹⁰⁴

Os sócios do *Grêmio Polymathico* tinham uma margem de autonomia para escrever sobre temas que estivessem de acordo com os seus interesses, muito embora não houvesse nenhum artigo que criticasse o grupo político dos Albuquerque Maranhão, pelo contrário, por meio da própria produção literária de alguns membros da agremiação, percebem-se elogios e o enaltecimento às ideias, aos pensamentos e às realizações da administração política do estado. (SILVA, 2014, p. 162) Embora a maior parte dos textos

104 A exemplo disso, estiveram, os textos que tinham como temática o direito, tais como: *Elementos do Direito Moderno e Ações Mistas*, de autoria de Juvenal Lamartine, *O direito do voto*, por Antônio José de Mello e Souza, *Duas theses do direito público*, escrito por Mário e Silva, e *O jury*, de autoria de Luís Fernandes, dentre outros.

da *RRN* não fizesse uma apologia ao grupo político ligado a Pedro Velho, não consideramos que outros membros do *Grêmio Polymathico*, que se dedicavam apenas à produção literária, fossem alheios ao mundo da política, voltando-se apenas para as atividades intelectuais, sendo desenraizados da sociedade em que viviam. (BOBBIO, 1997, p.122) A posição dos associados do grêmio caracterizava-se pela interseção entre os campos intelectual e político, funcionando como atores políticos do campo da cultura, como mediadores da interpretação da realidade social que possuem um valor político. (GOMES, 2009, p. 26) Era dentro das redes de sociabilidade intelectual, como as associações literárias, que os literatos potiguares definiam o seu status de homem letrado. (SILVA, 2014, p.104) Nesse sentido, para muitos jovens potiguares, engajar-se numa associação da envergadura política do *Grêmio Polymathico* era uma oportunidade para afirmarem-se como homens de letras e um meio para alavancar sua carreira como homens do saber. Era uma forma também de incorporarem-se ao universo político do Estado, e de, em contrapartida, legitimarem uma dada conformação social e política vigente. Assim, o mundo da política e o mundo intelectual estavam diretamente associados, permitindo uma dupla possibilidade para os jovens literatos norte-rio-grandenses. Essa configuração é um reflexo do que estava ocorrendo no Ocidente,¹⁰⁵e, por sua vez,

105 O Durval Muniz de Albuquerque Júnior em seu artigo *De amadores à desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de*

no Brasil do final do século XIX e do início do século XX, em que houve a interseção entre os campos intelectual e político, uma vez que diversos autores e atores da sociedade passaram a defender ideias ou formular projetos político-culturais ou ocupar cargos/funções em locais privilegiados, públicos ou privados. (GOMES, 1996, p.26-27)

A concepção literária do *Grêmio Polymathico*

Inseridos em dois mundos, os sócios do *Grêmio Polymathico* foram considerados pelos redatores do jornal *A República* como os porta-vozes das letras no Rio Grande do Norte. O primeiro artigo a veicular as orientações intelectuais e o escopo do grêmio foi publicado por Antônio de Souza, no jornal *A República*, no dia 13 de novembro de 1897, sob o título *Notas Artísticas e Litterarias*.¹⁰⁶ A associação

sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo (2005), historiciza a irrupção da figura do intelectual e o desaparecimento do erudito no Ocidente. De acordo com ele, “entre fins do século XIX e meados do século XX um outro lugar de sujeito, um outro modelo de identidade surgiu no Ocidente para nomear aquele que se dedica ao trabalho de produção de sentidos, de produção de símbolos, às atividades do pensamento e das artes. Esta figura é a do intelectual, identidade que só está em circulação a partir das últimas décadas do século XIX, como pudemos constatar em nossa pesquisa.” (2005, p.43-66)

106 Antônio José Mello e Souza assinou o artigo com o pseudônimo “A”. Acreditamos que o presidente do grêmio foi, de fato, o autor do artigo. Três argumentos embasam a nossa afirmação. Primeiro, no artigo consta algumas informações que só os fundadores poderiam disponibilizar. Portanto, o autor do artigo deveria ser um dos fundadores do *Grêmio Polymathico*. Além disso, no momento de emergência da agremiação, Antônio de Souza era um dos redatores do jornal *A República*, e era comum assinar seus textos com pseudônimos, muito embora, outros intelectuais também o fizessem. Além disso, foi Antônio de José de Mel-

não publicou nenhum documento evidenciando seu projeto intelectual. O único registro que apresenta uma espécie de programa da instituição foi o artigo que acabamos de mencionar. É por essa razão que partimos dele para compreendermos o conjunto de interesses e orientações que nortearam os membros do *Grêmio Polymathico*.

De acordo com o autor de *Notas Artísticas e Litterarias*, a principal expectativa dos membros do grêmio era afirmar a existência intelectual do Rio Grande do Norte no campo da literatura nacional. (A REPÚBLICA, 13 de novembro de 1897) No entanto, que tipo de concepção de literatura o autor está valendo-se? Antônio de Souza emprega o conceito de literatura no sentido mais abrangente possível: “refiro-me ao estudo consciencioso e serio sobre qualquer materia, sobre qualquer aspecto, que denote um esforço bem empregado e util.” (Idem) É preciso assinalar que até o final do século XIX, o conceito moderno de literatura ainda permanecia impreciso, vazio, sem fronteiras, holístico, vinculado a uma soma de modalidades discursivas diversas. (LIMA, 2006, p. 334) Neste momento de indefinição do termo, Antônio de Souza considera a literatura como qualquer manifestação duradoura de uma atividade intelectual que pudesse ser publicada em livro, desde que se configurasse como uma obra de arte, tanto pela originalidade como pela beleza da forma. (A REPÚBLICA, 13 de novembro de 1897) O

lo e Souza, o primeiro idealizador da criação da associação. A partir desses três argumentos, vulneráveis, é verdade, consideramos Antônio de Souza o autor do referido artigo.

próprio significado do termo *polimático*, escolhido pelo grupo para nomear a agremiação, sugeria a ideia de uma atividade intelectual e cultural extensa, variada, erudita. Qualquer assunto que configurasse uma reflexão intelectual era considerado, pelo autor, como literatura. Não é por acaso que figurasse nas páginas da *RRN* artigos de diferentes áreas do saber: história, direito, filosofia, crítica literária etc. Essa concepção de literatura, como sendo qualquer atividade intelectual erudita, já existia no Rio Grande do Norte desde a segunda metade do século XIX, por exemplo, o jornal *O Beija-flor* empregava o termo literatura para designar artigos relacionados à filosofia, à história, às artes e às poesias. (SILVA, 2014, p.48)

Sendo assim, a concepção de literatura – empregada por Antônio de Souza e pelos membros do grêmio – abrangia toda e qualquer produção intelectual comprometida em organizar vários saberes sobre *a vida espiritual e material* do Rio Grande do Norte, além de primar por um espaço para o saber literário em si, desde a publicação de poesias e crônicas à crítica literária propriamente dita. Em síntese, o sentido de literatura empregado pelos fundadores do grêmio teria uma dupla significação: seria toda e qualquer produção intelectual, abarcando diversos saberes, e a produção literária em si, da crítica à poesia.

O problema da *Literatura apressada*

Para o autor de *Notícias Artísticas e literárias*, na revista do grêmio não haveria espaço para a edição de

livrinhos de phantasia, “pequenos produtos facilmente arranjados nas horas vagas” ou de uma produção atabalhoada de romances banais. (A REPÚBLICA, 13 de novembro de 1897) A relevância do texto e a estética foram colocadas como critérios primordiais para a inserção de um determinado produto intelectual na *RRN*. O texto deveria ser útil, relevante e que atendesse aos interesses sociais, sobretudo em relação à instrução da população norte-rio-grandense. Deveria ser também uma obra de arte, original e bela, esteticamente bem avaliada, diametralmente oposta a uma *literatura apressada*. (Idem) Este conceito empregado pelo autor foi uma apropriação do artigo *Literatura apressada a proposito da Flor de Sangue do Sr. Valentim Magalhães* de José Veríssimo, publicado pela *Revista Brasileira* (RB), em 1897.

Como sugere o título do artigo, o autor trata do romance *Flor de Sangue* (1896), tecendo severas críticas em relação ao estilo, à estética, à organização das tramas e à construção dos personagens da obra. Na avaliação de José Veríssimo, não há no livro de Valentim Magalhães nenhuma originalidade de concepção ou de execução. (VERÍSSIMO, 1897, p.210) O romance é povoado de imperfeições e de quase nula criatividade de estilo do autor que, segundo Veríssimo, “ninguém esperava achar numa obra sua.” (Idem, p. 209) O mote da crítica ao romance estava diretamente ligado à sua própria condição de produção: um livro feito às pressas. (Idem, p.203) No prefácio da obra, Valentim Magalhães confessa a forma açodada em que

escreveu o livro: “escrevi sempre de uma assentada, capítulo a capítulo, e, acabado, relia-o, corrigia-o, mandava copiá-lo por um secretário, conferia a cópia e remetia-a aos tipógrafos.” (MAGALHÃES, 1896) Para José Veríssimo, a pressa traiu o renomado escritor, que produziu um romance em poucas semanas, quando seriam necessários longos meses, o que comprometeu a qualidade literária do livro. (VERÍSSIMO, 1897, p.207) Devido à pressa, Valentim Magalhães, no crivo de José Veríssimo, escreveu um romance de um colegial, com pruridos literários e ideias pueris, infantis. (Idem, p.204) Segundo ele, o universo psicológico dos personagens é elementar, banal e frequentemente falso, o que redundou na constituição de um drama pueril, pouco profundo, muito mais próximo de um estilo de reportagem, noticioso, do que necessariamente de uma obra literária: “não receio dizer que estas paginas são das peiores talvez que o Sr. Magalhães Valentim jámais escreveu.” (Idem) Na avaliação de José Veríssimo qualquer manifestação intelectual – romances, poemas, estudos de ciência ou estudos de história, crítica literária e filosofia – requeria a necessidade do tempo, tido pelo autor como condição *sine qua non* para a qualidade do texto: “a natureza vinga-se, porém, condemnando a nossa litteratura, sinão a um marcar passo perpetuo, a uma marcha vagarosa e frequentemente interrompida.” (Idem, p.215)

Evitar uma *litteratura apressada* foi um dos elementos considerados pelo grêmio. Assim como

José Veríssimo, Antônio de Souza compreendia que a produção intelectual não deveria ser pautada apenas pela quantidade de livros, simplesmente aumentando a bibliografia literária produzida pelos letrados do estado, pelo contrário, o tempo deveria ser o elemento incontornável e indispensável para a qualidade do texto a ser publicados pela *RRN*. Como afirmamos anteriormente, a beleza e a relevância de um texto deveriam nortear a seleção dos artigos e das obras a serem publicadas pela revista. Tal condição só seria possível em contraposição à *literatura apressada*.

A finalidade do *Grêmio Polymathico*

A proposta do *Grêmio Polymathico* não era estabelecer apenas os limites da economia dos textos a serem publicados pela *RRN*. A principal finalidade da agremiação era construir um lugar para o estado na memória literária da nação, muito embora Antônio de Souza tenha afirmado que os fundadores do grêmio eram cômicos que esta tarefa não seria, inicialmente, cumprida pelos letrados do presente, mas pelas gerações posteriores, relegando ao futuro a concretização dessa empreitada: “Não se imagine também que os sócios do *Gremio Polymathico* tenham a velleidade e a ingenuaim modestia de prometter logo em começo esses livros destinados a engrandecer e a tornar conhecido o nosso Estado, não.” (A REPÚBLICA, 13 de novembro de 1897) Segundo Antônio de Souza, o intento do grêmio era fomentar

a atividade intelectual no Rio Grande do Norte, construindo um pecúlio literário para as gerações seguintes. Em outras palavras, o objetivo era dotar o estado de uma intensa atividade literária, no duplo sentido do termo, tirando-o do atraso intelectual da maior parte de sua população. (Idem)

Entre os fundadores do grêmio, havia uma clara percepção do papel que os seus associados desempenhariam na sociedade norte-rio-grandense. O letrado é, antes de tudo, concebido como o responsável pela instrução pública do corpo social. Essa percepção acerca da função social dos homens de letras emerge no Brasil, em grande medida, a partir da *geração de 70*, momento de expressivo engajamento dos letrados com as demandas políticas e sociais da realidade em que estavam inseridos. (SEVCENKO, 2003, p.97) Imbuído dessa concepção acerca do papel do homem de letras na sociedade, sobretudo em relação à instrução do povo, para Antônio de Souza a atividade intelectual é pensada como uma missão do grêmio, como sua função social, como condição ética do letrado engajado, tal como compreendiam a *geração de 70*. (Idem) Os *moços do Grêmio Polymathico* instituíram para si não só o lugar de preceptores do povo norte-rio-grandense, mas também o de promotores do mundo das letras no estado. (A REPÚBLICA, 13 de novembro de 1897) São eles que resistem à “indiferença actual, determinada pelo atraso intellectual.” (Idem) De certa forma, esta compreensão põe o *Grêmio Polymathico* como um dos

protagonistas da construção da memória literária do Rio Grande do Norte.

A republicanização da memória literária norte-rio-grandense

Para reforçar a percepção de que o grêmio era um dos principais representantes da literatura norte-rio-grandense, um dos sócios da agremiação, cujo pseudônimo era *Caetano Dutra*¹⁰⁷, publicou no jornal *A República*, oito dias depois da publicação do artigo de *Notas Artísticas e Literárias*, um texto intitulado *Ensaio*, com o intuito de traçar, em linhas gerais, o desenvolvimento literário do Rio Grande do Norte. Caetano Dutra inicia seu artigo com uma pergunta: “Existe uma vida litteraria no Rio Grande do Norte? – Existe, sim; em começo ainda, um tanto embyonaria, porem existe.” (1897)¹⁰⁸ Em seu texto, Caetano Dutra construiu uma memória sobre a vida literária do Rio Grande do Norte, elegendo a cidade de Natal como centro dessa atividade no estado; o ano de 1891 como o seu começo, embora não justifique o motivo da escolha; e os poetas Segundo Wanderley, Henrique Castriciano, Auta de Souza, Francisco Palma e a organização do *Grêmio Polymathico* como sendo os seus protagonistas. (Idem) Para Caetano

107 Caetano Dutra é um pseudônimo de um dos redatores do jornal *A República* e sócio do *Grêmio Polymathico*. Infelizmente, não sabemos quem foi o autor que se utilizou desse pseudônimo.

108 DUTRA, Caetano. Ensaio. In: **A República**. Natal, 21 de novembro de 1897.

Dutra, antes de 1891, a produção literária potiguar era quase nula, caracterizada por um certo exotismo e degeneração dos seus talentos:

Dantes, no começo do nosso desenvolvimento social, surgiram talentos e aptidões para as letras, os quaes foram pouco a pouco morrendo de inanição. Basta lembrar, entre outros, Luiz Carlos, bom poeta, com pronunciada tendencia para o drama, que degenerou por fim n'uma vulgaridade; Lourival Açucena, dotado de inspiração fogosa, possuindo excelente veia satyrica, que ahí vive esquecido e ignorado, com o cerebro obumbrado, desperdiçando na cavaqueira das tavernas dotes de um espirito que, bem aproveitado, podia ter honrado as letras rio-grandenses; José Leão, que viu obrigado a migrar a emigrar para ser conhecido.

E assim outros. (Idem)

Como podemos perceber no excerto, Caetano Dutra não silenciou os nomes dos norte-rio-grandenses responsáveis pelas letras no período anterior a 1891. Estes foram reconhecidos pelas suas aptidões e talentos, mas, na avaliação do autor, não fazem parte do desenvolvimento do universo letrado do Rio Grande do Norte. É interessante notar que ao mencionar os letrados do passado, Caetano Dutra estabelece uma

crítica muito mais moral, identificando as fragilidades de suas biografias do que uma análise estética de suas produções literárias. Embora os mencione, Caetano Dutra exclui-os da memória literária norte-rio-grandense. Esta memória literária é republicana, e é por essa razão que o autor elege o ano de 1891 como o marco temporal fundante. Conforme Maiara Juliana Gonçalves da Silva, os escritores que viveram no período republicano procuraram difundir a ideia de que, antes deles nada havia no estado, o que resultou na produção de um discurso em que a República aparecesse como a grande fundadora da literatura norte-rio-grandense. (2014, p.47-48) De certa forma, o artigo de Caetano Dutra reforçou o papel do *Grêmio Polymathico* como um dos protagonistas no processo de fundação da vida literária potiguar. Para os fundadores da agremiação era importante afirmar não só a existência do Rio Grande do Norte na vida literária da nação, mas também a própria presença do grêmio na memória literária do estado.

A Revista Brasileira como modelo

O artigo *Noticias Artisticas e Litterarias* configurou-se como um texto fundador do grêmio. A partir dele e de outros textos, o *Grêmio Polymathico* foi apresentado como um dos agentes promotores da cultura beletrista norte-rio-grandense. Como já mencionamos, o artigo indicou também os elementos norteadores da concepção e da produção literária a ser publicada pela revista da associação, delimitando que tipo de literatura deveria

ser considerado pelos seus membros e que critérios precisariam ser aplicados na seleção dos textos. Foi a partir da instituição desses limites de produção intelectual que os editores da *RRN* organizaram a publicação dos seus textos.

Em relação ao formato da publicação da *RRN*, o *Grêmio Polymathico* inspirou-se na *Revista Brasileira*, sob a direção de José Veríssimo. (CASCUDO, 1980, p. 380) A organização dos textos da *RB* estava disposta da seguinte maneira: artigos, obras e narrativas em geral, *bibliographia*, *notícias de sciências, lettras e artes* e *notas e observações*. A primeira parte era constituída de todo tipo de texto: contos, novelas, artigos e livros das mais diferentes áreas do conhecimento. Na seção *bibliografia* eram apresentadas as resenhas de obras recém-publicadas, figurando-se como espaço destinado à crítica literária. Na parte *notícias de sciências, lettras e artes*, divulgava-se os acontecimentos, as descobertas e a publicação de obras que se referissem ao universo sugerido pelo próprio título da seção. Por fim, em *notas e observações* publicavam-se textos diversos, desde artigos que esclarecessem questões específicas em relação a um determinado tema, a comentários referentes a alguma obra publicada. No geral, os redatores da *RRN* seguiram a mesma estrutura de organização da *RB*, apesar de algumas pequenas modificações nos títulos das seções.¹⁰⁹

109 Em vez de utilizar o título *notas e observações* como a *RB*, os redatores da *RRN* preferiram modificar para *notas e informações*. Além desta, os redatores da *RRN* mudaram o título da seção *notícias de sciências, lettras e artes* da *RB* para *noticias scientificas*.

Todavia, as semelhanças com a *RB* não pararam na organização do formato da revista.

De janeiro de 1895 a setembro de 1899, José Veríssimo dirigiu a nova fase da *RB*. Em um artigo que inaugura a nova fase da revista, publicado entre janeiro e março de 1895, José Veríssimo apresentou ao seu público leitor o objetivo principal do órgão: “servir, com dedicação e sinceridade, a causa da cultura nacional.” (VERÍSSIMO, 1895, p.2) O intuito da nova fase da revista era levar para todo o país as vozes dos escritores que nas letras, nas ciências e nas artes disseminavam o sentir e o pensar da Nação. Nesse sentido, todos os assuntos e questões que interessassem ao público do país, isto é, o Brasil e as *cousas brasileiras*, seriam tratadas no espaço da revista. (Idem, p.3) Ao longo dos quatro anos da administração de José Veríssimo na *RB*, a Nação foi objeto de estudo dos mais diversos saberes, da história à geomorfologia. Semelhantemente à *RB*, os fundadores do *Grêmio Polymathico* publicaram obras e artigos que tomavam o Rio Grande do Norte e o povo norte-rio-grandense como objeto de estudo, abrangendo o estado como um todo, tanto do ponto de vista do seu universo sociocultural, como em relação à dimensão da cultura material. (A REPÚBLICA, 13 de novembro de 1897) Desse modo, a Nação estaria para a *RB*, como o Rio Grande do Norte estaria para a *RRN*. Isso não quer dizer que nas páginas das duas revistas fossem publicados textos que tomassem como objeto de reflexão apenas o Brasil ou o Rio

Grande do Norte. José Veríssimo deixou claro que a *RB* não poderia ficar alheia e estranha à experiência temporal que o país estava vivenciando, por essa razão que se interessava em reunir textos que tratassem de “questões constitucionaes, juridicas, economicas, politicas e sociaes” que ocupassem e preocupassem a todos os brasileiros. (VERÍSSIMO, 1895, p.3)

Ao longo da fase da *RB*, dirigida por José Veríssimo, percebemos uma multiplicidade de artigos oriundos dos mais diferentes saberes, como: linguística, crítica literária, direito, história, artes, orografia, filosofia etc. Na esteira da *RB*, o *Grêmio Polymathico* também publicou em sua revista um número expressivo de textos advindos dos mais variados saberes – além dos textos estritamente de cunho político. Nas páginas iniciais da *RRN*, os redatores estampavam os tipos de saberes que os leitores iriam encontrar na revista: “Litteratura, Critica, Historia, Direito, etc. Chronicass scientificas, industriaes e agrícolas. Bibliografia das obras recebidas”. Além dos textos que diziam respeito ao universo material do estado e à formação étnica, histórica e cultural do Rio Grande do Norte, havia também artigos que se debruçaram sobre o regime republicano e sobre questões jurídicas, outros que tratavam de assuntos pertinentes à política nacional e internacional, à administração pública da cidade de Natal e, principalmente, textos de natureza literária: poesias e resenhas de obras de literatura.

Portanto, a partir de textos literários, historiográficos, políticos, jurídicos e econômicos,

o *Grêmio Polymathico*, por meio de sua revista, constituía-se, concomitantemente, como um lugar de sociabilidade intelectual e de produção de conhecimento. Desse modo, a revista é, ao mesmo tempo, um *locus* de fermentação intelectual e de relação afetiva entre os seus membros. (SIRINELLI, 2003, p.249) Diversos saberes foram mobilizados nesta engenharia intelectual. Todos eles deveriam convergir para a principal finalidade da agremiação: afirmar a existência intelectual do estado no campo da literatura nacional. Se fazia necessário para a intelectualidade norte-rio-grandense construir um lugar para o Rio Grande do Norte na memória literária da Nação. Tal empreitada era um reflexo da própria configuração política que o país estava vivenciando com a recomposição do federalismo na República, o qual estimulou o patriotismo das oligarquias estaduais. (ENDERS, 2010, p.76) Dessa forma, no limiar da República, letrados e políticos norte-rio-grandenses preocuparam-se em urdir narrativas que instituíssem um lugar para o Rio Grande do Norte na elaboração da memória nacional. O interesse por essa questão fez parte das estratégias políticas do grupo familiar que ascendeu ao governo do estado, no momento da proclamação da República: os Albuquerque Maranhão – liderados por Pedro Velho. No final do século XIX e início do XX, a família Albuquerque Maranhão concebeu e mobilizou estratégias discursivas para a produção da identidade histórica, territorial e étnica do Rio

Grande do Norte. (PEIXOTO, 2012, 13-36). A criação do *Grêmio Polymathico* e a publicação de sua revista expressam o anseio das elites políticas e intelectuais do estado em concretizar tal empreendimento.

Referências

A República. Natal, 08 de março de 1898.

A República. Natal, 11 de janeiro de 1898.

A República. Natal, 11 de setembro de 1897.

A República. Natal, 13 de novembro de 1897.

A República. Natal, 30 de abril de 1892.

A República. Natal, 30 de novembro de 1897.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. De amadores à desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. In: *Trajetos*, Fortaleza, v. 03, n.06, p. 43-66, 2005.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. “*A casa da memória norte-rio-grandense*”: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2017

DUTRA, Caetano. Ensaios Ensaios. In: *A República*. Natal, 26 de dezembro de 1897.

DUTRA, Caetano. Ensaios. In: *A República*. Natal, 21 de dezembro de 1897.

ENDERS, Armelle. Como se poderia escrever a história do Brasil. Variações acerca do romance nacional do Império à República. In: FERREIRA, Marieta Moraes (org.) *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1848-1889)*. 2ª edição. São Paulo: Annblume. 2011.

GURGEL, Tarcísio. *Belle Époque na esquina: o que se passou na República das Letras Potiguar*. Natal: Ed. do Autor, 2009.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006

MAGALHÃES, Valentim. Prefácio. In: *Flor de sangue*. São Paulo: Poeteiro editor digital. 2014.p.3. Disponível em: <http://www.projetoLivroLivre.com/Flor%20de%20Sangue%20%20%20Valentim%20Magalhaes%20%20Iba%20Mendes.pdf>. Consultado no dia 13 de julho de 2016 às 14:40.

Nortista, Natal, 19 de agosto de 1892.

O Caixeiro. Natal, 17 de agosto de 1892.

O Caixeiro. Natal, 24 de agosto de 1892.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. In: PEIXOTO, Renato Amado (org.). *Nas trilhas da representação: trabalhos sobre a relação entre história, poder e espaços*. Natal: EDUFRN, 2012. p.13-36

PEIXOTO, Renato Amado. SOUSA, Antônio de. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República* [Recurso eletrônico]: 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2015 (Verbetes).

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.97

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. *“Em cada esquina, um poeta em cada rua um jornal”*: a vida intelectual natalense (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930*. Natal: EDUFRN, 2008.

VERÍSSIMO, José. A literatura apressada. In: *Revista Brasileira*. Tomo X. Rio de Janeiro. 1897.

VERÍSSIMO, José. A Revista Brasileira. In: *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro. Tomo primeiro. 1895.



A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) já publicou livros em todas as áreas do conhecimento, ultrapassando a marca de 150 títulos. Atualmente, a edição de suas obras está direcionada a cinco linhas editoriais, quais sejam: acadêmica, técnico-científica, de apoio didático-pedagógico, artístico-literária ou cultural potiguar.

Ao articular-se à função social do IFRN, a Editora destaca seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania, a produção e a socialização do conhecimento.

Nesse sentido, a EDITORA IFRN visa promover a publicação da produção de servidores e estudantes deste Instituto, bem como da comunidade externa, nas várias áreas do saber, abrangendo edição, difusão e distribuição dos seus produtos editoriais, buscando, sempre, consolidar a sua política editorial, que prioriza a qualidade.





Bruno Balbino Aires da Costa é licenciado em História pela UERN (2009) e mestre em História pela UFRN (2011). Doutor em História pela UFRGS (2017). É autor do livro *Mossoró não cabe num livro: Luís da Câmara Cascudo, historiador da cidade* (2012), coautor do livro *Sociedade e educação das relações étnico-raciais* (2013) e um dos organizadores da obra *História do Rio Grande do Norte: novos temas* (2015). Atualmente, é professor do IFRN, campus Canguaretama.



Saul Estevam Fernandes é licenciado (2009) e mestre em História (2012) pela UFRN. Doutor em História pela PUC-RS (2017). Autor do livro *O (in) imaginável elefante mal-ajambrado* (2016) e um dos organizadores do livro *História do Rio Grande do Norte: novos temas* (2015). Atualmente, é professor substituto do IFRN, campus Natal Central.

O presente livro é produto de uma ideia de continuidade. Em 2014, publicamos uma coletânea de textos sobre História do Rio Grande do Norte (COSTA; ESTEVAM, 2014). Ao projetarmos a publicação da referida obra, já havíamos acordado a organização de um outro livro, em formato semelhante. Nossa intenção era dar continuidade ao projeto de publicar diversas obras sobre a História do Rio Grande do Norte, reunindo autores que tomam o estado como objeto de pesquisa historiográfica.

Assim como na coletânea de 2014, o presente livro é fruto também das *novas* pesquisas que estão sendo desenvolvidas por vários estudiosos em diversos Programas de Pós-graduação em História espalhados pelo país. Contudo, diferente da proposta de 2014, o livro *Capítulos de História Intelectual do Rio Grande do Norte* tem como objetivo não a dispersão de temas e abordagens sobre a história do estado, mas sim um eixo de reflexão comum: a *História Intelectual*. O objeto de pesquisa permanece o mesmo da coletânea de 2014, qual seja, o Rio Grande do Norte, no entanto, com um único foco: a preocupação com o universo intelectual.

ISBN 978-85-94137-39-5



9 788594 137395 >

